



Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas

Diretrizes para sustentabilidade

Yu-Fai Leung, Anna Spenceley, Glen Hvenegaard e Ralf Buckley, editores deste volume
Craig Groves, editor da série



Desenvolvendo capacidades para proteger o planeta

Série Diretrizes para Melhores Práticas em Áreas Protegidas nº 27



SÉRIE DIRETRIZES PARA MELHORES PRÁTICAS EM ÁREAS PROTEGIDAS DA WCPA DA UICN

A Série Diretrizes para Melhores Práticas em Áreas Protegidas da UICN-WCPA é o recurso de referência utilizado em nível mundial para gestores de áreas protegidas. Envolvendo a colaboração entre especialistas dedicados a apoiar uma melhor aplicação em campo, essas Diretrizes são resultado de orientações e aprendizados vindos de toda a UICN. Aplicadas em campo, estão promovendo capacitação institucional e individual para a gestão eficaz, equitativa e sustentável de sistemas de áreas protegidas, para que se possa fazer frente aos numerosos desafios enfrentados na prática. Também ajudam governos nacionais, agências responsáveis por áreas protegidas, organizações não governamentais, comunidades e parceiros do setor privado a cumprir seus compromissos e objetivos, principalmente o Programa de Trabalho com Áreas Protegidas da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Um conjunto completo de diretrizes está disponível em: www.iucn.org/pa_guidelines

Recursos complementares podem ser encontrados em: www.cbd.int/protected/tools/

Contribua para o desenvolvimento da capacitação para um Planeta Protegido em: www.protectedplanet.net/

DEFINIÇÃO DE ÁREA PROTEGIDA, CATEGORIAS DE GESTÃO E TIPOS DE GOVERNANÇA DA UICN

A UICN define uma área protegida como:

Um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e gerido por meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados”.

A definição é ampliada por seis categorias de gestão (uma delas com uma subdivisão), que são resumidas abaixo.

Ia Reserva natural estrita: Áreas estritamente protegidas em termos de biodiversidade, podendo incluir também, características geológicas/geomorfológicas, onde a visitação, o uso e os impactos humanos são limitados e controlados para garantir a proteção dos valores de conservação.

Ib Área silvestre: Áreas normalmente grandes, não modificadas ou ligeiramente modificadas, que mantêm seu caráter e sua influência naturais, sem habitação humana permanente ou significativa, protegidas e geridas para preservar sua condição natural.

II Parque nacional: Grandes áreas naturais ou quase naturais que protegem processos ecológicos de grande porte, com espécies e ecossistemas característicos. Também oferecem oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visita que são ambiental e culturalmente compatíveis.

III Monumento ou característica natural: Áreas reservadas para proteger um monumento natural específico, que podem ser um acidente geográfico, uma montanha submarina, uma caverna submarina, uma característica geológica, como uma caverna ou uma característica viva, por exemplo, uma floresta antiga.

IV Área de gestão de habitat/espécies: Áreas para proteger determinadas espécies ou habitats, onde a gestão reflete essa prioridade. Muitas vão precisar de intervenções regulares e ativas para atender às necessidades de determinadas espécies ou habitats, mas este não é um requisito da categoria.

V Paisagem terrestre ou marinha protegida: Onde a interação das pessoas e da natureza ao longo do tempo produziu um caráter distinto com significativo valor ecológico, biológico, cultural e estético, e onde salvaguardar a integridade dessa interação é vital para proteger e sustentar a área e seus valores associados de conservação da natureza e outros.

VI Áreas protegidas, com uso sustentável dos recursos naturais: Áreas que conservam ecossistemas, juntamente com valores culturais associados e sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais. Geralmente grandes, principalmente em uma condição natural, com uma parte sob gestão sustentável de recursos naturais, e onde o baixo nível de uso de recursos naturais não industriais, compatível com a conservação da natureza, é considerado um dos principais objetivos.

A categoria deve ser baseada nos objetivos principais de manejo, que devem se aplicar a, pelo menos, três quartos da área protegida - a regra dos 75%.

As categorias de manejo são aplicadas com uma tipologia da governança - uma descrição de quem detém autoridade e responsabilidade sobre a área protegida. A UICN define quatro tipos de governança:

Tipo A. Governança por governos: Ministério/órgão federal ou nacional responsável; ministério/órgão subnacional responsável; manejo delegado pelo governo (por exemplo, a uma ONG).

Tipo B. Governança compartilhada: Manejo colaborativo (vários graus de influência); manejo conjunto (conselho de manejo pluralista, manejo transfronteiriço (vários níveis, cruzando fronteiras internacionais).

Tipo C. Governança privada: Por proprietário individual; por organizações sem fins lucrativos (ONGs, universidades, cooperativas); por organizações com fins lucrativos (indivíduos ou empresas).

Tipo D. Governança por povos indígenas e comunidades locais: áreas e territórios conservados de povos indígenas; áreas conservadas por comunidades - declaradas e administradas por comunidades tradicionais e locais.

Para mais informações sobre a definição, categorias e tipos de governança da UICN, consulte Dudley (2008). *Diretrizes para a aplicação das categorias de gestão de áreas protegidas* de 2008, que podem ser baixadas em: www.iucn.org/pa_categories. Para mais informações sobre os tipos de governança, consulte Borini-Feyerabend et al. (2013). Governança de áreas protegidas - do entendimento à ação, que pode ser baixado em <https://portals.iucn.org/library/node/29138>

Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas

Diretrizes para sustentabilidade

Yu-Fai Leung, Anna Spenceley, Glen Hvenegaard e Ralf Buckley, editores deste volume
Craig Groves, editor da série

A designação de entidades geográficas neste livro e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da UICN, da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), Ministério de Relações Exteriores e Desenvolvimento Internacional da França, Ministério Federal Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), UICN WCPA Grupo de Especialistas em Turismo e Áreas Protegidas (TAPAS), ou da Universidade Estadual da Carolina do Norte sobre a situação jurídica de qualquer país, território ou região ou de suas autoridades, nem sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as da UICN, da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), Ministério de Relações Exteriores e Desenvolvimento Internacional da França, Ministério Federal Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), UICN CMAP Grupo de Especialistas em Turismo e Áreas Protegidas (TAPAS), ou da Universidade Estadual da Carolina do Norte. Esta publicação foi possível, em parte, devido ao financiamento e / ou contribuições significativas em espécie das organizações listadas acima.

Essa tradução foi organizada pela IUCN em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A UICN afirma a não responsabilidade por erros ou omissões que possam ocorrer nesta tradução ou desvios da versão original do idioma da publicação. No caso de discrepâncias, consulte a edição original. Título da edição original: *Tourism and visitor management in protected areas. Guidelines for sustainability*. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 27 (2018). Publicado por: UICN, Gland, Suíça. DOI: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PAG.27.en>

Publicado por: UICN, Gland, Suíça

Direitos Autorais © 2019 UICN, União Internacional para a Conservação da Natureza [e Recursos Naturais]
A reprodução desta publicação para fins educacionais ou outros fins não comerciais é autorizada sem a permissão prévia por escrito do detentor dos direitos autorais, desde que a fonte receba os devidos créditos. É proibida a reprodução desta publicação para revenda ou outros fins comerciais sem a permissão prévia por escrito do detentor dos direitos autorais.

A publicação em português foi possível devido ao apoio do Projeto Áreas Protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas no nível de governos locais - Brasil, Colômbia, Equador e Peru, desenvolvido pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH em parceria com o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza e o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI), financiado pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha (BMUB).

Citação: Leung, Yu-Fai, Spenceley, Anna, Hvenegaard, Glen, e Buckley, Ralf (eds.) (2019). *Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas. Diretrizes para sustentabilidade*. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas No. 27, Gland, Suíça: UICN. xii + 120 pp.

ISBN: 978-2-8317-2006-7 (PDF)
978-2-8317-2007-4 (versão impressa)

DOI: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PAG.27.pt>

Tradução para o português Ivan Santos

Revisão da tradução Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues, Ernesto Viveiros de Castro e Thiago do Val Simardi Beraldo Souza

Capa: Turistas em uma passarela de observação nas cachoeiras do Parque Nacional das Cataratas do Iguaçu, Brasil. © Yu-Fai Leung

Contracapa: Visitantes na geleira Sólheimajokull no Geopark Global UNESCO de Katla, Islândia. © Yu-Fai Leung

Design: Thad Mermer

Disponível em: UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza)
Programa Global de Áreas Protegidas
Rue Mauverney 28
1196 Gland
Suíça
Tel +41 22 999 0000
Fax +41 22 999 0002
wcpa@iucn.org
www.iucn.org/resources/publications



IUCN, União Internacional para a Conservação da Natureza, ajuda o mundo a encontrar soluções pragmáticas para os nossos desafios mais prementes relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento. O trabalho da IUCN se concentra em valorizar e conservar a natureza, garantindo uma governança eficaz e equitativa de seu uso e implementando soluções baseadas na natureza para os desafios globais relacionados ao clima, alimentos e desenvolvimento. A IUCN apoia pesquisa científica, gerencia projetos de campo em todo o mundo e reúne governos, ONGs, a ONU e empresas a fim de desenvolver políticas, leis e melhores práticas. Criada em 1948, a IUCN é hoje a maior e mais diversificada rede ambiental do mundo, com mais de 1.300 membros em governos e ONGs e mais de 13.000 especialistas voluntários. O trabalho da IUCN é apoiado por quase 1.000 funcionários em mais de 50 escritórios e centenas de parceiros nos setores público, ONGs e privado em todo o mundo.

www.iucn.org



A **parceria França-IUCN** visa contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a implementação do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas. Apóia projetos em países de particular interesse para a França, em territórios europeus ultramarinos e em escala global. Fornece conhecimento técnico, tanto na mobilização de organizações e especialistas franceses, quanto na contratação de funcionários seniores para a IUCN. A Parceria inclui os ministérios da Europa e Relações Exteriores, Transição Ecológica e Inclusiva, Agricultura e Alimentação e territórios ultramarinos, bem como a Agência de Desenvolvimento Francesa (AFD). Criada em 2005, a parceria se baseia nos resultados alcançados ao longo do tempo. De 2017 a 2020, atingirá quase 9 milhões de euros.

www.iucn.org/fr/partenariat-france-iucn



Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA) da IUCN

A WCPA (por seu acrônimo em inglês) da IUCN é a principal rede de especialização em áreas protegidas do mundo. É administrada pelo Programa da IUCN para Áreas Protegidas e tem mais de 1.400 membros de 140 países. A WCPA trabalha ajudando governos e outros stakeholders a planejar áreas protegidas e as integrar em todos os setores, fornecendo assessoria estratégica a formuladores de políticas, fortalecendo a capacidade e o investimento em áreas protegidas, e reunindo o público diversificado dos interessados diretos em áreas protegidas para tratar de questões desafiadoras. Por mais de 50 anos, a IUCN e a WCPA têm estado na vanguarda da ação global sobre áreas protegidas.

www.iucn.org/wcpa



A Alemanha está engajada em intensa cooperação

com o desenvolvimento junto à comunidade internacional no combate à pobreza, para moldar a globalização de maneira equitativa, salvaguardar a paz, liberdade, democracia e direitos humanos e proteger o meio ambiente e os recursos naturais. O Ministério Federal Alemão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ, por seu acrônimo em alemão) desenvolve as diretrizes e conceitos da política de desenvolvimento alemã, determina as estratégias de longo prazo para a cooperação com os diversos stakeholders e define as regras de implementação. O pilar mais importante do trabalho de cooperação para o desenvolvimento dos governos alemães envolve a cooperação bilateral com os governos de outros países. O BMZ desenvolve projetos e programas conjuntos com os países parceiros da cooperação alemã para o desenvolvimento que harmonizam com as estratégias nacionais de desenvolvimento. As organizações implementadoras são responsáveis pela execução real dos conceitos e estratégias da política de desenvolvimento. Além disso, o BMZ trabalha com stakeholders da sociedade civil, igrejas, fundações, setor privado e outras áreas.

www.bmz.de



Convention on
Biological Diversity

A **Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD)**, que entrou em vigor em dezembro de 1993, é um tratado internacional para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos componentes da biodiversidade e o compartilhamento equitativo dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos. Com 193 Partes envolvidas, a Convenção tem participação quase universal entre os países. Ela busca abordar todas as ameaças à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos por meio de análises científicas, desenvolvimento de ferramentas, incentivos e processos, transferência de tecnologias e boas práticas, e participação plena e ativa de interessados diretos, incluindo comunidades indígenas e locais, jovens, ONGs, mulheres e a comunidade empresarial. A décima reunião da Conferência das Partes da CBD, realizada em 2010, adotou um Plano Estratégico revisado e atualizado sobre a Biodiversidade para o período de 2011 a 2020, que compreende cinco objetivos estratégicos e 20 Metas de Aichi. O Plano é o marco geral sobre a biodiversidade, não só para as convenções relacionadas à biodiversidade, mas para o sistema das Nações Unidas.
www.cdb.int



O **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio** é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente que tem a missão de Proteger o Patrimônio Natural e Promover o Desenvolvimento Socioambiental no Brasil. A recreação junto à natureza e o turismo ecológico são duas importantes estratégias para avançar na concretização de seus objetivos de proteção e conservação do patrimônio natural e social brasileiro. Quando desenvolvidas de maneira estruturada e responsável, as atividades de recreação e turismo permitem aos visitantes não apenas conhecer as áreas naturais, apreciar suas belezas cênicas e suas manifestações culturais, mas também perceber a sua importância ambiental e o seu papel indutor do desenvolvimento econômico local em harmonia com os valores naturais e sociais ali protegidos.
www.icmbio.gov.br



TAPAS GROUP

Tourism and Protected Areas Specialist Group

O **Grupo de Especialistas em Áreas Protegidas e Turismo da UICN WCPA (TAPAS, por seu acrônimo em inglês)** é uma rede voluntária formado por mais de 500 pessoas. A missão do Grupo TAPAS é prover uma plataforma para especialistas em áreas protegidas e outros, onde a experiência e o conhecimento são compartilhados, a conscientização sobre sustentabilidade é aprimorada, a colaboração e o diálogo são facilitados, a colaboração é desenvolvida, a liderança é fortalecida e as soluções inovadoras são promovidas, de modo a dar apoio à supervisão do turismo sustentável nos sistemas de áreas protegidas.
www.iucn.org/theme/protected-areas/wcpa/what-we-do/tourism-tapas



O **Departamento de Parques, Recreação e Gestão de Turismo (PRTM, por seu acrônimo em inglês)** é um dos três departamentos da Faculdade de Recursos Naturais da Universidade Estadual da Carolina do Norte. Sua missão é promover bolsas de estudos relacionadas à gestão e uso de recursos naturais e culturais para recreação, turismo e esporte por meio de pesquisas inovadoras em ciências sociais, ensino e engajamento público. O departamento tem como alvo se tornar uma comunidade de estudiosos dedicados a preparar os alunos para serem aprendizes e líderes ao longo da vida em uma sociedade global comprometida com o desenvolvimento de parques, recreação, turismo e recursos esportivos que melhorem a qualidade de vida e são sustentáveis em termos ambientais, sociais e econômicos.
cnr.ncsu.edu/prtm

Índice

Prefácio	viii
Agradecimentos	ix
Sumário executivo	xi

1. Turismo e visitação em áreas protegidas 1

1.1 Visando o turismo sustentável em áreas protegidas	2
1.2 O potencial do turismo sustentável em áreas protegidas	3
1.3 Turismo em áreas protegidas em contextos internacionais	6
1.4 Melhores práticas do turismo em áreas protegidas: características-chave	7
1.5 Por que a necessidade de novas diretrizes?	8
1.6 Estrutura destas diretrizes	8

2. Os impactos do turismo em áreas protegidas 9

2.1 Ponderando impactos positivos e negativos	10
2.2 Benefícios diretos de conservação	12
2.3 Benefícios econômicos que indiretamente apoiam a conservação	15
2.4 Benefícios sociais que indiretamente apoiam a conservação	17
2.5 Benefícios do turismo que também promovem o bem-estar comunitário e individual	19
2.6 As desvantagens do turismo	22
2.7 Impactos negativos no meio ambiente	22
2.8 Impactos sociais e culturais negativos	25
2.9 Melhores práticas	26

3. Alinhando os objetivos de manejo com os impactos do turismo ... 27

3.1 A gestão do turismo trata de responder às incertezas	28
3.2 Princípio # 1: O manejo adequado depende dos objetivos e dos valores da área protegida	28
3.3 Princípio # 2: O planejamento proativo do turismo e da gestão da visitação aumenta a eficácia	28
3.4 Princípio # 3: Mudar as condições de uso dos visitantes é inevitável e pode ser desejável	32
3.5 Princípio # 4: Impactos nas condições sociais e de recursos são consequências inevitáveis do uso humano	34
3.6 Princípio # 5: O manejo é direcionado a influenciar o comportamento humano e a minimizar as mudanças induzidas pelo turismo	35
3.7 Princípio 6: Os impactos podem ser influenciados por muitos fatores, de modo que limitar a quantidade de uso é apenas uma das muitas opções	40
3.8 Melhores práticas	40

4. Manejo adaptativo para o turismo sustentável 41

4.1 Princípio # 7: O monitoramento é essencial para o manejo profissional	42
4.2 Princípio # 8: O processo de tomada de decisão deve separar a descrição técnica dos juízos de valor	50
4.3 Princípio # 9: Grupos afetados devem ser engajados, pois é necessário consenso e parceria para a implementação ..	50
4.4 Princípio 10: A comunicação é essencial para aumentar o conhecimento e o apoio à sustentabilidade	52
4.5 Certificação	58
4.6 Uma estrutura tríplice de turismo e gestão da visitação	61
4.7 Práticas recomendadas	62

5. Capacitação para a gestão sustentável do turismo ... 63

5.1 Os componentes da capacidade	64
5.2 Capacitação de gestores	66
5.3 Capacitação das comunidades locais	67
5.4 Capacitação por meio de parceria	68
5.5 Melhores práticas	71

6. Gestão das receitas e dos custos do turismo para alcançar os benefícios de conservação... 73

6.1 A lacuna no financiamento da conservação da biodiversidade	74
6.2 Gerando receita de turismo a partir de taxas	74
6.3 Gerando receita de turismo a partir de concessões	80
6.4 Gerando receita de turismo a partir da filantropia	83
6.5 Iniciativas de economia e eficiência	84
6.6 Benefícios econômicos mais amplos e sua ligação com os resultados de conservação	86
6.7 Melhores práticas	88

7. O futuro do turismo em áreas protegidas .. 89

7.1 O turismo pode ajudar a alcançar objetivos fundamentais de conservação	90
7.2 O turismo sustentável atinge a maior idade	90
7.3 Tendências futuras	91
7.4 Conclusões	93

Glossário	96
Autores colaboradores.....	102
Referências	104

QUADROS

Quadro 1.1 Definições dos termos principais	2
Quadro 2.1 Vários benefícios do turismo com gorilas da montanha no Volcanoes National Park (Ruanda)	11
Quadro 2.2 Áreas protegidas por iniciativa privada: parceiros em turismo e conservação	13
Quadro 2.3 Áreas protegidas administradas por ONGs: a Royal Society for the Conservation of Nature (Jordânia)	13
Quadro 2.4 Conectando biodiversidade e meios de subsistência: uma parceria sustentável da comunidade com áreas protegidas	14
Quadro 2.5 Desenvolvendo habilidades de negócios por meio de parcerias	15
Quadro 2.6 Geoparques globais e turismo em áreas protegidas (RAE de Hong Kong, China e Brasil)	16
Quadro 2.7 Apoio ao turismo sustentável em áreas protegidas por meio de política públicas: um estudo de caso do Botsuana	18
Quadro 2.8 Turismo sustentável para proteger um monumento natural e uma vila local: Cachoeiras de Sopotínica (Sérvia)	19
Quadro 2.9 Parceria com os serviços de saúde: Parks Victoria, Medibank Austrália e National Heart Foundation (Austrália)	20
Quadro 2.10 Impactos do turismo em Machu Picchu (Peru)	21
Quadro 2.11 Impactos associados à infraestrutura	23
Quadro 3.1 Temas a serem incluídos em um manual de comercialização de uma área protegida	31
Quadro 3.2 Princípios de biodiversidade para localização e projeto de hotéis e resorts	31
Quadro 3.3 Projetando para prover proteção e experiências inspiradoras aos visitantes: Wadi El-Hitan - Vale das Baleias Sítio de Patrimônio Mundial (Egito)	33
Quadro 3.4 Um breve histórico de capacidade de suporte	35
Quadro 3.5 Planejamento e zoneamento no Parque Nacional do Grand Canyon (EUA)	37
Quadro 4.1 Voluntários do parque como cidadãos cientistas e monitores	43
Quadro 4.2 Monitoramento de recursos naturais com base na comunidade na Namíbia: o 'Event Book System'	44
Quadro 4.3 Monitoramento padronizado de visitantes: um esforço coordenado entre os países nórdicos e bálticos.....	45
Quadro 4.4 Monitoramento do uso público e indicadores de impacto no Parque Nacional de Yosemite (EUA).....	46
Quadro 4.5 Monitoramento de visitantes usando várias técnicas: Willmore Wilderness Park (Canadá)	48
Quadro 4.6 Monitorando os padrões de experiência do visitante no Parque Pruhonice (República Tcheca)	49
Quadro 4.7 Estudo de caso do processo de planejamento: Parque Nacional Phong Nha-Ke Bang (Vietnã)	51

Quadro 4.8 O papel da Reserva Natural Almaty na mudança da percepção de uma área protegida entre uma população local no Cazaquistão	52
Quadro 4.9 A aplicação da tecnologia da informação no Parque Nacional Jiuzhaigou Valley (China)	53
Quadro 4.10 Comunicando o Patrimônio Mundial aos visitantes: Parque Nacional Gunung Mulu (Malásia)	54
Quadro 4.11 Centros de interpretação no Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas no Peru	55
Quadro 4.12 História participativa: envolver os visitantes por meio de interpretação baseada em conhecimento e habilidades (Canadá)	56
Quadro 4.13 O uso de dados de pesquisa de mercado e experiência em marketing pelo Parks Canada	57
Quadro 4.14 Promovendo parcerias através da Carta Europeia do Turismo Sustentável	58
Quadro 4.15 Critérios do Global Sustainable Tourism Council	59
Quadro 5.1 A Gestão Comunitária do Programa de Conservação de Áreas Protegidas (COMPACT)	66
Quadro 5.2 Capacitação para comunidades em zonas de proteção	68
Quadro 5.3 Turismo e conservação baseados na comunidade em Thembang Bapu Community Conserved Area (Índia)	69
Quadro 5.4 Planejamento e gestão cooperativos da Área Protegida Ni'iinlii Njik (Ramo de Pesca) (Yukon, Canadá)	70
Quadro 5.5 Capacitação da Resource Africa através de parcerias	71
Quadro 5.6 Parcerias na gestão do turismo: um estudo de caso do Serviço Florestal dos EUA	72
Quadro 6.1 Vinculando gastos com turismo a resultados de conservação	75
Quadro 6.2 Usando um evento de recreação para promover uma área protegida transfronteiriça: Desert Knights (Namíbia)	76
Quadro 6.3 Usando o turismo para ajudar a financiar a gestão de áreas protegidas: Parque Nacional Hustai (Mongólia) ...	77
Quadro 6.4 Variações nas taxas de ingresso na República Unida da Tanzânia	79
Quadro 6.5 Taxas para observação de Gorilas no Parque Nacional dos Vulcões (Ruanda)	80
Quadro 6.6 Contratos de concessão de turismo em parques nacionais sul-africanos	82
Quadro 6.7 Contratação bem-sucedida do turismo: Centro de Pesquisas Tambopata e Reserva Nacional de Tambopata (Peru)	86
Quadro 6.8 Compartilhamento comunitário de benefícios econômicos: Damaraland Camp e Terra Conservancy (Namíbia)	87
Quadro 6.9 Financiamento da gestão do turismo no Parque Nacional Corbett (Índia)	88
Quadro 7.1 Turismo e mudanças climáticas nas áreas naturais protegidas do Peru: avaliação de possíveis impactos e diretrizes para adaptação	92

TABELAS

Tabela 1.1 Categorias de áreas protegidas da UICN e sua abordagem de gestão do turismo e uso público	4
Tabela 1.2 Oportunidades e desafios para a gestão do turismo em áreas protegidas	5
Tabela 2.1 Um resumo dos benefícios potenciais do turismo em áreas protegidas	10
Tabela 2.2 Fontes de receita potencial associada aos gastos com turismo em áreas protegidas	17
Tabela 2.3 Potenciais efeitos ambientais e ecológicos negativos das atividades turísticas	24
Tabela 2.4 Potenciais impactos negativos nas comunidades hospedeiras da área protegida: social, cultural e econômico	25
Tabela 3.1 Dez princípios de turismo e gestão da visitação em áreas protegidas	29
Tabela 3.2 Tipos de sistemas de restrição	38
Tabela 3.3 Exemplos de práticas de gestão direta e indireta	39
Tabela 4.1 Um resumo das abordagens comuns de monitoramento dos indicadores de impacto dos visitantes	46
Tabela 4.2 Tipos de participação da comunidade na gestão do turismo em áreas protegidas	52
Tabela 5.1 Critérios de avaliação para participação da comunidade em esforços de capacitação	67
Tabela 6.1 Mecanismos de financiamento para áreas protegidas	75
Tabela 6.2 Tipos e valores de diferentes taxas de uso de turismo para SANParks (África do Sul)	76
Tabela 6.3 Comparação das taxas de ingresso na área protegida	78
Tabela 6.4 Como as concessões são categorizadas e processadas na Nova Zelândia	81
Tabela 6.5 Exemplos de escala e escopo de concessão em cinco países	83
Tabela 6.6 Fontes de receita para os Parques Nacionais da África do Sul, 2016	88
Tabela 7.1 Resumo dos exemplos de boas práticas nestas Diretrizes	94

Prefácio

Os gestores de áreas protegidas precisam de uma ampla gama de habilidades e conhecimentos para gerenciar as complexidades dos sistemas de áreas protegidas. A série de diretrizes de melhores práticas da UICN visa atender a essas necessidades, incluindo o compartilhamento de experiências extraídas de boas práticas em todo o mundo. Muitas áreas protegidas são manejadas tendo o turismo e a visitação como componentes para atingir seu objetivo, envolvendo uma ampla gama de partes interessadas, incluindo o setor privado. A demanda em rápida expansão pelo desenvolvimento do turismo associado às áreas protegidas enfatiza a necessidade de prover orientações claras que contribuam para o turismo sustentável, consistente com os objetivos primários de conservação das áreas protegidas. Os contextos legais, políticos, econômicos e sociais para o turismo dentro e ao redor de áreas protegidas variam muito em todo o mundo, mas existem muitos elementos comuns e uma diversidade de experiências que podem enriquecer a compreensão dos envolvidos.

Há muitos anos, a UICN WCPA (por seu acrônimo em inglês) conta com um grupo ativo de profissionais que contribuem para a identificação das melhores práticas por meio do Grupo de Especialistas em Turismo e Áreas Protegidas (TAPAS, por seu acrônimo em inglês). A Série Diretrizes para Melhores Práticas em Áreas Protegidas nº 8 da WCPA da UICN, de Paul Eagles, Stephen McCool e Christopher Haynes, agregou uma fonte de informações relevantes desde 2002. Porém, muita coisa mudou no decorrer da última década e meia, portanto, a necessidade de orientações novas e adicionais é patente. Este volume procura prover esse material. Informações e casos de mais de 50 colaboradores em todo o mundo foram incorporados no volume atual, envolvendo consideráveis consultas e revisão por pares. O primeiro esboço foi lançado no Congresso Mundial de Parques da UICN 2014, em Sydney, e esteve disponível on-line para comentários de profissionais, se beneficiando de muitas rodadas de revisão e comentários de especialistas da UICN.

Do ponto de vista da conservação, o turismo e a visitação apresentam um conjunto complexo de desafios. Espera-se que as agências de áreas protegidas em países em todo o mundo disponibilizem a maioria dessas áreas para visitantes e que também alcancem metas de conservação. Contextos legais, políticos e econômicos, bem como considerações ecológicas, determinam quanta flexibilidade as agências que administram as áreas protegidas podem ter para incentivar, restringir, regular ou cobrar ingressos e atividades e para determinar se a própria agência deve prover infraestrutura e serviços, ou se isso deve ocorrer por meio das comunidades, provedores voluntários ou empresas.

Todas as formas de turismo criam impactos ambientais, mas diferem por ordens de magnitude. Em uma extremidade da escala, há viajantes que causam mínimo impacto em áreas primitivas, a pé ou pela água. Isso é permitido em muitas áreas protegidas em todo o mundo e há um conjunto bem testado de ferramentas de gestão e monitoramento, resumidas neste volume, a fim de prover benefícios aos visitantes sem comprometer as metas de conservação primária.

No outro extremo da balança encontra-se infraestrutura de larga escala, acomodações e instalações de alimentação, algumas das quais podem receber mais de cem mil visitantes por dia. As áreas protegidas muito visitadas precisam dessas instalações, mas existem dilemas sobre a melhor forma de fornecê-las. Os empreendedores de desenvolvimento do turismo, as associações da indústria do turismo e órgãos de turismo dos governos veem o desenvolvimento em larga escala de locais fixos como oportunidades lucrativas. Contudo, o desenvolvimento do turismo privado em áreas públicas protegidas nem sempre foi bem-sucedido e, em alguns casos, criou grandes problemas ecológicos, sociais, financeiros e legais para as agências de áreas protegidas. A gestão das expectativas, o design e as operações da infraestrutura nas áreas protegidas muito visitadas podem apresentar um desafio técnico e político substancial para as agências nessas áreas. Este volume tem como objetivo prover conselhos práticos sobre como resolver esses problemas.

A visitação e o turismo também podem criar benefícios econômicos para áreas protegidas e comunidades vizinhas e ajudar a criar um maior apoio à conservação. Em muitos países desenvolvidos, o turismo nas áreas protegidas e em torno delas pode incentivar o apoio político às áreas protegidas e justificar as alocações orçamentárias do governo. O valor econômico do turismo e da visitação, incluindo ganhos socioeconômicos e de bem-estar, bem como taxas e receitas diretas para agências de áreas protegidas, torna-se, assim, uma ferramenta de lobby para agências e defensores conservacionistas. Mais recentemente, isso se expandiu para incluir os benefícios à saúde mental e o bem-estar gerado pela exposição à natureza.

Em muitos países em desenvolvimento, o turismo comercial traz clientes internacionais e receitas cambiais que podem prover apoio financeiro direto para áreas protegidas públicas, comunitárias e privadas. Para obter sucesso, esse turismo exige uma gestão especializada, rigorosamente personalizada e ajustada aos contextos culturais locais e as condições do mercado internacional. Sempre que possível, a gestão também deve facilitar o crescimento de um mercado doméstico que valoriza experiências na natureza. O turismo comercial pode proporcionar ganhos líquidos significativos e demonstráveis para a conservação de áreas protegidas inteiras e de espécies ameaçadas, muitas vezes trabalhando em parceria com outras partes interessadas, incluindo doadores, fundos, ONGs e comunidades locais. A gestão desses projetos e programas para a obtenção de uma conservação bem-sucedida, em um cenário de fluxo turístico flutuante e taxas de câmbio, requer um conjunto notável de habilidades.

À medida que o mundo tenta cumprir os Objetivos de Biodiversidade de Aichi relativo aos sistemas de áreas protegidas mais eficazes, os gestores de conservação precisarão trabalhar de maneira mais eficaz juntamente com outros setores. O turismo e a visitação podem ser ferramentas essenciais nessa expansão, mas precisam de habilidades e conhecimentos profissionais para gerenciar e manter os valores ecológicos e de conservação dos locais visitados. Este volume apresenta uma introdução a essas habilidades, relevantes para agências de áreas protegidas e gestores de áreas de conservação em todo o mundo.



Dra. Kathy MacKinnon
Presidente da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN



Trevor Sandwith
Diretor, Programa Global de Áreas Protegidas da UICN

Agradecimentos

A produção destas Diretrizes foi patrocinada pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN (WCPA), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) em nome do Ministério Federal Alemão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ, por seu acrônimo em alemão), e o Ministério Francês de Relações Exteriores e Desenvolvimento Internacional. Suas generosas contribuições apoiaram o desenvolvimento deste documento em inglês, bem como sua tradução para o francês, alemão e espanhol.

O projeto foi uma iniciativa do Grupo de Especialistas em Áreas Protegidas e Turismo da UICN WCPA (TAPAS, por seu acrônimo em inglês). Um dos vários grupos voluntários reunidos sob a chancela da UICN WCPA, o Grupo TAPAS é uma rede de mais de 500 voluntários comprometidos em promover o turismo sustentável em áreas protegidas como uma ferramenta para alcançar a conservação da natureza a longo prazo e dos valores culturais e ecossistêmicos associados. O trabalho do Grupo TAPAS inclui a disseminação de conhecimentos, estudos de caso e melhores práticas em turismo e áreas protegidas.

Esta é a terceira edição sobre turismo na série de diretrizes de boas práticas da UICN WCPA, dando prosseguimento às diretrizes publicadas em 1992 (McNeely et al., 1992) e uma década depois (Eagles et al., 2002). Os editores agradecem aos autores dessas diretrizes predecessoras, Jeffrey McNeely, James Thorsell, Héctor Ceballos-Lascuráin, Paul Eagles, Stephen McCool e Christopher Haynes, que estabeleceram uma base sólida para a edição atual.

Adotamos uma abordagem colaborativa para o desenvolvimento dessas Diretrizes, com a intenção de promover uma comunidade de prática, envolvendo uma ampla gama de profissionais e acadêmicos no compartilhamento de seus conhecimentos e experiências. Para implementar essa abordagem, enviamos pedidos de participação nos sites de mídia social do Grupo TAPAS e em outras redes profissionais. Os workshops foram realizados no Congresso Mundial de Conservação da UICN de 2012 em Jeju, República da Coreia e na Conferência da George Wright Society de 2013 em Denver, Colorado, EUA, para solicitar informações iniciais sobre a organização, o conteúdo e os estudos de caso em potencial das Diretrizes. Mais de 32 participantes de 16 países estiveram presentes nesses dois eventos. Conseguimos recrutar 58 colaboradores distribuídos globalmente, incluindo membros do Grupo TAPAS, especialistas técnicos e profissionais de áreas protegidas e turismo, para atuar como coordenadores de capítulos, autores de seções e / ou autores de estudos de caso. Suas contribuições específicas são reconhecidas na lista na página a seguir.

Uma comunidade de melhores práticas

Esperamos que essas Diretrizes forneçam informações valiosas, estimulando ideias e fontes de inspiração para os gestores das áreas protegidas. Por meio dessas Diretrizes, pre vemos que seja formada uma comunidade de práticas em turismo de áreas protegidas, na qual as melhores práticas sejam compartilhadas e comunicadas globalmente através de várias plataformas e meios de comunicação. Para facilitar o compartilhamento de conhecimento nessa comunidade, um diretório de recursos on-line de apoio está disponível em <http://go.ncsu.edu/iucn-sustainabletourism-bpg>, que atualmente aponta para um servidor protótipo temporário, mas que no futuro será vinculado a um servidor local permanente hospedado pela UICN. Os objetivos deste Diretório são: (i) prover leituras on-line adicionais e informações detalhadas e (ii) instar o envio e o compartilhamento de novos recursos, como diretrizes, manuais, cadernos e documentação de práticas inovadoras.

Apresentamos essas Diretrizes e o Diretório de Recursos Online como um recurso dinâmico e adaptável para apoiar os gestores de áreas protegidas em seus esforços para desenvolver um turismo sustentável.

Yu-Fai Leung, Anna Spenceley, Glen Hvenegaard, Ralf Buckley

Uma tabela de autores colaboradores organizada alfabeticamente também está disponível no final do documento.

No verão de 2014, o primeiro esboço de revisão do manuscrito completo foi concluído e passou por um processo de revisão pelos pares instruída pela UICN. Outra rodada de informações foi solicitada pelos delegados no Congresso Mundial de Parques da UICN de 2014, realizado em Sydney, na Austrália, onde o segundo esboço de revisão foi apresentado. A qualidade deste documento foi substancialmente aprimorada em razão das contribuições valiosas desses revisores, que incluíram Rajiv Bhartari, Adonia Bintoor, Paul Eagles, Janet Mackay, Marcello Notarianni, Stephen McCool, Sibylle Riedmiller, Eick von Ruschkowski, Diego Sberna, John Senior e Alessandra Vanzella. As rodadas subsequentes de exames e revisões foram guiadas pela liderança da UICN e da UICN WCPA, incluindo Craig Groves (Editor da Série de Diretrizes de Melhores Práticas da UICN), Trevor Sandwith (diretor do Programa Global de Áreas Protegidas da UICN), Kathy MacKinnon (Presidente da UICN WCPA) e dois revisores adicionais nomeados pela WCPA, Penelope Figgis e Robyn Bushell. Individualmente e coletivamente, eles forneceram comentários valiosos sobre os esboços anteriores do manuscrito e ajudaram os editores a melhorar o foco e as mensagens contidas neste documento.

Somos extremamente gratos a David Harmon, que forneceu suporte editorial e de edição de cópias para elaborar o manuscrito nesta forma final, incluindo um trabalho meticuloso de reestruturar o manuscrito. Sua energia e suas fantásticas habilidades de edição forneceram o impulso necessário para levar esse projeto pelos estágios posteriores do elaborado processo de revisão e aprovação. Também não podemos deixar de agradecer a Thad Mermer por seu esforço paciente e meticuloso no serviço profissional de design, bem como por seu trabalho de edição de cópias em um esboço do manuscrito.

O editor-chefe gostaria de expressar seus agradecimentos especiais aos Drs. Chelsey Walden-Schreiner e Anna Miller, ex-alunos de doutorado e assistentes de projeto da Universidade Estadual da Carolina do Norte (NCSSU, por seu acrônimo em inglês), que prestaram apoio constante a muitos aspectos desse projeto monumental. Drs. Shuangyu Xu, Wei-Lun Tsai e Ginger Deason, ex-estudantes de doutorado da NCSSU e outros colegas, incluindo Pei-Ying Lee, Reda Neveu e Jessica Dittmer, que também se ofereceram para traduzir documentos originais e organizar referências impressas e digitais.

Contribuições específicas por capítulo

Capítulo 1 - Autores: Yu-Fai Leung, Anna Spenceley, Stephen McCool e Paul F.J. Eagles. Colaborador do Quadro: B1.1 (Anna Spenceley). Coordenador do capítulo: Yu-Fai Leung.

Capítulo 2 - Autores: Anna Spenceley, Glen Hvenegaard, Robyn Bushell, Yu-Fai Leung, Stephen McCool e Paul F.J. Eagles. Colaboradores do Quadro: B2.1 (Anna Spenceley), B2.2 (Mohammad Rafiq, Sibylle Riedmiller e Delphine M. King), B2.3 (Donald Hawkins), B2.4 (Chih-Liang Chao, Dau-Jye Lu e Mei-Hui Chen), B2.5 (Giulia Carbone e Maria Ana Borges), B2.6 (David Newsome, Young Ng e Jasmine Cardozo Moreira), B2.7 (Chelsey Walden-Schreiner), B2.8 (Ivana Damnjanovic), B2.9 (Robyn Bushell), B2.10 (Lincoln Larson), B2.11 (Ralf Buckley). Coordenadores dos capítulos: Anna Spenceley e Glen Hvenegaard.

Capítulo 3 - Autores: Elizabeth Halpenny, Therese Salenieks, Robert Manning, Yu-Fai Leung e Anna Spenceley. Colaboradores do Quadro: B3.1 (Anna Spenceley), B3.2 (Giulia Carbone), B3.3 (Dan Paleczny), B3.4 (Robert Manning e Anna Spenceley), B3.5 (Robert Manning). Coordenadores dos capítulos: Elizabeth Halpenny, Therese Salenieks e Yu-Fai Leung.

Capítulo 4 - Autores: Yu-Fai Leung, Elizabeth Halpenny, Therese Salenieks, Robert Manning, Ian Bride, Chelsey Walden-Schreiner e Ralf Buckley. Colaboradores do Quadro: B4.1 (Therese Salenieks), B4.2 (Anna Miller), B4.3 (Chelsey

Walden-Schreiner), B4.4 (Chelsey Walden-Schreiner, Anna Miller e Yu-Fai Leung), B4.5 (Debbie Mucha), B4.6 (Luis Monteiro), B4.7 (Anna Hubner e Chelsey Walden-Schreiner), B4.8 (Dilya Woodward e Alexandra Vishnevskaya), B4.9 (Chengzhao Wu, Xiaoping Zhang e Jianghua Ran), B4.10 (Lisa King), B4.11 (Jorge Chávez), B4.12 (Jake Paleczny), B4.13 (Elizabeth Halpenny), B4.14 (Yu-Fai Leung, Anna Spenceley, Glen Hvenegaard e Ralf Buckley), B4.15 (Kelly Bricker, Chelsey Walden-Schreiner e Anna Spenceley). Coordenadores de Capítulo: Yu-Fai Leung, Elizabeth Halpenny e Therese Salenieks.

Capítulo 5—Autores: Anna Spenceley, Susan Snyman, Sandra de Urioste-Stone e Stephen McCool. Colaboradores do Quadro: B5.1 (Chelsey Walden-Schreiner), B5.2 (Megan Epler Wood e Mark Milstein), B5.3 (Kamal Medhi e Rajiv Bhartari), B5.4 (Dan Paleczny e Erik Val), B5.5 (Susan Snyman e Dani Ndebele), B5.6 (Erin Seekamp e Lee Cerveny). Coordenador do Capítulo: Anna Spenceley.

Capítulo 6—Autores: Andrew Rylance, Anna Spenceley, Marcello Notarianni, Andy Thompson, Midori Paxton, James Barborak, Peter J. Massyn, Paul F. J. Eagles, Ralf Buckley, Susan Snyman e Chelsey Walden-Schreiner. Colaboradores do Quadro: B6.1 (Andrew Rylance), B6.2 (Anna Spenceley), B6.3 (Chelsey Walden-Schreiner e Dashpurev Tserendeleg), B6.4 (Anna Spenceley), B6.5 (Anna Spenceley), B6.6 (Anna Spenceley), B6.7 (Jorge Chávez e Kurt Holle), B6.8 (Susan Snyman e Dani Ndebele), B6.9 (Rajiv Bhartari). Coordenador do Capítulo: Anna Spenceley.

Capítulo 7—Autores: Glen Hvenegaard, Ralf Buckley, Anna Spenceley e Yu-Fai Leung. Colaboradores do Quadro: B7.1 (Chelsey Walden-Schreiner). Coordenador do Capítulo: Glen Hvenegaard.



Uma trilha por uma área de alta biodiversidade no Parque Nacional de Vulcões no Havaí, EUA. © Yu-Fai Leung



Mirante turístico no Vale dos gêiseres em Kronotsky Zapovednik, Rússia. © Elena Nikolaeva

Sumário executivo

O apoio do turismo a áreas protegidas

As áreas protegidas são um componente essencial de qualquer estratégia de conservação global. O turismo oferece uma maneira crucial e única de promover a conexão dos visitantes com os valores das áreas protegidas, tornando-se uma força potencialmente positiva para a conservação. As experiências dos visitantes podem ser transformadoras para o crescimento e o bem-estar pessoal de um indivíduo, enquanto incutem um maior senso de cuidado e apoio aos valores da área protegida.

Os benefícios econômicos do turismo em áreas protegidas - que dependem de belas áreas naturais, vida selvagem e natureza saudáveis e culturas autênticas - também podem ser um argumento poderoso para a conservação. O turismo em áreas protegidas é uma parte importante da **indústria global de turismo** - uma indústria cuja escala e impactos são enormes. Um volume tão alto de visitantes implica certas necessidades de infraestrutura fundamental e requisitos de emprego e serviços humanos, todos com ramificações para a economia, sociedade, cultura e meio ambiente.

Feito de maneira sustentável, o turismo pode contribuir diretamente para os objetivos de acordos globais, como o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a Declaração de Mascate sobre Turismo e Cultura (OMT e UNESCO, 2017). No entanto, o turismo inadequado e mal administrado pode causar impactos negativos na biodiversidade, paisagens e na base de recursos das áreas protegidas.

O público-alvo dessas Diretrizes é constituído de profissionais que trabalham com turismo em áreas protegidas, incluindo administradores, gestores, planejadores, agências governamentais, organizações não-governamentais, grupos comunitários, proprietários privados e grupos indígenas. Tendo como base duas edições anteriores sobre turismo na série de diretrizes de boas práticas da UICN WCPA, essas diretrizes fornecem orientações sobre questões-chave para ajudar os gestores a alcançar um turismo sustentável em áreas protegidas: ou seja, um turismo adequado, bem administrado e que contribui para os objetivos de conservação.

Essas Diretrizes introduzem conceitos essenciais de turismo e gestão da visitação em áreas protegidas. Os seguintes elementos abordados no documento são especialmente importantes:

1. Uma discussão sobre os Dez Princípios de Turismo e Gestão da Visitação;
2. Os Estudos de Caso, que fornecem exemplos reais de como o turismo sustentável pode ser alcançado em diversas circunstâncias;
3. As Melhores Práticas em Destaque, que oferecem conhecimento específico e transferível de estudos de caso selecionados e são destacadas nos quadros apropriados; e
4. A lista abrangente das melhores práticas recomendadas, apresentadas no final de cada capítulo (listas que incluem as Melhores Práticas em Destaque).

Visão geral e práticas recomendadas

Os gestores de áreas protegidas estão sob crescente pressão para prover experiências significativas e educacionais aos visitantes e receitas para a gestão de conservação, sem permitir que o turismo comprometa a integridade ecológica e os valores de conservação associados. Gerenciar o turismo em áreas protegidas é uma tarefa técnica complexa que exige altos níveis de habilidade e conhecimento. Essas Diretrizes compartilham exemplos de boas práticas mundiais e promovem sua aplicação mais ampla. Este documento defende apenas o turismo sustentável que contribui para a conservação da natureza a longo prazo, com o objetivo de tornar o turismo em área protegida uma forte força positiva para a conservação em escala global e local.

O capítulo 1 apresenta conceitos básicos do turismo em áreas protegidas, seu potencial para a conservação global e os desafios relacionados à gestão. As principais características que definem as melhores práticas em turismo de áreas protegidas são analisadas neste capítulo.

O turismo em áreas protegidas gera muitos impactos no meio ambiente, na economia, nas comunidades locais e nos próprios visitantes. O capítulo 2 resume os impactos positivos e negativos do turismo, que podem ser percebidos de forma diferente pelas partes interessadas com valores diferentes. As práticas recomendadas incluem:

- Incentivar políticas nacionais de turismo que contribuam para a conservação da natureza, além de gerar benefícios econômicos para as autoridades da área protegida e para as comunidades locais.
- Apoiar a prestação de serviços turísticos baseados na comunidade relacionados ao mercado.
- Promover treinamento em desenvolvimento de negócios e habilidades de gestão na prestação de serviços turísticos baseados na comunidade.
- Repensar atividades recreativas em áreas protegidas como uma maneira de atender às necessidades da comunidade e atender a objetivos sociais mais amplos.

As lições aprendidas com pesquisas e experiências práticas produziram dez princípios de gestão de turismo e de visitantes que, se aplicados, melhoram a eficácia e aumentam o apoio do público e da comunidade. O capítulo 3 descreve os princípios 1 a 6, com ênfase no alinhamento dos objetivos de gestão de áreas protegidas indicando os impactos positivos e negativos do turismo. Este capítulo ilustra os benefícios do planejamento e gestão proativos da infraestrutura de turismo, do turismo comercial e da gestão de visitas e uso público. As melhores práticas nesta área são as seguintes:

- Escolha de materiais para o desenho do projeto e a construção baseado em fontes que minimizem os danos e valorizem aspectos como durabilidade, capacidade de reciclagem, disponibilidade e sustentabilidade.
- Utilização de estruturas de gestão baseadas em padrões, orientadas pelos valores das áreas protegidas, objetivos de gestão e seus indicadores e normas associados.

- Empregar uma combinação de ferramentas e técnicas de gestão da visitação que se reforçam e se complementam.

O capítulo 4 explora os Princípios 7 a 10, que se relaciona à gestão adaptativa do turismo sustentável. Esses princípios se concentram em métodos inovadores para monitorar o uso, a experiência e os impactos dos visitantes; engajamento do cidadão, parcerias, educação e comunicação; tecnologias da informação; e marketing. As melhores práticas em gestão adaptativa são:

- Aproveitar a habilidade e o entusiasmo dos voluntários através da ciência cidadã.
- Coordenar e integrar o monitoramento de impactos ambientais e sociais, com tecnologias apropriadas e financiamento suficiente.
- Compreender quais valores estão sendo protegidos e o contexto operacional antes de selecionar uma ferramenta ou prática de gestão da visitação.
- Ser estratégico sobre quais valores da área protegida são destacados em programas de educação e interpretação ambiental.
- Usar programas de educação e interpretação ambiental para envolver emocionalmente os visitantes e conectá-los aos valores que a área está protegendo.
- Proporcionar aos turistas um contexto mais amplo sobre questões de gestão na área protegida, conectando-os a problemas semelhantes em escala global.
- Alcançar um forte entendimento de diferentes fatores por meio de pesquisa e análise antes de se engajar em estratégias de marketing.
- Seguir diretrizes adotadas internacionalmente sobre turismo e biodiversidade, que fornecem uma estrutura para políticas, planejamento, gestão e monitoramento do turismo e seus impactos.

O capítulo 5 traz o foco para questões críticas do desenvolvimento da capacidade de gestores, comunidades e outras partes interessadas na gestão da visitação, parcerias e das receitas geradas pelo turismo. Esforços eficazes de desenvolvimento de capacidades se beneficiam da avaliação minuciosa de habilidades e conhecimentos, metas e expectativas claras de treinamento entre todas as partes interessadas,



Iguanas marinhas (*flimblyrhynchus cristatus*) e turistas dividindo uma trilha à beira-mar nas Ilhas Galápagos, Equador © Yu-Fai Leung

parcerias criativas para entrega e incorporação de tecnologia apropriada. As melhores práticas de capacitação incluem:

- Garantir que o planejamento do local para o turismo siga um processo sistemático que estabeleça as condições de base de referência, um modelo conceitual e um sistema de monitoramento e avaliação para informar a gestão local de maneira adaptativa.
- Desenvolver planos de gestão do turismo em colaboração com as partes interessadas afetadas.
- Analisar a capacidade das comunidades locais para prestar serviços de turismo.
- Garantir que todo o trabalho relacionado à parceria seja oficialmente compreendido e reconhecido.

O capítulo 6 ilustra exemplos de áreas protegidas financiadas de maneira sustentável pelo turismo em todo o mundo e descreve as condições sob as quais isso é possível. Os elementos comuns incluem avaliação financeira sistemática; consideração de toda a gama de taxas, concessões e licenças; e um mecanismo transparente, justo e eficiente de compartilhamento de receita. As práticas recomendadas incluem:

- Realizar uma avaliação financeira sistemática da área protegida (ou sistema mais amplo de áreas protegidas) antes de definir os valores dos ingressos.
- Analisar a disposição a pagar dos turistas e dos operadores turísticos em relação a ingressos e cada taxa de utilização.. Taxas de benchmarking para áreas protegidas locais e regionais com atrações semelhantes.
- Estipular apoio a práticas sustentáveis e aos objetivos de conservação da área protegida como parte de contratos com operadores turísticos.
- Formar acordos com concessionárias para empregar um certo número de funcionários locais, gastar localmente sempre que possível e contratar serviços de empresas locais.

O capítulo 7 examina como as mudanças globais, como crescimento populacional e mudança climática, estão moldando a demanda turística, o tipo de atividade e os padrões de uso em áreas protegidas, desafiando os gestores a identificar estratégias adequadas de adaptação, mitigação e comunicação.



Caminhada de outono no Parco Nazionale Foreste Casentinesi, Itália © Yu-Fai Leung

Turismo e visitação em áreas protegidas: o desafio da sustentabilidade

1



1.1 Visando o turismo sustentável em áreas protegidas

O turismo é e deve ser uma discussão chave no quesito conservação. À medida que a população mundial cresceu e a melhoria no transporte permitiu deslocamentos rápidos por vastas distâncias, o turismo prosperou e se concentrou cada vez mais nas paisagens naturais e culturais e paisagens marinhas remanescentes, geralmente em áreas protegidas. O turismo, diferentemente de muitas indústrias extrativistas, requer áreas naturais belas, vida selvagem e natureza saudáveis e culturas autênticas. Portanto, a capacidade do turismo de gerar renda nacional e gerar empregos pode atuar como um fator importante para conservar e gerenciar áreas naturais preservadas, em vez de modificá-las ou destruí-las para produzir outras mercadorias.

Essas Diretrizes visam ajudar planejadores e formuladores de políticas, bem como gestores de parques e outros profissionais de conservação, a garantir que o turismo em áreas protegidas seja apropriado, bem administrado e apoie os objetivos de conservação.

É importante o estabelecimento de boas políticas quanto aos tipos apropriados de turismo e o que evitar. Em todo o mundo, muitos gestores de áreas protegidas estão sob pressão para alcançar vários objetivos, às vezes conflitantes. Existe uma demanda para que forneçam experiências educativas e relevantes, bem como a receita para a gestão da conservação, mas também a fim de evitar o comprometimento da integridade ambiental das áreas protegidas através da superlotação, superdesenvolvimento ou poluição que o turismo pode trazer, garantindo a participação e benefício às comunidades. Essas Diretrizes visam fornecer uma seleção das melhores práticas atuais que ajudarão os planejadores e os gestores das áreas protegidas a alcançar esse difícil equilíbrio.

O problema central pode ser reapresentado como um desafio de sustentabilidade para os gestores. O que procuramos promover em áreas protegidas não é apenas qualquer tipo de turismo, mas o turismo sustentável, que é definido como “o turismo que leva em consideração seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, indústria, meio ambiente e comunidades locais” (UNWTO e UNEP, 2005: 11-12). Essa compreensão ampla e prospectiva dos possíveis benefícios e impactos negativos do turismo deve ser fundamentada em um princípio fundamental: para que o turismo em áreas protegidas seja sustentável, ele deverá, antes de tudo, contribuir para a conservação da natureza a longo prazo, não apenas de forma breve ou esporádica, e garantir que a conservação não seja comprometida pelo uso público inadequado ou mal gerenciado. Isto deriva diretamente da definição básica de área protegida apresentada pela UICN, ou seja:

Um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meios legais ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (Dudley, 2008: 7; ver Quadro 1.1 para definições adicionais dos termos).

Com esse princípio fundamental em mente, podemos especificar que o turismo sustentável em áreas protegidas deverá, em todas as suas fases, da política ao planejamento e à gestão:

- Salvaguardar as qualidades ambientais e / ou culturais que atraem turistas, mantendo processos ecológicos essenciais e qualidades estéticas e espirituais, e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade;
- Respeitar os direitos dos povos indígenas e tradicionais e das comunidades locais e sua autenticidade sociocultural, conservar sua herança cultural viva e valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e tolerância interculturais;

Quadro 1.1

Definições dos termos principais

Aqui estão as definições de alguns dos termos mais importantes que serão encontrados ao longo destas Diretrizes. As definições foram adaptadas ao contexto das áreas protegidas; definições originais são fornecidas no glossário no final deste documento. O glossário também contém definições de muitos outros termos usados nas Diretrizes.

Comunidade local (ou anfitriã): um grupo social de qualquer tamanho cujos membros residem em ou perto de uma área protegida. O grupo compartilha uma forma de gestão dos recursos e pode ter uma herança cultural e histórica comum.

Visitante: Para áreas protegidas (AP), um visitante é uma pessoa que visita o território da AP para fins determinados pela área. Um visitante não é pago para estar na AP e não vive permanentemente na AP. Os propósitos exigidos para a área são tipicamente recreativos, educacionais ou culturais.

Turista: Qualquer visitante cuja viagem a uma área protegida inclua um pernoite.

Uso público: qualquer forma de utilização de uma área protegida realizado por um visitante durante sua estadia.

Turismo: as atividades das pessoas que viajam e permanecem em locais fora de seu ambiente habitual (aqui, a área protegida) por não mais de um ano consecutivo.

Turismo sustentável: Turismo em uma área protegida que leva em consideração seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, do mercado, do meio ambiente e das comunidades locais (anfitriãs).

Fontes: Hornback e Eagles, 1999; UNWTO e UNEP, 2005; Spenceley, et al., 2017b; UNWTO, 2018

- Garantir operações econômicas viáveis e de longo prazo, fornecendo benefícios socioeconômicos distribuídos de forma justa a todos os detentores de direitos e partes interessadas afetadas pelo turismo, incluindo oportunidades estáveis de geração de emprego e renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs e contribuindo para o alívio da pobreza;
- Proporcionar oportunidades apropriadas para facilitar uma experiência significativa e de alta qualidade para o visitante, que contribuirá para um maior senso de comprometimento pela natureza e áreas protegidas (adaptado da UNWTO e UNEP, 2005).

Todos os envolvidos no desenvolvimento e gestão do turismo em áreas protegidas devem buscar esses objetivos básicos. O turismo que não atinge esses objetivos - que não é sustentável - não deve ser permitido em áreas protegidas.

O ato de definir se o turismo é sustentável e apropriado em áreas protegidas pode ser desafiador, porque as perguntas que precisam ser respondidas são complexas. Por exemplo:

- Esta área protegida e seus arredores ou região possuem leis, regulamentos e infraestrutura de planejamento para gerenciar os níveis de visitação antecipada de maneira sustentável?
- Todos os valores do local são bem conhecidos e documentados como base para o planejamento e o monitoramento dos impactos?
- Quais restrições ao desenvolvimento do turismo decorrem da missão e dos objetivos da área protegida?
- Que tipo e escala de infraestrutura é apropriada e onde deve estar localizada (por exemplo, hospedagem)?
- Que nível de impactos biofísicos, se houver, é aceitável, dada a missão e os objetivos da área protegida?
- Que perfil de visitantes deve ser alvo de campanhas promocionais?
- Quais oportunidades de experiência do visitante a gestão procura promover e quais são inadequadas para o local?
- Quem fornece os serviços de turismo? Empresas com fins lucrativos? Organizações sem fins lucrativos? Equipe da área protegida?
- Que nível de impactos na biodiversidade e no ambiente físico é aceitável, dada a missão e os objetivos da área protegida?
- Que tipos de serviços devem ser oferecidos pelas comunidades locais vizinhas?
- Como as comunidades que vivem no interior e em áreas adjacentes às áreas protegidas participam ativamente e se beneficiam do desenvolvimento do turismo na área protegida?



- Como os fundos gerados pelo turismo e pelos visitantes serão assegurados e distribuídos para a gestão?... para conservação?... para comunidades?
- Como as políticas podem ser influenciadas nos setores de planejamento de conservação e turismo para tratar dessas questões?
- Como a administração pode determinar e planejar um nível aceitável de impactos e oportunidades apropriadas de experiência?
- Como as ações de gestão e seus resultados devem ser monitorados?

Muitas dessas perguntas precisam ser abordadas muito antes de uma área protegida promover o uso turístico, e as respostas devem estar relacionadas aos objetivos de conservação da área protegida. A Tabela 1.1 apresenta as seis categorias de áreas protegidas da UICN e como a orientação de cada uma se relaciona com o turismo e os perfis de visitantes que podem ser recebidos em cada categoria. Essas Diretrizes visam ajudar planejadores e gestores a planejar e gerenciar o turismo alinhado com os objetivos das áreas protegidas.

1.2 O potencial do turismo sustentável em áreas protegidas

Frequentemente, no mundo real, os gestores precisam lidar com situações que ficam aquém do ideal. As áreas protegidas operam em uma vasta gama de condições políticas, sociais e econômicas. Na maioria das vezes, os gestores não têm financiamento, equipe e outros recursos adequados e quase nunca têm todas as informações necessárias para a tomada de decisão ideal. Neste mundo real, alcançar o turismo sustentável em áreas protegidas torna-se uma questão onde se tenta maximizar os benefícios do turismo, minimizando seus impactos negativos e se adaptando constantemente às mudanças nas condições.

O turismo em áreas protegidas tem características únicas que o tornam uma força potencialmente positiva para a conservação. O turismo, a recreação e o uso público estão intrinsecamente ligados a muitas áreas protegidas desde a sua concepção. Os visitantes se conectam, experimentam e aprendem sobre o patrimônio natural e cultural. Tais experiências podem ser transformadoras para o crescimento e o bem-estar pessoal de um indivíduo, enquanto incutem um crescente senso de cuidado e propriedade no nível local (Walker e Chapman, 2003). O turismo exige insumos de muitos setores econômicos para operar com eficiência e também pode gerar receitas que apoiam as economias locais e nacionais. Dessa forma, o turismo pode influenciar políticas públicas que impactam o



As atividades de turismo em áreas protegidas assumem várias formas. Caminhadas no Parque Nacional Histórico do Canal Chesapeake e Ohio pelo rio Potomac, perto de Washington, DC, EUA (esquerda). © Yu-Fai Leung. Observação da vida selvagem na Reserva Nacional Maasai Mara, Quênia (Direita). © Anna Spenceley.

Tabela 1.1 Categorias de Áreas Protegidas da UICN e sua abordagem de gestão ao turismo e uso público

Categoria de Área Protegida da UICN *	Objetivo principal e valor (es) protegido (s)	Abordagem ao turismo e uso "público"	Tipo de visitante					
			Individual	Pesquisador	Uso comercial	Turistas e recreacionistas	Usuários espirituais e culturais	Usuários Comemorativos **
Ia) Reserva Natural Estrita	Proteção da biodiversidade ou do patrimônio geográfico (valores ecológicos e científicos)	<ul style="list-style-type: none"> Acesso público somente possível por meio de programas científicos organizados, "ciência cidadã" ou serviço voluntário 	✓	✓			✓	
Ib) Área selvagem	Proteção do caráter natural e condição de áreas não modificadas ou levemente modificadas (natureza selvagem e valores ecológicos)	<ul style="list-style-type: none"> A utilização por visitantes autônomos e de baixa densidade geralmente é um objetivo de gerenciamento; Acesso público restrito em termos de quantidade de uso, tamanho do grupo, atividade etc. Atividade turística limitada e altamente regulamentada (por exemplo, com permissões de uso especial) 	✓	✓				
II) Parque Nacional	Proteção de um ecossistema e seus processos ecológicos em larga escala (ecológico, recreação e valores da comunidade)	<ul style="list-style-type: none"> O uso e a experiência dos visitantes costumam ser um objetivo de gerenciamento Uma variedade de oportunidades de recreação normalmente oferecidas por meio de zoneamento, desenvolvimento de instalações e serviços para visitantes (os países têm diferenças marcantes em suas atitudes em relação à hospedagem de visitantes em áreas protegidas) 	✓	✓	✓	✓	✓	✓
III) Monumento Natural	Conservação de características naturais específicas (ecológicas, recreação e valores comunitários)	<ul style="list-style-type: none"> O uso e a experiência dos visitantes costumam ser um objetivo de gerenciamento Normalmente, são oferecidas oportunidades de recreação para facilitar a proteção de recursos e a compreensão do público 	✓	✓	✓	✓	✓	✓
IV) Área de Gestão de Habitats / Espécies	Conservação através de intervenção gerencial (ecológica, valores da comunidade e recreação)	<ul style="list-style-type: none"> A visitação recreativa e o turismo comercial geralmente são objetivos de gestão Uma variedade de oportunidades de recreação é fornecida com instalações e serviços associados Turismo comercial comum para observação da natureza 	✓	✓	✓	✓	✓	✓
V) Paisagem Marinha/ Terrestre Protegida	Conservação da paisagem / paisagem marinha (valores comunitários, ecológicos e de lazer)	<ul style="list-style-type: none"> O turismo é geralmente um objetivo de gestão Uma variedade de oportunidades de recreação é fornecida com instalações e serviços associados Turismo comercial comum 	✓	✓	✓	✓	✓	✓
VI) Área Protegida de Recursos Gerenciados	Uso sustentável dos ecossistemas naturais (comunidade, recreação e valores ecológicos)	<ul style="list-style-type: none"> Visita de recreação e turismo comercial podem ser objetivos-chave Uma variedade de oportunidades de recreação é fornecida com instalações e serviços associados Turismo comercial comum 	✓	✓	✓	✓	✓	✓

* Adaptado de Dudley (2008), Dudley, et al. (2013) e Spenceley, et al. (2015)

** Usuários que acessam áreas protegidas para fins comemorativos, como visitantes que retornam a locais de importância cultural dentro de uma área protegida (Spenceley, et al., 2015: 720).

futuro das áreas protegidas. Em resumo, o turismo em áreas protegidas apresenta oportunidades e desafios (Tabela 1.2).

Numa época em que o crescimento populacional e a demanda por recursos naturais estão pressionando cada vez mais as áreas protegidas, os benefícios econômicos do turismo em áreas naturais podem ser um argumento poderoso para a conservação. O turismo em áreas protegidas é uma parte importante da indústria global de turismo - uma indústria cuja escala e impacto são enormes. A Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (OMT) estimou que as chegadas de turistas internacionais excederam 1,33 bilhão em 2017 e geraram mais de US\$ 1,34 trilhão em receitas de turismo internacional, contribuindo assim com 10% do PIB mundial (OMT, 2018). A OMT (2017) também prevê que o turismo internacional continuará a crescer a uma taxa anual de 3,3% até 2030, e que o turismo doméstico excederá essa taxa em uma escala bem maior. Um volume tão alto de visitantes implica certas necessidades de infraestrutura fundamental e requisitos de emprego e serviços humanos, todos com ramificações para a economia, sociedade, cultura e meio ambiente. As áreas protegidas estão sendo afetadas por todas essas tendências. Feito de maneira sustentável, o turismo pode representar um forte argumento

para aumentar o número e a gestão eficaz de áreas protegidas em escala global. O turismo pode contribuir diretamente para a realização do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), ajudando a promover a conservação, o desenvolvimento da comunidade e a conscientização pública (McCool e Moisey, 2008; UNWTO, 2010; Buckley, 2012a; Hvenegaard, et al., 2012; CBD, 2015; UNEP-WCMC e IUCN, 2016).

Em 2004, a CDB adotou as Diretrizes sobre Biodiversidade e Desenvolvimento do Turismo (CDB, 2004) e continua a promover seu uso, por exemplo, através da publicação em 2015 de um manual com exemplos de boas práticas para sua aplicação (CDB, 2015). O turismo também pode contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) das Nações Unidas - um conjunto de 17 objetivos destinados a acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos até 2030. Os SDGs são a peça central da agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, e o turismo é destaque na meta 8 (crescimento econômico sustentável), meta 12 (consumo e produção sustentável) e meta 14 (conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos), e implícito na meta 15 (proteger, restaurar e promover uso sustentável de

Tabela 1.2 Oportunidades e desafios para a gestão do turismo em áreas protegidas

Oportunidades	Desafios
Engajar a sociedade no apoio à conservação da natureza e da cultura por meio de áreas protegidas, proporcionando experiências significativas que comunicam os muitos valores das áreas protegidas.	As áreas protegidas tornam-se simplesmente uma outra “mercadoria” ou recurso a ser explorado por uma indústria que está mais interessada em lucros, acessando e fornecendo novas experiências, do que apoiando a conservação.
Contribuir ativamente para a conservação, envolvendo visitantes em tarefas de gestão e contribuições diretas de financiamento (por exemplo, ingressos, taxas e de utilização e concessão etc.) ou outro apoio em espécie à administração.	Os interesses do turismo minam sensivelmente a gestão adequada, pressionando por usos, benefícios ou acesso que são prejudiciais aos objetivos de conservação ou culturais da área protegida.
Justificar o apoio político e melhor financiamento para a gestão, reconhecendo a importância do turismo baseado em áreas protegidas para as economias locais e regionais.	A importância do turismo baseado na área protegida gera pressão política pelo desenvolvimento excessivo dentro ou ao redor da área protegida.
Amenizar os impactos do turismo por meio de planejamento criterioso da infraestrutura, remediação de danos causados e técnicas de mitigação de impacto dos visitantes (por exemplo, proteção de trilhas).	Ocorrem impactos negativos no meio ambiente, como poluição (por exemplo, descarte de resíduos, emissões de carbono), uso não sustentável de recursos (por exemplo, água) e danos a áreas sensíveis (por exemplo, através de infraestrutura mal desenvolvida ou localizada).
Potencializar os benefícios sociais e culturais das áreas protegidas promovendo e conservando suas atrações culturais, mostrando a cultura local (por exemplo, histórias, artesanato, design, música, comida) e fornecendo serviços interpretativos e oportunidades educacionais adequados.	Ocorrem impactos negativos na população local (por exemplo, mercantilização da cultura, perturbação da vida tradicional, crime, superlotação, deslocamento das comunidades locais para acomodar o desenvolvimento do turismo, perda de acesso aos recursos tradicionais, danos ou profanação de lugares sagrados, pressões causadas por altos níveis de visitação); alto custo de vida e inflação resultante do turismo.
Fornecer um grande incentivo, por meio de benefícios sociais e financeiros diretos, para as comunidades dentro ou perto de áreas protegidas para proteger a vida selvagem e tolerar alguns impactos negativos da vida selvagem.	Sem benefícios, muitas populações carentes continuam esgotando a vida selvagem para proteção de si mesmas ou de propriedades ou para obter lucro.
Estimular vínculos econômicos locais por meio da propriedade local de ativos turísticos, gestão de empresas de turismo, emprego, meios de subsistência alternativos e empreendedorismo na cadeia produtiva do turismo (por exemplo, orientação, artesanato, alimentos e bebidas, transporte etc.).	Os vínculos econômicos positivos não se concretizam devido à falta de informação, oportunidade, acesso ao financiamento, políticas adequadas ou consistência.

ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação e interromper e reverter a degradação da terra e a perda de biodiversidade) (<http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>).

Toda área protegida possui valores únicos que precisam ser conectados e apreciados por visitantes, outros detentores de direitos e partes interessadas e o público em geral. As áreas protegidas com designações internacionais, como as Reservas da Biosfera da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os Patrimônios Mundiais da UNESCO, os Geoparques Globais da UNESCO e as Áreas Úmidas de Ramsar, devem expressar valores adicionais que representem exemplos de destaque mundial de herança cultural e natural. O turismo sustentável é uma das maneiras mais promissoras de realizar esse importante trabalho.

1.3 Turismo em áreas protegidas em contextos internacionais

Para lidar com o turismo de forma bem sucedida, os gestores devem entender o contexto mais amplo, internacional. Uma tendência global abrangente é a cooperação e coordenação internacional na conservação de áreas protegidas. Essa tendência é expressa diretamente através da variedade de designações e iniciativas internacionais de áreas protegidas que surgiram desde a década de 1970.

Essas iniciativas incluem tratados vinculativos, como as convenções de Patrimônio Mundial e Ramsar e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), bem como esforços voluntários, como o Programa Homem e Biosfera da UNESCO e sua rede internacional de reservas da biosfera, reservas, a recém formada Parceria com Áreas Chave de Biodiversidade (IUCN, 2017c). Todos eles estabelecem padrões de conservação, juntamente com requisitos para monitoramento e correção, quando necessário. Para atingir essas designações internacionais, as áreas protegidas candidatas devem atender a esses padrões e também cumprir as leis aplicáveis em todos os níveis. Todas essas iniciativas são relevantes para o turismo.

Sítios de Patrimônio Mundial

A Convenção do Patrimônio Mundial é o principal veículo do mundo para o reconhecimento e a proteção de locais de patrimônio natural, cultural e misto. Este tratado, do qual participam 193 países, é supervisionado por um secretariado organizado pela UNESCO e governado pelo Comitê do Patrimônio Mundial. A IUCN é um dos três Órgãos Consultivos autorizados para a Convenção do Patrimônio Mundial, orientando sobre a inscrição de propriedades naturais. A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, a maior honra que pode ser concedida a uma área protegida, é reservada a lugares excepcionais que são considerados de “valor universal excepcional”. Os países geralmente promovem seus Patrimônios da Humanidade como um dos destinos turísticos mais significativos; isso levou, em muitas dessas propriedades, a preocupações com a quantidade e o tipo de turismo que está ocorrendo. Ao mesmo tempo, o turismo nos sítios do patrimônio mundial é uma oportunidade de transmitir seus valores marcantes aos visitantes (Quadro 4.10, p.54). A UNESCO criou um kit de ferramentas on-line de turismo sustentável voltado especificamente para os gestores de sítios do patrimônio mundial, mas que também pode ser adaptado para outras áreas protegidas. O kit de ferramentas guia os gestores passo a passo desde os fundamentos básicos (por exemplo,

estratégia, governança) até a entrega das melhores práticas de comunicação, infraestrutura e muito mais (<http://whc.unesco.org/sustainabletourismtoolkit> de ferramentas/how-use-guide).

Reservas da biosfera

As reservas da biosfera são áreas protegidas que fazem parte de uma rede internacional que, assim como o Patrimônio Mundial, também é supervisionada pela UNESCO. Cada reserva promove soluções que conciliam a conservação da biodiversidade com seu uso sustentável e também enfatiza abordagens interdisciplinares para entender e gerenciar mudanças e interações entre sistemas sociais e ecológicos, incluindo prevenção de conflitos e gestão da biodiversidade. O turismo sustentável desempenha um papel importante no cumprimento das funções das reservas da biosfera e, em vários desses locais, testar abordagens aprimoradas ao desenvolvimento do turismo faz parte do foco da gestão (<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/>).

Geoparques

Os Geoparques são mais um sistema de reconhecimento de áreas protegidas gerenciado pela UNESCO. Um Geoparque é uma “área geográfica unificada e única, onde locais e paisagens de importância geológica internacional são gerenciados com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável” (<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-globalgeoparks/>). Desde 2017, a Rede Global de Geoparques da UNESCO compreende 140 Geoparques em 38 estados membros (GGN, 2018). Não é de surpreender que os Geoparques sejam os principais polos de “turismo geológico”, que podem incluir atrações tão díspares que variam de formas terrestres dramáticas, fósseis e minerais, a interesses como minas históricas a um terroir produtor de vinho (Quadro 2.6, p.16).

Sítios Ramsar

Os sítios Ramsar são locais de áreas úmidas de importância global, designados pela Convenção de Ramsar sobre áreas úmidas. Muitos sítios Ramsar são considerados “zonas úmidas de destino”, e o foco da convenção neste caso está relacionado à definição de turismo sustentável da OMC. As zonas úmidas têm muitas atrações para os turistas, principalmente para observadores de pássaros e outros entusiastas da vida selvagem. A Convenção produziu orientações e adotou políticas sobre o turismo em relação à conservação de espécies e habitats (Convenção de Ramsar e OMT, 2012).

Redes regionais de áreas protegidas

Existem redes regionais de áreas protegidas em vários lugares do mundo. Essas redes fazem o elo entre áreas protegidas entre países vizinhos em uma região geográfica específica. Como exemplos, podemos citar o sistema Natura 2000 na União Europeia e a rede de Parques Patrimoniais da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático). A esse nível regional, diretrizes e protocolos relevantes para o turismo sustentável foram desenvolvidos por grupos de países. Alguns dos exemplos incluem a Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas (Federação EUROPARC, 2010) e Diretrizes para o Turismo em Parques e Áreas Protegidas do Leste Asiático (Eagles, et al., 2001). Áreas de conservação de conectividade

em escala paisagística, como a Paisagem do Arco Terai, que abrange mais de uma dúzia de áreas protegidas na Índia e no Nepal, são uma forma relacionada de rede regional transnacional em torno da qual estão sendo organizadas quantidades crescentes de turismo. A conservação da conectividade reconhece que habitats e espécies funcionam melhor como parte de uma grande rede interconectada de áreas protegidas e paisagens semi-naturais e naturais circundantes (<https://www.protectedplanet.net/c/connectivity-conservation>).

Convenção sobre Diversidade Biológica

A Convenção sobre Diversidade Biológica, outro tratado internacional, não designa áreas protegidas diretamente, mas é uma das influências mais importantes na conservação global baseada em iniciativas locais por meio de seu Programa de Trabalho em Áreas Protegidas, que “apresenta uma estrutura globalmente aceita para a criação de sistemas de áreas protegidas nacionais e regionais abrangentes, efetivamente gerenciados e financiados de maneira sustentável” em todo o mundo (<https://www.cbd.int/protected/>). As diretrizes de turismo da CDB (CBD, 2004) foram desenvolvidas por meio de um processo internacional abrangente de consulta e elaboração e permanecem como um pilar central da contribuição da CDB para enfrentar os muitos impactos do turismo sobre a biodiversidade.

Convenção sobre a Conservação de Espécies Migratórias

A Convenção sobre Conservação de Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS) é uma plataforma global para a conservação e uso sustentável de animais migratórios e de seus habitats (CMS, 2018). Reconhecendo que essas espécies costumam ser de alto interesse para os recreacionistas, a CMS colaborou com o Programa Ambiental das Nações Unidas em um grande estudo dos benefícios e riscos do turismo em relação a eles (UNEP e CMS, 2006).

Organização Mundial de Turismo

A Organização Mundial de Turismo (OMT) é a agência especializada das Nações Unidas encarregada de promover o turismo sustentável e universalmente acessível. A OMT promove o turismo como uma maneira de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A OMT patrocina iniciativas de turismo sustentável, como o estabelecimento do Conselho Global de Turismo Sustentável, que estabelece padrões que os governos nacionais e as agências de áreas protegidas devem cumprir para obter reconhecimento do mercado das operações de turismo sustentável (Quadro 4.15, p.59) e o Marco de 10 anos dos programas (10YFP) sobre turismo sustentável, que contribui para o Objetivo 12 dos ODS sobre consumo e produção sustentáveis (<http://sdt.unwto.org/about-10yfp-stp>).

1.4 Melhores práticas em turismo em áreas protegidas: características-chave

Para ajudar os gestores e outros tomadores de decisão a alcançar um turismo sustentável em áreas protegidas, essas Diretrizes oferecem uma série de melhores práticas. Elas podem funcionar como guias ao longo do caminho para

atingir o objetivo do turismo sustentável: quanto mais diretrizes forem seguidas, mais rápida e fácil será a jornada.

Entender por que algo é considerado uma prática recomendada ajuda a compreender algumas das principais características que todos compartilham. Uma prática recomendada no turismo em áreas protegidas:

- **Adota o “tripé da sustentabilidade”.** Este é um termo econômico, agora amplamente usado em outros campos, que mede o sucesso de um determinado esforço, não apenas em termos de retorno econômico, mas também em termos de valor ambiental e social. Aqui, o tripé da sustentabilidade significa que o turismo em áreas protegidas deve (i) contribuir para a conservação da natureza (valor ambiental); (ii) gerar benefícios econômicos às autoridades e proprietários das áreas protegidas para ajudar a suportar os custos de gestão e também oportunidades sustentáveis de subsistência nas comunidades locais (valor econômico); e (iii) contribuir para o enriquecimento da sociedade e da cultura (valor social).
- **Alinhado ao contexto da área protegida.** As melhores práticas de turismo são adaptadas à situação única de cada área protegida. Uma ação específica considerada uma prática recomendada em uma área protegida pode ser apenas uma das boas opções em outra. Em outras palavras, as melhores práticas oferecidas nessas diretrizes têm uma certa flexibilidade incorporada; os gestores precisam fazer avaliações críticas e usar sua discricionariedade na adaptação das diretrizes à sua situação específica.
- **Reconhece que experiências de alta qualidade para os visitantes são importantes.** Para que o turismo seja uma ferramenta eficaz de conservação e desenvolvimento da comunidade, a qualidade do ‘produto’ do turismo - a experiência do visitante - deve ser mantida (McCool, 2006). A experiência do visitante é definida como uma complexa interação entre as pessoas e seus estados internos, a atividade que estão realizando e o ambiente social e natural em que se encontram (Borrie e Roggenbuck, 1998: 115). As experiências de alta qualidade dos visitantes são produzidas através do cumprimento da motivação em participar de certas oportunidades de recreação, que podem variar de desafio físico a aprendizado e vínculo social (McCool, 2006).
- **Visa construir uma ética de conservação.** Os tipos de experiência que os gestores e os operadores turísticos fornecem em áreas protegidas precisam ser qualitativamente diferentes daqueles oferecidos em outros destinos. Um objetivo principal do turismo sustentável em áreas protegidas não é apenas a satisfação do cliente, mas o incentivo à ética da conservação por parte dos visitantes. Os visitantes devem estar cientes de como e por que a conservação está ocorrendo na área protegida - conhecimento que, espera-se, levará a um apoio duradouro. Em algumas situações, os turistas também podem ser incentivados a apoiar ativamente a conservação da área de que desfrutam através de fundações filantrópicas ou outros meios.
- **Considera impactos negativos assim como benefícios.** Todas as ações de gestão em uma área protegida, mesmo as decorrentes das melhores práticas, têm um custo. Parte das melhores práticas é reconhecer isso abertamente e tornar claros os custos e benefícios. Os impactos sociais e ambientais das decisões relacionadas ao turismo devem ser declarados, analisados e monitorados.
- **Respeita as necessidades específicas das comunidades locais.** Os benefícios do turismo em área

protegida devem fluir para as comunidades locais e também para os fornecedores externos. Da mesma forma, os impactos negativos do turismo não devem afetar, desproporcionalmente, as comunidades locais.

1.5 Por que a necessidade de novas diretrizes?

Essas Diretrizes estão ancoradas em uma rica base de conhecimento que foi construída ao longo de muitos anos por profissionais, além de pesquisadores acadêmicos e teóricos, conforme atestado nas referências listadas no final do livro. Em particular, atualiza dois conjuntos anteriores de diretrizes de turismo em áreas protegidas. A primeira, *Diretrizes: Desenvolvimento de Parques Nacionais e Áreas Protegidas para o Turismo* (McNeely, et al., 1992), publicada em conjunto pela OMT e pelo Programa Ambiental da ONU, foi um esforço pioneiro no campo. A segunda, *Turismo Sustentável em Áreas Protegidas: Diretrizes para Planejamento e Gestão* (Eagles, et al., 2002), foi uma contribuição anterior à Série de Diretrizes para Áreas Protegidas das Melhores Práticas da UICN. Ambas ainda são fontes relevantes e satisfatórias de informação. Porém, como em todos os campos da gestão de áreas protegidas, os eventos acontecem rapidamente e surgiram novos problemas nos últimos 15 anos - bem como novas ideias para resolvê-los. Duas publicações recentes particularmente importantes são o manual da CDB sobre biodiversidade e desenvolvimento do turismo (CBD, 2015), mencionado acima, e o capítulo sobre turismo no manual global da UICN, manual da UICN, Área Protegida Governança e Gestão (Worboys, et al., 2015). Essas Diretrizes se baseiam nelas e em outras fontes do pensamento mais atualizado sobre a gestão de melhores práticas de áreas protegidas para o turismo sustentável, e apresenta novas perspectivas de maneira acessível e útil.

1.6 Estrutura destas Diretrizes

O público-alvo dessas Diretrizes são profissionais e outras partes interessadas (incluindo detentores de direitos) que trabalham no turismo em áreas protegidas. Eles incluem administradores, gestores e planejadores, oriundos de agências governamentais, organizações não-governamentais (ONGs), grupos comunitários locais, proprietários privados ou outras entidades. Para simplificar a terminologia, nos referimos a todas essas pessoas como “gestores de áreas protegidas”. Tomamos como base exemplos de todo o mundo e pretendemos tornar as Diretrizes relevantes para os gestores em todos os tipos de situações, independentemente de quão mal ou com bem possam estar amparados em termos de recursos.

As demais Diretrizes exploram o contexto mais amplo do turismo sustentável em áreas protegidas, bem como processos, ferramentas e técnicas específicas, como por exemplo:

- Capítulo 2, “Os impactos do turismo em áreas protegidas”, descreve os efeitos potenciais positivos e negativos do turismo em áreas protegidas. A discussão mostra como a conservação do turismo, os benefícios econômicos e sociais - e os inconvenientes - estão entrelaçados.
- Capítulo 3, ‘Alinhando objetivos de gestão com impactos no turismo’, apresenta dez princípios de gestão da visitação e turismo e percorre os seis primeiros em uma discussão sobre ferramentas e técnicas de gestão e planejamento para identificar objetivos e valores da área protegida e usá-los para responder potenciais impactos negativos do turismo.
- Capítulo 4, “Gestão adaptativa no turismo sustentável”, continua percorrendo os quatro princípios finais, que abrangem elementos básicos de um programa integrado de gestão do turismo: monitoramento de recursos, autoavaliação repetida, engajamento público e divulgação de comunicações. O capítulo termina com uma discussão sobre programas de certificação e uma estrutura tríplice de gestão de turismo e visitantes que reúne aspectos-chave dessa abordagem adaptativa à gestão do turismo de áreas protegidas para a sustentabilidade.
- Capítulo 5, ‘Capacitação para gestão sustentável do turismo’, explica como os gestores de áreas protegidas, suas organizações e comunidades locais podem adquirir o conhecimento e as habilidades de que precisam, além dos recursos físicos e sociais, para realizar um programa de gestão sustentável do turismo.
- Capítulo 6, ‘Gestão de receitas e custos do turismo para obter benefícios de conservação’, analisa como as taxas cobradas pelas atividades turísticas, ingressos na área protegida e concessões podem potencialmente ajudar a financiar áreas protegidas e sua missão de conservação. Também são discutidos contratos com concessionárias e as oportunidades emergentes em torno da filantropia turística.
- Capítulo 7, ‘O futuro do turismo em áreas protegidas’, considera brevemente o lugar do turismo sustentável nos assuntos mundiais hoje, sinaliza algumas tendências futuras críticas para as quais os gestores de áreas protegidas devem se preparar e oferece sugestões sobre como os gestores podem interpretar e implementar as melhores recomendações práticas contidas nestas Diretrizes.

Em cada capítulo, as caixas de texto fornecem descrições curtas ou estudos de caso de áreas protegidas ou agências de áreas protegidas onde um bom trabalho está sendo realizado. Ao fim das caixas selecionadas, é exibida uma “Prática recomendada de Destaque”. Elas são resumidas no final do capítulo e retomadas em conjunto no Capítulo 7. Essas práticas recomendadas de Destaque não devem ser exaustivas, mas sim exemplos do leque de melhores práticas possíveis que estão ocorrendo atualmente na gestão do turismo em áreas protegidas. Elas se somam a um portfólio global de melhores práticas que recebem a contribuição de outros documentos de orientação (por exemplo, CBD, 2015).

Essas diretrizes são acompanhadas por um diretório de recursos on-line (<http://go.ncsu.edu/iucn-sustainabletourism-bpg>), que fornece recursos de literatura e um mecanismo de feedback para que os leitores relatem e compartilhem boas práticas. Isso fornece um elemento “vivo” às Diretrizes, criando uma oportunidade para os usuários colaborarem e gerarem conteúdo novo, relevante e atraente. Outros exemplos de abordagens bem-sucedidas estão sendo documentados no PANORAMA: Soluções para uma Planeta Saudável, uma parceria coordenada pela UICN e pela GIZ (agência de cooperação internacional da Alemanha) para analisar e comunicar as melhores práticas (www.panorama.solutions).

A discussão ao longo dos capítulos e a seleção de estudos de caso enfatizam as melhores práticas para garantir um turismo adequado que não comprometa os objetivos de conservação da área protegida. As melhores práticas são manifestações de know-how técnico, bem como as atitudes, esforços e compromissos de gestores, entidades do setor de turismo, comunidades - e os próprios turistas - que podem contribuir para o uso do turismo como um meio de apoiar as metas de conservação da área protegida.

O impacto de áreas protegidas no turismo

2



2.1 Ponderando impactos positivos e negativos

O turismo em áreas protegidas pode ter uma variedade de impactos positivos e negativos. Os tipos de impactos são amplos e afetam os recursos da área protegida, as economias locais, as comunidades locais e os próprios turistas. Essas Diretrizes destacam boas práticas que visam maximizar os impactos positivos do turismo, minimizando seus impactos negativos.

Às vezes é difícil estabelecer o equilíbrio. À medida que se estabelece mais infraestrutura em algumas áreas protegidas em resposta ao aumento da visitação, as preocupações sobre os impactos ambientais e sociais negativos dos visitantes aumentam e isso requer instrumentos para atendê-las. Por exemplo, no Parque Nacional de Yellowstone (EUA), na área popular de Fishing Bridge, reconheceu-se que grande parte da infraestrutura estava localizada em um habitat importante do urso pardo (*Ursus arctos*) e que essa infraestrutura, por atrair visitantes, contribuiu para número crescente de conflitos entre eles e os ursos.

Este é um enigma clássico para os gestores: como ponderar um impacto positivo (na experiência do visitante) contra um impacto negativo (danos ao habitat ou conflitos entre humanos e animais silvestres)? Inquietações semelhantes são frequentemente expressas hoje em dia, enquanto os países lutam para

integrar a necessidade de proteger o patrimônio natural em áreas protegidas com a demanda da sociedade por visitá-los, vê-los e apreciá-los e, além disso, com a oportunidade que apresentam como fonte de receitas nacionais e internacionais.

Um cenário comum ocorre quando uma atraente área natural protegida é 'descoberta' ou promovida para o turismo. Inevitavelmente, os habitantes locais desejam se beneficiar. No entanto, sem planejamento e regulamentação adequados, as acomodações são construídas em locais inadequados, destruindo o ambiente e o habitat da vida selvagem; esgoto, resíduos sólidos e lixo são mal administrados; e sítios populares dentro da área protegida ficam superlotados, prejudicando o meio ambiente e a experiência dos visitantes.

Os impactos do turismo nas áreas protegidas se enquadram em três amplas categorias, muitas vezes sobrepostas: ambiental, econômica e social. (O termo 'ambiental' inclui impactos biofísicos, enquanto 'social' inclui impactos culturais, comunitários e outros relacionados ao patrimônio). Este capítulo descreve esses impactos, ilustra-os com exemplos e discute os princípios de melhores práticas para ajudar os gestores a decidir como maximizar impactos positivos e minimizar os negativos. Ferramentas e técnicas específicas para promover essa ação são abordadas nos capítulos posteriores. Parte dessa discussão aborda como usar o manejo adaptativo e o monitoramento para responder a impactos negativos não previstos.

Tabela 2.1 Um resumo dos benefícios potenciais do turismo em áreas protegidas

Tipo de benefícios	Exemplos de potenciais benefícios que as áreas protegidas podem gerar:
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Oferecer educação pública sobre questões e necessidades de conservação Transmitir entendimento e maior atenção aos valores e recursos naturais por meio de experiências, educação e interpretação Estimular a tomada de consciência sobre o valor e a proteção dos recursos naturais que, de outra forma, têm pouco ou nenhum valor percebido por parte dos residentes ou são considerados um custo e não um benefício Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de boas práticas ambientais e sistemas de gestão para influenciar a operação dos negócios de viagens e turismo, bem como o comportamento dos visitantes nos destinos Apoiar o monitoramento ambiental e de espécies através de ciência cidadã
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> Gerar benefício econômico para uma nação, região ou comunidade a fim de fortalecer o compromisso de conservar a área natural e sua vida selvagem Aumentar empregos e renda para residentes locais Estimular novos empreendimentos turísticos e diversificar a economia local Melhorar instalações, transporte e comunicação locais com maior sustentabilidade Incentivar a produção local e a venda de mercadorias e a prestação de serviços Acesso a novos mercados e câmbio Gerar receitas fiscais locais Permitir que os funcionários aprendam novas habilidades Fornecer apoio financeiro às áreas protegidas através do pagamento de taxas e encargos turísticos
Social/Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o padrão de vida das populações locais Incentivar as pessoas a valorizar e se orgulhar de sua cultura local e áreas protegidas Apoiar a educação ambiental para visitantes e populações locais, e promover uma maior compreensão dos valores e recursos do patrimônio cultural Estabelecer ambientes atraentes para os destinos, tanto para residentes quanto para visitantes, que possam oferecer suporte a outras atividades compatíveis (por exemplo, indústrias de serviços ou produtos) Melhorar a compreensão intercultural através do contato social Incentivar o desenvolvimento e conservação da cultura, artesanato e artes Incentivar as pessoas a aprender idiomas línguas e culturas de outros povos Promover a estética, a saúde espiritual e outros valores relacionados ao bem-estar Melhorar a saúde física através de exercícios recreativos (por exemplo, caminhada, ciclismo) Contribuir para a saúde mental, reduzindo o estresse e a fadiga Aumentar o perfil da conservação em níveis local, nacional e internacional Interpretar valores, questões de conservação e questões de gestão para visitantes

Fontes: Eagles, et al., 2002; CBD, 2004; Maller, et al., 2009, IUCN, 2010; Spenceley, et al., 2015

Quadro 2.1

Múltiplos benefícios do turismo de observação de gorilas da montanha no Volcanoes National Park (Ruanda)

Na área de 160 km² do Parque Nacional dos Vulcões (VNP, por seu acrônimo em inglês) em Ruanda, o gorila da montanha ameaçado (*Gorilla beringei beringei*) é a principal atração turística. Em Ruanda, o turismo em áreas naturais tem sido entusiasticamente apoiado pelo governo e pelos conservacionistas, e desempenha um papel crucial na conservação dos gorilas das montanhas. No entanto, Ruanda também possui algumas das mais altas densidades de pessoas na África, com 820 pessoas por km² em algumas áreas, e as pessoas que vivem ao redor do VNP são agricultores extremamente pobres. Como consequência, os gorilas das montanhas são severamente ameaçados pela conversão agrícola e uso ilegal de recursos (por exemplo, caça com armadilhas). Garantir benefícios tangíveis para os membros da comunidade local é fundamental para a sobrevivência dos gorilas.

Alguns dos benefícios do turismo de observação de gorilas da montanha são:

- **Ambiental:** Embora existam muitas outras variáveis que afetam as populações de gorilas das montanhas, Fawcett (2009) sugeriu que a presença de turistas agia como um impedimento para os caçadores ilegais.
- **Econômico:** oportunidades de emprego são oferecidas às populações locais (incluindo ex-caçadores furtivos) como guias, rastreadores e guardas anti-caça ilegal.
- **Social:** Entre 2005 e 2010, cerca de US\$ 428.000 foram investidos diretamente em projetos comunitários ruandeses, incluindo construção de escolas, projetos de proteção ambiental (por exemplo, plantio de árvores, controle de erosão do solo), instalação de mais de 30 tanques de água que atendem a pelo menos 1.250 pessoas e implementação de iniciativas de segurança alimentar. Os projetos foram financiados através de um esquema de compartilhamento de receita, no qual 5% das receitas do turismo provenientes das taxas do parque são usadas em projetos comunitários em torno da área protegida.

O Quadro 6.5 (Capítulo 6) apresenta uma discussão mais aprofundada sobre as taxas de permissão para visitantes e atividades de observação neste parque nacional. A Comissão de Sobrevivência de Espécies da UICN (Macfie e Williamson, 2010) forneceu mais detalhes sobre os possíveis benefícios e custos, bem como diretrizes de gestão para o turismo de grandes macacos de maneira mais ampla.

Fontes: Plumptre, et al., 2004; Bush et al., 2008; Fawcett, 2009; Uwingeli, 2009; Macfie e Williamson, 2010; Nielsen e Spenceley, 2011 Positivo ou negativo - quem decide? Quem se beneficia?



Um tour guiado para observar gorilas da montanha no Volcanoes National Park (Acima). © Anna Spenceley.

Um dos grupos sociais dos gorilas da montanha observados pelos turistas (Abaixo). © Mei Yee Yan

Positivo ou negativo - Quem decide? Quem se beneficia?

Observe que “impactos” é um termo neutro por definição, uma vez que impactos percebidos como positivos por uma pessoa ou grupo podem ser vistos como negativos por outra. Neste capítulo e ao longo do livro, é crucial ter em mente a pergunta: “Quem decide se um impacto é positivo ou negativo?”

Os turistas gastam uma quantia considerável de dinheiro em áreas protegidas ou em atividades associadas a elas por meio de ingressos, pagamentos de acomodações, cobranças por atividades (por exemplo, caminhadas e passeios guiados) e compras de alimentos, bebidas e artesanato. Esse dinheiro pode ser acumulado por governos, agências de áreas protegidas, agentes de viagens, operadores turísticos, provedores de acomodações, varejistas, provedores de serviços e membros de comunidades locais. Como esses benefícios devem ser alocados? A resposta

a essa pergunta ajuda bastante a determinar se o turismo em uma determinada área protegida é sustentável ou não.

Tendo em vista o objetivo geral - que o turismo em áreas protegidas deve contribuir para a conservação da natureza e valores culturais associados -, vemos que os benefícios de conservação do turismo sustentável em áreas protegidas estão entrelaçados com uma mistura de benefícios econômicos e sociais. A Tabela 2.1 apresenta um resumo dos principais tipos de benefícios. Observe como os benefícios ambientais listados na parte superior da tabela implicam benefícios econômicos e sociais; o mesmo vale para as outras duas categorias - todas as três estão mescladas. Frequentemente, todas as três formas de benefício são realizadas em um destino turístico (Quadro 2.1). Em um programa de melhores práticas de turismo sustentável de área protegida, os três se reforçam mutuamente em todos os tipos de governança (Borrini-Feyerabend, et al., 2005). Com isso em mente, veremos a seguir os benefícios de conservação, econômicos e sociais do turismo em áreas protegidas.

2.2 Benefícios diretos de conservação

O turismo em áreas protegidas pode gerar importantes impactos positivos relacionados à conservação (Buckley, 2010a). Dependendo das circunstâncias, o turismo em áreas protegidas pode ser um componente pequeno ou grande dos esforços de conservação (Pegas e Stronza, 2008; Steven, et al., 2013). Em alguns casos, as empresas de turismo, incluindo as que operam em áreas protegidas por iniciativa privada (Quadro 2.2), apoiam diretamente a proteção ou reabilitação do habitat das espécies-alvo. Em Phillip Island (Austrália), as taxas de uso cobradas pela visualização de pequenos pinguins (*Eudyptula minor*) ajudaram na compra de áreas que abrigam habitats críticos para a espécie (Harris, 2002). Em outros casos, as atividades de turismo (ou a receita resultante) podem ajudar a reduzir a caça ilegal de espécies raras ou promover a coleta de dados científicos para o monitoramento da vida selvagem. Muitas pessoas participam de programas de voluntariado dentro e perto de áreas protegidas para coletar dados para cientistas e apoiar projetos de conservação de áreas protegidas. Por exemplo, a ONG Global Vision International realiza “expedições de conservação” nas Ilhas Seychelles que trabalham em projetos em parques marinhos nacionais e outras áreas protegidas. Os voluntários contribuem para a pesquisa biológica e o monitoramento dos recifes de coral no Parque Nacional Baie Ternay e no Parque Nacional Curieuse. Cópias dos dados da pesquisa são enviadas para a Autoridade Nacional do Parque das Ilhas Seychelles semestralmente (Spenceley, 2016). Às vezes, a mera presença de turistas em uma área protegida pode reduzir atividades destrutivas e ilegais. Na República Centro-Africana, os gestores do Projeto Dzanga-Sangha promovem o turismo que envolve a observação de gorilas (*Gorilla spp.*), de modo a ajudar na redução da caça ilegal (Greer e Cipolletta, 2006).

Nos vulcões de Virunga, em Ruanda, as densidades de armadilhas e caçadores que atravessam transectos nas áreas de pesquisa e turismo de gorilas eram 25-50% menores do que nas áreas sem essas atividades (McNeilage, 1996).

A nível nacional, a receita do turismo na área protegida pode contribuir para os ganhos cambiais e a balança de pagamentos (Mathieson e Wall, 1982), que podem ser usados para justificar gastos em conservação. O turismo também pode prover receita diretamente às autoridades das áreas protegidas para conservação, incentivar a população local a cuidar dos recursos naturais e incentivar o setor privado a conservar a biodiversidade (Bushell e McCool, 2007; Buckley, 2010a; Hvenegaard, 2011). Esses três elementos estão descritos abaixo.

Receita para gestão de áreas protegidas

Em muitos casos que envolvem áreas protegidas administradas pelo governo, os fundos derivados do turismo vão para o tesouro central. Quando esse caso não se aplica, a receita gerada pelo turismo pode contribuir diretamente para a gestão de áreas protegidas. Entre os muitos mecanismos, as taxas de ingresso ou de utilização são as mais comuns. Tais taxas também podem ajudar a gerenciar o número de visitantes, oferecer oportunidades de aprendizado e até subsidiar outras unidades em um sistema de área protegida (Lindberg, 1998). As receitas do turismo também podem ser usadas para financiar e manter diretamente a infraestrutura sustentável (por exemplo, geração de energia solar) tanto na área protegida quanto nas comunidades locais.

A receita bruta oriunda do turismo direcionada diretamente às agências de áreas protegidas pode ser muito significativa, como mostram os seguintes exemplos da África:

- US\$ 58 milhões em concessões de acomodações, trilhas de canoagem e casas flutuantes, combinados com aluguel de lojas e restaurantes nos parques nacionais da África do Sul (2002-2012) (SANParks, 2012).
- Receita anual de US\$ 65.000 para a administração da Reserva do Niassa em Moçambique, derivada de 12 sítios de concessão na reserva (Rodrigues, 2012).
- US\$ 1,7 milhão de 45 concessões de turismo em reservas e áreas protegidas na Namíbia (Thompson, et al., 2014).

A gestão eficiente dessas receitas é fundamental para a conservação. Por exemplo, em alguns destinos, os lucros operacionais das áreas protegidas podem ser corroídos pelos custos da administração de grandes sedes de áreas protegidas gerenciadas no modelo centralizado (Aylward, 2004). Em resposta à diminuição do orçamento governamental no Canadá, e por meio de melhorias nas estruturas organizacionais, tomada de decisão e viabilização jurídica para receber doações, a Ontario Parks aumentou sua receita com turismo de US\$ 14,7 milhões para US\$ 52,8 milhões (257%) ao longo de um período de 15 anos, majorando os valores de taxas em geral, estabelecendo níveis de preços para diferentes qualidades de produtos e gerando renda com produtos e serviços turísticos adicionais (Eagles, 2014).

No entanto, como a renda do turismo varia muito, os gestores e planejadores no âmbito do sistema terão que avaliar cuidadosamente cada área protegida para verificar se esse fluxo de receita é uma fonte confiável de financiamento para o sistema como um todo. Muitos sistemas de áreas protegidas contêm áreas protegidas individuais que simplesmente (e provavelmente nunca) alcançarão grandes somas com o turismo, e outros sistemas podem ter toda ou a maior parte de sua receita do turismo acumulada por algumas das áreas protegidas mais visitadas. Isso pode levar a decisões difíceis sobre como distribuir as receitas para que elas beneficiem o sistema como um todo.

Benefícios econômicos para as comunidades locais que incentivam os moradores a prestar apoio à conservação no interior e no entorno da área protegida

O turismo que produz benefícios para os moradores próximos pode promover o cuidado e o apoio local à área protegida (Pegas e Stronza, 2008; Biggs, et al., 2011). Por exemplo, depois que o turismo de gorilas aumentou nos parques da África Central, as atitudes entre os moradores vizinhos se tornaram mais favoráveis à área protegida e à conservação de gorilas (Weber, 1987; Blom, 2000; Lepp, 2002) (ver também o Quadro 2.1). Outro exemplo na Jordânia, onde áreas protegidas administradas por ONGs geram benefícios econômicos por meio do turismo, está descrita de forma resumida no Quadro 2.3. Revisões recentes dessa relação sugerem que existem muitos outros fatores que contribuem para o apoio dos residentes locais (de Vasconcellos Pegas, et al., 2013; Hayes, et al., 2015). Em geral, construir um consenso em uma comunidade local para apoiar a conservação demanda anos de compromisso (Quadro 2.4, p. 14).

Quadro 2.2

Áreas protegidas privadas: parceiros em turismo e conservação

As áreas protegidas privadas fazem parte do movimento de conservação. Além de proprietários privados, fundos, fundações e muitas organizações não-governamentais, como Conservation International, The Nature Conservancy e a Leadership for Conservation in Africa Network, adquiriram áreas para proteção e pesquisa.

Atualmente, existem muitos modelos para empresas privadas, proprietários de terras, fundos e fundações, ONGs e organizações comunitárias serem danos ou administrarem terras, total ou parcialmente para fins de conservação, sozinhos ou por meio de várias parcerias. Esses modelos diferem bastante entre os países devido a fatores como histórico de uso da terra, sistemas de posse da terra, legislação e cultura.

A diversidade e conectividade de áreas protegidas e conservadas em uma paisagem, sejam elas públicas ou privadas (incluindo áreas comunitárias conservadas), levam a uma conservação mais eficaz. A conservação pode beneficiar-se de aproveitar o espírito empreendedor, as habilidades, a eficácia da gestão, a eficiência, a inovação e a tomada de riscos - assim como a paixão, a dedicação e o compromisso - do movimento de conservação privada, como demonstrado no Quênia e na República Unida da Tanzânia. As reservas particulares também podem desempenhar um papel complementar no uso de financiamento gerado pelo turismo para proteger algumas espécies ameaçadas, como os rinocerontes negros e brancos (*Diceros bicornis*; *Ceratotherium simum*), cães selvagens africanos (*Lycaon pictus*), guepardo (*Acinonyx jubatus*) e felosa-de-olho-branco das Seychelles (*Zosterops modestus*).

Em suma, o setor privado pode ser um forte parceiro na conservação para complementar, mas não substituir, áreas públicas protegidas. É comum a esses esforços tornar os benefícios econômicos da conservação mais tangíveis e explícitos, dando assim às áreas protegidas o valor que elas merecem. A recente publicação da UICN WCPA, Os Futuros das Áreas Protegidas Privadas, descreve uma estrutura preliminar e exemplos de orientação de boas práticas para áreas protegidas por iniciativa privada.

Fontes: Spenceley, 2008; Buckley, 2010a, Buckley, 2010b; Sheail, 2010; Buckley, 2012a; TNC, 2013; Buckley, 2014; Leménager, et al., 2014; Stolton, et al., 2014; Mitchell, et al., 2018

Quadro 2.3

Áreas protegidas administradas por ONGs: a Royal Society for the Conservation of Nature (Jordânia)

Fundada em 1966, sob o patrocínio do falecido rei Hussein, a Sociedade Real para a Conservação da Natureza (RSCN, por seu acrônimo em inglês) é uma organização não governamental dedicada à preservação dos recursos naturais da Jordânia. É uma das poucas organizações no Oriente Médio a receber esse tipo de mandato do serviço público para gerenciar terras públicas.

A RSCN introduziu sua abordagem inovadora centrada nas pessoas para a gestão de áreas protegidas em 1994 na Reserva da Biosfera de Dana, perto de Petra. Com o trabalho direto junto a aldeias locais e comunidades beduínas, projetos de geração de renda e oportunidades de emprego que utilizam a beleza natural e a vida selvagem da Reserva foram criados. Isso inclui pequenas empresas de artesanato e uma variedade de instalações turísticas, incluindo acampamentos, pousadas e uma pousada ecológica. Esses empreendimentos continuam a tornar a conservação da natureza importante para a vida dos moradores de Dana e a criar um apoio local à Reserva. Um empreendimento inovador criado recentemente pela RSCN é um contrato de concessão conferido para a gestão da pousada Feynan Ecolodge, de 26 quartos, na extremidade oeste da Reserva da Biosfera de Dana. Dana é uma área de enorme diversidade em termos de vida selvagem, geologia, paisagem e observação noturna de estrelas. Em setembro de 2009, a EcoHotels, empresa comercial, recebeu uma concessão para gerenciar e operar a hospedagem, oferecendo aos viajantes a oportunidade de conhecer a natureza da Jordânia, conhecer seu povo e explorar sua história antiga, minimizando o impacto no meio ambiente.

A missão da Wild Jordan, a divisão de desenvolvimento socioeconômico e ecoturismo da RSCN, é desenvolver negócios viáveis baseados na natureza dentro e ao redor das áreas protegidas da RSCN, a fim de trazer benefícios econômicos e sociais tangíveis às comunidades locais e gerar apoio financeiro, político e popular para conservação da natureza em todo o Reino da Jordânia. O RSCN e a Wild Jordan gerenciam várias reservas, muitas das quais possuem acomodações.

Fontes: Feyna Ecolodge, 2017; RSCN, 2017



Turistas apreciando a paisagem do deserto em Wadi Rum Protected Area, Jordânia. © Mei Yee Yan

Quadro 2.4

Conectando biodiversidade e meios de subsistência: uma parceria sustentável da comunidade com áreas protegidas

O Parque Nacional de Kenting (KNP, por seu acrônimo em inglês) foi estabelecido em 1982 como o primeiro parque nacional em Taiwan, Província da China. É uma das áreas protegidas mais populares de Taiwan, recebendo milhões de turistas que apreciam as áreas costeiras do parque, recifes de coral, zonas úmidas e biodiversidade. O KNP está ameaçado pelo extenso desenvolvimento costeiro orientado pelo turismo nas proximidades. Para proteger recursos naturais valiosos enquanto apoia o desenvolvimento da comunidade local, o Escritório de Administração do KNP (AOKNP, por seu acrônimo em inglês) iniciou um programa de ecoturismo com a comunidade Shirding para promover o turismo verde comunitário. Um parceiro importante do projeto de ecoturismo foi a Shirding Cultural Development Association (SCDA), uma organização comunitária que organizou atividades de ecoturismo com voluntários locais.

A comunidade Shirding, localizada no centro geográfico do KNP, é um dos assentamentos de comunidades tradicionais os de Paiwan. A comunidade de Shirding tem uma população permanente de aproximadamente 400 pessoas em 60 famílias.

No passado, eles mantinham sua subsistência através da caça, pesca e agricultura de corte e queima. Gradualmente, a comunidade passou a vender souvenirs e atender às necessidades de refeições dos visitantes. Agora, cerca de 70% dos moradores estão envolvidos em trabalho remunerado sazonalmente nos setores florestal e agrícola ou em negócios de varejo no turismo. Algumas das atividades tradicionais contínuas criaram tensão entre o KNP e as comunidades locais.

Desde 2009, a AOKNP promove e expande o modelo Shirding em todo o parque, construindo uma rede de ecoturismo. Em 2010, havia cerca de 4.000 visitantes participando de atividades de ecoturismo de Shirding; havia 7.000 em 2011 e mais de 10.000 em 2012. Os aspectos do projeto que contribuíram para esse sucesso incluem:

- Apoio do AOKNP, desde o nível gerencial até a inclusão ativa da comunidade local, o que ajudou a construir confiança mútua;
- Compromisso de longo prazo para estabelecer consenso local e apoiar o desenvolvimento do ecoturismo;
- Conservação vinculada a atividades de ecoturismo, incluindo a coleta de dados de monitoramento ecológico e trabalhos sobre combate à caça furtiva; e
- Capacitação abrangente para os locais, incluindo levantamento, patrulhamento, monitoramento, interpretação, organização, comunicação e marketing.

Apesar desses avanços, o projeto ainda enfrenta problemas, por isso é necessário continuar a autorreflexão e o pensamento crítico para garantir que ele permaneça no caminho certo para o verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Fontes: Huang, 2011; Shih, 2011; Liu, 2013



A administração do Parque Nacional de Kenting coopera com a população local para proteger florestas e desenvolver o ecoturismo em Shirding (Foto de cima). O voluntário local treinado e autenticado usa uniforme para orientar um grupo de ecoturismo em Shirding (Foto de baixo). © Dau-Jye Lu e Chih-Liang Chao

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Apoiar a prestação de serviços turísticos baseados na comunidade relacionados ao mercado. Considere parcerias entre empresas comunitárias e o setor privado para melhorar as chances de sucesso comercial.

Apoio direto do setor privado à conservação na área protegida e entorno

Alguns operadores turísticos promovem a conservação por meio de doações (por exemplo, para operações, salários dos guardas florestais ou equipamentos), apoio em serviços (por exemplo, passeios gratuitos, transporte ou hospedagem) ou lobby em nome da conservação (Buckley, 2010a; Bottema e Bush, 2012). Uma revisão da “filantropia de viagens” feita por Goodwin, et al. (2009) identificou uma soma de £ 159,4 milhões em doações arrecadadas em 29 iniciativas de empresas de viagens. Isso incluiu doações para iniciativas da vida selvagem e áreas protegidas de empresas como a andBeyond (£ 451.000 em 2007), Friends of Conservation (£ 158.152 durante 2007-2008), Robin Pope Safaris (£63,000 por ano), e Tour Operations for Tigers (£15,000 por ano).

Para ilustrar, a Lindblad Expeditions desenvolveu estratégias de comunicação direcionadas para solicitar doações de seus clientes turísticos de Galápagos para a Fundação Charles

Darwin. Os esforços de Lindblad quadruplicaram a filantropia média de US\$ 1.800 para US\$ 6.700 por tour em Galápagos. Durante um período de dez anos, o programa de filantropia de viagens arrecadou mais de US\$ 4,5 milhões para apoiar os esforços locais de conservação da Estação de Pesquisa Charles Darwin e do Parque Nacional Galápagos (Ham, 2011).

Organizações de turismo voluntárias, como a Earthwatch, também contribuem com uma porcentagem da taxa de cada participante para a conservação. Outros operadores turísticos podem incentivar seus clientes a doar para causas de conservação ou para programas de compensação de carbono.

2.3 Benefícios econômicos que indiretamente apoiam a conservação

Uma grande quantidade de benefícios de conservação para uma área protegida pode derivar indiretamente dos impactos positivos do turismo na economia local. Os gastos dos turistas podem beneficiar os intermediários e

Quadro 2.5

Desenvolvendo habilidades de negócios por meio de parcerias

Muitas organizações de conservação consideram o turismo como um dos setores com maior potencial para vincular a conservação ao desenvolvimento econômico das comunidades locais. No entanto, como muitas comunidades locais têm experiência comercial limitada, seus produtos e serviços turísticos podem falhar no mercado e, conseqüentemente, ter um efeito negativo nos esforços de conservação. Por outro lado, existe uma riqueza de conhecimento e experiência no setor de turismo que pode apoiar organizações de conservação no design de produtos de ecoturismo economicamente viáveis, e várias parcerias surgiram entre ambas que apoiam a transferência de habilidades de negócios turísticos.



As habilidades de negócios para o turismo incluem transporte seguro de visitantes. © Giulia Carbone

O Programa de Negócios e Biodiversidade da UICN e o Comitê da UICN na Holanda organizaram uma sessão de treinamento piloto durante o Congresso Mundial de Conservação da UICN em Barcelona em 2008, que levou a mais quatro sessões de treinamento regional no Camboja (2010), Quênia (2011), República Democrática Popular do Laos (2012) e República da Coreia (2012).

O público alvo dessas sessões de treinamento foram organizações de conservação, organizações comunitárias e gestores de áreas protegidas. Os eventos tiveram como objetivo prover aos participantes uma base sólida em habilidades de negócios que lhes permitissem projetar e administrar negócios turísticos com sucesso. Ao direcionar gestores de áreas protegidas, um objetivo secundário era garantir que o turismo e a recreação em áreas protegidas fossem desenvolvidos e gerenciados de maneira economicamente viável. As sessões de treinamento focaram no fornecimento de habilidades nas principais áreas de desenvolvimento e gestão de negócios, como compreensão do contexto de mercado, planejamento de negócios, saúde e segurança, operações sustentáveis, marketing, vendas e atendimento ao cliente.

A partir de 2011, o Programa de Negócios e Biodiversidade da UICN organizou os treinamentos em parceria com a Kuoni, uma importante operadora de turismo na Europa.

A Kuoni prestou suporte na concepção dos treinamentos, mas de forma mais instrumental no fornecimento dos recursos técnicos para a realização das sessões de treinamento. Os especialistas em saúde e segurança, marketing e desenvolvimento de produtos da Kuoni, entre outros, participaram dos treinamentos e compartilharam suas experiências profissionais com os participantes, dando vida às sessões com exemplos reais e presença profissional. Como um acompanhamento concreto dos treinamentos, o parceiro local da Kuoni oferece aos participantes a possibilidade de fazer um discurso formal para o seu produto turístico para inclusão nos futuros pacotes da Kuoni. Uma visão geral dos resumos deste workshop de parceria e treinamento está disponível em <http://www.iucn.org/ecotourism>.

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Incentive treinamento em desenvolvimento de negócios e habilidades de gestão na prestação de serviços turísticos baseados na comunidade e inclua membros da comunidade, representantes de ONGs e gestores de áreas protegidas no treinamento.

Quadro 2.6

Geoparques e turismo em áreas protegidas (RAE de Hong Kong, China e Brasil)



Colunas hexagonais gigantes não basálticas no Geoparque da UNESCO de Hong Kong (Esquerda). © David Newsome. Geoprodutos locais artesanais com a etiqueta do Geoparque Araripe, Brasil (Direita). © Jasmine C. Moreira

Os benefícios econômicos e de conservação do turismo são reconhecidos no modelo Global Geopark da UNESCO e foram desenvolvidos com sucesso em várias regiões, embora em alguns dos locais mais populares também tenham surgido desafios de gestão da visitação. O Geoparque da UNESCO de Hong Kong (RAE de Hong Kong, China) e o Geoparque da UNESCO do Araripe (Brasil) ilustram como a conservação do patrimônio geográfico e os benefícios econômicos podem ser alcançados por meio do turismo sustentável.

O Geoparque da UNESCO de Hong Kong se tornou um geoparque nacional em 2009 e ganhou o status de Geoparque da UNESCO em 2011. Os objetivos dos Geoparques são conservar patrimônio geológico significativo, promover interesses geológicos por meio de educação e interpretação e promover o desenvolvimento sustentável do turismo. Contrasta com os geoparques na China continental, que se concentram mais no desenvolvimento do turismo e na melhoria dos meios de subsistência. O Geoparque da UNESCO em Hong Kong é gerenciado e protegido pela Autoridade de Parques Nacionais e Marinhas. São proibidas atividades que causem distúrbios e danos aos ativos biológicos, geológicos e culturais. O advento da designação Global Geopark da UNESCO trouxe um aumento anual de 5% na visitação, que agora é de cerca de um milhão. Lojas, restaurantes e serviços de táxi locais se beneficiaram diretamente do aumento dos negócios relacionados ao turismo, tornando os operadores de empresas locais fortes defensores da proteção do patrimônio geológico do território de Hong Kong.

Fundado em 2006, o Geoparque da UNESCO em Araripe foi o primeiro geoparque aprovado pela UNESCO no Hemisfério Sul e é o único no Brasil. A infraestrutura básica suporta mais de 2,5 milhões de visitantes por ano que chegam à cidade de Juazeiro do Norte. As atividades turísticas comuns no geoparque incluem caminhadas, arborismo, ciclismo e rapel.

O Geoparque do Araripe contém mais de 59 geossítios conhecidos por seus valores científicos, educacionais e turísticos. A cidade de Nova Olinda, com alguns dos destinos de geossítios mais conhecidos do Brasil, incentiva a população local a gerenciar o turismo. Nova Olinda é o lar da Fundação Casa Grande, uma ONG dedicada à educação de jovens locais para a gestão do patrimônio cultural. Em 2006, a sede da ONG recebeu 28.000 visitantes - três vezes a população da cidade.

O Geoparque do Araripe é um importante instrumento para alcançar o desenvolvimento sustentável na parte sul do estado do Ceará. Em 2007, o Ministério da Cultura homenageou Araripe com um prêmio cultural de reconhecido prestígio no Brasil, o Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Fontes: Araripe Geopark, 2005; Cabral e Mota, 2010; McKeever, 2010; Moreira, 2011; Ng, 2011; Newsome, et al., 2013; AFCD, 2017

as comunidades locais de várias maneiras. Pode estimular a geração de empregos e atividades empreendedoras, diretamente através de empregos em operações de turismo e indiretamente através do emprego em empresas de apoio e serviços. Alguns dos exemplos incluem agentes de viagens ou sites de reservas eletrônicas, pagos para organizar acomodações, viagens e atividades; varejistas que vendem artigos feitos por artesãos locais, ou alimentos produzidos localmente, a turistas; e fornecedores de produtos e serviços que apoiam empresas de turismo, varejistas e turistas. Esse crescimento de empregos repercute na economia local,

resultando em mais gastos com bens e serviços em geral, além de aumentar as receitas tributárias. As atividades de turismo também podem permitir que os funcionários aprendam novas habilidades transferíveis para outros setores (Quadro 2.5). A geração desses benefícios pode incentivar a boa vontade dos esforços de conservação na área protegida e do comportamento de apoio da comunidade, como os dois exemplos de Geoparques do Brasil e a Região Administrativa Especial de Hong Kong, na China (Quadro 2.6, próxima página). O apoio da comunidade, por sua vez, geralmente se traduz em apoio político.

Tabela 2.2. Fontes de receita potencial associada aos gastos com turismo em áreas protegidas

Gastos diretos dos turistas	Gastos indiretos do operador ou instituição gestora da área protegida
Taxas de reserva para acomodações e atividades	Fabricação uniforme
Transporte (por exemplo, ônibus, automóveis, aviões, barcos, estacionamento)	Suprimentos, materiais de construção
Ingressos	Fabricação de móveis
Hospedagem (operado pela instituição gestora da área protegida ou pelo setor privado)	Artesanato local para decoração de interiores em quartos de hotel
Serviços de orientação e taxas educacionais	Eliminação de resíduos (incluindo reciclagem)
Comida e bebida (restaurante e lojas)	Taxas de concessão pagas pelo setor privado para fornecer serviços aos visitantes
Informações (guias, filmes, livros, vídeos)	Royalties da venda de produtos de marca
Taxas de serviços de recreação, eventos especiais e serviços especiais	Impostos
Aluguel de equipamento	
Mercadorias (por exemplo, equipamentos, roupas, lembranças, artesanato e produtos culturais)	
Combustível (madeira, carvão vegetal)	
Doações voluntárias, compensações de carbono	

Fontes: DFID, 1998; van Sickle e Eagles, 1998; Drumm, 2007; Eagles, 2014

A Tabela 2.2 apresenta um resumo das fontes de receita potencial associadas aos gastos com turismo, tanto diretos quanto indiretos. Em geral, é uma boa prática maximizar o valor dessa receita que permanece nas comunidades locais.

- A magnitude do impacto econômico do turismo é afetada por muitos fatores, que incluem:
 - a natureza da área protegida, suas instalações, acessibilidade e atratividade para os turistas;
 - O volume e a intensidade das despesas turísticas no destino;
 - O nível de desenvolvimento econômico e o tamanho da base econômica da área protegida; e
 - O grau em que as despesas turísticas recirculam dentro do destino (Mathieson e Wall, 1982).

2.4 Benefícios sociais que indiretamente apoiam a conservação

Os impactos sociais positivos do turismo também podem beneficiar indiretamente a conservação. A educação sobre questões de conservação dentro e no entorno de áreas protegidas, direcionadas a visitantes e residentes locais, pode aumentar seu apoio à conservação (Beaumont, 2001; Zeppel e Muloin, 2008). Para visitantes e moradores, o envolvimento em atividades turísticas pode aumentar a conscientização e a preocupação com ameaças locais, questões de conservação e soluções de gestão (Hill, et al., 2010). Os operadores e guias de turismo têm um forte papel a desempenhar na oferta de experiências turísticas que criam apoio à conservação (Powell, et al., 2009; Curtin, 2010), promovendo o aumento



O parque provincial de Miquelon Lake (Canadá) é uma área importante para pássaros dentro da Reserva da Biosfera de Beaver Hills, que também oferece oportunidades para várias formas de conexão com a natureza. © Glen Hvenegaard

Quadro 2.7

Apoio ao turismo sustentável em áreas protegidas por meio de política públicas: um estudo de caso do Botsuana

O turismo no Botsuana é predominantemente baseado na natureza, com turistas atraídos por diversas espécies selvagens e paisagens cênicas, como as do deserto de Kgalagadi, pradarias, savanas e o Delta do Okavango. O turismo é agora o segundo maior setor econômico. Desde a década de 1970, as políticas do Botsuana permitiram que grandes áreas de terra recebessem o status de conservação por proteger a migração sazonal da vida selvagem, proteger a resiliência ecológica, promover mercados para o turismo comunitário sustentável e apoiar benefícios para as comunidades locais.

A Política de Turismo do Botsuana de 1990 se esforça para conectar as comunidades locais com os benefícios derivados do turismo baseado na vida selvagem, incluindo oportunidades de emprego rural e aquisição de concessões de turismo. Preocupações com o impacto do turista nos recursos naturais, especialmente na vida selvagem, levaram à aprovação da Lei do Turismo de 1992 e do Regulamento do Turismo de 1996. Ambos promovem empreendimentos turísticos de baixo volume e alto valor. Essas políticas são particularmente influentes para o turismo fotográfico, que está associado a grupos de turistas maiores e a maiores níveis de infraestrutura. De acordo com as políticas, as empresas de turismo são categorizadas, licenciadas e classificadas com base nos padrões e protocolos de qualidade descritos na Lei de Conservação da Vida Selvagem e Parque Nacional de 1992. Embora essa abordagem tenha criado preocupações quanto ao crescimento do enclave turístico de propriedade estrangeira, a política incentivou conservação da Biodiversidade.

Os contratos de concessão, concedidos por uma duração média de 15 anos, exigem tratamento de impactos ambientais (por exemplo, desenvolvimento de infraestrutura, gestão de resíduos) e sociais (por exemplo, capacitação, emprego local, compartilhamento de receita com a comunidade). O processo de licitação para operação de terceiros e gestão de acampamentos públicos em alguns parques nacionais e reservas de caça também exige uma avaliação de impacto ambiental por parte do licitante durante as fases de desenvolvimento e operacional, bem como garantias de desempenho monetário na assinatura do contrato.

A participação da comunidade e a proteção dos interesses das comunidades locais são apoiadas ainda mais por meio da Estratégia Nacional de Ecoturismo (NES) de 2002 e da Política de Gestão de Recursos Naturais Baseada na Comunidade (CBNRM) de 2005. A NES enfatiza a sustentabilidade ecológica e econômica e propõe prêmios para as empresas de turismo que façam contribuições para a conservação. A CBNRM reúne os objetivos de conservação e desenvolvimento rural e atribui autoridade de gestão, resultando na formação de várias relações de confiança da comunidade que poderiam arrendar áreas, firmar contratos legais com o setor privado e receber doações para as comunidades locais. Estudos descobriram que a CBNRM contribui com renda para apoiar iniciativas comunitárias, aumentar o capital social e coadministrar com sucesso as áreas protegidas.

Os desafios associados à CBNRM incluem a capacidade das organizações de base de conservação em competir com comércios privados (geralmente de propriedade estrangeira), a marginalização de certos grupos e a quantidade de receita gerada para a comunidade.

Em um esforço para proteger as populações de animais selvagens, o governo instituiu uma proibição da caça comercial em 2014, com zonas de caça designadas convertendo em áreas fotográficas. As concessões da comunidade no Delta do Okavango passaram para o turismo fotográfico e aumentaram as taxas de aluguel para compensar a perda de receita de caça.

Para comunidades com menor número de animais em que o turismo fotográfico sozinho pode ser menos viável economicamente, o governo está buscando outras estratégias para diversificar o mercado (C. Brooks, comunicação pessoal), incluindo o desenvolvimento do Sistema de Certificação de Ecoturismo em Botsuana, administrado pela Organização de Turismo de Botsuana.

Fontes: IUCN Botswana, 2002; Hachileka, 2003; Mbaiwa, 2005; Thakadu, 2005; Blaikie, 2006; Magole e Magole, 2011; Mbaiwa e Stronza, 2011; Wyman, et al., 2011; TIES, 2013



Búfalo-africano (*Syncerus caffer*) em uma área protegida do Botsuana.
© Ralf Buckley

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Incentivar políticas nacionais de turismo que cumpram o 'tripé da sustentabilidade' exigindo que as atividades turísticas da área protegida contribuam efetivamente para a conservação da natureza, gerem benefícios econômicos para as autoridades da área protegida e as comunidades locais, e contabilizem e minimizem os impactos sociais negativos.

do conhecimento, expressando atitudes de apoio em relação às questões de conservação e incentivando comportamentos ecológicos e suporte por meio de doações (Powell e Ham, 2008; Weaver, 2013).

A combinação de benefícios sociais e econômicos do turismo pode incentivar a designação de áreas protegidas adicionais e a ampliação ou melhoria da gestão das existentes (Dabrowski, 1994). Esses efeitos foram demonstrados no Quênia (Sindiyo e Pertet, 1984), Canadá (Sewell, et al., 1989) e Austrália (Harris, 2002), e em reservas particulares protegidas em geral (Moore, 1991).

2.5 Benefícios do turismo que também promovem o bem-estar comunitário e individual

Impactos sociais e econômicos positivos não apenas fortalecem os argumentos para conservação e áreas protegidas, mas também fornecem outros benefícios aos visitantes e residentes locais. Esta seção aborda dois temas principais: benefícios para as comunidades locais e benefícios para a saúde.

Benefícios à Comunidade Local

O desenvolvimento da comunidade local pode acontecer de várias maneiras, inclusive através do turismo. Em alguns casos, como em Botswana (Quadro 2.7) e na Sérvia (Quadro 2.8), o turismo em áreas protegidas pode ser um fator essencial para o desenvolvimento da comunidade local (Eagles et al., 2002; Telfer e Sharpley, 2008; Mitchell e Ashley, 2010; Snyman, 2013). Quando o planejamento e o projeto adequados de uma operação de turismo são adotados, os retornos positivos podem ser substanciais. O turismo sustentável em áreas protegidas pode ajudar a:

- Manter e melhorar o padrão e a qualidade de vida das comunidades locais. Isso pode ser alcançado por meio de várias iniciativas, incluindo melhorias na infraestrutura e telecomunicações, educação, treinamento e saúde;
- Garantir um crescimento sustentável na comunidade local, enfatizando o valor das artes e da cultura locais, bem como a importância dos sítios ambientais e da vida selvagem local, os quais contribuem para as qualidades

Quadro 2.8

Turismo sustentável para proteger um monumento natural e uma vila local: Cachoeiras de Sopotínica (Sérvia)

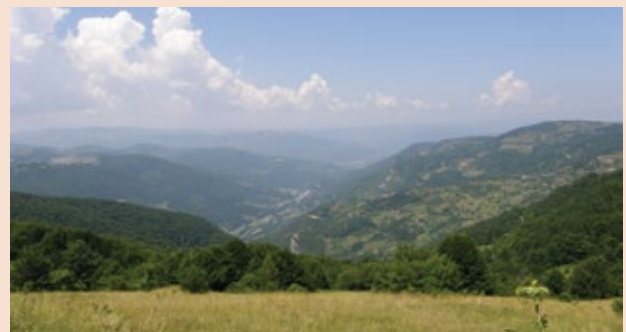
Situadas nas encostas da montanha Jadovnik, no oeste da Sérvia, as magníficas Cataratas de Sopotínica mantiveram seu caráter primitivo e pouco desenvolvido, pois estavam “sob o radar” por um longo tempo. Enquanto isso, a vizinha Vila de Sopotínica, dependente da agricultura, sofreu altas taxas de desemprego, o que levou alguns moradores a emigrar.

Em 2005, as cachoeiras foram reconhecidas como monumento natural (categoria III da UICN) por um decreto oficial do estado para proteger seus valores naturais, educacionais, culturais, turísticos e de lazer. A gestão foi confiada ao clube de montanhismo da ONG Kamena Gora. Além das cachoeiras, os turistas também podem fazer rafting no rio Lim; caminhar para explorar outros locais de patrimônio natural, como cavernas, grutas, gargantas, bosques e nascentes; ou visitar o mosteiro Mileseva do século XIII.

Hoje, os guardas empregados localmente vivem e trabalham na aldeia, contribuindo para a gestão sustentável de recursos e visitantes. Os visitantes usam sacolas ecológicas marcadas para embalar o lixo, para que o local fique livre de lixeiras e lixo. Grupos organizados de entusiastas da natureza e cientistas podem optar por ficarem em um abrigo de montanha que foi reformado a partir de um prédio em ruínas de uma velha escola.

A comunidade local também foi revitalizada pelo turismo, com mais residentes ficando ou retornando à sua cidade natal. Várias famílias oferecem acomodações e especialidades alimentares saudáveis locais aos seus hóspedes. O patrimônio natural e cultural protegido da vila de Sopotínica é reconhecido como um componente vital na estratégia local de desenvolvimento sustentável, que está sendo realizado através do envolvimento de diversos grupos de partes interessadas.

Fontes: Miljkovic e Zivkovic, 2012; Filipovic, et al., 2017



Cachoeiras de Sopotínica e a paisagem do entorno, Sérvia.
© Ivana Damjanovic

e os fatores de motivação inerentes que geram turismo para a área;

- Apoiar e fortalecer a comunidade local através do desenvolvimento de habilidades e melhoria da governança; e
- Favorecer a melhoria de assistência médica básica, infraestrutura social e outros serviços para comunidades locais remotas.

Para que as comunidades possam obter esses benefícios socioeconômicos, o destino turístico deve estar acessível



Um turista visualizando fotos cedidas por outros visitantes no Centro de Visitantes do Parque Nacional da Tijuca, Brasil. © Yu-Fai Leung

(Spenceley, 2008) e ter infraestrutura adequada para sustentar o nível de turismo desejado e a qualidade de vida da população local. O fornecimento de água doce, os sistemas de esgoto e a gestão de resíduos são fundamentais, além de manter e melhorar as estradas, promover meios de transporte sustentáveis de e para a área protegida e construir redes de comunicação como telefones fixos, torres de telefonia celular e acesso à Internet. Isso facilita as conexões virtuais e físicas necessárias entre turistas, a comunidade local, a área protegida e o mundo exterior.

As empresas de turismo geralmente fazem parcerias com organizações sem fins lucrativos existentes ou criam novas, cujo objetivo é arrecadar fundos para apoiar projetos da comunidade local, como aumentar o acesso à água potável, melhorar as práticas agrícolas, construir centros comunitários ou coletar doações de materiais básicos e suprimentos para escolas, crianças e famílias carentes (Wilderness Holdings, 2013). Prover esses serviços e recursos é uma maneira direta de o turismo ter um impacto benéfico no desenvolvimento da comunidade.

Às vezes, o empregador da área de turismo fornece aos funcionários treinamento básico em idiomas, instrução e aritmética, o que aumenta o nível educacional da comunidade local. Essas são habilidades transferíveis que podem ser aplicadas na comunidade e usadas em empregos futuros (Snyman, 2013).

Quadro 2.9

Parceria com os serviços de saúde: Parks Victoria, Medibank Austrália e National Heart Foundation (Austrália)

A inatividade física é um grande problema na Austrália, com mais da metade da população adulta pouco ativa o suficiente para obter benefícios à saúde e evitar a obesidade. Os custos diretos e indiretos da obesidade e doenças relacionadas à obesidade de 2008 a 2009 foram estimados em AUD37,7 bilhões. Além disso, estima-se que 7.200 australianos morrem a cada ano devido à obesidade e doenças relacionadas à obesidade.

Para resolver esse problema, o Parks Victoria organizou suas atividades em torno de uma missão de melhorar a saúde humana por meio do modelo Health Parks, Health People (HPPH) (Parques Saudáveis, Pessoas Saudáveis) para incentivar mais pessoas a visitar os parques e áreas protegidas do estado.

Para expandir o alcance do HPPH, o Parks Victoria formou uma parceria com dois grandes stakeholders do sistema de assistência médica da Austrália, o Medibank Australia e a National Heart Foundation.

A parceria fez sentido para o Medibank e a National Heart Foundation porque os parques são uma parte importante da melhoria e manutenção da saúde, tanto para os indivíduos quanto para a comunidade. Eles fornecem um local para exercício e, assim, poder melhorar a saúde física e mental das pessoas. As áreas verdes também contribuem comprovadamente para o bem-estar, com a natureza evitando o estresse e o desenvolvimento de doenças mentais. O Dr. Rob Grenfell, do Programa HPPH, observa que, com o apoio do Medibank, o Parks Victoria pode incentivar mais pessoas a sair e se exercitar nas áreas protegidas e nos espaços abertos da Austrália. O Dr. Lyn Roberts, CEO da National Heart Foundation, confirma que caminhar 30 minutos por dia ou mais pode reduzir o risco de doenças cardíacas e derrames em até metade.

Como parte da parceria, o Medibank Community Fund está testando outro programa com HPPH para prover aos profissionais de saúde recursos e apoio para prescrever atividade física em áreas protegidas como um meio de prevenção proativa de doenças.

Fonte: HPPH, 2017

Para obter mais informações sobre o papel das áreas protegidas para a saúde e bem-estar humano, consulte https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/natural_solutions_pas_health_e_well_being.pdf.

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Incentive atividades recreativas em áreas protegidas como forma de atender às necessidades da comunidade e abordar metas sociais mais amplas, como aquelas relacionadas à saúde e ao bem-estar humano.

Benefícios de saúde para indivíduos

Em uma base individual, o turismo em áreas protegidas tem sido associado a resultados positivos na saúde e bem-estar. A saúde humana depende da natureza para prover uma infinidade de serviços ecossistêmicos, incluindo ar limpo e água. Igualmente importante para a nossa saúde, a natureza nutre e alimenta nossas necessidades psicológicas, emocionais, estéticas e espirituais (por exemplo, visitantes de áreas protegidas buscam oportunidades de alegria, aventura, descanso, inspiração e criatividade, entre muitas outras motivações).

Esses elementos são essenciais para o nosso bem-estar individual (SHSD, 2008). Coletivamente, alguns desses benefícios à saúde são motivações para iniciar programas sociais que abordam questões como depressão, novos assentamentos de migrantes, recuperação de traumas de refugiados, crianças em risco e criminosos reincidentes.

Evidências substanciais provenientes de muitos campos (por exemplo, ecologia, biologia, psicologia ambiental, paisagismo, psiquiatria e medicina) apontam para muitos benefícios à saúde por razão da natureza (Maller, et al., 2009).

Quadro 2.10

Impactos do turismo em Machu Picchu (Peru)



Machu Picchu é um icônico sítio do Patrimônio Mundial da UNESCO e maior destino turístico em Peru. © Brendali Carrillo Barrera

A famosa e antiga cidade inca de Machu Picchu, no Peru, é um santuário histórico nacional designado e um Patrimônio Mundial da UNESCO. Apesar dos benefícios de uma próspera indústria turística, a pressão do crescente número de turistas e de seus empreendimentos associados ameaça destruir a integridade ecológica e a autenticidade cultural da área. Os impactos na natureza incluem:

- **Impactos na biodiversidade.** As atuais e futuras iniciativas de turismo na região ameaçam alguns dos últimos bolsões remanescentes de florestas nubladas andinas na América do Sul. O aumento do tráfego de visitantes na histórica Trilha Inca (um ponto de acesso importante) levou ao aumento de resíduos antropogênicos e danos a frágeis campos de altitude. Entre os muitos impactos negativos sobre a vida selvagem, a poluição sonora contribuiu para o desaparecimento dos condores andinos (*Vultur gryphus*), e a infraestrutura turística compromete os corredores de migração e os habitats montanhosos do urso de óculos (*Tremarctos ornatus*), ameaçado de extinção.
- **Impactos na topografia.** A topografia única de Machu Picchu e a instabilidade geológica são particularmente vulneráveis à pressão do turismo. Porções da cidade antiga já estão deslizando, e a construção de novas instalações para visitantes no topo pode precipitar deslizamentos de terra ao longo do vale do rio Urubamba.
- **Impactos nas ruínas arqueológicas.** A cidade, construída por volta de 1470 dC, não pode suportar os níveis atuais de uso. Nos tempos incas, não mais do que 500 pessoas ocupavam Machu Picchu, mas a visita hoje geralmente excede 2.000 por dia. Apesar dos regulamentos e da supervisão dos guias, muitas estruturas históricas foram lascadas, quebradas ou danificadas.
- **Infraestrutura e experiência do visitante.** Em Machu Picchu, com suas restrições naturais ao desenvolvimento de infraestrutura e ao crescimento do número de turistas, a aglomeração e o congestionamento (reais e percebidos) são as principais preocupações. Para minimizar os impactos e manter a satisfação do visitante, os órgãos gestores querem estabelecer e controlar uma capacidade de suporte apropriada. Licenças e cotas já são aplicadas em sítios adjacentes, como a Trilha Inca; a alta demanda obriga muitos caminhantes a esperar seis meses ou mais para obter acesso.

Este resumo destaca as ameaças que o turismo representa para a viabilidade e resiliência a longo prazo de Machu Picchu. Alcançar o equilíbrio em Machu Picchu entre a proteção de recursos e o acesso ao turismo será fundamental para preservar os valores naturais e culturais de longo prazo do local.

Fontes: LaFranchi, 2001; INC, 2005; Sassa et al., 2005; Collyns, 2007; Larson e Poudyal, 2012



Caminhada guiada na ilha de Bartolomé, Parque Nacional de Galápagos, Equador. © Yu-Fai Leung

Alguns dos benefícios estão relacionados a uma variedade de aspectos atrelados ao estilo de vida.

Estar na natureza ajuda a reduzir os riscos da obesidade, doenças cardiovasculares e pulmonares, diabetes, derrame, câncer, doenças osteomusculares, depressão, osteoporose, ansiedade, problemas de sono, condições comportamentais e condições degenerativas (Sparkes e Woods, 2009; Lemieux, et al., 2012; Romagosa, et al., 2015). Visitar regularmente uma área natural protegida é agora visto como medicina preventiva. Nos últimos anos, surgiu um movimento global, chamado Healthy Parks Healthy People (HPHP), para promover o valor das áreas protegidas como um recurso de saúde fundamental (HPHP, 2017; ver Quadro 2.9).

2.6 Os aspectos negativos do turismo

Embora o turismo em áreas protegidas possa trazer uma infinidade de benefícios, se não for bem administrado, pode causar muitos impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades locais (Quadro 2.10). As áreas protegidas têm um mandato para proteger o ambiente natural, por isso é fundamental que os gestores identifiquem os impactos negativos no início, na tentativa de evitar, mitigar ou minimizar os problemas (CBD, 2015).

Atividades de turismo em áreas protegidas também podem afetar negativamente as comunidades locais e proprietários de



Natureza intocada da Vila Sopotínica. © Ivana Damjanovic

terras locais. Os gestores e a indústria do turismo têm a responsabilidade de ser bons vizinhos e parceiros com as comunidades locais. Os gestores devem monitorar continuamente os impactos ambientais e sociais do turismo dentro e ao redor da área protegida. Isso é essencial para ajudar a identificar possíveis problemas, acompanhar as condições de mudança, realizar ações de mitigação quando necessário e avaliar a eficácia das respostas. Esta seção descreve os tipos de possíveis impactos negativos gerados pelo turismo, examina como esses impactos podem ser avaliados e fornece recomendações para gerenciá-los.

Impactos negativos são inevitáveis

Um ponto importante a ter em mente é que mesmo o turismo bem gerido criará algum impacto negativo.

Ao viajar simplesmente para uma área protegida, por exemplo, os visitantes quase sempre deixam uma pegada de carbono, enquanto o uso público dentro da área precisará ser gerenciado para evitar a degradação de habitats frágeis.

2.7 Impactos negativos no meio ambiente

Todas as atividades relacionadas ao turismo podem potencialmente causar impactos negativos nos valores de conservação da área protegida, sejam projetos de infraestrutura de grande escala para prover acesso e hospedagem ou instalações mais modestas, como pequenas áreas de camping ou trilhas de visitantes. Antes de qualquer construção, a administração deve conduzir uma avaliação de impacto ambiental (veja abaixo) para analisar e mitigar impactos prováveis.

Impactos biofísicos

Impactos biofísicos potenciais incluem aqueles no nível da paisagem, ou seja, que poderiam afetar toda a área protegida (e além), tais como a degradação da qualidade do ar e da água, aumento do uso da água, mudanças permanentes no terreno devido à construção de infraestrutura extensiva. (Quadro 2.11), consumo de minerais e energia, perturbação ou destruição de habitats de animais silvestres, habituação de animais, introdução de espécies exóticas invasoras, poluição terrestre, impactos estéticos gerais sobre as vistas, comprometimento do céu noturno e outras formas de poluição

luminosa, e deterioração de paisagens sonoras naturais. Tudo isso também pode ocorrer no nível local (ou seja, em locais específicos da área protegida, mas não em outros), e sua intensidade e gravidade provavelmente variam entre os locais nos casos em que aparecerem mais de uma vez.

Impactos sobre a flora, fauna e habitat

Impactos potenciais na flora e fauna seguem os mesmos padrões: alguns podem afetar toda a área protegida, enquanto outros apenas locais específicos. Os impactos negativos na vegetação podem incluir a introdução inadvertida de espécies exóticas invasoras ou patógenos, pisoteios, a criação de trilhas não planejadas e a remoção intencional de espécies valorizadas. Impactos nos animais silvestres podem ocorrer diretamente, como nos casos de mortalidade relacionada a veículos, caça e pesca para abastecer os mercados turísticos, a introdução de vetores de doenças e o abate de animais habituados com a presença humana. Este último é um grande problema em algumas áreas protegidas, seja devido à alimentação que os visitantes oferecem aos animais, seja pela comida humana desprotegida dos animais. Um problema relacionado é o molestarmento (geralmente não intencional) da vida selvagem pelos visitantes. Essas interações entre turista e animais silvestres também podem causar impactos indiretos, como mudanças comportamentais em algumas espécies, e podem, ao longo do tempo, alterar a composição de conjuntos inteiros de espécies na área



Acesso restrito devido a cercas e rampa em San Marcos La Laguna, Guatemala © Sandra De Urioste-Stone

protegida. Além disso, os impactos podem ocorrer em espécies importantes que normalmente não são consideradas “animais silvestres”, como microorganismos e biota do solo.

Além disso, o tipo de habitat e sua sensibilidade a perturbações também influenciam a extensão do impacto. Por exemplo, o pisoteio excessivo em áreas rochosas com superfícies

Quadro 2.11

Impactos associados à infraestrutura

A infraestrutura da área protegida envolve estruturas como trilhas para caminhadas, calçadas, pontes, escarpas e trincheiras, vigias e placas, acampamentos, cabanas e centros de visitantes. Algumas áreas protegidas incluem hospedagem turística de propriedade da agência gestora. Outros incluem hospedagem privada, restauração e / ou infraestrutura para atividades. Alguns dos exemplos incluem teleféricos, pontões de atracação marítima e infraestrutura cênica de transporte, como os teleféricos.

Os impactos ambientais da infraestrutura incluem a poluição da água, distúrbios visuais e sonoros e espécies exóticas invasoras. Pegadas ambientais se estendem além da própria infraestrutura. Os impactos da construção incluem iluminação, ruído de construção, movimentos de veículos, operações de terraplanagem, escoamento de lama e turbidez de terraplanagem, poluição da água e do ar, resíduos, introdução de sementes de ervas daninhas e patógenos e a introdução de animais silvestres. Infraestrutura de visitantes em grande escala pode levar à fragmentação de habitats, colisões veiculares com a vida selvagem, ruído de tráfego e poluição luminosa, enquanto novas estradas e trilhas de visitantes podem levar à disseminação de espécies exóticas invasoras. A nova infraestrutura aumenta a visitação, criando novos impactos e pressões para o fortalecimento do local.

As abordagens de gestão de impacto são avaliadas por Buckley (2004, 2009, 2011 e 2012b) e podem diferir muito em escala. As tecnologias para esgoto e tratamento de águas residuais, por exemplo, podem variar de sanitários de compostagem de pequena escala para infraestruturas de baixa visitação em climas quentes e úmidos, até sistemas industriais de tratamento de esgoto com tanques artificiais e utilização de zona de raízes, apropriados para infraestrutura com alto volume de visitantes. Controlar impactos difusos é especialmente desafiador. Por exemplo, evitar que equipamentos de movimentação de terra ou botas e bastões de caminhada transportem esporos de fungos requer a realização da lavagem e esterilização, em um padrão raramente alcançado. Sementes de ervas daninhas ficam espalhadas em veículos e roupas.

No caso de áreas protegidas altamente visitadas, alguns elementos de infraestrutura de visitação de larga escala são necessários para a segurança e o conforto dos visitantes. Os impactos negativos podem ser reduzidos concentrando os visitantes em áreas específicas onde as abordagens tecnológicas estão disponíveis, mas essa infraestrutura também tem seus próprios impactos. É preferível localizar a maioria das infraestruturas de grande escala, como centros de hospedagem, restauração e transporte, em terrenos particulares em zonas de passagem fora da área protegida propriamente dita. Infraestruturas recreativas como campos de golfe, empreendimentos residenciais e resorts de esqui criam impactos negativos severos para a conservação, não contribuem para a apreciação da natureza pelo visitante e são totalmente inapropriados dentro das áreas protegidas. O mesmo se aplica à infraestrutura não relacionada à conservação ou à recreação, como linhas de transmissão de energia, torres de telecomunicações, grandes rodovias e hidrelétricas. Estes têm grandes impactos ambientais prejudiciais, sem ganhos para conservação ou recreação.

Fontes: Liddle, 1997; Buckley, 2004; Buckley, 2009; Buckley, 2011; Buckley, 2012b

resistentes e sem plantas sensíveis tenderia a ter um impacto negativo menor na vegetação do que o pisoteio em uma área úmida com substratos sensíveis e flora. Da mesma forma, qualquer impacto do turismo deve ser considerado à luz de outras condições de fundo, como a vulnerabilidade dos ecossistemas acentuada pelas mudanças climáticas.

Avaliações de impacto ambiental

Estudos de impacto ambiental são comuns na pesquisa em turismo (por exemplo, Gutzwiller, 1995; Buckley, 2004). Um resumo dos potenciais impactos do turismo sobre os diferentes componentes ambientais é descrito na Tabela 2.3.

As Avaliações de Impacto Ambiental (AIAs) devem ser aplicadas a propostas específicas de desenvolvimento do turismo dentro de áreas protegidas e / ou suas zonas de proteção. As AIAs descrevem o projeto ou desenvolvimento, preveem os principais impactos ambientais e sua significância, facilitam a consulta e participação pública, sugerem métodos de mitigação apropriados e documentam o processo de tomada de decisão, monitoramento e auditorias pós-projeto (Bagri, et al., 1998). Estruturas legislativas nacionais geralmente incluem provisões para AIAs, e há frequentemente requisitos rigorosos em áreas protegidas, que são especificadas em seus planos de manejo. Por exemplo, em Moçambique, os desenvolvimentos em parques e reservas nacionais requerem uma AIA detalhada da Categoria A, a forma mais rigorosa de avaliação que pode ser exigida.

Tabela 2.3. Potenciais efeitos ambientais e ecológicos negativos das atividades turísticas

Área de impacto	Atividades de Turismo	Exemplos de consequências potenciais
Ar	Transporte e eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> Poluição atmosférica e sonora proveniente de veículos Aumento das emissões de dióxido de carbono
Luz	Iluminação nas instalações próximas	<ul style="list-style-type: none"> A poluição com luminosidade pode distrair os filhotes de tartarugas marinhas do caminho para o mar
Som	Construção ou operação de instalações	<ul style="list-style-type: none"> A poluição sonora causada pelos veículos pode afetar o sucesso reprodutivo das aves
Água	Eliminação de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Minerais, nutrientes, esgoto, resíduos sólidos, gasolina e toxinas adicionadas ao meio ambiente A contaminação reduz a qualidade da água Maior consumo de água
Geologia e solo	Coleta, vandalismo, erosão	<ul style="list-style-type: none"> Grafite sobre e / ou remoção de minerais, rochas, fósseis Alterações físicas e químicas no solo
Paisagem	Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Impacto visual dos assentamentos na paisagem
Habitats	Compensação, uso de recursos naturais, poluição	<ul style="list-style-type: none"> Fragmentação de habitat natural (por exemplo, zonas úmidas) Competição entre espécies nativas e invasoras de plantas Frequência de incêndio alterada levando a mudança de habitat (incluindo incêndios acidentais) Destruição de habitats e limpeza de terras (por exemplo, manguezais) Sobrepesca para fornecer alimentos aos visitantes Eutrofização e sedimentação
	Tráfego de pedestres e veículos	<ul style="list-style-type: none"> Alterações no estabelecimento, crescimento e reprodução das plantas, afetando a diversidade, composição e morfologia (por exemplo, através do pisoteio)
Vida Selvagem	Caça, pesca	<ul style="list-style-type: none"> Alterações na composição, reprodução e comportamento das espécies Abate de animais habituais
	Poluição	<ul style="list-style-type: none"> Estresse psicológico, mudanças comportamentais, produtividade reduzida Uso de áreas de disposição de resíduos como fontes de alimento Eutrofização
	Perturbação por razão de visualização e fotografia	<ul style="list-style-type: none"> Alterações comportamentais (por exemplo, evasão, habituação ou atração por seres humanos) Alterações fisiológicas (por exemplo, frequência cardíaca, taxas de crescimento e abundância) Alterações de espécies (por exemplo, composição, diversidade e abundância, distribuição e interações interespecíficas)
	Rodovias e trilhas em áreas naturais	<ul style="list-style-type: none"> Efeitos de barreira para carnívoros, colisões, maior acessibilidade por caçadores ilegais Aumento de espécies de plantas que amam o sol nos corredores de viagem Vida selvagem morta ou mutilada (ou seja, atropelamento), beneficiando coletores

Fontes: Knight e Cole, 1995; Sun e Walsh, 1998; Buckley, 2004; CBD, 2004; Spenceley, et al., 2015

Em uma escala mais ampla, as Avaliações Ambientais Estratégicas (AAEs) avaliam os efeitos ambientais de uma política, plano ou programa e suas alternativas. Em áreas protegidas, as AAEs podem ser usadas para avaliar os impactos gerais de todos os empreendimentos e atividades de turismo, e então usadas (por exemplo) como uma ferramenta de planejamento preparatório para concessões de turismo (Therivel, et al., 1992). Enquanto as AIAs são usadas para avaliar os efeitos de projetos individuais (por exemplo, a construção de um hotel), as políticas relacionadas a múltiplos projetos com efeitos globais ou regionais cumulativos e sinérgicos requerem a abordagem mais estratégica de AAE (Therivel e Thompson, 1996).

2.8 Impactos sociais e culturais negativos

A pesquisa sobre os impactos sociais e culturais do turismo se concentrou nos turistas (por exemplo, demandas por serviços turísticos, motivações, atitudes e expectativas); a comunidade

anfitriã (por exemplo, emprego, serviços e custos de oportunidade); e interações da comunidade anfitriã-turista (por exemplo, natureza e consequência do contato; Deery, et al., 2012). Determinar se os impactos em uma comunidade são negativos, benignos ou positivos, depende em parte das escalas temporais ou espaciais escolhidas. A Tabela 2.4 resume os potenciais impactos sociais, culturais e econômicos do turismo nas comunidades anfitriãs (que são equivalentes ao nosso termo “comunidades locais”) e em torno das áreas protegidas.

Alguns desses impactos podem ser particularmente críticos, embora sutis. Por exemplo, as matérias-primas (energia, alimentos e água) podem ser priorizadas para as demandas dos turistas sobre as necessidades da população local ou de outras indústrias locais. Outra ameaça insidiosa é a possibilidade de as comunidades locais comprometerem seus estilos de vida tradicionais, tentando atender a um grande volume de demanda dos turistas por experiências culturais “autênticas”, arte e artesanato. Essa “diluição cultural” pode até chegar aos campos da religião e da linguagem. As

Tabela 2.4. Potenciais impactos negativos nas comunidades anfitriãs da área protegida: social, cultural e econômico

Área de impacto	Exemplos de possíveis consequências
Social e cultural	
Tradições	Comoditização e descaracterização de cerimônias que são encenadas para turistas, causando mudanças nas artes, artesanato, roupas e festivais de exibição Perturbação dos padrões tradicionais e época das cerimônias culturais e religiosas Deterioração da mão-de-obra, à medida que aumentam os volumes dos turistas
Psicologia	O “efeito demonstração”, no qual as pessoas mudam seu comportamento observando outras na esperança de alcançar o que consideram um status mais alto, pode levar a população local a imitar turistas, mas desiludir-se
	Ofensas causadas aos residentes quando confrontadas com descrições imprecisas de suas culturas ou comportamento inadequado de turistas, resultando em xenofobia e conflito entre comunidades e turistas
Crime e Estabilidade	Desestabilização das comunidades, levando ao aumento do crime, prostituição, jogo, mendicância, uso de álcool e drogas
	Exploração sexual de mulheres e jovens
	Displacement and resettlement of local communities deemed incompatible with tourism development
Funções	Deslocamento e reassentamento de comunidades locais consideradas incompatíveis com o desenvolvimento do turismo
Econômica	
Emprego	As opções de emprego podem ser servis, com baixos salários e baixos requisitos de habilidades, oferecendo poucas oportunidades de progresso e treinamento da população local
	Perdas sazonais durante a baixa temporada
Desenvolvimento de negócios locais	Vazamento econômico, quando uma grande parte das receitas externas do turismo é repatriada, dificultando o desenvolvimento de negócios locais
	A sazonalidade dos negócios pode causar dificuldades para as empresas durante as épocas de baixa temporada
Diversificação	Os custos de oportunidade de abrir mão de outras indústrias de geração de receita com as quais o turismo pode ser incompatível, como a agricultura ou mineração
	Dependência do turismo, tornando a economia vulnerável, com risco de prestadores de serviços e produtos, se houver uma queda na visitação
	Distribuição desigual de benefícios, quando são acumulados por um pequeno grupo de elite
	Inflação, através da qual os destinos nas regiões de crescimento do turismo podem ficar muito caros para funcionários.

Fontes: Mathieson e Wall, 1982; Krippendorf, 1987; Díaz, 2001; Spenceley, et al., 2015



Visitantes desfrutando as cachoeiras no parque nacional de Krka, Croácia. Importante notar que o nado no local foi restrito desde 2018. © Mei Yee Yan

Avaliações de Impacto Social (AIS) podem ser ferramentas úteis para estimar as consequências sociais que podem ocorrer como resultado de uma política, ação ou desenvolvimento específico no contexto da legislação pertinente (Burdge e Vanclay, 1995; Esteves, et al., 2012). O turismo sustentável de áreas protegidas educa e informa adequadamente os visitantes sobre os valores e a cultura locais e fornece maneiras apropriadas, respeitadas e não invasivas para os visitantes interagirem com os habitantes locais.

Feito com sensibilidade, isso melhora a compreensão intercultural e ajuda a garantir que a identidade cultural local permaneça intacta. Mesmo vantagens ostensivas, como a renda direta e os efeitos indiretos favoráveis que derivam do turismo na área protegida, podem criar sérias tensões nas comunidades sobre como esses benefícios são distribuídos.

Os visitantes não são isentos de impactos sociais.

Notavelmente, altos níveis de turismo podem afetar as experiências dos visitantes de várias maneiras. Os visitantes que buscam isolamento podem ser deslocados de locais desejáveis na área protegida por causa de aglomerações, resultando em insatisfação ou mesmo conflitos entre grupos de usuários (Needham e Rollins, 2009). Ainda mais sutilmente, altos níveis de turismo também podem mudar as expectativas dos visitantes antes mesmo de chegar, afetando a natureza de suas experiências atuais ou futuras (McCool, 2006). Os gestores podem garantir que haja orientação adequada quanto ao comportamento do visitante, disponível por meio de cartazes e panfletos, e gerenciando a distribuição da visitação de modo a evitar o apinhamento. Isso pode ser feito por vários meios, incluindo a negociação de horários de operadores ou a restrição do tamanho dos estacionamentos em locais-chave para limitar quantidades. As experiências positivas dos visitantes são importantes para manter a comunidade e os benefícios de conservação do turismo na área protegida.

A base para reduzir os impactos do turismo nas comunidades locais e nos visitantes é desenvolver parcerias entre operadores de turismo, seus clientes, a administração da área protegida e comunidades locais. Essas parcerias ajudam a promover planos de turismo coerentes, identificar possíveis impactos, apoiar a conservação e incentivar relacionamentos de longo prazo e a satisfação dos visitantes.

Nenhuma operação de turismo será bem-sucedida se seus clientes estiverem insatisfeitos e, em uma era de mídia social e de revistas on-line de fácil acesso, experiências ruins logo são compartilhadas com outras pessoas e a sustentabilidade será prejudicada. A consequência de moradores infelizes é algo ainda mais complexo, mas pode ser igualmente fatal.

Uma comunidade local insatisfeita contribui para um ambiente social instável (por exemplo, com o crime ou assédio a visitantes) que desencoraja o turismo. Residentes que não percebem os benefícios de áreas protegidas podem ser mais propensos a prejudicar os objetivos de conservação da área, como a retirada de recursos da área protegida de forma insustentável ou ilegal.

Por outro lado, uma comunidade solidária abre as portas para o turismo sustentável. No Parque iSimangaliso Wetland, da África do Sul, um morador local que se beneficiou do turismo e do desenvolvimento do negócio observou: “Agora sabemos que o turismo desempenha um papel fundamental em nossa área, por isso precisamos ajudar o iSimangaliso a proteger e promover a área” (iSimangaliso Wetland Park, 2017).

2.9 Melhores práticas

- Incentivar políticas nacionais de turismo que cumpram o “tripé da sustentabilidade”, exigindo que as atividades turísticas de áreas protegidas contribuam explicitamente para a conservação da natureza, gerem benefícios econômicos para as autoridades e comunidades locais, e minimizem os impactos sociais negativos.
- Apoiar a prestação de serviços de turismo baseados na comunidade e relacionados ao mercado. Considerar parcerias entre organizações comunitárias e o setor privado para melhorar as chances de sucesso comercial.
- Desenvolver treinamento em desenvolvimento de negócios e habilidades de gestão para a prestação de serviços de turismo de base comunitária, e incluir membros da comunidade, representantes de ONGs e gestores de áreas protegidas no treinamento.
- Repensar atividades recreativas em áreas protegidas como forma de atender às necessidades da comunidade e abordar metas sociais mais amplas, como aquelas relacionadas à saúde e ao bem-estar humanos.

Alinhando os objetivos da gestão com os impactos no turismo

3



3.1 Gestão do turismo consiste em responder a incertezas

A premissa geral destas Diretrizes é que o turismo e o uso público em áreas protegidas, se gerenciados de forma sustentável, podem ser um agente positivo para a conservação da natureza e, quando apropriado, para o desenvolvimento da comunidade. Ao aplicar as melhores práticas, o turismo sustentável também pode ajudar a realizar uma ampla gama de valores naturais e sociais que contribuem tanto para a missão de conservação da área protegida quanto, quando possível, para benefícios para as comunidades locais. Duas questões-chave, portanto, precisam ser atendidas: primeiro, como propiciar o uso público das áreas protegidas sem ameaçar seus valores culturais e espirituais naturais e associados e, segundo, como proporcionar oportunidades de recreação e turismo apropriadas e de alta qualidade e prover benefícios a todas as partes interessadas. Juntas, essas duas questões reafirmam essencialmente o desafio da sustentabilidade que deram luz a essas Diretrizes: como maximizar os benefícios do turismo e, ao mesmo tempo, minimizar seus impactos negativos.

Tanto o turismo quanto a recreação são empreendimentos complexos e sujeitos a grandes incertezas (Lausche, 2011), tais como flutuações na demanda do mercado resultantes de mudanças nas preferências turísticas e condições econômicas, bem como mudanças nos padrões de investimento em infraestrutura pública relacionada ao turismo e desenvolvedores do setor privado. As áreas protegidas já são destinos importantes em muitos países; para alguns (por exemplo, Quênia, Austrália, Nova Zelândia), elas são uma atração turística principal.

A orientação da UICN inclui a importância de garantir ampla participação de todos os detentores de direitos e partes interessadas, o uso do melhor conhecimento disponível e outras informações, e a aplicação de uma abordagem de manejo adaptativo (IUCN-WCPA, 2007).

Dez princípios do turismo e da gestão da visitação

Um conjunto de dez princípios resumidos na Tabela 3.1 (baseado em McCool, 1996, Eagles, et al., 2002, e EUROPARC Federation, 2012) fornece instruções para a tomada de decisões sobre questões-chave do turismo sustentável e gestão da visitação em áreas protegidas. O restante deste capítulo, que



Visitantes no local da atração popular Tunnel View no parque nacional de Yosemite, Califórnia, EUA. © Yu-Fai Leung

se baseia em orientações anteriores da UICN sobre gestão da visitação (por exemplo, Eagles, et al., 2002; Spenceley, et al., 2015), percorre os seis primeiros desses princípios, discutindo ferramentas e técnicas para alinhar objetivos e valores da área com respostas de planejamento e gestão a possíveis impactos negativos do turismo. Quatro estruturas de gestão do turismo são descritas, baseadas em seu princípio apropriado: (i) o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC), (ii) capacidade de suporte, (iii) Limites de Mudança Aceitável (LAC) e (iv) indicadores e padrões de qualidade. Cada estrutura tem uma abordagem distinta para avaliar e gerenciar os impactos negativos.

Uma vez que tais ferramentas e técnicas estejam implementadas, é necessário um programa adaptativo integrado de monitoramento de recursos, autoavaliação repetida, engajamento público e divulgação de comunicações. Esses pontos, expostos nos últimos quatro dos dez princípios, são abordados no próximo capítulo.

3.2 Princípio nº 1: O manejo adequado depende dos objetivos e dos valores das áreas protegidas

O alicerce para um turismo adequado e sustentável em área protegida é identificar objetivos claros de turismo e gestão da visitação que se conectem a valores de conservação igualmente claros. Fazer uma conexão explícita e repetida entre objetivos e valores na prática pode ser facilitada se essa prática for guiada por uma estrutura de gestão do turismo. Um marco referencial de gestão de turismo pode ser uma ferramenta útil para apoiar e defender decisões gerenciais. Alguns tópicos básicos abordados nos marcos de referência de gestão do turismo incluem:

- Estratégias e planos para o turismo que sejam consistentes com a conservação;
- Tipos e escala do desenvolvimento do turismo e atividades permitidas em locais específicos, bem como áreas onde o turismo não é permitido (por exemplo, através do zoneamento);
- Medidas para gerenciar os impactos - tanto reais quanto projetados - do desenvolvimento e atividades do turismo;
- Monitoramento e elaboração de relatórios sobre desenvolvimento e atividades de turismo e impactos associados;
- Medidas para assegurar o cumprimento de acordos relativos ao desenvolvimento e atividades permitidas do turismo;
- Compartilhamento de benefícios com os povos indígenas e comunidades locais; e
- Benefícios para conservação e proteção de serviços ecológicos.

3.3 Princípio nº 2: Um planejamento proativo para o turismo e uma gestão da visitação aumenta a eficácia

As áreas protegidas precisam gerenciar o planejamento, o desenvolvimento, a operação e a desativação das atividades turísticas. Da mesma forma que no Princípio número 1, os marcos referenciais de gestão de turismo podem ser úteis aqui. O planejamento ocorre em duas escalas: para o turismo comercial e para visitantes individuais; a discussão abaixo concentra-se na primeira.

Table 3.1. Dez princípios do turismo e da gestão da visitação em áreas protegidas

Princípios	Visão Geral	Ações
1. O manejo adequado depende dos objetivos e dos valores da área protegida	<ul style="list-style-type: none"> Os objetivos dos planos de manejo da área protegida fornecem declarações definitivas dos resultados desejados do manejo da área protegida. Eles identificam a adequação das ações de manejo e indicam recursos e condições sociais aceitáveis. Eles permitem avaliar o sucesso das ações de manejo. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os planos de manejo incluam objetivos claros e adequados, com a conservação primária acima de tudo. Estabelecer e concordar com os objetivos através da participação do público.
2. O planejamento proativo do turismo e a gestão da visitação aumentam a eficácia	<ul style="list-style-type: none"> O planejamento proativo começa com a articulação de valores das áreas protegidas e objetivos de manejo. Políticas e decisões de manejo que podem ser vinculadas a esses valores têm mais chances de implementação efetiva. A prática de visão de futuro pode levar a uma melhor conscientização das oportunidades para atividades de recreação e turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Oferecer aos visitantes oportunidades de aprender sobre os valores da área protegida por meio de informações e atividades. Estar ciente das atividades potenciais dos visitantes ou usar padrões que possam ter implicações de manejo
3. Mudar as condições de uso dos visitantes é inevitável e pode ser desejável	<ul style="list-style-type: none"> Impactos, níveis de uso e expectativas de condições apropriadas tendem a variar (por exemplo, impacto de um acampamento nos limites versus centro da área protegida). Variáveis ambientais influenciam o uso público e o nível de impacto (por exemplo, topografia, vegetação, acesso). 	<ul style="list-style-type: none"> Use o zoneamento para gerenciar diversas oportunidades de recreação. Usar o conhecimento da diversidade para tomar decisões sobre o turismo desejável em locais específicos (separando assim as decisões técnicas das baseadas em juízos de valor)
4. Impactos nos recursos e aspectos sociais são consequências inevitáveis do uso humano	<ul style="list-style-type: none"> Qualquer nível de uso recreativo leva a algum impacto; na maioria dos casos, os pequenos níveis iniciais de uso geram os maiores impactos por unidade de uso. Onde existe um conflito entre conservação e outros objetivos, a conservação tem primazia. O processo de definição da aceitabilidade do impacto é central para todo o planejamento do uso público. Evidências de impactos podem ser usadas para educação ambiental para os visitantes do parque. 	<ul style="list-style-type: none"> Os gestores devem perguntar: "Qual o impacto aceitável com base nos valores e objetivos da área protegida?" Os gestores devem agir adequadamente para gerenciar o nível aceitável de impacto.
5. A gestão é direcionada a influenciar o comportamento humano e a minimizar as mudanças induzidas pelo turismo	<ul style="list-style-type: none"> Áreas protegidas geralmente protegem processos e recursos naturais, de modo que o planejamento do uso público geralmente é orientado para as mudanças induzidas pelo visitante, uma vez que causa distúrbios. Mudanças induzidas pelo visitante podem levar a condições consideradas indesejáveis. Algumas mudanças são desejáveis e podem ser o motivo da criação da área protegida. Por exemplo, muitas áreas protegidas são criadas para oferecer oportunidades de recreação e desenvolvimento econômico local. 	<ul style="list-style-type: none"> As ações de manejo de determinam quais iniciativas são mais eficazes para influenciar a quantidade, tipo e localização das mudanças.
6. Os impactos podem ser influenciados por muitos fatores; portanto, limitar a quantidade de uso é apenas uma das muitas opções de manejo	<ul style="list-style-type: none"> Muitas variáveis do nível de uso afetam a relação uso / impacto em áreas protegidas (por exemplo, comportamento dos visitantes, forma de organização da viagem, tamanho do grupo, estação e condições biofísicas). Impactos do uso ou atividades de manejo de visitantes podem ocorrer fora da área protegida ou não serem visíveis em curto prazo (por exemplo, proibições de uso podem deslocar esse uso para outras áreas; ou um tratamento inadequado da água pode resultar em poluição da água a jusante). Os planejadores precisam de um conhecimento substancial das relações entre o uso e os impactos para prever impactos futuros em várias escalas e ao longo do tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> Programas de educação e informação, bem como regulamentos destinados a orientar o comportamento do visitante, podem ser necessários.

Tabela 3.1. continuação

7. O monitoramento é essencial para a gestão	<ul style="list-style-type: none"> • O monitoramento é um passo fundamental para todas as estruturas de manejo adaptativo ou proativo, gerando dados sobre recurso, condições sociais, econômicas e comunitárias que informam a decisões de manejo. • O monitoramento não precisa ser complicado ou caro. Muitas vezes, existem várias opções possíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o envolvimento do público e a educação dos visitantes, incentivando a participação no monitoramento.
8. O processo de tomada de decisão deve separar a descrição técnica dos juízos de valor	<ul style="list-style-type: none"> • Muitas decisões de manejo de áreas protegidas são técnicas (por exemplo, localização da trilha, design do centro de visitantes), mas outras refletem juízos de valor (por exemplo, decisões sobre como limitar o uso, tipos de instalações e oportunidades de turismo fornecidas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Os processos de decisão devem separar questões de ' condições existentes ' de ' condições desejadas '.
9. Os grupos afetados devem ser envolvidos, pois é necessário consenso e parceria para a implementação	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as decisões de gestão afetam alguns indivíduos e grupos. Esses grupos devem ser identificados no início do processo de tomada de decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os detentores de direitos e as partes interessadas da área protegida devem estar envolvidos na identificação de valores das áreas protegidas e no desenvolvimento de indicadores • Com treinamento adequado, os grupos de detentores de direitos e partes interessadas devem ser capazes de se envolver em monitoramento, manejo e atividades de educação ambiental.
10. A comunicação é fundamental para aumentar o apoio e o conhecimento sobre sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • A comunicação dos resultados do monitoramento dos impactos dos turistas na conservação e os benefícios para a comunidade podem explicar os motivos das decisões de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> • A estratégia de comunicação é necessária para dar suporte a um processo de gestão proativa ou adaptativa

Fontes: Adaptado de McCool, 1996; Borrie et al., 1998; Eagles et al., 2002; CBD, 2004; Federação EUROPARC, 2012

Três pilares da gestão do turismo comercial

A gestão do turismo comercial baseia-se em três pilares (Eagles, et al, 2002): marcos referenciais das políticas públicas, a elaboração de projetos básicos e termos de referência e a fase operacional.

- Os marcos referenciais das políticas pública descrevem as melhores práticas de como os programas são definidos e regulados. A estrutura geralmente refere-se a diretrizes de administração pública e estratégias de implementação que considerem tanto o interesse público quanto respondam a necessidades coletivas, tais como propriedade da terra, extensão do envolvimento do setor privado, componentes de sustentabilidade, biodiversidade e gestão ambiental, direitos e benefícios das comunidades locais e experiências de alta qualidade aos visitantes. Além disso, uma estrutura legal refere-se ao conjunto hierárquico de regras e regulamentos (Spenceley e Casimiro, 2012).
- O elaboração dos projetos básicos e termos de referência descreve como as oportunidades comerciais são definidas, estruturadas, precificadas e disponibilizadas no mercado e como os operadores são selecionados por meio de um processo de licitação ou chamamento público. O termo de referência inclui modelos de acordos comerciais (Spenceley e Casimiro, 2012). O chamamento público também pode prever incentivos para um alto padrão de operação.
- A fase operacional segue a assinatura do contrato comercial, e pode ser um longo período durante o qual o contrato / concessão é gerenciado (por exemplo, 10-30 anos). A gestão do contrato não se refere apenas às suas cláusulas técnicas, mas também ao relacionamento entre as partes contratantes. Durante a fase operacional, o órgão responsável pela gestão da área protegida precisa de ferramentas

e mecanismos para: (i) gerenciar e monitorar a operação comercial para assegurar que o desempenho seja satisfatório e (ii) cumprir quaisquer incentivos acordados.

Manuais de negócios

Um manual de negócios pode ser uma ferramenta útil para guiar o processo e fornecer informações claras a todas as partes sobre como cada elemento do contrato deve ser conduzido (Quadro 3.1). Mais informações sobre concessões são fornecidas no Capítulo 6, e orientações mais detalhadas sobre concessões de turismo podem ser encontradas em outros volumes (por exemplo, Eagles, et al., 2009; Spenceley, 2014b; Thompson et al., 2014; Spenceley et al., 2015; Spenceley, et al., 2017b).

Medindo os impactos do turismo comercial

O impacto da infraestrutura do turismo comercial em uma área protegida depende significativamente de onde e como as instalações estão localizadas. Centros de interpretação, instalações sanitárias, hotéis, cabanas e acampamentos, restaurantes, estacionamentos, trilhas e muitas outras instalações podem ser categorizadas como infraestrutura turística. O principal desafio é garantir que sejam sustentáveis e respeitem os ecossistemas e culturas locais.

As Avaliações de Impacto Ambiental (AIA, descritas no Capítulo 2) são um primeiro passo necessário para determinar a localização e a escala apropriadas dos empreendimentos. A contribuição da gestão de áreas protegidas, comunidades locais, empreendedores e turistas é essencial. O projeto sustentável se esforça para criar uma associação íntima entre uma instalação e o ecossistema no qual ela é construída (Quadro 3.2). Prover aos empreendedores uma compreensão

Quadro 3.1

Temas a serem incluídos em um manual de negócios em áreas protegidas

- Aspectos legais e contratuais (incluindo obrigações e direitos, prazo, opções de renovação, transferência de direitos, riscos, resolução de conflitos, titularidade de propriedade intelectual);
- Ciclo de vida do projeto;
- Canais de comunicação;
- Requisitos ambientais e de conservação (incluindo gestão ambiental integrada, presença de agentes de controle ambiental, conservação de recursos culturais e naturais, manipulação aceitável do habitat de animais silvestres, controle de caça, monitoramento e pesquisa, fiscalização, manejo de fogo, como lidar com animais problemáticos e espécies invasoras, questões de pessoal, utilização de aeronaves e veículos, passeios guiados, códigos de conduta, procedimentos de segurança);
- Gestão de infraestrutura (incluindo construção e projeto, energia, captação de água, infraestrutura de comunicações, gestão de resíduos, desenvolvimento de estradas e pistas);
- Monitoramento ambiental e técnico;
- Requisitos sociais e de capacitação (incluindo participação acionária, treinamento e promoção, oportunidades de negócios para as comunidades locais);
- Requisitos financeiros (incluindo taxas de concessão, aluguel, taxas fixas, taxas anuais, monitoramento);
- Procedimentos de violação de contrato (incluindo os relacionados a aspectos financeiros, de capacitação e ambientais, bem como processos para ação corretiva, incluindo indicadores de desempenho, notificações e rescisão);
- Definição de multas e penalidades;
- Código de conduta (incluindo relações de trabalho com concessionários, residentes permanentes e temporários); e
- Informações básicas (incluindo políticas e regulamentos de áreas protegidas, modelos para relatórios, modelos para aplicativos).

Fonte: SANParks, n.d.

Quadro 3.2

Princípios relacionados à biodiversidade para a definição de local e o projeto de hotéis e resorts

A UICN identificou cinco princípios relacionados à biodiversidade para apoiar as partes interessadas envolvidas nas fases de definição do projeto e do local dos empreendimentos hoteleiros e de resorts. Os princípios fornecem uma abordagem holística para integrar as considerações sobre biodiversidade, enfatizando a importância do envolvimento dos detentores de direitos e das partes interessadas.

1. Adotar a abordagem ecossistêmica no planejamento do turismo.
2. Gerenciar os impactos sobre a biodiversidade resultantes da instalação de hotéis e tentar obter uma contribuição positiva.
3. Projetar considerando a natureza e adotar soluções baseadas na natureza.
4. Respeitar, envolver e apoiar as comunidades locais.
5. Favorecer a colaboração entre detentores de direitos e partes interessadas.



Kingfisher Bay Resort em Fraser Island, Queensland, Austrália, instalação certificada tanto pela Green Globe quanto pela Ecotourism Australia. © Yu-Fai Leung

Fonte: IUCN, 2012b

dos processos naturais do ecossistema no local ajudará a evitar a degradação do ecossistema e transformar recursos naturais como gravidade, vento, fontes de água, vegetação e sombreamento. Os fatores que devem ser considerados na implementação de um novo serviço turístico incluem: paisagem, perigos naturais, atividades tradicionais, acesso de transporte para funcionários e turistas, clima, declive, acesso a recursos naturais e culturais, energia e serviços públicos, proximidade a bens e serviços relevantes, e disponibilidade de pessoal e habitação. Prestar atenção a essas considerações pode resultar em economias de recursos significativas, além de alcançar um resultado estético e melhorar a experiência do visitante (Sweeting, et al., 1999).

Planejando a infraestrutura sustentável

Ao restringir intencionalmente as instalações a um nível mínimo, ou não disponibilizar nenhuma instalação, as áreas protegidas também podem reduzir a superlotação dos visitantes e desencorajar usos indesejáveis, ao mesmo tempo em que proporcionam uma experiência de alta qualidade (Pedersen, 2002). O Quadro 3.3 apresenta um bom exemplo de como o Patrimônio Mundial Wadi El-Hitan (Egito) foi projetado com instalações mínimas para melhorar a proteção ambiental e a experiência do visitante. Ao longo da Appalachian National Scenic Trail (EUA), o uso dos visitantes foi regulamentado pelo fechamento e reabilitação de acampamentos fortemente impactados em áreas planas e substituídos por áreas de acampamento menores em locais que ofereciam mais privacidade e desencorajavam a expansão do acampamento, reduzindo a área total de perturbação ambiental e resultando em maior satisfação do visitante (Daniels e Marion, 2006). Em outro lugar, cercas simbólicas com cordas ao longo das margens das trilhas do Acadia National Park (EUA) foram usadas para desencorajar os visitantes a sair da trilha (Park, et al., 2008). Essa abordagem foi considerada substancialmente mais eficaz do que várias práticas de informação / educação. O bom desenvolvimento, design e manutenção das instalações podem contribuir para experiências significativas que resultam em novas visitas, promoção positiva boca a boca sobre a área protegida como destino e comportamentos relacionados de lealdade por parte dos visitantes.

O espinhoso desafio do tipo de transporte utilizado

Modos de transporte e infraestrutura são provavelmente os aspectos mais importantes da gestão do turismo comercial a se corrigir devido ao seu potencial de efeitos negativos nas áreas protegidas e comunidades locais. Iniciativas de transporte sustentáveis - aquelas que tentam minimizar o consumo de energia, as emissões de carbono e a área de cobertura da infraestrutura, ao mesmo tempo em que mantêm uma experiência de alta qualidade ao visitante - receberam atenção especial no Sistema de Parques Nacionais dos EUA. Especialistas em transporte têm trabalhado com o Serviço Nacional de Parques dos EUA para limitar o uso de automóveis melhorando o acesso ao transporte público (por exemplo, através de sistemas de bonde), construindo trilhas de bicicleta e instalando sinalizações inteligentes (Manning, et al., 2014). O Conjunto de ferramentas de Serviços de Gestão do Tráfego em Parques Nacionais (USNPS, 2017b) apresenta uma extensa coleção de ferramentas com orientação sobre a solução de problemas. No Gatineau Park (Canadá) e no Parque Nacional De Hoge Veluwe (Holanda), os visitantes são incentivados a estacionar seus carros e a alugar bicicletas para percorrer a área protegida.



Organizando bicicletas no Parque Nacional De Hoge Veluwe, restrito a entrada de carros, na Holanda. © Yu-Fai Leung



Escultura de madeira no centro de visitantes do Parque Nacional de Torf-Haus, Alemanha. © Yu-Fai Leung

3.4 Princípio # 3: Mudar as condições de uso público é inevitável e pode ser desejável

Os tipos de turismo e recreação apropriados para áreas protegidas variam significativamente de lugar para lugar - e, o que é mais importante, podem mudar com o tempo. Novas demandas por atividades turísticas são um desafio para os gestores de áreas protegidas, mas também uma oportunidade para abraçar e facilitar novas experiências dos visitantes que possam apoiar a conservação. O Espectro de Oportunidades de Recreação é uma estrutura de gestão de turismo que pode ajudar os gestores a responder a essas novas demandas.

Espectro de Oportunidades Recreativas

O Espectro de Oportunidades Recreativas (ROS) é uma estrutura de gestão amplamente aplicada que promove a diversidade no turismo de áreas protegidas e recreação ao ar livre por meio de uma abordagem de zoneamento (McCool, et al., 2007; Manning, 2011). O ROS aplica indicadores e padrões de qualidade (para mais informações, consulte abaixo) a cada um dos três componentes dos parques e recreação ao ar livre, a saber: recursos, experiências e gestão - para ilustrar uma ampla gama de oportunidades de recreação. Por exemplo, a Figura 3.1 ilustra uma situação em que a "presença animais silvestres" representa as condições de recurso da recreação ao ar livre e

Quadro 3.3

Projetando para prover proteção e experiências inspiradoras aos visitantes: Wadi El-Hitan - Vale das Baleias Sítio de Patrimônio Mundial (Egito)

O Wadi El-Hitan - Vale das Baleias fica a 170 km a sudoeste do Cairo, no deserto ocidental do Egito. Designado como Patrimônio da Humanidade em 2005, Wadi El-Hitan é o local mais importante do mundo para demonstrar a evolução das baleias eocênicas (38 a 42 milhões de anos atrás), de animais terrestres a animais marinhos. Antes de sua designação como Patrimônio Mundial, não havia nenhuma forma de controle de acesso; a coleta de fósseis e o acesso indiscriminado a veículos com tração nas quatro rodas ameaçavam seus valores. O reconhecimento do Patrimônio Mundial, juntamente com o financiamento dos doadores, permitiu que atividades efetivas de planejamento, gestão e desenvolvimento do ecoturismo fossem realizadas. Uma peça chave foi a preparação do projeto, cujos principais elementos dessa iniciativa, no que se refere ao design do local, infraestrutura e transporte, incluem:



Wadi El-Hitan-Vale das Baleias Patrimônio Mundial da Humanidade com características arquitetônicas ecológicas. © Dan Paleczny

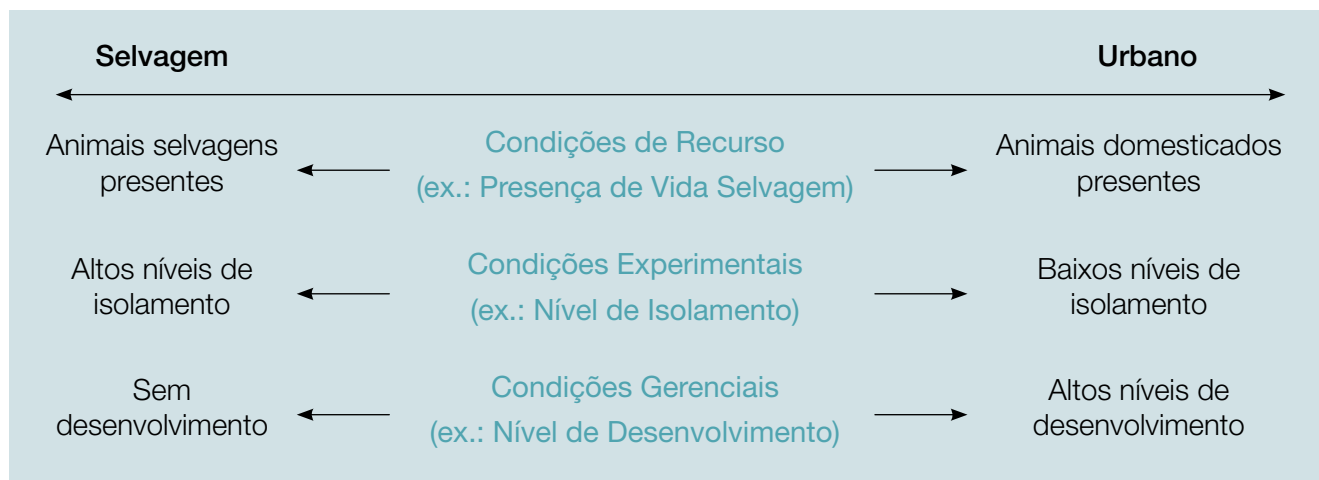
- **Rota de acesso ao local:** Através de um estudo de impacto ambiental, cinco caminhos alternativos foram avaliados por cinco critérios: comprimento da estrada e facilidade de construção, impactos nos valores das áreas protegidas, eficácia operacional, potencial de benefícios econômicos para as comunidades locais, e adequação para visitantes.
- **Conservação de valores fósseis:** A área fóssil central exigia barreiras físicas para proteger e fechar o vale. Sinais e comunicações direcionadas foram estabelecidos e patrulhas diárias foram realizadas.
- **Necessidades dos visitantes:** uma pesquisa de visitantes e um plano de gestão da visita considerou os tipos de serviços que devem ser fornecidos, como estruturas com sombra para escapar da ação do sol, área de orientação, estacionamento, refeitório, transporte interno, loja de artesanato e camping.
- **Interpretação:** A área central foi planejada como um museu a céu aberto, com peças artesanais locais. Caminhos foram definidos na areia do deserto. Sítios fósseis foram delineados com colunas de barro, corda de palma trançada à mão e placas de argila cozida. Estações interpretativas, feitas de barro e gesso, foram projetadas para imitar as formas de relevo ao redor.
- **Viagem dentro da área central:** Alternativas de deslocamento dentro da área central foram cuidadosamente considerados em vista do calor extremo no verão, da idade dos visitantes e o caráter selvagem do local. As alternativas selecionadas, conforme o caso, foram caminhadas, montaria em camelo e por carroça puxadas a camelo, já que todos são sustentáveis, limpos e oferecem oportunidades adicionais de negócios locais.
- **Planejamento local:** O planejamento local identificou a localização precisa da infraestrutura, levando em consideração o número projetado de visitantes, o movimento em torno das instalações e os tipos de veículos.
- **Design de instalações, materiais e métodos:** Planos arquitetônicos e diretrizes foram desenvolvidos para responder ao caráter único dos penhascos de arenito, o clima quente e aproveitar os talentos criativos combinados das comunidades locais e seus artistas. Através da imitação de tons de terra, texturas e formas, as estruturas de tijolo e gesso de barro têm um impacto visual mínimo sobre os fósseis ou a paisagem. As estruturas da Terra são duráveis e degradáveis e, quando se desintegram, se misturam na terra sem deixar cicatrizes na paisagem.
- **Construção do sítio:** a construção avançou com extrema cautela para minimizar os impactos e contou com a participação de artesãos e trabalhadores locais, o que promoveu um sentimento de pertencimento e orgulho dentro da comunidade, além de proporcionar benefícios para o emprego.
- **Ferramentas de avaliação:** As ferramentas de avaliação incluem o monitoramento do recurso fóssil e da visita e a realização de patrulhas de fiscalização. Uma avaliação da eficácia da gestão ajudou a estabelecer um contexto prático para o relato de status de Patrimônio Mundial.

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Escolha materiais para projeto e construção local com base em fontes que minimizem danos e promovam aspectos como durabilidade, reciclagem, disponibilidade e sustentabilidade. Incorpore design que esteja de acordo com a paisagem cultural e física local, bem como com as condições climáticas; e use espécies de plantas nativas para paisagismo e controle natural de insetos.

Fonte: <http://egyptheritage.com/Eco%20Hitan%20Open%20Air.html>

Figura 3.1. Um exemplo simplificado do Espectro de Oportunidade de Recreativos (ROS - Recreation Opportunity Spectrum)



Fonte: Manning, et al., 2017

pode variar da presença de animais silvestres a domesticados. Da mesma forma, “nível de isolamento” representa o componente experimental da recreação ao ar livre, e isso pode variar de alto a baixo nível. O “nível de desenvolvimento” das instalações representa o componente gerencial da recreação ao ar livre, e isso pode variar de nenhum desenvolvimento a altos níveis de desenvolvimento. Essa abordagem estruturada pode ser usada por gestores de áreas protegidas para identificar diferentes zonas que correspondem a diversas demandas de visitantes com oportunidades de recreação que sejam apropriadas aos objetivos de conservação e gestão de cada região, bem como para as condições sociais e de recursos.

3.5 Princípio # 4: Os impactos nas condições sociais e nos recursos são consequências inevitáveis do uso humano

Capacidade de suporte

No início destas Diretrizes, enfatizamos que algum nível de impacto necessariamente vem com o turismo e o uso público em áreas protegidas, e que o que torna essas atividades sustentáveis é a tentativa contínua dos gestores de usar as melhores práticas para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos. Grande parte da discussão sobre como conseguir isso em áreas protegidas considerou o conceito de capacidade de

suporte de visitantes. A pesquisa documentou muitos impactos do turismo e da recreação nos recursos das áreas protegidas e na qualidade da experiência do visitante. À medida que o número de visitantes aumenta, as áreas protegidas ficam mais lotadas, levando a um aumento dos impactos ambientais e sociais que podem representar ameaças aos valores das áreas protegidas. Em algum momento, os impactos podem se tornar inaceitáveis com base em evidências físicas ou avaliações de visitantes sobre sua experiência (Shelby e Heberlein, 1986; Whittaker, et al., 2011). Em outras palavras, o número de visitantes pode ter excedido a capacidade de suporte. O Quadro 3.4 apresenta um breve histórico e esclarecimento deste conceito.

Limites Aceitáveis de Câmbio

Abordagens contemporâneas para entender e aplicar a capacidade do visitante dependem da determinação dos Limites Aceitáveis de Câmbio (LAC), que, como o ROS, é um marco referencial para a boa gestão da visitação. O LAC estabelece os limites mensuráveis para as mudanças induzidas pelo homem nos ambientes naturais e sociais das áreas protegidas e os utiliza para criar estratégias de manejo apropriadas para manter ou restaurar condições aceitáveis. LAC combina planejamento racional, gestão da qualidade e envolvimento público para identificar aspectos ambientais mensuráveis da qualidade e monitora se a qualidade é mantida (Sidaway, 1994). Esta é uma abordagem de gestão por objetivos, que também é entendida como uma estrutura baseada em indicadores ou baseada em padrões (Leung, et al., 2008; McCool, et al., 2007; Manning, et al., 2017).

A LAC pode ser fortemente influenciada pelos valores, cultura e outros fatores das pessoas, relacionados à quantidade e ao tipo de uso público (Manning, 2007; Manning, 2011; Manning, et al., 2017). Ao aplicar a LAC em áreas protegidas, os objetivos da gestão se tornam declarações sobre as condições desejadas de áreas protegidas e recreação ao ar livre, incluindo o nível de proteção de recursos e o tipo e qualidade da experiência recreativa para que a conservação seja sempre priorizada.

Indicadores e padrões de qualidade

Indicadores de qualidade refletem a essência dos objetivos de gestão; eles podem ser considerados como parâmetros quantificáveis de objetivos de gestão. Padrões de qualidade definem a condição mínima aceitável das variáveis indicadoras. Por exemplo, em relação aos níveis de isolamento, os estudos descobriram



Vistas panorâmicas ao longo de uma trilha popular de caminhada na ilha de Padar, Parque Nacional de Komodo, Indonésia. © Mei Yee Yan

Quadro 3.4

Um breve histórico de capacidade de suporte

No contexto do turismo, o termo ‘capacidade de suporte’ refere-se ao número máximo de pessoas que podem visitar um destino turístico (aqui, uma área protegida) ao mesmo tempo, sem causar (i) a destruição dos aspectos físicos, econômicos e socioculturais, meio ambiente, e (ii) uma diminuição inaceitável na qualidade da satisfação dos visitantes.

Aplicado pela primeira vez a áreas protegidas e recreação ao ar livre na década de 1960, o foco inicial do conceito era sobre os impactos ambientais da recreação ao ar livre. Ele foi usado para responder à pergunta: “Quanto uso pode ser acomodado em uma área protegida antes que seus recursos naturais sejam inaceitavelmente prejudicados?” No entanto, rapidamente ficou aparente que há também um componente social ou experimental na capacidade de suporte em áreas protegidas., “Quanto uso pode ser acomodado em uma área protegida antes que a qualidade da experiência do visitante seja degradada em um nível inaceitável?” Um termo relacionado, “capacidade de visitantes”, tem sido comumente usado para enquadrar os desafios de gestão da visita para identificar um número aceitável de visitantes em uma área protegida.

Embora a capacidade de visitantes de um local específico possa ser útil e às vezes necessária (por exemplo, determinar a frequência máxima em um centro de visitantes a qualquer momento), as aplicações contemporâneas desse conceito são feitas em grande parte por meio de estruturas de gestão baseadas em padrões e objetivos de manejo, seus indicadores e padrões associados.

Nos últimos anos, o debate foi revisitado com o surgimento do termo “overtourism”, mas isso deve ser tratado usando abordagens LAC e ROS, e potencialmente estabelecendo limites de usos, ao invés de usar o conceito de capacidade de suporte como base.

Fontes: Lucas, 1964; Wagar, 1964; Graefe e outros, 1984; Shelby e Heberlein 1986; McCool e Cole, 1997; Manning, 2007; McCool et al., 2007; Manning, 2011; Whittaker et al., 2011; IVUMC, 2016; IVUMC, 2017



Turistas esperando o passeio do barco no Parque Nacional do Lagos Plitvice, Croácia. © Mei Yee Yan

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Aplice critérios de manejo baseados em padrões orientados por valores das áreas protegidas, objetivos de gestão e seus indicadores e padrões associados, para ajudar a informar o desafio de gestão de equilibrar visitação e conservação em áreas protegidas.

que os visitantes do deserto geralmente estão dispostos a aceitar menos de seis grupos por dia ao longo de trilhas e desejam acampar fora do campo de visão e do som de outros grupos (Manning, 2011). Portanto, usar “um máximo de cinco encontros com outros grupos ao longo de trilhas e nenhum outro grupo acampado dentro da visão ou som” como um padrão pode ser apropriado para gerenciar pelo menos algumas áreas selvagens. Formular objetivos de gestão e expressá-los em termos de indicadores quantitativos e padrões de qualidade é uma parte importante da gestão de visitantes. Informações detalhadas e inúmeros exemplos de indicadores para o turismo sustentável estão disponíveis no guia de indicadores da UNWTO (UNWTO, 2004).

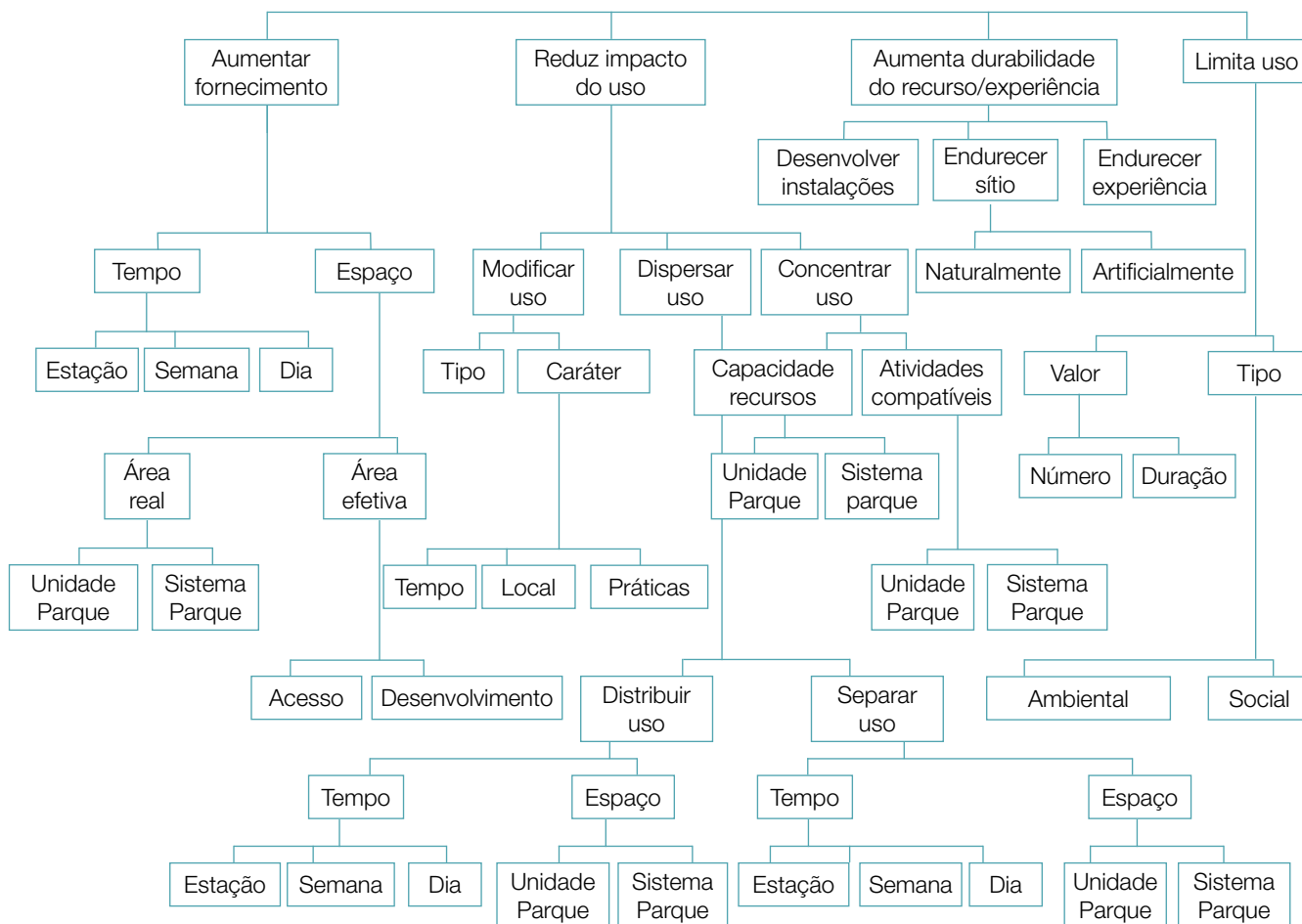
3.6 Princípio # 5: A gestão é direcionada para influenciar o comportamento humano e minimizar a mudança induzida pelo turismo

Como as atividades de turismo em áreas protegidas podem afetar negativamente os valores naturais da área, foram desenvolvidos quatro tipos básicos de estratégias de gestão. Todos



A biodiversidade contribui para a experiência dos visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Brasil. © Yu-Fai Leung

Figura 3.2. Estratégias para gerenciar o turismo e o uso público



Fonte: Manning, et al., 2017

eles giram em torno do conceito de oferta e demanda (Figura 3.2). As duas primeiras estratégias básicas manipulam a oferta e a demanda, seja aumentando a oferta de oportunidades de turismo para acomodar mais uso e / ou disseminação mais uniforme (Quadro superior à esquerda na Figura 3.2), ou reduzindo a demanda por usos problemáticos por meio de medidas curtas de limites formais ou proibições definitivas (segunda Quadro superior). As outras duas estratégias básicas tratam a oferta e a demanda como fixas. Elas se concentram em reduzir os impactos de uso, modificando o comportamento do visitante, ou aumentando a durabilidade de recursos sensíveis na área protegida (no terceiro Quadro superior) ou simplesmente limitando o uso problemático (o quarto Quadro superior). Nesta seção, examinamos brevemente as quatro estratégias gerais antes de analisar algumas das ferramentas mais comuns usadas para gerenciar os impactos do turismo: zoneamento, restrição e aplicação de regras e regulamentos. A seção termina com uma discussão sobre as questões de segurança e proteção que fundamentam todos os esforços de gestão do turismo.

Aumento da oferta de oportunidades de turismo

A oferta de oportunidades de turismo pode ser ampliada em termos de tempo ou espaço (Quadro superior esquerda e subsidiárias, Figura 3.2).

Com relação ao tempo, a utilização de áreas protegidas é normalmente concentrada em uma pequena porcentagem de todos

os dias e horas potencialmente disponíveis. Se algum pico de uso puder ser transferido para períodos de uso inferiores, então uma parte da pressão do uso excessivo pode ser aliviada. A maneira mais tradicional de considerar o aumento da oferta é através da dimensão espacial, expandindo a área física disponível para uso dos visitantes (por exemplo, criando novas ou ampliando áreas protegidas, aprimorando ou ampliando instalações).

Reduzindo a demanda para atividades impactantes

Reduzir a demanda por usos impactantes é uma segunda estratégia básica para gerenciar o turismo (segundo Quadro e subsidiárias, Figura 3.2). Isso pode ser feito modificando o caráter do uso para que seus impactos sejam diminuídos. Desta forma, atividades potencialmente danosas podem não ter que ser eliminadas ou limitadas, mas sim alteradas em relação ao seu tempo (por exemplo, a maioria das reservas de tigres na Índia são fechadas por 1-2 meses no início da estação chuvosa), localização (por exemplo restrito a áreas abaixo da linha das árvores), ou práticas (por exemplo, eliminação de fogueiras, mas não de acampamento em si). Outra maneira é dispersar o uso de modo que ele ocorra em uma área mais ampla, “diluindo” o impacto. A dispersão de recreação depende da suposição de que distribuir o uso em uma área mais ampla, se viável, ou particioná-lo em diferentes momentos para diferentes grupos de usuários, resultará em (i) nenhuma área isolada recebendo um nível inaceitável de impactos. e (ii) uma redução ou eliminação de conflitos entre grupos de usuários. Essa suposição nem sempre será válida, é

claro. Uma terceira possibilidade é tomar o rumo oposto e concentrar o uso de modo que a maioria de seus impactos afetem apenas uma pequena área, ou “zona de sacrifício”. Por exemplo, a recreação pode ser direcionada para áreas onde recursos naturais como solo e vegetação são relativamente resistentes a impactos, ou ao redor de centros de visitantes. A recreação também pode ser concentrada com base na compatibilidade, de modo que os usuários com atividades, valores e motivações semelhantes sejam agrupados.

‘Endurecimento’: aumentando a durabilidade dos recursos

Ao tratar a oferta e a demanda como fixas, uma terceira estratégia visa aumentar a durabilidade física dos recursos da área protegida sujeitos ao uso problemático (terceiro Quadro e subsidiárias, Figura 3.2). Isso é geralmente chamado de “endurecimento”, porque geralmente envolve a criação de uma superfície dura para absorver os impactos físicos diretos das atividades

dos visitantes, como dirigir, caminhar e acampar. Um exemplo muito comum é a construção de calçadas de superfície dura em trechos de trilhas que atravessam zonas úmidas frágeis.

Isso também pode ser feito de forma seminatural, através de meios como o plantio de espécies resistentes de vegetação em áreas sujeitas a pisoteio. Outra maneira de alcançar os mesmos fins é metaforicamente “endurecer a experiência” dos visitantes, informando-os das condições prejudiciais aos recursos que estão sendo causados pelo uso, de modo que eles sejam motivados a reduzir seus impactos.

Limitar as atividades impactantes

A quarta e talvez mais comum estratégia - que também trata a oferta e a demanda como fixas - é colocar limites rígidos (até incluir proibições) para impactantes (quarto Quadro e subsidiárias, Figura 3.2). Regras e regulamentos são uma prática comum de gestão da visitação (Lucas, 1982; Lucas, 1983; Monz, et al., 2000; Manning, 2011). Regras e regulamentos

Quadro 3.5

Planejamento e zoneamento no Parque Nacional do Grand Canyon (EUA)

O Parque Nacional do Grand Canyon, uma das “jóias da coroa” do sistema de parques dos EUA, é um Patrimônio Mundial da UNESCO. O Rio Colorado - o coração vivo do Grand Canyon - tem sido uma fonte vital de água para as tribos nativas americanas por 12.000 anos, inspirou artistas e escritores e foi o foco de algumas das principais controvérsias ambientais da história americana. Nos últimos anos, o rio Colorado também se tornou uma meca dos botes de rafting, com quase 300 milhas de rio livre com mais de 100 grandes corredeiras, algumas delas exigindo experiência e habilidade consideráveis.

O atual plano de manejo do parque é projetado para proteger o rio do uso excessivo, e seu objetivo é “conservar os recursos do parque e as experiências dos visitantes, reforçando as atividades recreativas.” O plano se baseia em várias práticas de gestão, incluindo o uso, regras e regulamentos e o zoneamento.

O uso recreativo do rio é restrito, a fim de minimizar os possíveis impactos sobre os recursos naturais e culturais e para proteger a qualidade da experiência do visitante. Limites aplicam-se tanto a viagens comerciais (por exemplo, aquelas lideradas por empresas licenciadas) quanto àquelas feitas por usuários “não comerciais” (ou seja, pessoas físicas). Os usuários não comerciais devem obter uma licença, que é distribuída com base em um sofisticado “sistema de loteria ponderada”, que substituiu uma versão anterior que gerou períodos de espera de mais de 20 anos. O sistema atual exige que os barqueiros não comerciais preencham uma solicitação a cada ano com datas de lançamento preferenciais para o ano seguinte; candidatos aprovados são selecionados aleatoriamente. No entanto, as chances de ser selecionado são reforçadas se os líderes de viagens potenciais não tiverem navegado no rio nos últimos anos, o que ajuda a garantir que aqueles que não têm sorte no sistema de loteria sejam mais propensos a serem selecionados nos próximos anos.

Regras e regulamentos também são um componente importante do plano de gestão do rio. Por exemplo, os passageiros de barco comercial devem ser acompanhados por um guia aprovado pelo Serviço Nacional de Parques em todas as viagens, e os visitantes não podem usar algumas partes do parque durante certas estações para proteger espécies de plantas ameaçadas.

Finalmente, o plano também incorpora o zoneamento espacial e temporal. O rio é dividido em três zonas espaciais (“primitiva”, “semi-primitiva” e “cenário natural rural”) projetadas para oferecer três tipos diferentes de experiências aos visitantes. O zoneamento temporal também é utilizado para abordar a questão do conflito entre uso motorizado e não motorizado; O uso motorizado só é permitido de 1 de abril a 15 de setembro de cada ano.



Rafting pelo Grand Canyon. © Robert Manning

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Empregue uma combinação de ferramentas e técnicas de gestão de uso público que se reforçam e se complementam.

comumente usados referem-se a limites de tamanho de grupo, áreas de camping e / ou itinerários de viagem, áreas fechadas, limitações de duração de permanência e restrições ou proibições de atividades de recreação e comportamentos que tenham impactos substanciais ou experimentais.

A eficácia das regras e regulamentos é uma consideração importante para os gestores de áreas protegidas. Por exemplo, um estudo conduzido em várias áreas protegidas nos EUA examinou três abordagens regulatórias que abordam as fogueiras em acampamento: proibindo-as, restringindo-as a certos locais ou deixando-as sem regulamentação (Reid e Marion, 2004). Os resultados sugerem que a proibição não reduz substancialmente seus impactos, mas que a inexistência de regulamentação resulta em degradação excessiva dos recursos. O estudo concluiu que a designação de locais de acampamento, combinada com a proibição do uso de machados e serras, era a melhor maneira de controlar os impactos das fogueiras, preservando uma opção que é altamente valorizada pelos visitantes. Para serem eficazes, os gestores precisam comunicar claramente as regras e regulamentos de modo que os visitantes estejam cientes delas, o motivo por trás dessas regras e as sanções associadas ao seu descumprimento (por exemplo, multas, penalidades).

Zoneamento

O zoneamento é uma das ferramentas mais utilizadas para gerenciar os impactos do turismo e é um componente essencial em todos os processos de gestão de turismo e visitantes (Manning, 2011; Manning, et al., 2017). Em sua forma mais simples, o zoneamento atribui certas atividades recreativas a áreas selecionadas ou a determinados horários (Quadro 3.5). O zoneamento

também pode ser usado para banir atividades problemáticas em áreas ambientalmente sensíveis, ou separar áreas recreacionais conflitantes. No planejamento geral da administração de áreas protegidas, por exemplo, um sistema de zoneamento determina o tipo de acomodação, transporte e atividades turísticas, incluindo tamanho do grupo (Bintoora, 2014). O zoneamento também pode ser usado para criar diferentes tipos de oportunidades de turismo e recreação; assim, esse é um conceito-chave do Espectro de Oportunidade de Recreação (ROS), discutido anteriormente.

Restrição

A restrição de oportunidades de turismo e recreação é outra opção (Tabela 3.2). Loterias e leilões de permissões de acesso, por exemplo, são opções de gestão utilizadas nos parques nacionais dos EUA (ver Quadro 3.5). Os elementos críticos de restrição de uso, loterias e outras práticas de alocação são a justiça, eficiência e equidade (por exemplo, o uso de preços mais altos para conter o uso pode ser visto como discriminação contra grupos selecionados com base em seu status socioeconômico).

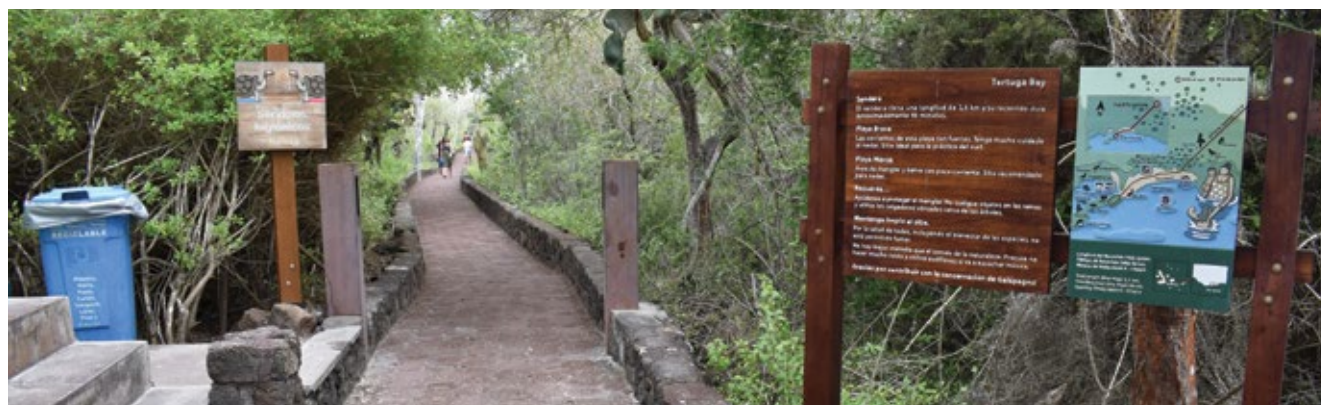
‘Aplicação legal “branda” e “dura”

A aplicação legal é necessária para apoiar as regras e regulamentos por trás da limitação do uso público. Várias táticas de aplicação legal podem ser usadas, e para qualquer parque ou área protegida, a escolha é guiada pelo tipo de infrações que precisam ser abordadas. Aplicação legal “branda” inclui medidas de gestão que incentivam as pessoas a seguir as regras. Por exemplo, a sinalização do parque e as mensagens interpretativas podem orientar os visitantes em direção a um comportamento

Tabela 3.2. Tipos de sistemas de restrição

Sistema de restrição de turismo	Características
Sistemas de reservas	Requer que os visitantes em potencial reservem um espaço ou obtenham uma licença antes da visita
Loterias	Aloca oportunidades ou licenças aleatoriamente
Ordem de chegada ou fila	Requer que os visitantes em potencial aguardem pelos espaços ou licenças disponíveis
Preços	Exige que os visitantes paguem uma taxa pela licença, que pode filtrar aqueles que não podem ou não querem pagar
Mérito	Requer que os visitantes em potencial ‘ganhem’ o direito a uma licença em virtude de conhecimento ou habilidade demonstrados (por exemplo: comportamento recreativo de baixo impacto)

Fontes: Stankey e Baden, 1977; Cable e Watson, 1998; Whittaker e Shelby, 2008; Manning, 2011



Informação ao visitante e contador eletrônico da entrada do visitante na trilha da baía de Tortuga, Parque Nacional de Galápagos, Equador. © Yu-Fai Leung Fontes: CBD, 2004; Manning, et al. 2017

Tabela 3.3. Exemplos de práticas de gestão direta e indireta

Tipo	Exemplos
Direto (Ênfase na regulação do comportamento; escolha individual restrita; alto grau de controle)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a vigilância da área • Usos incompatíveis com a zona espacial ou temporal (por exemplo, zonas exclusivas para motociclistas, apenas dias para caminhantes, proibir o uso do motor) • Limite de permanência de apenas uma noite em alguns acampamentos • Rodízio do uso (por exemplo, abrir ou fechar estradas, pontos de acesso, trilhas, áreas de acampamento) • Exigir reservas • Atribuir acampamentos e / ou rotas de viagem a cada grupo de campistas em áreas remotas • pontos de acesso • Tamanho limite dos grupos (por exemplo, número de cavalos, veículos) • Limitar acampamento apenas para parques de acampamento designados • Limitar a duração da estadia na área (máxima ou mínima) • Restringir o uso de fogueiras • Restringir a pesca ou a caça • Exigir ou incentivar visitantes a contratar guias • Impor multas
Indireto (Ênfase em influenciar ou modificar o comportamento; o indivíduo mantém a liberdade de escolher; controle menos completo, mais variação no uso possível)	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar (ou não) estradas de acesso, trilhas • Melhorar (ou não) acampamentos e outras áreas de uso concentrado • Anunciar e incentivar a conservação de atributos específicos da área • Identificar a variedade de oportunidades de recreação na área circundante • Informar os visitantes sobre ecologia e ética externa • Divulgar áreas subutilizadas e padrões gerais de uso • Cobrar taxa de ingresso • Cobrar taxas diferenciais (por exemplo, por trilha, zona, estação) • Exigir prova de conhecimento ecológico e habilidades de atividade recreativa

Fontes: CBD, 2004; Manning, et al. 2017

positivo (Marion e Reid, 2007) e mais seguro (por exemplo, como se comportar em relação aos animais silvestres, informações sobre trilhas potencialmente perigosas ou condições climáticas). Códigos de prática também podem ser usados para influenciar o número de visitantes, bem como o desenvolvimento e a construção, e restringir certas atividades para maximizar a segurança (Eagles, et al., 2002). Operadores turísticos e concessionárias podem ser pontos centrais para o sucesso de tais medidas e devem ser obrigados a promovê-las. Nos casos em que a aplicação legal branda não é eficaz, pode ser necessária a aplicação legal da lei “dura” - como a emissão de advertências e multas e, nos casos mais graves, prisões - (Wynveen, et al., 2007).

O tipo de aplicação usado em qualquer parque deve ser cuidadosamente escolhido para atender um equilíbrio entre a segurança do visitante, o cumprimento das regras e o prazer do visitante (Manning, et al., 2017). Há muito debate sobre o quão rígida deve ser a fiscalização em áreas protegidas, mas muito pouca pesquisa foi feita sobre a eficácia de diferentes tipos. Um estudo no Parque Nacional de Mount Rainier (EUA) descobriu que a presença de um guarda parque uniformizado reduziu significativamente a caminhada fora da trilha (Swearingen e Johnson, 1995). Além disso, os visitantes tendiam a reagir positivamente quando entendiam que a presença de um fiscal uniformizado era necessária para a disseminação de informações, a segurança dos visitantes e a proteção dos recursos. Além disso, um estudo de longo prazo de quatro santuários marinhos nas Filipinas melhorou as condições ecológicas dos recifes de corais e a abundância e riqueza de espécies de peixes, atribuindo melhorias à fiscalização e às melhores atividades de manejo e apoio da comunidade (Walmsley e White, 2003).

Preocupações com segurança e proteção

Segurança e proteção são preocupações que todos os visitantes de área protegida enfrentam. As ameaças podem se originar de outros visitantes, animais selvagens, riscos ambientais e atividades ilegais que ocorrem dentro da área protegida. No nível mais grave, os visitantes de áreas protegidas podem ser ameaçados por atividades como a caça ilegal e guerrilhas, como no Parque Nacional de Virunga (República Democrática do Congo) (Parque Nacional de Virunga, 2018). A presença de agentes de fiscalização (patrulheiros, guardas, etc.) é uma maneira de minimizar todas as preocupações de segurança. Descobriu-se que a simples presença foi capaz de aumentar a sensação de segurança entre os visitantes (Wynveen et al., 2007), mas esse é um esforço que pode custar caro.

Nos países em desenvolvimento, as parcerias com ONGs e locais para monitorar e patrulhar a área protegida são uma solução em potencial (Coad, et al., 2008).

As áreas protegidas também devem ter um plano claro e robusto de resposta a emergências e crises para residentes, turistas e empresas relacionadas ao turismo. Isso deve ser integrado ao plano de manejo do parque e deve ser comunicado de forma adequada, tanto internamente aos visitantes e funcionários, quanto externamente aos viajantes em potencial. Por exemplo, o Parque Nacional Kruger (África do Sul) sofreu inundações extremas associadas ao El Niño, o que levou a danos às estradas e pontes. Os Parques Nacionais da África do Sul usam seu site e suas mídias sociais como duas

importantes ferramentas de comunicação para informar a indústria de viagens e visitantes sobre tais situações relevantes para a segurança.

3.7 Princípio # 6: Impactos podem ser influenciados por muitos fatores, portanto, limitar a quantidade de uso é apenas uma das muitas opções de gestão

Conforme descrito no princípio anterior, limitar o uso público é considerado uma das estratégias básicas na gestão da mudança induzida pelo turismo. De fato, limitar o uso público é uma primeira resposta comum a muitos problemas de gestão associados ao turismo. No entanto, como ilustrado no Princípio 4, décadas de pesquisa e prática sobre a capacidade de suporte de visitantes levaram a avanços significativos na tomada de decisão na gestão da visitação e turismo, caracterizada por estruturas baseadas em padrões que incorporam valores das áreas protegidas e objetivos de manejo. Os gestores de áreas protegidas reconhecem cada



Atividades de stand up paddle e mergulho com snorkel nas Ilhas Virgens, Ilhas Virgens dos EUA. © Yu-Fai Leung



Bilhete de entrada para um parque marinho da Malásia. © Elizabeth Halpenny

vez mais que os impactos negativos podem ser influenciados por uma série de fatores (por exemplo, meio de transporte, tamanho do grupo, estação de uso). Simplesmente impor restrições a um uso impactante pode não chegar à sua causa raiz em muitos casos. Outras estratégias podem alcançar melhores resultados ao tentar influenciar as decisões dos visitantes sobre quais atividades seguir, quando e onde (Tabela 3.3). Geralmente, as práticas indiretas são menos intrusivas à experiência do visitante, mas quando elas se mostram ineficazes, ou se as condições do recurso justificam, abordagens diretas são necessárias (Hall e McArthur, 1998; Manning, et al., 2017).

Usando preços para manejar a visitação

Uma estratégia alternativa indireta para simplesmente limitar os usos é aplicar esquemas de preços para manejar a visitação. A definição de preços diferenciados, por exemplo, envolve a definição de preços com base na idade, local de residência e outros fatores dos visitantes, e isso pode ajudar a incentivar determinados tipos de visitantes que a área protegida está tentando alcançar. O preço diferencial é caracterizado por preços diferentes cobrados com base nos serviços oferecidos. Por exemplo, um acampamento situado em um local cênico do rio pode ser mais caro do que um localizado em um local menos desejável. A cobrança de preços mais altos durante a alta temporada ou a entrada em locais muito visitados podem reduzir a lotação.

O problema do deslocamento

Impactos negativos do uso público e consequências não intencionais das respostas da administração podem não ser imediatamente aparentes dentro da área protegida, ou podem ocorrer fora dela. Por exemplo, proibir um uso impactante pode eliminar o problema dentro da área protegida, mas os usuários podem simplesmente ir a outro lugar para se engajar nessa atividade - então o problema foi simplesmente deslocado, não resolvido de verdade. Os planejadores de áreas protegidas precisam de um conhecimento substancial das relações entre o uso e os impactos para prever consequências futuras ao longo do tempo e em uma variedade de escalas. Programas de educação e informação, bem como regulamentos que restringem o comportamento do visitante, podem ser necessários.

3.8 Melhores práticas

- Escolher projetos e materiais de construção locais com base em critérios que minimizem danos, como durabilidade, reciclagem, disponibilidade e sustentabilidade. Incorporar design que esteja de acordo com a paisagem cultural e física local, bem como com as condições climáticas; e usar espécies de plantas nativas para paisagismo e controle natural de insetos.
- Aplicar estruturas de gestão baseadas em padrões, orientadas por valores de áreas protegidas, objetivos de manejo e seus indicadores e padrões associados, para ajudar a informar o desafio de gestão para equilibrar a visitação e a conservação em áreas protegidas.
- Empregar uma combinação de ferramentas e técnicas de gestão de uso público que se reforçam e se complementam.

Gestão adaptativa no turismo sustentável

4



Depois que as ferramentas e técnicas discutidas no capítulo anterior foram escolhidas e aplicadas de maneira adequada, os gestores precisam projetar e executar um programa de monitoramento de recursos, uma autoavaliação repetida, engajamento do público e divulgação de comunicações. Este capítulo aborda essas ações examinando os últimos quatro dos dez princípios de gestão descritos na Tabela 3.1, começando com o Princípio nº 7, considerando o potencial para aumentar a qualidade da gestão do turismo através de vários programas de certificação. Ao final, o capítulo apresenta uma discussão sobre uma estrutura tríptica de gestão de turismo e visitação que reúne elementos-chave de uma abordagem adaptativa para a gestão do turismo de áreas protegidas para a sustentabilidade.

4.1 Princípio 7: O monitoramento é essencial para a gestão profissional

O papel integrado do monitoramento

Um componente essencial de qualquer estratégia de gestão do turismo é um compromisso com o monitoramento sustentado que monitora as condições atuais, avalia a eficácia das ações de gestão e fornece a base para tomar as medidas corretivas adequadas e quaisquer ajustes necessários aos planos de manejo. As etapas básicas do ciclo de gestão do projeto estão ilustradas na Figura 4.1. Programas de monitoramento sustentados e eficazes exigem um bom desenho do programa, seleção cuidadosa de indicadores e medidas e um compromisso de longo prazo com o financiamento, pessoal, equipamentos e infraestrutura para sua implementação (Miller e Twining-Ward, 2005; Gitzen, et al., 2012).

Muitas agências de áreas protegidas e organizações de conservação, no entanto, ficam aquém de atender a alguns ou todos esses requisitos (Price e Daust, 2009; Groves e Game, 2016). Conseqüentemente, os programas de monitoramento são frequentemente de curta duração, seguindo as mudanças nas prioridades de financiamento ou de pessoal. Os gestores de áreas protegidas precisam entender os motivos

da eventual falha no monitoramento e como esses motivos podem ser superados.

Dada a importância do monitoramento e avaliação da conservação, diretrizes foram elaboradas para melhorar a qualidade, a rentabilidade e a sustentabilidade dos programas de monitoramento. Groves e Game (2016), por exemplo, apresentam um resumo sucinto das principais abordagens e considerações de projeto de monitoramento e avaliação de conservação, ajudando os gestores a definir os públicos-alvo e fazer investimentos de monitoramento inteligente a fim de atender às suas necessidades de informação de forma adequada (ver também Gitzen, et al., 2012). Programas e iniciativas globais, como o Programa Mundial de Monitoramento de Conservação da ONU (UNEP-WCMC, 2017) e a Parceria de Indicadores de Biodiversidade (BIP, 2017), também facilitam programas de monitoramento de áreas protegidas com foco especial no desenvolvimento de indicadores, bem como relatórios e compartilhamento de dados.

Perguntas básicas a serem respondidas

Para se projetar um programa de monitoramento efetivo com resultados úteis, os gestores devem considerar as seguintes questões básicas (Eagles, et al., 2002):

- 1. Por que monitorar:** O monitoramento destina-se a detectar recursos de longo prazo ou usar tendências (geralmente chamado de 'monitoramento ambiental'), apoiar uma estrutura de gestão ou prover avaliação de eficácia de curto prazo de uma estratégia de gestão (geralmente chamada 'monitoramento da eficácia') ?
- 2. O que monitorar:** Quais indicadores estão claramente vinculados a valores de áreas protegidas ou diretamente relevantes para a tomada de decisões de manejo? Que tipo de impacto (por exemplo, ambiental, econômico, social, cultural) é mais importante? Comparando a entrada (por exemplo, o número de visitantes, o comportamento do turista) e os indicadores de produção / resultado (por exemplo, benefício econômico, experiência

Figura 4.1. O ciclo de gestão de projetos



Fonte: Parceria para Medidas de Conservação, 2013: 5

Quadro 4.1

Voluntários no parque na condição de cidadãos cientistas e monitores

Agências de áreas protegidas estão cada vez mais utilizando de assistência voluntária para executar programas, manter a infraestrutura e participar de processos de planejamento. Essas atividades de voluntariado ajudam as áreas protegidas a cumprir suas agendas de conservação e recreação. Entender o que motiva os voluntários é essencial para projetar programas que sejam significativos e atraentes. O voluntariado também serve ao importante papel de estimular conexões mais fortes entre os cidadãos de um país e suas áreas protegidas (ver Waithaka, et al., 2012 para exemplos de melhores práticas).



Treinamento de voluntários para coletar dados das atividades dos visitantes no Parque Nacional de Yosemite, EUA. © Yu-Fai Leung

Uma forma popular de voluntariado com base na área protegida é a ciência cidadã, ou a participação pública em esforços organizados de pesquisa. A escala pode variar de pequenos projetos (por exemplo, liderados por uma única instituição e envolvendo uma comunidade de voluntários) até grandes (por exemplo, ter alcance internacional com voluntários de vários países). Os protocolos de amostragem podem ser muito simples, pedindo aos voluntários que forneçam nada mais do que "dados instantâneos", que podem ser usados para identificar padrões e criar bancos de dados. Alternativamente, os protocolos podem ser muito rigorosos, com dados coletados por voluntários com a intenção de contribuir para a solução de uma questão de pesquisa específica. Os cidadãos cientistas são às vezes turistas que viajam para uma área protegida especificamente para esse fim, mas são mais frequentemente usuários locais que aproveitam as oportunidades de lazer em áreas protegidas e, ao mesmo tempo, contribuem com sua energia e habilidades para a ciência.

Os gestores de áreas protegidas podem usar a ciência cidadã para desenvolver intervenções efetivas para questões de gestão de recursos. Por exemplo, na Austrália, a agência Victoria Marine National Parks and Sanctuaries iniciou o projeto de ciência cidadã Sea Search para coletar informações sobre a saúde da rede de parques e santuários marinhos de Victoria. Da mesma forma, a Universidade de York, no Reino Unido, usou voluntários para documentar avistamentos de mais de 250 espécies de invertebrados.

A ciência cidadã pode ajudar a desenvolver parcerias entre agências e comunidades, criar administradores de voluntários e envolver as comunidades; é especialmente eficaz quando são fornecidos treinamento e instrução adequados.

Fontes: Cassie e Halpenny, 2003; Halpenny e Cassie, 2003; Koss, et al., 2009; Dickinson e Bonney, 2012; University of York, 2012; Waithaka, et al., 2012; Follett e Strezov, 2015; Parks Victoria, 2017

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Aproveite a habilidade e o entusiasmo dos voluntários por meio da ciência cidadã e de outros programas para realizar as atividades de gestão necessárias, mas assegure-se de prover supervisão e controle de qualidade adequados.

do visitante ou impacto ecológico), o que é mais crítico para os gestores acompanharem se o monitoramento para ambos os tipos de indicadores não for viável?

3. **Onde e quando monitorar:** O monitoramento deve ocorrer nos habitats mais sensíveis ou em áreas que mostram sinais de mudança rápida? O monitoramento deve ocorrer somente nas estações sensíveis (por exemplo, estação de reprodução de aves) ou durante todo o ano para avaliar mudanças sazonais? Quais indicadores devem ser monitorados com mais frequência? O que deve desencadear uma alteração na frequência de monitoramento?
4. **Quem deve monitorar:** Os dados devem ser coletados pelos gestores, como patrulheiros ou guardas florestais, por pesquisadores acadêmicos ou por voluntários? Algumas ou todas as partes de um programa de monitoramento podem ser executadas por uma comunidade local? Que capacidade da agência e comunidade a área protegida pode alavancar para apoiar um programa de monitoramento sustentado? Qual nível de treinamento é necessário para garantir a qualidade dos dados? Os dados podem ser coletados por operadores turísticos ou de concessão?
5. **Quem analisará os dados:** Os resultados do monitoramento serão analisados por gestores das áreas protegidas, pesquisadores acadêmicos ou uma combinação dos dois?

6. **Como os dados serão usados?** Como os resultados serão incorporados e utilizados pelos gestores?

A consideração completa dessas perguntas ajuda a garantir que o monitoramento seja eficaz, produza benefícios e seja realizado a um custo razoável. Inúmeras orientações e manuais estão disponíveis para prover exemplos de metodologia e programas de monitoramento orientados para o turismo (por exemplo, Hornback e Eagles, 1999; UNWTO, 2004; Miller e Twining-Ward, 2005).

Monitoramento com o apoio da comunidade em geral

Monitorar o turismo e o uso público pode ser uma atividade cara, que sobrecarrega as áreas protegidas com um orçamento limitado ou pessoal. No entanto, dependendo dos indicadores a serem monitorados, alguns programas podem ser relativamente simples e rentáveis. O custo pode ser ainda mais reduzido através da participação de voluntários da comunidade, visitantes ou operadores de excursões / concessões na coleta de dados (Miller, et al., 2012; Chase e Levine, 2016), inclusive através da ciência cidadã para monitorar tanto o número de turistas quanto a informação de espécies. (Quadro 4.1)

Os membros da comunidade também podem ser contratados para monitorar o impacto do turismo sobre os recursos naturais. O Quadro 4.2 apresenta um exemplo de um programa comunitário de monitoramento da fauna silvestre na Namíbia, motivado principalmente pelo turismo.

A seguir, analisamos alguns dos principais tipos de monitoramento relevantes para a gestão do turismo: *monitoramento do uso público*, *monitoramento do impacto do visitante*, *monitoramento da experiência do visitante* e *monitoramento da eficácia da gestão*.

Monitoramento do uso público

A quantidade, o tipo e a distribuição da visitação recreativa e turística são dados fundamentais, embora tais dados não sejam coletados de forma rotineira ou sistemática em muitas áreas protegidas (Hornback e Eagles, 1999). Algumas das variáveis mais comuns de uso público incluem:

- **Contagem de visitantes:** o número de visitantes individuais que entram ou saem de uma área protegida, independentemente da duração da estadia;
- **Número de pernoites:** a contagem de pessoas que passam a noite em uma área protegida;
- **Horas de visita:** o tempo total, em horas, que os visitantes permanecem na área protegida;
- **Dias de visita:** o número total de dias que os visitantes permanecem na área protegida; e
- **Gastos dos visitantes:** a despesa total de consumo feita por um visitante, ou em nome de um visitante, com produtos e serviços durante sua viagem e estadia em uma área protegida.

O nível de monitoramento necessário será baseado na extensão em que o turismo sustentável é um objetivo de gestão e pessoal e orçamentos disponíveis (Hornback e Eagles, 1999). O Quadro 4.3 apresenta um dos exemplos mais elaborados de programas de monitoramento de uso público, desenvolvidos pelos países nórdicos e bálticos.

Quadro 4.2

Monitoramento de recursos naturais de base comunitária na Namíbia: o 'Event Book System'



Antílopes (*Oryx spp.*) Movendo-se em terras de conservação na Namíbia. © Ralf Buckley

O monitoramento de recursos naturais de base comunitária (MRNBC) é diferente dos programas tradicionais de monitoramento, pois permite que os membros da comunidade local determinem quais aspectos do recurso devem ser monitorados e, frequentemente, envolvem a participação pública na coleta e análise de dados.

O MRNBC foi introduzido na Namíbia como uma solução para a caça ilegal, bem como para promover oportunidades de turismo e apoiar a preservação da vida selvagem. Em 1996, as organizações conservacionistas iniciaram o movimento MRNBC, dando certos direitos às comunidades para se beneficiarem da vida selvagem em terras comunais. Especialistas externos projetaram os primeiros sistemas de monitoramento, os membros da organização coletaram dados e especialistas externos analisaram os resultados, sem feedback para as organizações. Em resposta, foi desenvolvido o 'Event Book System', que está em operação desde 2000. Nesse sistema, os membros da comunidade local decidem o que monitorar e como coletar os dados e realizar todas as análises.

Os índices de monitoramento são determinados com base nas prioridades da comunidade para a gestão de recursos naturais. Protocolos padronizados são preparados e compartilhados para coleta de dados, relatórios e acompanhamento de tendências de longo prazo. As partes interessadas externas fornecem treinamento de habilidades e realizam uma auditoria anual, e os dados são coletados com a permissão dos membros da equipe de conservação e realimentados na tomada de decisões. O conhecimento local é combinado com o conhecimento científico de especialistas externos.

As organizações dentro do 'Event Book System' geralmente têm três níveis de hierarquia institucional, incluindo guardas-florestais comunitários, um supervisor de recursos naturais e um gerente de conservação ou presidente eleito. Esta estrutura multinível contribui para a sustentabilidade do programa. Em 2010, havia mais de 50 programas de MRNBC na Namíbia, e o 'Event Book System' também foi implementado em Moçambique, na Tanzânia, no Botswana e no Camboja.

Fontes: Ashley e Barnes, 1996; Stuart-Hill, et al., 2005; Conrad e Daoust, 2008; Boudreaux e Nelson, 2011; Stuart-Hill, 2011

Quadro 4.3

Monitoramento padronizado de visitantes: um esforço coordenado entre os países nórdicos e bálticos



Atividade concentrada baseada em trilhas no Parque Nacional de Tyresta, Suécia (esquerda). © Yu-Fai Leung. Atividade de bog-shoeing no Parque Nacional de Soomaa, Estônia (direita) © Mark Ballantyne

Dados de visitantes regionais, nacionais e internacionais podem desempenhar um papel importante no planejamento de áreas protegidas e decisões políticas. Existem muitos métodos de coleta de informações sobre visitantes no nível do local, geralmente tornando as comparações difíceis entre sítios, agências e países. Diretrizes estabelecidas para monitorar o uso público podem ajudar a identificar metodologias comuns, indicadores-chave e critérios padronizados de relatório para permitir a comparação de dados confiáveis em diferentes escalas espaciais e temporais.

Monitoramento da visitação em áreas naturais: um manual baseado em experiências nos países nórdicos e bálticos representa um dos primeiros esforços coordenados entre vários países para desenvolver medidas complementares de coleta e notificação de dados sobre o uso público. Financiado pelo Conselho Nórdico de Ministros e pela Agência Sueca de Proteção Ambiental (Naturvårdsverket), o manual detalha métodos comuns e recomendações de indicadores-chave para monitoramento de visitantes no local e sugere formatos de relatório de resultados para áreas protegidas Nórdica (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) e do Báltico (Estônia, Letônia e Lituânia).

O manual apresenta exemplos de esforços de monitoramento da visitação em áreas protegidas de toda a região. Por exemplo, Metsähallitus, Parks and Wildlife Finland, a agência nacional de áreas protegidas da Finlândia, implementou um programa de monitoramento de visitantes em mais de 400 das áreas protegidas do país. O programa consistiu em contagem contínua de visitantes em 60 áreas protegidas (por exemplo, parques nacionais, áreas nacionais de recreação e áreas selvagens) e uma pesquisa de visitantes realizada a cada cinco anos usando as diretrizes harmonizadas por Metsähallitus e o manual.

Os principais indicadores chave para a gestão de áreas protegidas e relevantes em várias escalas incluem contagem de visitantes, perfis, atividades, gastos, motivações e satisfação, bem como características de viagem (ou seja, duração, distribuição). Questões-modelo também são incluídas para auxiliar no desenvolvimento e padronização de pesquisas rápidas. O relatório sugere o uso de dados detalhados, em vez de categorias, para facilitar a comparação.

O banco de dados do projeto permite comparações entre áreas protegidas individuais e do país como um todo, rastreia os impactos econômicos e a satisfação geral do visitante tanto no nível local quanto nacional, e permite a integração em outros bancos de dados para garantir dados disseminados ampla e abertamente.

Fontes: Kajala, et al., 2007; Kajala, 2013; <https://www.naturvardsverket.se/Documents/publikationer/620-1258-4.pdf>

Monitoramento do Impacto Causado pelo Visitante

Os indicadores para monitorar os impactos dos visitantes foram desenvolvidos para uma ampla variedade de ambientes, desde ecossistemas inteiros até instalações para uso individual (Tabela 4.1, na próxima página) (Buckley, 2003a; UNWTO, 2004). O monitoramento pode ser focado na condição de infraestrutura de recreação, que deve ser capaz de sustentar os impactos dos visitantes por meio de seu design e gestão. Recursos ecológicos também podem ser o foco, especialmente para paisagens sensíveis, habitats ou espécies. O uso e o comportamento

do visitante podem ser monitorados para avaliar o comportamento causador de impacto, como lixo e caminhadas. A seleção de um foco de monitoramento e indicadores específicos depende amplamente dos objetivos de gestão. Alguns indicadores, como a erosão do solo, são comuns a todas as regiões ou ecossistemas, enquanto outros, como a perturbação de certas espécies de animais selvagens e a infraestrutura de turismo, podem ser específicos da região (Leung, 2012).

Os programas de baixo custo normalmente envolvem fotografias tiradas repetidamente do mesmo local de interesse, muitas vezes referidas como “photopoint” (Lucey e Barraclough, 2001;

Tabela 4.1. Um resumo das abordagens comuns de monitoramento dos indicadores de impacto do visitante

Monitoramento do foco	Baixo custo	Custo médio	Alto custo
Infraestrutura de recreação (trilhas, áreas de acampamento, vistas panorâmicas, etc.)	Repetir Fotografia	Transectos fixos	Avaliação e inventário abrangente
Recursos Ecológicos (solo, vegetação, vida selvagem, água)	Repetir Fotografia	Transectos fixos ; câmera disfarçada	Avaliação ecológica detalhada
Uso e comportamento do visitante (ex.: tipo e distribuição de uso, evidência de comportamento inadequado)	Contagem de visitantes	Observação de comportamento ou mapeamento	Monitoramento de câmera / vídeo ; pesquisas de visitantes

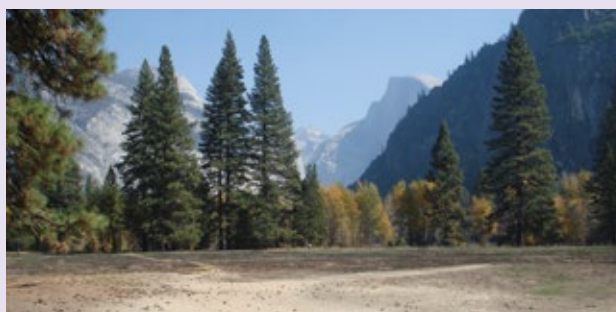
Quadro 4.4

Monitoramento do uso público e indicadores de impacto no Parque Nacional de Yosemite (EUA)

O Parque Nacional de Yosemite (PNY), fundado em 1890 e declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1984, é conhecido por sua biodiversidade e paisagens excepcionais, atraindo quase quatro milhões de visitas turísticas a cada ano.

Em 2004, o PNY começou a desenvolver, testar e refinar protocolos para coletar dados relacionados à saúde e ao desempenho de recursos naturais e culturais, bem como condições que influenciam a experiência do visitante. Esses indicadores foram escolhidos por um grupo colaborativo composto por gestores e planejadores da PNY, parceiros interinstitucionais, contratados e instituições acadêmicas, com base nos valores identificados nos planos de manejo para o parque e seus rios. Refinamentos ao longo do tempo incluíram a eliminação de redundâncias de dados e a simplificação de categorizações de condições, quando apropriado, para aumentar a confiabilidade e a sensibilidade. Oito principais indicadores estão sendo monitorados como parte do programa:

1. **Qualidade da água:** níveis de nutrientes, E. coli e hidrocarbonetos totais de petróleo;
2. **Condição do leito do rio:** morfologia do canal, condição da vegetação, contagem de pessoas presentes ao mesmo tempo no local de monitoramento;
3. **Trilhas informais criadas por visitantes:** extensão, condição, efeitos de fragmentação;
4. **Paisagens sonoras naturais:** nível de ruído, intensidade, duração, tipo de impacto;
5. **Condições do sítio arqueológico, estabilidade e integridade:** tipo e intensidade dos distúrbios humanos;
6. **Variáveis de uso público:** pessoas de uma só vez, pessoas por plano de visão, barcos de uma só vez, veículos de uma só vez (traduzidos em densidades);
7. **Encontros na natureza:** número médio de encontros por dia por hora com grupos, indivíduos e grupos, monitorados por segmentos discretos de trilhas; e
8. **Exposição de animais selvagens à alimentação humana:** taxa de cumprimento dos regulamentos de armazenamento de alimentos em áreas de acampamento e estacionamentos.



Trilhas informais e áreas perturbadas relacionadas são um dos indicadores de impacto de visitantes selecionados para o Parque Nacional de Yosemite (Topo). Uma atração popular do visitante no Parque Nacional de Yosemite, ponto da geleira (inferior). © Yu-Fai Leung

Medidas de base de referência de monitoramento repetido são usadas para estabelecer padrões baseados cientificamente para planejamento e gestão a longo prazo. Um *Guia de Monitoramento de Campo*, que inclui seleções de indicadores e cronogramas de monitoramento, assim como relatórios anuais com resultados e padrões propostos, está disponível publicamente no site do PNY e tem sido amplamente compartilhado em assembleias públicas. Para garantir a sustentabilidade do programa de monitoramento em grande escala, além da equipe do parque, o PNY contratou parceiros de parques e estagiários para realizar coleta de dados, o que se mostrou eficiente em termos de tempo e custo.

Fonte: Parque Nacional de Yosemite, 2015

Augar e Fluker, 2015). Mudanças nas condições dos recursos podem ser detectadas ou quantificadas pela comparação de uma série de imagens ao longo do tempo. Programas de médio e alto custo exigem equipamentos de campo como GPS (Global Positioning System), câmeras infravermelhas, fitas métricas, ferramentas de teste de solo e quadrats de vegetação. Medidas categóricas ou numéricas são tomadas por pessoal de campo treinado ou voluntários, resultando em conjuntos de dados mais ricos. Manuais e protocolos foram desenvolvidos para sítios de recreação (Cole, 1989) e trilhas (formais e informais) (Marion e Wimpey, 2011).

O monitoramento ecológico efetivo é relativamente caro. Por exemplo, o monitoramento adequado do impacto das vazões de esgoto tratadas em um sistema de riachos com detalhes suficientes para detectar ameaças ecológicas, requer medições frequentes de parâmetros físicos durante todo o ano, como, por exemplo, a turbidez; parâmetros químicos, tais como azoto e fósforo; parâmetros microbiológicos, tais como coliformes fecais e determinados protozoários e bactérias; e populações de qualquer espécie ameaçada de peixes e macro invertebrados, como o lagostim. Esses parâmetros precisam ser medidos nos locais de controle, bem como no local da descarga em si. Uma maneira de lidar com o trabalho é contratar especialistas. O Parque Nacional de Zhangjiajie (China), por exemplo, contratou uma universidade próxima para estabelecer e operar um laboratório de monitoramento da qualidade da água para rastrear todos esses parâmetros, tanto a montante como a jusante, de várias instalações sanitárias de visitantes dentro do parque.

Monitorar impactos difusos é ainda mais difícil. Por exemplo, o monitoramento de novas espécies invasoras que podem ser acidentalmente introduzidas em uma área protegida por atividade turística exige uma vigilância incansável por parte do pessoal de campo com perícia taxonômica suficiente para reconhecer espécies não-nativas, mesmo quando elas

são desconhecidas. Os quatro exemplos seguintes podem esclarecer essa difícil tarefa: (i) o único sinal de gatos selvagens, cães ou raposas pode ser os restos mortais de abate e fezes ocasionais; (ii) ratos e camundongos introduzidos podem ser detectados apenas através de armadilhas, até que atinjam proporções de peste inerradicáveis; (iii) plantas invasoras podem não ser detectáveis até florescerem e plantarem sementes; e (iv) os patógenos invasivos podem não ser detectados até que tenham efeitos generalizados sobre espécies nativas de plantas ou animais. Essas dificuldades são ainda mais graves em áreas marinhas protegidas, onde uma variedade de navios pode descarregar - em grande parte de forma não detectada - resíduos humanos não tratados e água de lastro.

Acompanhar os impactos sociais nas comunidades locais também é uma parte importante do monitoramento do impacto do visitante. A Escala de Atitude do Impacto do Turismo avalia os efeitos de muitas variáveis sobre as atitudes dos residentes em relação ao turismo, como residência, dependência econômica do turismo, distância do centro turístico da residência, envolvimento do residente na tomada de decisão do turismo, local de nascimento, nível de conhecimento, nível de contato com turistas, características demográficas, nível de desenvolvimento do turismo, impactos percebidos em locais de atividades de recreação ao ar livre e taxas de crescimento da comunidade (Lankford e Howard, 1994).

Manuais e diretrizes de uso público e indicadores de impacto estão disponíveis para ajudar os gestores de áreas protegidas a determinar quais indicadores medir e que metodologias usar para cada indicador. Alguns dos exemplos são os Indicadores, Limiares e Guia de Monitoramento do Interagency Visitor Management Council (<https://visitorusemanagement.nps.gov/VUM/Framework>) e o Banco de Dados de Indicadores e Padrões dos Serviços de Parques Nacionais dos EUA (<https://usercapacity.nps.gov/search.aspx>). O Quadro 4.4 apresenta



Cães selvagens africanos ameaçados de extinção entreteem os frequentadores de safári no Acampamento DumaTau, na região de Linyanti, em Botsuana. © Wilderness Safaris e Russel Friedman

Quadro 4.5

Monitoramento de visitantes usando várias técnicas: Willmore Wilderness Park (Canadá)



Visitantes montados a cavalo formam um grande grupo de usuários em muitas áreas protegidas, portanto, monitorar seus números e tendências ao longo do tempo é importante para os gestores do parque. © Debbie Mucha

O Willmore Wilderness Park (WWP), localizado nas Montanhas Rochosas do Canadá com aproximadamente 4600 km² de área, é o maior parque provincial de Alberta. Willmore tem uma paisagem ecológica diversificada, que abriga uma variedade de espécies de fauna e flora, como o carcaju (*Gulo gulo*), marta (*Martes pennantei*), urso pardo (*Ursus arctos*), pinho branco (*Pinus albicaulis*) e bryum de Porsild (*Mielichhoferia macrocarpa*). Willmore é formado por paisagens naturais escarpadas, remotas e extensas, capazes de proporcionar experiências raras e únicas na natureza e uma ampla variedade de atividades recreativas.

Devido ao isolamento do parque, os desafios associados ao monitoramento da vida selvagem e aos recursos limitados, poucas tentativas foram feitas para coletar informações relevantes da visitação. Não havia exigência de registro (ou taxa de usuário) para os visitantes, por isso não foi possível coletar informações das permissões. Sem informações sobre o número de visitantes e atividades, era difícil para os gestores tomarem decisões acertadas sobre o parque.

Os dados de visitantes existentes coletados no WWP eram escassos e desatualizados, então o parque iniciou um novo programa de monitoramento. Para adquirir uma melhor compreensão dos visitantes do WWP, os gestores usaram instrumentos tradicionais de estudo (por exemplo, pesquisas), juntamente com tecnologias recentes e emergentes (por exemplo, câmeras de trilha e GPS track-sticks, um dispositivo de gravação portátil). Pesquisas de opinião foram distribuídas em quiosques nas trilhas, centros de informação e na internet. Pesquisas detalhadas foram enviadas aos usuários que forneceram suas informações de contato nos questionários da pesquisa de opinião. As características dos visitantes e as informações da visita foram adquiridas com a colocação de câmeras de trilha na entrada da trilha principal em cada uma das quatro áreas de teste em Willmore (no lado de Alberta). Dispositivos GPS foram implantados para capturar informações de rotas baseadas em satélite. Por fim, entrevistas semiestruturadas focaram nas relações dos usuários com o parque. Entrevistados participantes foram selecionados através de uma técnica de amostragem 'bola de neve', que identificou os participantes com base em referências de participantes anteriores. As múltiplas técnicas utilizadas neste projeto produziram uma riqueza de informações sobre visitantes de Willmore que os gestores podem usar para manter e melhorar as experiências dos visitantes dentro do parque.

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Coordenar e integrar o monitoramento de impactos ambientais e sociais, com tecnologias apropriadas e financiamento suficiente.

Este projeto foi realizado com recursos limitados dentro de uma grande área de estudo, mas produziu informações valiosas sobre o visitante. Uma melhor compreensão dos visitantes do parque beneficiou não apenas os gestores de parques, mas também os operadores comerciais, os próprios visitantes do parque, grupos de interesses especiais e grupos de usuários, bem como o público em geral. No entanto, o monitoramento da visitação não pode existir apenas como um instantâneo no tempo, mas precisa ser continuado. Ao entender mais sobre os usuários do parque ao longo do tempo, este projeto em andamento ajudará a equilibrar a conservação com os objetivos de recreação dentro do monitoramento da experiência no WWP.

um exemplo de um programa de monitoramento de impacto e uso público em curso no Parque Nacional de Yosemite, EUA. Este programa apoia os esforços de planejamento de uso público do parque através da implementação de um modelo de gestão adaptável derivado da Estrutura de Proteção à Experiência do Visitante e Recursos (USNPS, 1997).

Monitoramento da Experiência do Visitante

A qualidade da experiência do visitante é um indicador essencial do turismo sustentável nas áreas protegidas (McCool, 2006). Os dados informais fornecidos pelos visitantes nas fichas de feedback de serviço (opinião), nos

Quadro 4.6

Monitoramento dos padrões de experiência do visitante no Pruhonice Park (República Tcheca)



Uma visão panorâmica do sistema de trilhas do Parque Pruhonice (Esquerda). As atividades populares dos visitantes se concentram em caminhar, tirar fotos e apreciar plantas e flores (à direita). © Luis Monteiro

O Parque Pruhonice, classificado em 1992 como Patrimônio da Humanidade como parte do Centro Histórico de Praga, é um dos parques mais utilizados na República Tcheca. Cobrindo uma área de aproximadamente 250 ha e com 30 km de trilhas, está localizado a 15 km ao sudeste do centro da cidade de Praga e se destaca por sua combinação especial de valores ecológicos e culturais, juntamente com significativas oportunidades de recreação ao ar livre. O parque recebe uma média de 155.000 visitantes por ano, sendo que a visitação mais intensa ocorre em abril e maio. Devido à alta popularidade do parque, algumas de suas áreas estão lotadas em determinados momentos. Para tratar de preocupações sobre impactos sociais, a administração do Pruhonice Park estabeleceu um programa de pesquisa para monitorar a experiência do visitante, e para entender e analisar os padrões de movimento e comportamento dos visitantes. A pesquisa foi baseada em uma abordagem híbrida composta de duas partes complementares: questionários e pesquisas por GPS. A pesquisa foi dividida em três etapas principais: coleta de dados, análise de pesquisas e síntese de dados.

Durante onze dias aleatórios em junho de 2012, os visitantes foram contatados na entrada principal do parque e convidados a participar voluntariamente antes de se registrarem. Eles foram brevemente apresentados ao projeto e solicitados a preencher um simples questionário sociodemográfico. Cada entrevistado recebeu uma unidade GPS para carregar durante sua visita e devolver ao final. Os dados do GPS foram baixados para análises espaciais e temporais. Todas as unidades foram devolvidas, resultando em um total de 112 pesquisas completas de visitantes. O conjunto de dados do GPS foi vinculado a questionários equivalentes em estrita associação com o tipo de visitante, e foram geradas informações sobre os locais mais populares, itinerários preferidos, tempo gasto em cada local e distância e velocidade de deslocamento. Os resultados foram sobrepostos com um inventário de dados GIS do sistema de trilhas Pruhonice Parks, incluindo as diferentes atrações e instalações. Isso permitiu a produção de cenários mais realistas em relação aos padrões típicos de movimento, preferências e comportamentos do visitante dentro do parque.

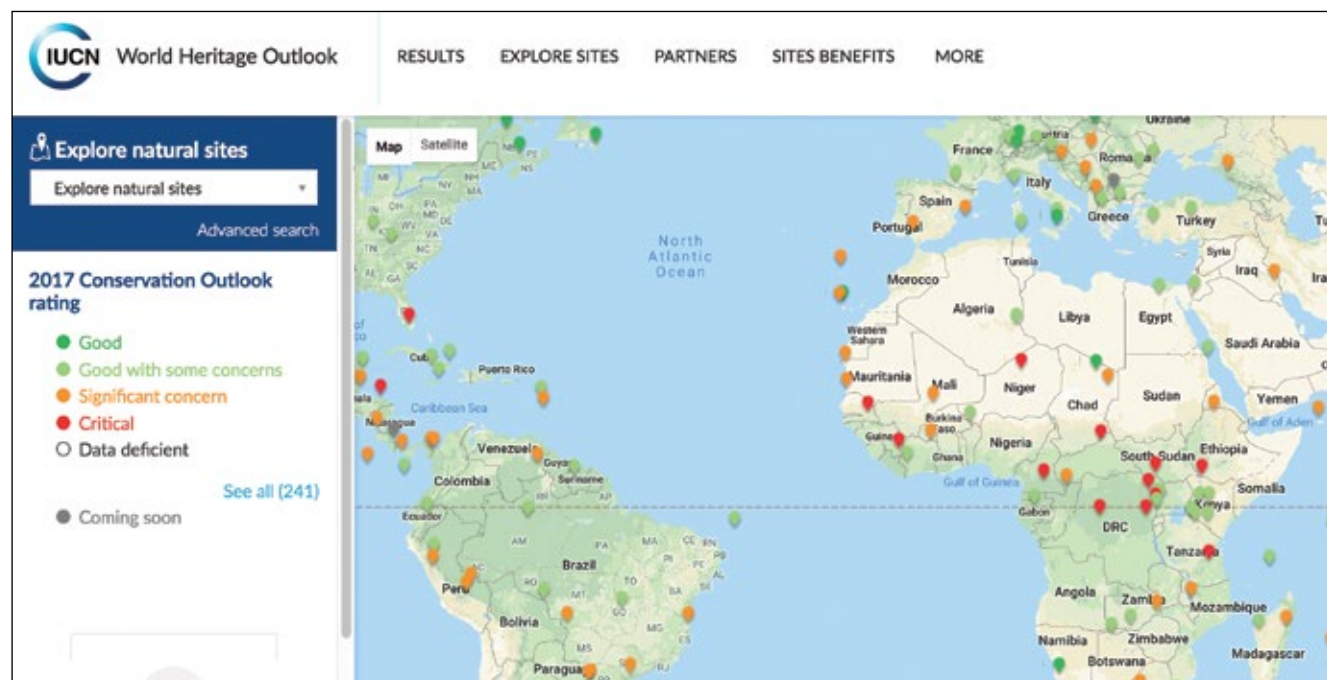
Como esperado, o uso do parque é concentrado perto da entrada principal, e os visitantes de todos os tipos tendem a gastar entre uma e duas horas no parque, cobrindo uma distância média de 4,2 km por visita. O maior uso de visitantes foi encontrado perto de locais culturais e naturais, como o complexo do castelo, lagoas e jardim botânico. Portanto, foi possível identificar diferentes áreas do parque que provavelmente ficarão lotadas e colocar em prática medidas para evitar a superpopulação e a degradação devido às atividades humanas.

Fonte: PrUhonice Park, 2017

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Entenda quais valores estão sendo protegidos e o contexto operacional antes de selecionar uma ferramenta ou prática de gestão da visitação.

Figura 4.2. A interface do usuário do World Heritage Outlook no site eletrônico da UICN



Fonte: <http://www.worldheritageoutlook.iucn.org/>

registros de visitantes ou nas mídias sociais fornecem algumas dicas da experiência do visitante, embora essa informação possa ser tendenciosa em relação aos posicionamentos extremos. Formas mais sistemáticas de monitorar as informações dos visitantes envolvem pesquisas in loco, geralmente administradas em centros de visitantes ou nos principais pontos de acesso aos turistas. Técnicas de pesquisa pós-visita por e-mail ou internet também são opções viáveis. Os quadros 4.5 e 4.6 fornecem exemplos de monitoramento da experiência do visitante no Canadá e na República Tcheca, respectivamente.

Monitorando a eficácia da gestão

A importância de avaliar a eficácia da gestão de áreas protegidas tem sido cada vez mais reconhecida. A UICN WCPA estabeleceu uma estrutura de seis elementos para avaliação, juntamente com diretrizes detalhadas para sua implementação, e os indicadores de visitação e turismo podem ser um importante conjunto de critérios de avaliação (Hockings, et al., 2006). Os critérios incluem legislação e políticas relacionadas ao turismo, governança, infraestrutura, recursos para apoiar a gestão da visitação e eficácia das ações de manejo. As avaliações repetidas desses critérios servem como um mecanismo de monitoramento para rastrear o desempenho do turismo e da gestão da visitação no nível do local ou sistema da área protegida.

Da mesma forma, a Avaliação da Perspectiva da Conservação, realizada pelo programa Patrimônio Mundial da UICN, monitora a situação dos sítios naturais do Patrimônio Mundial, a eficácia de sua proteção e gestão e as tendências nas ameaças que enfrentam (IUCN, 2014). Relatórios e classificações de sítios são acessíveis através do mapa interativo da World Heritage Outlook (Figura 4.2). Além disso, os relatórios são usados para comunicar os benefícios dos sítios naturais do Patrimônio Mundial e os esforços de conservação para detentores de direitos e partes interessadas (IUCN, 2012a; IUCN, 2014; IUCN, 2017b).

4.2 Princípio # 8: O processo de tomada de decisão deve separar a descrição técnica dos juízos de valor

Este princípio é essencialmente uma verificação básica de como pensamos sobre questões de gestão do turismo. A maioria dessas decisões tem um componente técnico que pode ser descrito diretamente, como quando decidimos por onde passar uma trilha e depois marcá-la em um mapa. Isso pode parecer uma decisão puramente técnica, mas é determinada pelo que valorizamos: podemos, por exemplo, decidir demarcar a trilha de modo a evitar o local de uma comunidade vegetal rara que acreditamos ser digna de preservação.

Por trás de cada decisão técnica está um juízo de valor, e os valores humanos são os motivadores daquilo que consideramos importante – inclusive com os gestores de áreas protegidas. Para os gestores, os valores que são acionáveis são aqueles incorporados em leis, regulamentos e políticas. Informações técnicas e dados direcionam ações que os gestores podem tomar para nos ajudar a perceber esses valores. Ser claro sobre a distinção entre descrição técnica e juízos de valor nos ajuda a entender por que tomamos as decisões que tomamos.

4.3 Princípio # 9: Os grupos afetados devem ser engajados, pois o consenso e a parceria são necessários para a implementação.

As parcerias são uma parte importante do turismo sustentável em áreas protegidas. Para que uma parceria seja verdadeiramente bem-sucedida, os gestores devem garantir que:

1. Todos os parceiros decidam, entendam e concordem com seus papéis e responsabilidades e os documentem por escrito;

Quadro 4.7**Estudo de caso do processo de planejamento: Parque Nacional Phong Nha-Ke Bang (Vietnã)**

Uma vista panorâmica da entrada oriental do Parque Nacional Phong Nha-Ke Bang (Esquerda). © Li Migura. Discussão durante uma reunião de planejamento participativo (direita). © Maximilian Roth

O Parque Nacional de Phong Nha-Ke Bang está situado na província vietnamita central de Quang Binh. Em 2003, o parque nacional foi declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO por seus valores geológicos e geomorfológicos, especificamente suas formações cársticas de calcário e sistema de cavernas. A designação como Patrimônio da Humanidade ajudou a promover o turismo na província de Quang Binh, com as chegadas de turistas aumentando de 80.000 em 1999 para mais de 400.000 em 2012.

Esse rápido crescimento do turismo aumentou as pressões sobre os ecossistemas da região e as comunidades que vivem na zona de amortecimento do parque nacional, que dependem muito dos recursos naturais locais. Em 2007, o governo vietnamita começou a implementar um projeto de desenvolvimento colaborativo com o Ministério Federal para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha. O projeto se concentrou na zona central do Parque Nacional e na zona de amortecimento, que inclui 13 comunas e 157 aldeias. O projeto procurou criar um plano de manejo para o Parque Nacional para proteger sua biodiversidade e ecossistemas, apoiar a população local por meio do desenvolvimento sustentável da zona de amortecimento e promover o turismo sustentável na região.

Um processo participativo com detentores de direitos e stakeholders levou ao desenvolvimento de um Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável 2010-2020, que serve como a principal ferramenta de planejamento para autoridades locais e provinciais. A cooperação significativa entre autoridades governamentais, gestores de parques e comunidades locais é uma das principais razões pelas quais o plano foi mutuamente acordado.

Fontes: GIZ, 2014; Hubner, et al., 2014; GIZ, 2015a; GIZ, 2015b

2. Todos os envolvidos igualmente assumam os deveres e comprometimento;
3. A parceria seja mutuamente benéfica;
4. Mecanismos estejam implantados para avaliar o sucesso e os benefícios da parceria; e
5. A comunicação aberta e honesta seja uma prioridade.

Parcerias entre agências de áreas protegidas e ONGs, Povos Indígenas e tradicionais, comunidades locais e o setor privado podem ser muito gratificantes, mas também altamente desafiadoras porque cada grupo tem objetivos diferentes, assim como diferentes maneiras de atingi-los. Ao trabalhar em conjunto através de planejamento participativo para desenvolver planos e atividades de manejo, parcerias efetivas podem ser estabelecidas entre múltiplos stakeholders e com comunidades locais.

Existem orientações específicas sobre parcerias de turismo disponíveis. Por exemplo, a Comissão Canadense de Turismo publicou diretrizes de melhores práticas para colaborações entre áreas protegidas e operadores de turismo, que podem servir de exemplo para documentação similar de melhores práticas em outras partes do mundo (Pam Wight e Associates, 2001).

Planejamento participativo e envolvimento da comunidade

O turismo sustentável e a gestão da visitação envolvem um processo de planejamento com várias etapas e podem engajar muitos detentores de direitos e stakeholders, incluindo Povos Indígenas e tradicionais e comunidades locais (Quadro 4.7). Mais exemplos de melhores práticas em planejamento turístico estão em Melenhorst, et al. (2013) e GIZ (2014).

O planejamento colaborativo pode ser uma abordagem proativa para construir o consenso da comunidade, o envolvimento e a capacidade de gerenciar os impactos positivos e negativos do turismo. Deve-se reconhecer, no entanto, que o envolvimento efetivo com as comunidades locais na gestão do turismo é apenas um fim de um espectro de tipos de participação. As comunidades também podem ser “engajadas” de uma maneira puramente passiva - ou mesmo manipuladora. O engajamento efetivo e colaborativo envolve participação interativa com desenvolvimento conjunto ou implementação de planos (Tabela 4.2, na próxima página).

4.4 Princípio # 10: A comunicação é fundamental para aumentar o conhecimento e o apoio à sustentabilidade

Os gestores de áreas protegidas precisam desenvolver uma estratégia clara de comunicação para apoiar o turismo sustentável. Eles precisam considerar quem é seu público-alvo e adaptar a mensagem a esse público, bem como ao contexto no qual a comunicação está ocorrendo. O feedback é um aspecto essencial da comunicação, fornecendo evidências de que a mensagem desejada foi recebida e compreendida. Reuniões

Tabela 4.2. Tipos de participação comunitária na gestão do turismo para áreas protegidas

Tipos	Características
Participação manipulada	A participação é uma simulação: as pessoas não têm poder na tomada de decisões.
Participação passiva	Pessoas participam após serem instruídas sobre o que foi decidido ou já aconteceu.
Participação por consulta	Pessoas participam por serem consultadas ou ao responderem perguntas. O processo não permite qualquer decisão tomada compartilhada. Os técnicos não são obrigados a incluir o ponto de vista das pessoas.
Participação com incentivos materiais	Pessoas participam contribuindo com recursos (ex.: mão de obra) em troca de alimentação, dinheiro ou outros incentivos materiais. As pessoas não têm interesse em prolongar as práticas quando os incentivos terminam.
Participação funcional	Participação vista por agências externas como meio para atingir as metas do projeto ; pode incluir tomada de decisão compartilhada, mas unicamente após grandes decisões já terem sido feitas pelos agentes externos.
Participação interativa	Pessoas participam em análise conjunto e no desenvolvimento de planos de ação. A participação é um direito que envolve processos de aprendizagem estruturados.
Automobilização	As pessoas tomam iniciativas independentemente de instituições externas. Elas mantêm o controle sobre o uso de recursos e sobre a tomada de decisão.

Fonte: Pretty, 2005

Quadro 4.8

O papel da Reserva Natural de Almaty na mudança da percepção sobre uma área protegida junto a uma população local no Cazaquistão

A Reserva Natural de Almaty ocupa uma área de 71.700 ha na encosta norte de Transili Alatau, uma das cordilheiras do norte de Tien Shan. A reserva contém 1.100 espécies de plantas superiores e mais de 50 de plantas raras, incluindo 26 listadas no Livro Vermelho do Cazaquistão, publicação semelhante a uma lista de espécies ameaçadas de extinção.

Durante décadas, desde a sua criação em 1931, a reserva natural não tinha acesso público e apenas permitia visitas de cientistas e algumas visitas educacionais para escolas ao museu da reserva. A abordagem protecionista levou a atitudes negativas entre a população local, porque antes do estabelecimento da reserva, havia colheita de bagas, cogumelos e frutas, e essas atividades contribuíram significativamente para a renda familiar.



Um educador da reserva mostra espécies raras de plantas às crianças no Museu da Natureza. © Alexandra Vishnevskaya

Para promover percepções locais mais positivas sobre a área protegida, o pessoal da reserva adotou uma estratégia que inclui componentes ambientais, educacionais e públicos.

O componente ambiental da estratégia concentra-se na proteção dos complexos naturais da montanha do Transili Alatau, incluindo sua flora e fauna. O componente educacional inclui uma estreita colaboração com as escolas locais em Talgar. O componente público consiste em iniciativas importantes, como “Marcha pelos Parques”, estreita colaboração com a mídia e órgãos públicos, e produção de publicações, folhetos e brochuras.

Após 10 anos desta abordagem, as percepções locais sobre a reserva são mais positivas, com mais de 50% da população falando favoravelmente da Reserva Natural de Almaty. Os planos futuros incluem o desenvolvimento de ecoturismo responsável, continuando o trabalho educacional e construindo parcerias com as áreas protegidas e instituições de ensino superior em todo o mundo.

Fonte: Dzhanyaspayev, 2006

de stakeholders, consultas presenciais, uso de mídias sociais e grupos de discussão on-line são ferramentas de comunicação essenciais. Mensagens claras e personalizadas são essenciais para ferramentas de comunicação por escrito, como sinalização de parques, websites, boletins informativos e folhetos. A comunicação indireta também ocorre através de canais como a conduta e a aparência dos funcionários da área protegida e a condição de manutenção da infraestrutura turística. Se bem feita, a comunicação pode gerar apoio público para a conservação e manejo de áreas protegidas (ver Quadro 4.8).

Uso de tecnologias da informação

Telefones via satélite, telefones inteligentes com GPS habilitados e outros dispositivos de navegação ajudam os guardas florestais, guardas de caça e guardas envolvidos na aplicação

da lei e permitem que os visitantes do parque viagem para áreas remotas com maior facilidade. Um exemplo é o WebPark, um serviço baseado na localização disponível na Europa que permite que indivíduos usem seu dispositivo móvel para obter informações sobre áreas protegidas, incluindo condições de trilha e avisos de avalanche (Krug et al., 2003) e fornece acesso rápido a serviços de emergência. No entanto, pesquisas indicam que os visitantes podem correr riscos maiores devido à percepção incorreta de que tais serviços podem minimizar os perigos das viagens a áreas naturais.

Além disso, o acesso ao serviço de telefonia móvel e o fornecimento de internet sem fio em acampamentos e centros interpretativos trazem benefícios e desvantagens. Por um lado, os jovens podem estar mais inclinados a visitar uma área protegida com seus pais se houver acesso à Internet e mídias sociais. Por

Quadro 4.9

A aplicação da tecnologia da informação no Parque Nacional do Vale de Jiuzhaigou (China)



Cachoeiras famosas no Parque Nacional do Vale de Jiuzhaigou, China. © Chengzhao Wu

O Vale Jiuzhaigou (chinês para “Vale de Nove Vilas”) está localizado na província de Sichuan. O vale se estende por 720 km² com uma zona de amortecimento de 598 km². As soberbas paisagens do Vale de Jiuzhaigou são conhecidas por suas formações cársticas icônicas, estreitas em formato cônico, lagos lendários de águas azuis e verdes e cachoeiras espetaculares. É também o habitat de várias espécies de plantas e animais ameaçadas, e é um dos treze santuários de pandas gigantes da China (*Ailuropoda melanoleuca*). Em 1992, o Parque Nacional do Vale do Jiuzhaigou (Categoria V da UICN) foi declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. É um dos locais mais visitados do Patrimônio Mundial na China, representando desafios significativos para a gestão do turismo.

Uma moderna tecnologia da informação é utilizada nesta área protegida para apoiar a gestão e melhorar os serviços de turismo. Foi criada uma plataforma para coletar e gerenciar informações e facilitar processos de formulação de políticas, usando tecnologia de navegação e comunicação por satélite para integrar várias tecnologias e métodos avançados, incluindo um SIG (Sistema de Informações Geográficas), SR (Sensoriamento Remoto), um GPS / CNSS (Sistema de Posicionamento Global / Sistema de Navegação por Satélite da Bússola), IDRF (identificação por radiofrequência), CE (Comércio Eletrônico / Comércio) e RV (Realidade Virtual). Essa plataforma está ajudando a otimizar as operações de negócios e os relacionamentos públicos, incluindo o alívio do apinhamento durante a alta temporada. Outras funções incluem monitoramento constante e preciso das mudanças do ecossistema dentro da reserva, de modo que os alertas sobre desastres naturais sejam disseminados mais rapidamente e as respostas de emergência sejam mais bem planejadas.

Fonte: IUCN, 2017

outro lado, essa conexão constante com o mundo externo pode corroer as propriedades restaurativas da natureza, interromper as oportunidades de vínculo social e desencorajar a atividade física.

O uso de tecnologia pelas instituições gestoras de áreas protegidas para facilitar a visita também avançou (Quadro 4.9). Os exemplos incluem ferramentas de SIG usadas para integrar objetivos de conservação e experiência do visitante, e feeds via satélite de dispositivos de contagem de visitantes que garantem um monitoramento mais preciso e oportuno da visita. Através da Internet, os visitantes podem participar de blogs on-line sobre seus parques favoritos, observar a conservação em ação por meio de seminários on-line hospedados no

parque e fazer reservas de acampamentos em tempo real com visualização em 360 graus de seus acampamentos selecionados. As agências da área protegida usam mídias sociais como o Facebook e o Twitter para comunicar notícias urgentes, como surtos de incêndios, e construir comunidades de apoiadores com interesses compartilhados no parque.

Educação e Interpretação

Educação e interpretação são os principais objetivos de muitas áreas protegidas. As áreas protegidas têm um enorme valor relacionado aos lugares onde as pessoas podem

Quadro 4.10

Comunicando o Patrimônio Mundial aos visitantes: Parque Nacional Gunung Mulu (Malásia)



Emblema do Patrimônio Mundial na sinalização do parque (à esquerda) e fora da sede do parque (à direita). © Lisa M. King

Designado em 2000, o Parque Nacional Gunung Mulu é um Patrimônio Mundial de 52.864 hectares localizado na remota parte norte do Estado de Sarawak, em Bornéu, Malásia. Gunung Mulu contém uma diversidade de características cársticas, incluindo grandes pináculos calcários, enormes cavernas e mais de 295 km de passagens de cavernas. A rica biodiversidade do parque nacional inclui dezessete zonas de vegetação protegendo mais de 3.500 espécies de plantas vasculares, juntamente com animais como o urso-marinho (*Helarctos malayanus*), leopardos nebulosos (*Neofelis diardi*), pangolins (*Manis javanica*) e calaus (várias espécies).

Patrimônio Mundial é uma designação de conservação relativamente nova na Malásia, com os dois primeiros locais designados em 2000. Muitos malaios desconhecem o Patrimônio Mundial e o que é incorporado pelo conceito. A administração da Gunung Mulu aborda a questão assinando boas práticas de branding e adotando uma estratégia de comunicação abrangente. Por exemplo, o emblema do Patrimônio Mundial é colocado com destaque em sinalização de entrada e painéis interpretativos em todo o recinto turístico do Parque Nacional. A marca do Patrimônio Mundial faz parte do logotipo da área protegida e é exibida explicitamente na área de recepção do visitante. O símbolo do Patrimônio Mundial é visível nos uniformes dos funcionários e é constantemente colocado nos folhetos oficiais. Informações sobre os Valores Universais Destacados do Patrimônio Mundial e do Parque Nacional são apresentadas em painéis interpretativos em vários locais para aumentar o potencial de informações a serem transmitidas e lembradas pelo visitante.

O Gunung Mulu também possui uma variedade de instalações de classe mundial projetadas para promover o envolvimento emocional entre o visitante e os valores universais excepcionais do Parque Nacional, por meio de experiências apresentadas no local. O Mulu Skywalk é uma forma de o Parque Nacional oferecer aos visitantes novas experiências e perspectivas pessoais. A transmissão bem-sucedida da conscientização e do conhecimento do visitante sobre a marca do Patrimônio Mundial e os sentimentos positivos em relação ao conceito estimulam comportamentos adequados dos visitantes que contribuem para a sustentabilidade da área protegida.

Fontes: King, et al., 2012; King, 2013; UNESCO, 2017a; UNESCO, 2017b

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Proporcionar aos turistas um contexto mais amplo sobre questões de gestão da área protegida, conectando-os a questões semelhantes globalmente e, quando apropriado, iniciativas internacionais de conservação.

aprender sobre a natureza e as culturas e desenvolver atitudes positivas em relação à conservação. Os programas de educação e interpretação facilitam este processo, ao mesmo tempo que fornecem ferramentas valiosas para abordar o comportamento do visitante e seus impactos. O Quadro 4.10 apresenta um exemplo de programa de comunicação e educação destinado a aumentar a conscientização e o conhecimento dos visitantes sobre os valores do Patrimônio Mundial.

Interpretação é um processo de comunicação que estimula conexões emocionais e intelectuais entre o público e os significados inerentes ao recurso (NAI, 2018). Bem executado, por exemplo, no contexto de visitas guiadas, centros de visitantes ou mídia impressa, podem ser eficazes (Quadro 4.11). Em contraste, o processo mais amplo de educação está relacionado à cultura ou ao desenvolvimento de conhecimentos e entendimentos pessoais que envolvem o crescimento do

Quadro 4.11

Centros de Interpretação no Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas no Peru



Centro de Interpretação da Reserva Nacional de Paracas.
© Jorge Chávez

flexível e instrutiva, usando a tecnologia da informação e outros recursos básicos para transmitir a mensagem. Por exemplo, o centro de interpretação na Reserva Nacional de Paracas, na costa sul, exibe informações que contemplam o valor histórico, geológico, paleontológico, oceanográfico, biológico e socioeconômico da área de 335.000 hectares da reserva. Interpretação combina recursos, como uma sala de vídeo; reproduções em tamanho natural de espécies marinhas; cartazes e fotografias; um novo “túnel de vento” que recria os ventos fortes, chamados paracas, que atingem regularmente a área; e sistemas de vídeo e som sobre a diversidade natural existente e sua relação com as populações locais. Este centro de interpretação custou US\$ 800.000 e foi construído com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Este é um exemplo de boas práticas de interpretação ambiental no Peru.



Painel de Educação do Centro de Interpretação. © Jorge Chávez

O Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas do Peru é uma parte essencial do patrimônio natural do país, cobrindo mais de 22 milhões de hectares - quase 17% do país. Seu principal objetivo é preservar amostras representativas da diversidade natural do país.

O Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas visa desenvolver um turismo sustentável e diversificado com impactos negativos mínimos. De acordo com os objetivos do Sistema, o turismo é entendido como uma ferramenta para encorajar o uso público e o acesso a essas áreas. Para este fim, as principais diretrizes para o turismo incluem a garantia de padrões sociais e ambientais mínimos em qualidade e competitividade no serviço; contribuições para o conhecimento de recursos naturais e culturais nas áreas através do desenvolvimento de consciência ambiental; e a geração de renda para áreas protegidas.

Foram desenvolvidos centros para informar e educar os visitantes de forma simples,

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Seja estratégico sobre quais valores das áreas protegidas devem ser destacados em programas de educação ambiental e interpretação e alinhe-os com as metas e objetivos gerais da área protegida e / ou do sistema do qual faz parte.

caráter e da morale qualidades sociais. É um processo de capacitação pelo qual o aprendiz se torna capaz de relacionar o assunto a compreensões pré-existentes, atitudes e talvez valores profundamente arraigados. Para este fim, é útil distinguir diferentes níveis de instrução:

- **Funcional** - compreendendo o significado literal dos termos tais como “espécies”, “animais silvestres” e “biodiversidade”.
- **Cultural** - entender algo dentro de seu contexto cultural (Quadro 4.12); e
- **Crítico** - dando sentido a isso em termos de seus fundamentos ideológicos.

Marketing

Uma forma especializada de comunicação, o marketing lida com a criação e entrega de mensagens que têm valor para clientes e a sociedade em geral. Tradicionalmente, o foco é nos quatro Ps: products, pricing, promotion and place - produtos (ofertas), preço, promoção e lugar (distribuição) (Halpenny, 2007). Para os gestores de áreas protegidas que lidam com turismo, os esforços podem se concentrar em pesquisas de mercado para entender as necessidades, características e comportamentos dos potenciais visitantes. Mas o alcance de marketing também pode visar grupos de detentores de direitos e de stakeholders, funcionários e outros públicos (Wearing, et al., 2007). Na prática, a maioria das áreas protegidas não tem pessoal com conhecimento necessário para fazer pesquisa de mercado, sendo necessário contratar.

Quadro 4.12

História participativa: envolver os visitantes por meio de interpretação baseada em conhecimento e habilidades (Canadá)

Samuel de Champlain e o rio Mattawa são dois dos 330 parques provinciais de Ontário, Canadá. Eles estão localizados no rio Mattawa, reconhecido hoje como um rio patrimônio nacional. Os Parques Provinciais apresentam 200 áreas de acampamento, uma loja, mais de 20 km de trilhas para caminhadas, um percurso de canoa no campo e um centro de visitantes. Durante o verão, 15 a 20 pessoas trabalham nas instalações. Seis intérpretes oferecem uma série de atividades interpretativas gratuitas, incluindo caminhadas guiadas, programas infantis e programas noturnos.

Por uma modesta taxa, os visitantes podem participar do programa Voyageur Adventure Tour. Através de aprendizado experimental em primeira mão, os participantes obtêm uma apreciação da história do Canadá e desenvolvem uma forte conexão com o rio Mattawa.

Em um passeio de aventura pela Voyageur, 10 participantes passam uma hora e meia remando uma réplica de uma canoa de 11 m no rio Mattawa.

Uma breve introdução por guias estabelece precauções de segurança necessárias e define a cena. Uma vez no rio, a interpretação começa com os componentes tangíveis do cenário imediato, incluindo a réplica de canoa, remos e roupas de época dos voyageurs. Intérpretes fantasiados cantam as canções tradicionais dos voyageurs enquanto remam, criando uma atmosfera autêntica. À medida que a novidade inicial de estar em uma canoa de viagem começa a desvanecer-se, os intérpretes envolvem os participantes com atividades baseadas em habilidades em torno da arte de remar e manobrar uma canoa. Então os intérpretes começam a adicionar elementos culturais contando histórias e ensinando músicas aos participantes. Os intérpretes relembram registros históricos específicos de lugares, provocando histórias e experiências pessoais que proporcionam um ponto de conexão entre os visitantes de hoje e o rio Mattawa.

O Voyageur Adventure Tour tem uma base sólida em um tema claro, acessível e de base local. Experiências participativas de aprendizado são altamente atraentes para os participantes, e a incorporação de habilidades ajuda a evitar a sobrecarga de informações. Os visitantes são verdadeiramente participantes, tanto no sentido físico ao remar, quanto em um sentido intelectual, enquanto discutem, questionam e se divertem!



MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Altere programas de educação e interpretação ambiental que simplesmente transmitem informações, para programas que envolvam emocionalmente visitantes e jovens, e os conectem com os valores que a área está protegendo.

Os visitantes participam de aprendizado experimental em réplicas de canoas de viagem no rio Mattawa.
© Jake Paleczny

As agências de áreas protegidas podem empregar cinco tipos de marketing:

1. O **marketing social** prioriza os resultados que beneficiarão a sociedade e o indivíduo. Por exemplo, o Parks Victoria associou-se a profissionais de saúde para promover a campanha Healthy Parks, Health People (Quadro 2.9). Como parte dessa campanha, os médicos prescreveram uma visita ao parque para os pacientes, o que resultou na melhoria da saúde humana.
2. O **marketing de relacionamento** ocorre por meio de relacionamentos de longo prazo, mutuamente benéficos, entre agências de áreas protegidas e grupos de detentores de direitos e stakeholders (Borrie, et al., 2002). Isso inclui o fortalecimento de relações internas e com parceiros da área protegida. Um evento anual de reconhecimento de voluntários é um mecanismo para promover relações positivas. A coordenação de um programa de jornalistas visitantes é outra abordagem possível (Wearing, et al., 2007).
3. “**Demarketing**” é uma estratégia usada quando os gestores de áreas protegidas precisam desencorajar a demanda por um determinado local ou serviço para reduzir os impactos ambientais ou melhorar as experiências dos visitantes. Os métodos de “marketing” podem incluir o aumento de preços, a criação de um sistema de filas, geralmente promovendo menos ou promovendo apenas para públicos selecionados. A promoção de ofertas alternativas que possam satisfazer as mesmas necessidades e desejos, ou destacar problemas de visitação excessiva, como a degradação ambiental, são outras formas de demarcar um local (Armstrong e Kern, 2011).
4. O **co-marketing** envolve a agência da área protegida e um parceiro específico (ou parceiros) que se unem para promover uma oferta e, mutuamente, tirar proveito dela. Este é um meio financeiramente inteligente para expandir as oportunidades de comunicação, alcançando os públicos distintos dos parceiros. A parceria com uma organização de mídia, especialmente uma com excelente alcance de internet, é uma abordagem altamente eficaz.

Quadro 4.13

A utilização de dados de pesquisa de mercado e experiência em marketing pelo Parks Canada

A Parks Canada, a agência federal responsável pelos Parques Nacionais do país (assim como outros tipos de áreas naturais protegidas e locais culturais), concentrou-se fortemente em entender quem são seus clientes e como oferecer experiências memoráveis, transformadoras e personalizadas para reforçar apoio político à conservação da natureza. A Parks Canada investe em pesquisas de ciências sociais que documentam as atitudes dos visitantes com respeito a áreas protegidas e usam padrões na sua gestão. Isso envolve pesquisas e painéis de pesquisa mensais que perguntam aos visitantes do passado sobre assuntos específicos de turismo na área protegida (por exemplo, opiniões sobre conflitos entre humanos e animais selvagens ou a eficácia dos sistemas de reservas). A agência também paga por pesquisas telefônicas em todo o país com canadenses para obter informações sobre quem não visita e compra dados de empresas de pesquisa de mercado para aumentar sua compreensão das tendências sociais, econômicas e culturais que moldam as opiniões dos canadenses sobre áreas protegidas, e suas decisões de visitá-los ou não.

Em colaboração com a Comissão Canadense de Turismo e a empresa de pesquisa Environics Canadá, a agência identificou nove perfis diferentes de usuários que visitam as áreas protegidas do Canadá. Este resultado foi usado para criar o programa Explorer Quotient (EQ), que usa pesquisa psicográfica para explicar por que as pessoas viajam e que experiências elas buscam. Experiências distintas do EQ são organizadas pela Parks Canada em cada área protegida para atender às necessidades de cada um desses tipos de usuários. Os visitantes podem fazer o teste do Explorer Quotient e, antes de sua visita, fazer o download de uma lista de ofertas disponíveis na área protegida, adaptadas a seus interesses específicos de viagem. Veja http://www.pc.gc.ca/voyage-travel/qe-eq/qe-eq_e.asp para mais exemplos. Quando combinado com outras fontes de dados de mercado, o programa EQ ajuda a Parks Canada a tomar decisões acertadas sobre como desenvolver e facilitar oportunidades de experiência.

Um segundo conjunto importante de dados de ciências sociais é o sistema de segmentação da Environics Analytics, chamado PRIZM C2, que classifica áreas do Canadá em 66 tipos de estilo de vida baseados em dados psicográficos e demográficos. O cruzamento dessas classificações com os dados do programa EQ permite que a Parks Canada direcione as promoções para regiões específicas em todo o país, aumentando a capacidade de eficiência e eficácia de seus esforços de comunicação. Veja para mais informação <https://www.destinationcanada.com/en/tools>. Um exemplo da utilização da ferramenta com visitantes canadenses em área protegida está disponível em <http://www.environicsanalytics.ca/blog-details/ea-blog/2014/07/11/summer-s-here-but-some-are-not-na>

Fonte: Jager e Halpenny, 2012



O questionário Explorer Quotient (EQ) acessado na página *Planejando sua visita do Parks Canada* (<http://www.pc.gc.ca/en/voyage-travel>)

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Desenvolva um significativo entendimento de diferentes aspectos por meio de pesquisas e análises antes de se envolver em estratégias de marketing.

Por exemplo, a National Geographic Traveller e o Serviço Nacional de Parques dos EUA trabalharam juntos para promover o turismo para o Patrimônio Mundial do Parque da Paz Internacional Waterton-Glacier e para as comunidades ao redor desses parques. Eles marcaram a iniciativa “Crown of the Continent”, que aumentou a conscientização sobre o turismo da região e o desenvolvimento da administração ambiental.

5. **Marketing de experiência** organiza uma forma dos visitantes na criação e entrega de uma experiência em área protegida, produzindo um resultado muito memorável e relevante, que por sua vez pode resultar em laços emocionais positivos, mudança de comportamento e apoio à gestão (Quadro 4.13). As áreas protegidas devem prestar especial atenção em preparar o terreno para a experiência, engajar todos os sentidos, individualizar a experiência, adequá-la a um grupo de clientes específicos, mantê-la divertida e proporcionar lembranças (O’Sullivan e Spangler, 1998; Pine e Gillmore, 1999; Ellis e Rossman, 2008).

4.5 Certificação

A certificação de turismo geralmente envolve uma avaliação voluntária terceirizada por uma empresa de turismo em conformidade com um conjunto de normas, incluindo metas específicas de sustentabilidade. Um selo de certificação concedido às

empresas de turismo pode ser usado como uma ferramenta de marketing para atrair e assegurar os turistas sobre a responsabilidade e a sustentabilidade das atividades da operadora. No entanto, persiste o debate sobre se a certificação pode realmente influenciar a tomada de decisões de viagens do consumidor, já que muitos turistas desconhecem ou não têm certeza do significado dos diferentes selos de certificação disponíveis (Font et al., 2007; Haaland e Aas, 2010; Esparon, 2013).

Instituições responsáveis pelas áreas protegidas podem dar preferência a empresas que são certificadas por esquemas de turismo sustentável, como Green Globe, Green Key e Sustainable Tourism Ecocertification Standard (STEP), ou programas regionais, como o Programa de Certificação em Turismo Sustentável da Costa Rica. Isso só é recomendado se a administração do parque considerar que o esquema de certificação realmente avalia e apoia os esforços das operadoras em práticas sustentáveis. O rigor de muitos desses programas continua sendo contestado (Spenceley e Bien, 2013).

Além dos operadores de turismo que buscam a certificação, as próprias áreas protegidas podem demandar selos ecológicos para a gestão do turismo. Por exemplo, eles podem buscar a certificação de construções específicas (por exemplo, LEED, Liderança em Energia e Design Ambiental) ou esforços e processos operacionais diários (por exemplo, ISO 14001 da International Organization for Standardisation) (CaGBC, 2017).

Quadro 4.14

Promovendo parcerias através da Carta Europeia do Turismo Sustentável

Criada em 1995, a Carta Europeia para o Turismo Sustentável em Áreas Protegidas é um modelo de governança que fornece um roteiro para uma área protegida receber o reconhecimento formal como um Destino Sustentável (Federação EUROPARC, 2010). Atingir este reconhecimento requer um compromisso permanente da área protegida candidata para melhorar a sua gestão turística de forma a atingir os objetivos de conservação em primeiro plano, considerando o bem-estar das comunidades locais (Federação EUROPARC, 2012).

A Carta reconhece que a gestão de longo prazo de áreas protegidas requer o apoio de parceiros locais, e que uma das melhores maneiras de obter esse apoio é oferecer às comunidades locais e às empresas oportunidades econômicas compatíveis com os objetivos específicos de conservação de cada área (Federação EUROPARC, 2010; Federação EUROPARC, 2012). O reconhecimento por meio da Carta pode ser concedido a qualquer área protegida dos países membros da Federação EUROPARC, independentemente de seu tamanho ou tipo.

O processo para obter o reconhecimento da Carta Europeia exige que a área protegida tenha cinco componentes estabelecidos (Federação EUROPARC, 2010; Federação EUROPARC, 2018):

1. Um Fórum de Turismo Sustentável onde o órgão gestor da área protegida, os municípios, organizações de conservação e comunidade, e representantes das empresas de turismo podem se comunicar uns com os outros.
2. Uma Estratégia e um Plano de Ação, baseado em consultas com detentores de direitos e stakeholders, que inclua uma avaliação da situação atual, uma direção estratégica e um plano de ação prático.
3. Um mecanismo de avaliação, incluindo verificações no local que são revisadas pelo Comitê de Avaliação da Carta.
4. Monitoramento e revisão de protocolos, incluindo indicadores de desempenho acordados.
5. Um programa de Parceria e Comunicação que inclui a concessão de status de Parceiro da Carta a empresas de turismo que atendam aos critérios acordados para parcerias com órgãos gestores áreas protegidas.

Ao associar a boa gestão das áreas protegidas a empresas comprometidas com o turismo sustentável, a Carta Europeia oferece uma forma atraente e eficaz de salvaguardar e aumentar o Patrimônio Natural e cultural das áreas protegidas e impedir o desenvolvimento excessivo ou inadequado do turismo (Federação EUROPARC, 2010; Federação EUROPARC 2012, Federação EUROPARC, 2018).

Fontes: Federação EUROPARC, 2010, 2012 e 2018

Quadro 4.15

Critérios do Global Sustainable Tourism Council

O Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC, por seu acrônimo em inglês), apoiado pela UNWTO, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e a Fundação das Nações Unidas, busca harmonizar mais de 130 normas e diretrizes de turismo sustentável de todo o mundo de uma forma que reconheça as especificidades, garantindo simultaneamente que os requisitos mínimos para a sustentabilidade do turismo sejam cumpridos em todos os países. O GSTC é uma organização não governamental internacional, com mais de 200 membros de todos os continentes, representando os stakeholders do setor de turismo.



Logotipo do Global Sustainable Tourism Council.
© GSTC

Em colaboração com a indústria do turismo e especialistas em sustentabilidade, o GSTC analisou mais de 60 tipos de certificação e critérios voluntários e reuniu comentários de mais de 2.000 pessoas. Por meio desse processo, o GSTC desenvolveu dois conjuntos de normas voluntárias: o GSTC Criteria for Destinations e o GSTC Criteria for Industry (para hotéis e operadores turísticos).

Os critérios são um esforço para chegar a um entendimento comum sobre o que torna um destino turístico sustentável e são os compromissos mínimos que qualquer organização de gestão de turismo que procura o status de sustentável deve almejar. Eles são um ponto de partida útil para qualquer gestor de área protegida encarregado de supervisionar as operações de turismo. Para atender a definição de turismo sustentável, os destinos adotam uma abordagem interdisciplinar, holística e integradora que visa maximizar os benefícios sociais, ambientais e econômicos para o próprio destino, bem como para os visitantes e a comunidade anfitriã, minimizando os impactos negativos. Os critérios são projetados para serem usados por todos os tipos e escalas de destinos.

Os critérios e indicadores foram baseados em processos anteriores e refletem normas de certificação, indicadores e melhores práticas de diferentes contextos culturais e geopolíticos em todo o mundo. Indicadores potenciais foram identificados para relevância e praticidade, bem como sua aplicabilidade em diferentes destinos.

O *GSTC Criteria for Destinations* consiste em 41 critérios, divididos em quatro categorias principais baseadas em um conjunto de indicadores de desempenho que os gestores podem adaptar à sua área protegida, conforme necessário.

Agora, em sua terceira revisão após consulta e uma revisão em 2016, os critérios complementares do GSTC para a indústria têm indicadores de desempenho separados para hotéis e operadores turísticos. Em fevereiro de 2017, havia 28 normas de certificação para hotéis e operadores turísticos e 5 normas reconhecidas para destinos.

O Programa de Integridade do GSTC oferece processos de reconhecimento, aprovação e acreditação. A obtenção dessas marcas ajuda os proprietários de normas e os programas de certificação a construir a confiança do consumidor e do comércio, promover a eficiência e distinguir seus serviços de processos menos eficientes.

Normas reconhecidas pelo GSTC são cada vez mais adotadas por instituições governamentais e organizações conservacionistas para certificar áreas protegidas e programas de turismo de vida selvagem. As áreas protegidas que aplicaram os Critérios de Destino do GSTC incluem a Reserva da Biosfera de Sierra Gorda (México), o Vale Sagrado de Machu Picchu (Peru) e o Delta do Okavango (Botsuana). Esses destinos passaram por avaliações de sustentabilidade de destino de base de referência, aplicando os critérios, e receberam recomendações para lidar com quaisquer lacunas. O Parque Marinho da Grande Barreira de Coral (Austrália) implementou um programa de Operador de Turismo de Alto Padrão por vários anos, de modo que agora a maioria dos visitantes do recife é guiada por operadores certificados. Além disso, os gestores de áreas protegidas na Austrália recompensam e incentivam os operadores turísticos a serem certificados por meio de licenças mais longas, acesso exclusivo a locais restritos e oportunidades promocionais. Essas abordagens demonstram aos operadores que ser sustentável, e certificado, faz todo sentido para os negócios (R. Hillman, executivo-chefe da Ecotourism Australia, com. Pess., 11 de abril de 2016).

Fontes: GSTC, 2017a; GTSC, 2017b; UN Foundation, 2017

<http://www.gbrmpa.gov.au/our-partners/tourism-industry/high-standard-tourism>; <https://www.gstcouncil.org/topics/news/early-adopters/>

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Siga as diretrizes adotadas internacionalmente sobre turismo e biodiversidade que fornecem uma referência para políticas, planejamento, gestão e monitoramento do turismo e seus impactos.

Os sistemas de áreas protegidas podem iniciar seu próprio sistema de certificação, no qual as metas de sustentabilidade são definidas e cada área protegida deve se esforçar para atingir. Um exemplo, a Carta Europeia do Turismo Sustentável (ECST), é descrita no Quadro 4.14. As reuniões preparatórias da Carta definem os critérios necessários, normas mínimas e indicadores de monitoramento que devem ser utilizados ao conceder um certificado de turismo sustentável a uma área protegida.

Crítérios de certificação do Conselho Global de Turismo Sustentável

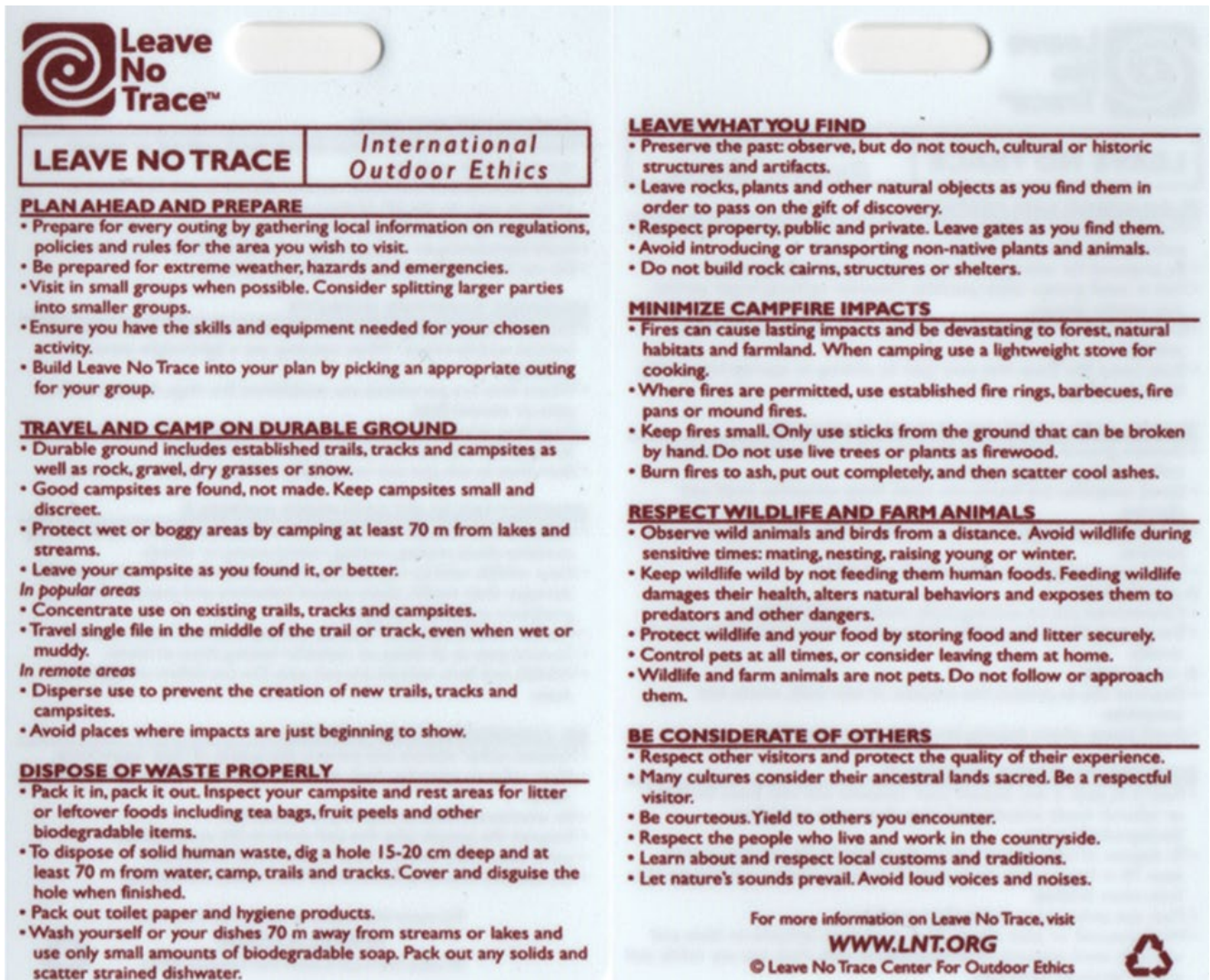
Na escala global, o Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC) desenvolveu critérios para programas de certificação e credenciamento aplicáveis a áreas protegidas (ver Quadro 4.15), e reconhece e credencia normas de certificação alinhados a esses critérios. A Organização Internacional de Normalização (ISO) tem a norma voluntária ISO 18065: 2015, que especifica requisitos para serviços de apoio à visitaçao fornecidos nas áreas protegidas (ISO, 2015).

Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da UICN

Um desenvolvimento recente na avaliação da eficácia das áreas protegidas em escala global é o Programa da Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da UICN, que envolve um processo sistemático de nomeação de áreas protegidas de alto desempenho em uma lista internacional (ou seja, a Lista Verde). O processo de seleção é baseado na gestão efetiva de áreas protegidas para sustentar múltiplos benefícios (IUCN, 2017d). Isso inclui a avaliação dos normas de turismo em áreas que têm um nível significativo de visitaçao turística. Uma das áreas piloto da Lista Verde foi o Parque Nacional Arakwal (Austrália), onde o turismo é parte integrante da estratégia de conservação (Bushell e Bricker, 2017). Os critérios utilizados para avaliar o desempenho das áreas protegidas incluem um conjunto de relevância para a gestão do turismo. Muitos dos critérios e indicadores mencionados acima em relação à qualidade do turismo em áreas protegidas servem como base para uma avaliação mais aprofundada usando os critérios da Lista Verde. De fato, o



Um cartaz educativo para o visitante projetado para abordar questões de interação visitante-vida selvagem no Grand Canyon e em outros parques nacionais dos EUA. © Serviço Nacional de Parques dos EUA



Uma etiqueta de identificação descrevendo os sete princípios de conduta ética ao ar livre e as práticas recomendadas do programa “Não Deixe Rastros” (www.LNT.org).

reconhecimento de uma área protegida na Lista Verde da UICN também destacaria seu potencial turístico e chamaria a atenção para a qualidade do turismo que está sendo conduzido dentro e ao redor do local. Mais informações sobre a Lista Verde da UICN podem ser obtidas em <https://www.iucn.org/theme/seguran-areas/our-work/iucn-green-list>.

4.6 Uma estrutura tríplice de turismo e gestão da visitação

Discutimos quatro estruturas de gestão do turismo no Capítulo 3: (i) o Espectro de Oportunidades de Recreação (ROS), (ii) capacidade de suporte, (iii) Limites de Aceitáveis de Câmbio (LAC) e (iv) indicadores e normas de qualidade. A prática recente no campo de áreas protegidas e recreação ao ar livre evoluiu de uma ênfase inicial em considerações de recursos para uma abordagem mais abrangente, que reconhece uma estrutura tríplice de preocupações que engloba todas ou partes dos quatro quadros de gestão acima, bem como os dez princípios discutidos acima. A estrutura tríplice de gestão de turismo e visitantes prossegue de acordo com estes passos do ciclo de gestão adaptativa:

1. Os objetivos de gestão e os indicadores e as normas de qualidade do turismo são formulados para uma área protegida como um todo ou para um local dentro dela.

2. Indicadores de qualidade do turismo são monitorados para verificar se as normas estão sendo mantidas.
3. Se as normas de qualidade do turismo não estão sendo mantidas, ou correm o risco de não serem mantidas, então a ação de gestão é necessária para assegurar que elas sejam restauradas.

A estrutura tríplice de gestão assume formas ligeiramente diferentes em contextos alternativos. Por exemplo, o US Forest Service usa a estrutura LAC (Stankey, et al., 1985), enquanto o US National Park Service usa uma estrutura conhecida como VERP (Visitor Experience e Resource Protection) (USNPS, 1997). A Parks Canada adotou uma estrutura chamada VAMP (Nielsen e Tayler, 1997), enquanto uma estrutura denominada Modelo de Gestão de Otimização Turística (TOMM) (Manidis Roberts Consultants, 1996) foi desenvolvida e usada na Austrália. Os Parques Nacionais da África do Sul aplicam uma estrutura de Limites de Concorrência para gerenciar mudanças de turismo e biofísicas. Embora existam algumas diferenças na terminologia e no sequenciamento de etapas, estas estruturas e outras relacionadas se baseiam nas três etapas básicas descritas acima (Manning, 2004). A estrutura tríplice de gestão requer monitoramento periódico de indicadores de qualidade, implementação de ações para manter normas de qualidade e adequação de práticas com base em dados de monitoramento. Quando as circunstâncias mudam ou um plano de gestão

precisa ser revisado, os objetivos e indicadores associados e os normas de qualidade podem ser reconsiderados.

Objetivos de gestão e indicadores associados e normas de qualidade podem e devem ser considerados nos três aspectos da recreação em áreas protegidas - os componentes de recursos, experienciais e de gestão. O componente de gestão pode ser estruturado para garantir que os custos e benefícios sejam distribuídos equitativamente (por exemplo, através do emprego de residentes locais) e que uma parcela razoável dos benefícios econômicos seja usada para a conservação na área protegida.

Nos EUA, a necessidade de integrar diferentes estruturas de gestão da visitação para prover orientação comum foi reconhecida por seis grandes agências federais de recursos naturais que, juntas, administram mais de 2,7 milhões de km² de terras públicas. Essas agências formaram o Conselho Interagência de Gestão do Uso Público (IVUMC, 2017) para prover uma estrutura de gestão da visitação consistente e baseada na ciência que seja aplicável a todas elas e apoiada por estratégias de comunicação e treinamento. Em 2016, o conselho publicou o primeiro guia em sua própria Estrutura de Gestão de uso público (<https://visitorusemanagement.nps.gov/VUM/Framework>).

Até o momento, as estruturas de gestão da visitação foram aplicadas principalmente na América do Norte, mas o uso está aumentando em outros sistemas de áreas protegidas em todo o mundo (Brown, et al., 2006; McCool et al., 2007; Roman et al., 2007; Reck, et al., 2015) para facilitar a gestão adaptativa do uso público. A UNESCO também desenvolveu um Kit de ferramentas On-line de Turismo Sustentável, que contém uma série de diretrizes que tratam de estratégia, governança, engajamento, comunicação, infraestrutura, desenvolvimento de produtos e serviços, comportamento dos visitantes, financiamento e monitoramento (<http://whc.unesco.org/sustainable-tourismtoolkit> de ferramentas /). As diretrizes foram aplicadas em destinos como o Parque Maloti-Drakensberg, Patrimônio



Interpretação no Parque Nacional Prince Albert, Canadá. © Glen Hvenegaard



O envolvimento de povos indígenas em todos os aspectos do turismo de parques pode aumentar a eficácia da gestão. Parque nacional de Daintree, Queensland, Austrália. © Glen Hvenegaard

Mundial da Humanidade (Lesoto e África do Sul), e o Parque Nacional Serengeti, Patrimônio da Humanidade (República Unida da Tanzânia). Finalmente, outra estrutura de gestão da visitação, a Estrutura de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo, foi proposta para adoção no Patrimônio Mundial de Machu Picchu (Peru) (Larson e Poudyal, 2012).

4.7 Melhores práticas

- Aproveitar a habilidade e o entusiasmo dos voluntários por meio da ciência cidadã e outros programas para realizar as atividades de gestão necessárias, certificando-se, contudo, em prover supervisão e controle de qualidade adequados.
- Coordenar e integrar o monitoramento dos impactos ambientais e sociais, com tecnologias apropriadas e financiamento suficiente.
- Entender quais valores estão sendo protegidos e o contexto operacional antes de selecionar uma ferramenta ou prática de gestão da visitação.
- Ser estratégico sobre quais valores de áreas protegidas são destacados em programas de educação e interpretação ambiental e alinhá-los com as metas e objetivos gerais da área protegida e / ou do sistema do qual faz parte.
- Mudar de programas de educação ambiental e interpretação que simplesmente transmitem informações, para programas que envolvem emocionalmente os visitantes e os conectam com os valores que a área está protegendo.
- Oferecer aos turistas um contexto mais amplo sobre questões de gestão na área protegida, conectando-os a questões semelhantes em nível global e, quando apropriado, a iniciativas internacionais de conservação.
- Gerar a compreensão por parte de diferentes instituições através de pesquisa e análise antes de se engajar em estratégias de marketing.
- Seguir as diretrizes adotadas internacionalmente sobre turismo e biodiversidade que fornecem referências para políticas, planejamento, gestão e monitoramento do turismo e seus impactos.

Capacitação para a gestão sustentável do turismo

5



5.1 Os componentes da capacidade

Considerando-se que um princípio básico do desenvolvimento do turismo em áreas protegidas é que as experiências dependem dos atributos da área e não devem comprometer os valores de conservação contidos dentro dela (Eagles, et al., 2002; Eagles e McCool, 2002), a gestão competente é essencial não apenas para a proteção da área, mas para a realização do turismo sustentável. A administração deve assegurar que os impactos dos visitantes estejam dentro de limites aceitáveis e possibilite os tipos de experiências apropriados para a área protegida e consistentes com seus objetivos de conservação (Cole, 2004; Jager et al., 2006; Worboys, et al., 2015). Construir competência profissional é uma maneira de se tornar mais eficiente na tomada de decisões e implementação (McCool, et al., 2012; Appleton, 2016).

Este capítulo expande este tópico importante e apresenta uma discussão focada na capacitação para a gestão do turismo, aproveitando outros esforços para promover o desenvolvimento de capacidades em áreas protegidas em geral (IUCN, 2017a). 'Capacitação' é o processo pelo qual as pessoas adquirem os meios (a capacidade) para atingir um conjunto de metas ou realizar um projeto com sucesso. A capacitação não significa simplesmente treinamento; é muito mais que isso. O processo de capacitação inclui habilitar as pessoas a adquirir os conhecimentos e habilidades de que precisam, seja por meio de treinamento específico, educação em sentido amplo ou desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico (Quadro 5.1, p. 66).

A capacitação inclui um componente físico: fornece às pessoas instalações, equipamentos e recursos naturais necessários para atingir as metas de um programa ou projeto. Para construir conhecimento e experiência apropriados, também inclui um componente social, cultural e legislativo / regulatório: o desenvolvimento do apoio da comunidade, instituições legais e políticas, e estrutura gerencial necessária para alcançar o turismo apropriado e sustentável na área protegida. Este capítulo aborda conceitos básicos e exemplos internacionais de programas ou projetos de capacitação bem sucedidos. Algumas barreiras e problemas também são identificados.



Navegando por canais tranquilos do Delta do Okavango em uma tradicional canoa escavada, conhecida localmente como "mokoro", acampamento Kwetsani, Delta do Okavango, Botswana © Wilderness Safaris e Dana Allen

Cada papel no turismo em área protegida tem seu próprio conjunto de competências essenciais

As competências essenciais (ou seja, habilidades indispensáveis) precisam ser desenvolvidas junto a uma variedade de pessoas envolvidas na gestão do turismo em áreas protegidas, incluindo:

- Gestores que detêm a responsabilidade legal de proteger o patrimônio natural da área e os valores culturais associados, para projetar e gerenciar planos de turismo apropriados;
- Planejadores, arquitetos, engenheiros e trabalhadores da construção que desenvolvem e mantêm instalações (por exemplo, estradas, trilhas, centros de visitantes, banheiros, mirantes);
- Funcionários de empresas locais que prestam serviços necessários (por exemplo, comida, transporte, hospedagem, interpretação);
- Operadores turísticos comerciais que conduzem as atividades que geram experiências para os visitantes;
- Funcionários de organizações de marketing comunitárias e de destino que promovem a área protegida;
- Cientistas que desenvolvam conhecimento sobre os impactos do turismo e os tipos de experiências que os visitantes procuram em uma área;
- Outros indivíduos que ajudam comunidades e residentes a lidar com impactos sociais e explorar novas oportunidades; e
- Especialistas em comunicação que desenvolvam materiais educacionais ambientais e culturais.

A disponibilização de experiências de visita apropriadas e de alta qualidade requer uma abordagem integrada envolvendo cada um desses stakeholders. Cada um, portanto, requer um conjunto de competências para desempenhar de forma responsável e eficaz (Competencies Working Group, 2002; McCool, et al., 2012, Appleton, 2016).

Tipos de competências

A capacitação é um processo de comunicação de necessidades físicas (por exemplo, aplicação da lei, interpretação, construção de trilhas), requisitos estratégicos e habilidades de pensamento conceitual e crítico (por exemplo, reflexão, entendimento, desenvolvimento de metas, criação de alternativas, avaliação de novos desafios), (McCool, et al., 2012; Appleton, 2016). Essas últimas capacidades são as menos tangíveis (Wigboldus, et al., 2010) e incluem a habilidade de:

- Aprender, focar e criar estratégias;
- Prever, adaptar e responder a contextos voláteis e em constante mudança;
- Motivar e inspirar a equipe,
- Comunicar-se efetivamente com os instituições internas e externas; e
- Aprender e aplicar lições para melhorar o desempenho.

McCool et al. (2012) identificam três áreas de competência profissional necessárias aos gestores de áreas protegidas em relação ao turismo:



Passeio guiado de bicicleta no Parque Nacional De Hoge Veluwe, Holanda. © Yu-Fai Leung

- Competências estratégicas: o pensamento de longo alcance sobre o papel de uma área protegida e como ela se encaixa nas necessidades e expectativas locais, regionais, nacionais e até internacionais.
- Competências de planejamento: as necessidades específicas para integrar turismo, visitação e outras metas de gestão de áreas protegidas, além de abordar como a área protegida pode incentivar o desenvolvimento econômico em uma área local.
- Competências operacionais: as necessidades do dia-a-dia da gestão do turismo e visitação.

No Registro Global de Competências da UICN WCPA para Profissionais de Áreas Protegidas (Appleton, 2016: 116-123) foram compiladas competências relacionadas a turismo, recreação e gestão de uso público em áreas protegidas. Existem quatro áreas principais de competências e 25 competências específicas. As principais competências são:

1. Possibilitar o fornecimento de oportunidades em todo o sistema para turismo e recreação ambiental e economicamente sustentáveis;
2. Promover programas diretos e de implementação do turismo sustentável e recreação adequados à área protegida;
3. Planejar, gerenciar e monitorar programas, atividades e serviços para visitantes de área protegida;
4. Orientar, auxiliar e supervisionar os visitantes de área protegida e atividades recreativas.

Em resumo, as competências profissionais para gerenciar o turismo e a visitação reconhecem o caráter dinâmico, mutante e complexo das áreas protegidas, ajudam a pensar e refletir sobre novos desafios e oportunidades, envolvem habilidades



Workshops de treinamento para guias. Wilderness Safaris. © Wilderness Safaris e Dana Allan



Reuniões de capacitação e conscientização na Torra Conservancy, Namíbia. © Wilderness Safaris e Mike Myers



Exploração das marés no do Parque Nacional Pacific Rim, o na Columbia Britânica, Canadá. © Glen Hvenegaard

de aprendizado e resolução de problemas e preparam a equipe para ser adaptável e hábil na aplicação de conceitos (Appleton, 2016).

5.2 Capacitação de gestores

As áreas protegidas e as instituições responsáveis pela conservação da natureza devem ter membros da equipe que tenham experiência em planejamento e gestão do turismo. Se os funcionários não são treinados em turismo e gestão da visitação, mas são designados para tais tarefas, é extremamente importante ter oportunidades para que eles obtenham os conhecimentos necessários.

A capacidade de construção pode envolver uma variedade de abordagens. Elas incluem cursos e workshops de curta duração,, intercâmbios de pessoal, conferências e simpósios, orientação, licenças sabáticas e licenças educacionais (McCool, et al., 2012). Alguns desses esforços de educação

Quadro 5.1

A Gestão Comunitária do Programa de Conservação de Áreas Protegidas (COMPACT)

O Programa de Gestão Comunitária da Conservação de Áreas Protegidas (COMPACT, por seu acrônimo em inglês) explora um processo de engajamento de comunidades locais na conservação e cogestão de Patrimônios Mundiais da UNESCO desde 2000. O programa é uma iniciativa colaborativa entre o UNDP / GEF Small Grants Programme e a Fundação das Nações Unidas (UNF, por seu acrônimo em inglês). O COMPACT utiliza pequenos subsídios de até US\$ 50.000 para apoiar grupos coordenados de projetos de conservação baseados na comunidade.

Por meio do processo de avaliação e planejamento do COMPACT, o turismo é frequentemente identificado como um componente central da economia local, bem como uma ameaça potencial à área protegida se não for regulamentada. A metodologia COMPACT, que é altamente participativa por natureza, tem três componentes: uma avaliação de base de referência, um modelo conceitual e uma estratégia local. O método estabelece uma base para o monitoramento e avaliação futuros do desenvolvimento e impactos do turismo.

As duas primeiras fases do COMPACT se concentraram em projetos em oito locais do Patrimônio Mundial atuais ou propostos, abrangendo nove países:

- Sistema de Reservas de Recifes de Coral de Belize (Belize)
- Parque Nacional Morne Trois Pitons (Dominica)
- Parque Nacional do Monte Quênia (Quênia)
- Reserva da Biosfera de Sian Ka'an (México)
- Parque Nacional do Rio Subterrâneo de Puerto Princesa (Filipinas), Parque Nacional do Monte Kilimanjaro (República Unida da Tanzânia), Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Djoudj-Djawaling e Patrimônio da Humanidade (Senegal e Mauritânia)
- Grupo de cinco áreas protegidas no sudoeste de Madagascar

Por exemplo, em Belize, a avaliação da base de referência COMPACT enfocou o Sistema de Reservas de Recifes de Coral de Belize e a ameaça de práticas insustentáveis de pesca e turismo para o Patrimônio Mundial. Ao mesmo tempo, a avaliação da comunidade identificou o turismo e a pesca como as atividades mais importantes para os meios de subsistência locais. Para ajudar a alinhar metas econômicas e de conservação, a COMPACT ajudou a facilitar a transição de alguns pescadores para o turismo, fornecendo treinamento para guias de turismo, instrutores de mergulho e guias de pesca esportiva. Essa transição também criou apoiadores para os recursos marinhos que agora sustentam os esforços de conservação e os meios de subsistência locais.

Olhando para o futuro, o método desenvolvido pela COMPACT e as lições aprendidas estão sendo promovidos como um kit de ferramentas para novas iniciativas dentro da Convenção do Patrimônio Mundial.

Fonte: UNDP/GEF Small Grants Program, 2012; Brown e Hay-Edie, 2013

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Garantir que todo o planejamento do local para o turismo em áreas protegidas siga um processo básico de quatro etapas: (i) uma avaliação ambiental e social de base de referência(ii) um modelo conceitual, que por sua vez é utilizado para embasar (iii) um planejamento local (iv) um sistema de monitoramento e avaliação que orienta os ajustes necessários para a gestão do local.

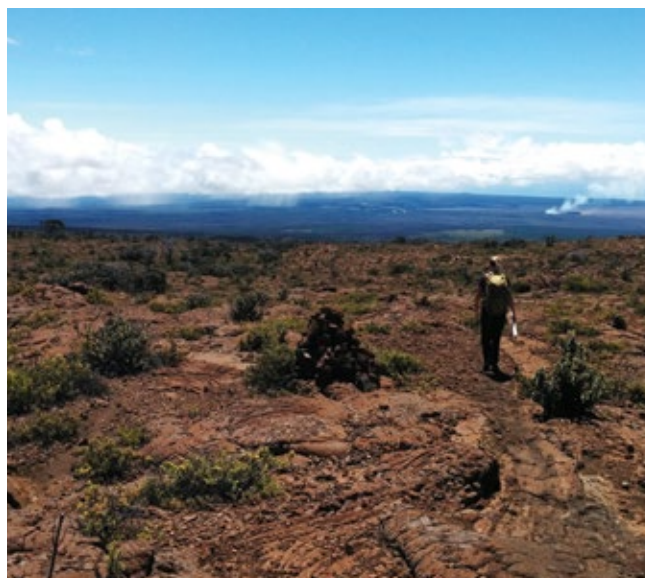
formal e treinamento podem resultar em graus, diplomas, certificados e outras qualificações turísticas reconhecidas pelas instituições responsáveis pelas áreas protegidas e pela indústria do turismo. A capacidade deve ser construída em um programa (Ackoff, 1996), em vez de ser vista como uma atividade separada ou única (McCool, et al., 2012). Por exemplo, na África Austral, uma série de atividades de capacitação e de rede sobre concessões de turismo foi oferecida aos gestores de áreas protegidas nos últimos cinco anos, liderada por membros do Grupo de Especialistas em Turismo e Áreas Protegidas da Comissão Mundial da UICN (Spenceley, et al., 2010; Spenceley et al., 2017b). Esse tipo de interação recorrente é altamente desejável.

5.3 Capacitação das comunidades locais

A geração de capacidades as comunidades locais para se engajar e beneficiar-se do turismo centrado na área protegida requer uma compreensão do que consiste uma comunidade, incluindo seus limites e os grupos de detentores de direitos e stakeholders que ela reconhece, atividades importantes para os meios de subsistência da comunidade local (Quadro 5.1), juntamente com quaisquer fatores que podem dificultar a colaboração entre seus membros..

É importante compartilhar informações com os membros da comunidade para que possam refletir sobre os possíveis impactos do turismo, incluindo oportunidades e ameaças, bem como desenvolver uma visão futura sobre o turismo que eles apoiam. A aprendizagem e a reflexão devem levar a um compromisso com as ações e a uma promessa dos detentores de direitos locais e dos stakeholders de investir recursos nesse esforço.

Obstáculos à participação da comunidade na gestão do turismo na área protegida podem incluir restrições legais que limitam o envolvimento da comunidade, a dificuldade de manter uma representação de diferentes visões, a perda de



Caminhada na Trilha de Mauna Loa, Parque Nacional dos Vulcões do Havai, EUA. © Yu-Fai Leung

interesse (por qualquer motivo) por um ou mais grupos de stakeholders, o processo de tomada de decisão implica uma abordagem de planejamento participativo e a exigência de recursos adicionais para financiar a participação efetiva da comunidade (Pretty, 2005). Outros impedimentos podem ser a falta de objetivos comuns entre os stakeholders; a dificuldade de facilitar a apropriação local dos processos de desenvolvimento do turismo; diferentes níveis de educação, capacidade e competências linguísticas entre os grupos de stakeholders; e conhecimento limitado ou consciência das operações de turismo. A Tabela 5.1 apresenta um conjunto de critérios a serem considerados ao envolver as comunidades locais na capacitação relacionada a iniciativas de turismo.

Um exemplo de um programa de capacitação projetado para uma comunidade local é o Children in the Wilderness, apoiado pela Wilderness Safaris, uma operadora de turismo da vida

Tabela 5.1. Critérios de avaliação para participação da comunidade em esforços de capacitação

Critério	Descrição dos elementos
Metas de participação	<ul style="list-style-type: none"> Qual o objetivo... Democracia? A aceitação do projeto ? Benefícios distribuídos equitativamente?
Quem é(são) a(s) comunidade(s) afetada(s)?	<ul style="list-style-type: none"> Qual o nível de conscientização e conhecimento do turismo ? Qual a capacidade institucional da comunidade ? Os papéis de liderança na comunidade foram identificados? Os participantes reconhecem a necessidade de empreender esforços para capacitação? A participação é voluntária?
Quem são os detentores dos direitos do turismo e os stakeholders?	<ul style="list-style-type: none"> Os detentores de direitos e os stakeholders afetados foram identificados? Os detentores de direitos foram devidamente envolvidos? Os representantes da parte interessada foram selecionados?
Quais métodos devem ser usados para uma participação pública efetiva?	<ul style="list-style-type: none"> Empoderamento e construção da comunidade Os participantes receberam formação, financiamento e informação suficiente e oportuna? Uma notificação de oportunidades foi dada aos que participam? As entidades relacionadas ao turismo estão comprometidas com um processo participativo? O número de participantes ou representantes é administrável? Foi definido um quadro realista de tempo? Foi estabelecido o suporte financeiro, em espécie e logístico?

Fonte: Modificado de Wisansing, 2008

Quadro 5.2**Capacitação para comunidades nas zonas de amortecimento**

Pequenas empresas de turismo em zonas de amortecimento de áreas protegidas geralmente não atingem sucesso financeiro. O problema muitas vezes está profundamente enraizado em questões fundamentais relacionadas aos modelos de negócios: os produtos e serviços não atendem à demanda real do mercado, e a falta de produtos diversificados leva a uma competição intensa e não lucrativa.

Considere o caso de instalações turísticas comunitárias na ilha de Ometepe, na Nicarágua (população 42.000). A partir de 2012, Ometepe tinha seis projetos de hospedagem em casas de famílias apoiados por doadores, cada um com 11-60 famílias, competindo por negócios. Mas a maioria dos operadores turísticos usava os hotéis tradicionais e oferecia aos clientes roteiros focados em fazer caminhada a vulcões durante o dia e jantar em restaurantes à noite. As comunidades não receberam os conhecimentos e ferramentas essenciais para avaliar o mercado e a demanda real de visitantes.

A Fundação Planeterra, uma ONG associada à empresa de viagens ecológicas G Adventures, analisou os projetos de hospedagem em casas de família como parte de um processo para criar empresas mais eficazes e baseadas no mercado. Eles descobriram que a maioria dos lares não tinha sequer os requisitos mais básicos - banheiros, eletricidade, água corrente - necessários para administrar com sucesso um negócio em casa. Mas, mesmo se tivessem, seria muito mais produtivo para essas residências se elas fossem transformadas em negócios que atendessem a demanda do mercado por caminhadas e jantar. Assim, a Planeterra criou um projeto para criar microempresas da cadeia de suprimentos. Diversas doações, cada uma no valor de menos de US\$ 1.000, foram feitas para promover o novo formato de negócios. Essas doações incluíam subsídios para três famílias produzirem fertilizante orgânico para empresas que fornecem alimentos que vão direto para a mesa (farm-to-table), para um grupo de mulheres locais fazer conservas de frutas para venda em hotéis e residências, para uma comunidade indígena investir em fantasias e coreografias de dança para apresentações para visitantes, e para cantis de aço inoxidável para que os guias locais fornecessem aos seus clientes a fim de evitar o uso de plástico. Os fundos também foram direcionados para treinamento em habilidades básicas de negócios. O sucesso deste programa está sendo promovido pela G Adventures em suas operações em todo o mundo, com planos para expandi-lo para 50 projetos semelhantes de empresas sociais.

Fontes: Galaski, 2015; Planeterra Foundation, 2015



MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Avaliar a capacidade das comunidades locais para prestar serviços de turismo e garantir que a modelagem de negócios adequada tenha sido concluída antes dos investimentos.

Equipe da G Adventures e Planeterra Foundation em um restaurante comunitário, Ometepe (Nicarágua). © Megan Epler Wood

selvagem (Children in the Wilderness, 2017). Destinado a crianças rurais na África, este é um programa de habilidades para a vida focado na próxima geração de tomadores de decisões em conservação através do desenvolvimento de lideranças. O programa acontece por alguns dias a cada ano em um acampamento da Wilderness Safaris, que é dedicado a este propósito. Entre 16 e 30 crianças selecionadas em escolas e comunidades vizinhas, com idades entre 10 e 17 anos, ficam hospedadas no acampamento. Desde 2001, 4500 crianças participaram dos acampamentos da Wilderness Safaris em sete países (Children in the Wilderness, 2017). O programa é tão bem sucedido que é capaz de atrair uma série de outros patrocinadores. Outro programa inovador de capacitação comunitária, resultado de uma parceria entre a comunidade local de Ometepe, na Nicarágua, o governo nacional, a Fundação Planeterra e um operador turístico internacional, é descrito no Quadro 5.2 (próxima página). O quadro 5.3 (p. 69) ilustra ainda

outro exemplo de capacitação para o turismo de base comunitária em Áreas Comunitárias Conservadas na Índia.

5.4 Capacitação por meio de parcerias

A capacitação requer tempo, dinheiro, habilidades e conhecimento, e firmar parcerias com outras organizações pode aumentar consideravelmente as chances de sucesso. A capacitação pode ser individual, organizacional ou social, e pode envolver treinamento e fortalecimento institucional.

A formação de parcerias para capacitação permite que a equipe da área protegida se concentre em seus negócios principais (conservação) e otimize o uso de recursos, incluindo tempo e materiais. O uso de experiências, habilidades e

Quadro 5.3

Turismo e conservação baseados na comunidade em Thembang Bapu Community Conserved Area (Índia)



Programa de treinamento para membros da comunidade (à esquerda). Aldeões de Thembang com membros da equipe do WWF (à direita). Ambas as fotos © WWF Índia

Várias centenas de milhares de Povos Indígenas e Territórios e Áreas Conservadas pela Comunidade (ICCAs, por seu acrônimo em inglês) cobrem uma grande área da superfície do mundo. Os ICCAs podem gerar meios de subsistência e benefícios econômicos substanciais para a população local, ao mesmo tempo em que promovem a conservação, embora esses benefícios ainda não tenham sido sistematicamente documentados.

Várias Áreas Comunitárias Conservadas (CCAs) existem no estado de Arunachal Pradesh, situado no leste do Himalaia, na Índia, um hotspot global de biodiversidade dotado de diversos tipos de relevo, grupos étnicos e recursos. Essas CCAs estão situadas em terras da Unleaded State Forest (USF) que foram tradicionalmente controladas por comunidades locais e regidas por suas leis consuetudinárias.

O WWF-Índia se envolveu com a comunidade local de Monpa, na parte ocidental de Arunachal Pradesh, para proteger as florestas sob jurisdição da comunidade e para implementar atividades de subsistência para aumentar a conservação. O WWF-Índia ajudou a desenvolver um plano de turismo baseado na comunidade (CBT) e treinou membros da comunidade para administrá-lo. Os Monpas são uma das chamadas tribos primitivas dos distritos de Tawang e West Kameng em Arunachal Pradesh, com uma população de 50.000 habitantes. Em 2005, os monpas da aldeia de Thembang, no distrito de West Kameng, estabeleceram a Área de Conservação da Comunidade Thembang Bapu (TBCCA, por seu acrônimo em inglês) em 18 km² de florestas sob seu controle. O TBCCA agora cobre 635 km², abrangendo florestas densas, montanhas cobertas de neve e lagos de alta altitude que fornecem um habitat seguro para várias espécies raras de flora e mamíferos ameaçados de extinção, incluindo panda vermelho (*Ailurus fulgens*), leopardo da neve (*Uncia uncia*), gato marmorado (*Pardofelis marmorata*) e urso-negro-do-himalaia (*Ursus thibetanus*).

O programa Thembang CBT compreende quatro unidades de hospedagem em casas de famílias (máximo de 10 turistas), restaurantes caseiros, uma trupe cultural para mostrar a arte e a cultura Monpa, passeios organizados pela CCA e fornecimento de prestadores de serviços treinados (guias, cozinheiros, carregadores, etc.). O programa inclui muitas famílias para garantir que os benefícios sejam distribuídos por toda a comunidade. O programa de TGB Thembang aumentou seu faturamento em quatro vezes, desde o início até US\$ 15.000 em 2013. O governo de Arunachal Pradesh solicitou apoio do WWF-Índia para o desenvolvimento de diretrizes de hospedagem em casas de famílias.

A comunidade local iniciou um processo para notificar (diário - gazette) um terço do TBCCA como Reserva Comunitária nos termos da Lei Amended Wildlife (Protection) de 1972. A notificação de reserva da comunidade aumentará ainda mais a proteção das florestas comunitárias.

Fontes: Mishra et al., 2006; Kothari, 2008

conhecimentos das ONGs, do governo, do setor acadêmico e privado para aumentar a capacidade pode ser benéfico para as áreas protegidas, promovendo a diversidade de habilidades, treinamento e educação. O Quadro 5.4 (p.70) ilustra um exemplo bem-sucedido de parceria cooperativa entre governo e indígenas na gestão de áreas protegidas e no desenvolvimento de joint ventures para turismo de observação de animais silvestres

As parcerias para capacitação podem habilitar o pessoal da área protegida para lidar com questões da comunidade e de outros detentores de direitos e stakeholders, e permitir que as comunidades lidem com suas responsabilidades de negócios e conservação, bem como criar novas instituições de apoio locais. Parcerias podem ser formadas em qualquer nível e podem envolver diferentes stakeholders. Elas fornecem a oportunidade de reunir recursos - monetários, materiais e

Quadro 5.4

Planejamento e gerenciamento cooperativo de Ni'iinlii Njik (ramo de pesca) área protegida (Yukon, Canadá)

Ni'iinlii Njik (Agência de Pesca) é uma área cooperada protegida de 6,500 km² do governo Yukon-aborígene no norte de Yukon, Canadá. A área inclui uma reserva natural de 5.400 km² e uma reserva ecológica de 170 km² administrada nos termos da Lei dos Parques de Yukon e da Lei Land Certainty; uma área de proteção de habitat de 900 km² administrada nos termos da Lei de Vida Selvagem de Yukon; e 140 km² de terras da Vuntut Gwitchin First Nation. Inicialmente identificada como área de proteção através do Acordo Vingut Gwitchin Land Claim Agreement de 1995, a área protege importantes valores culturais e naturais, incluindo uma concentração de espécies de salmão e ursos pardos (Ursus arctos) que proporcionam uma oportunidade especial de visualização ecoturística.

O acordo e os planos de manejo desenvolvidos em conjunto proporcionam parcerias governamentais, acadêmicas e do setor privado. Os papéis principais e as autoridades responsáveis pela tomada de decisões estão claramente definidos. Especificamente, o governo da Yukon aluga as instalações para os parceiros da joint venture, reduzindo assim o montante de investimento de capital exigido pelos parceiros, mantendo a autoridade sobre as instalações.

Os parceiros têm se envolvido nas seguintes atividades principais:

- **Planejamento da gestão:** Um Comitê de Agências de Gestão foi criado para planejar e gerenciar a área cooperativamente. O plano preparou o terreno para visitação de baixo nível, apoiado por guias treinados do setor privado e pelo desenvolvimento mínimo de instalações, além de pesquisa e monitoramento.
- **Planejamento da gestão de riscos:** Os parceiros desenvolveram um plano de gestão de riscos para identificar como os requisitos operacionais e procedimentos de segurança diminuiriam o impacto do turismo em ursos e salmões, diminuiriam conflitos entre ursos e humanos e definiriam respostas apropriadas no caso de conflito. Especialistas do setor privado em comportamento e orientação de ursos estiveram envolvidos e, posteriormente, uma empresa privada de aventura ecológica preparou uma estratégia de observação para abordar como o plano de risco entre humanos e ursos seria implementado.
- **Planejamento e manejo cooperativo** da Área Protegida de Ni'iinlii Njik (Agência de Pesca) (Yukon, Canadá)
- **Pesquisa e monitoramento:** A Universidade Simon Fraser realizou uma pesquisa para documentar as populações de urso e salmão e os padrões de referência do comportamento do urso na área de observação. Eles também prepararam um protocolo de monitoramento. Este trabalho permite avaliar a eficácia da gestão.
- **Desenvolvimento de instalações e operações:** Uma joint venture comercial foi estabelecida entre a Vuntut Gwitchin Desenvolvimento Corporation e uma empresa privada, que tinha experiência em organizar oportunidades de observação de ursos. Os moradores da comunidade First Nation do Old Crow estavam envolvidos na construção de cabanas, que foram projetadas e localizadas para se adequarem ao caráter selvagem da área. A visitação de baixo nível (ou seja, quatro visitantes mais um guia de cada vez durante a estação de observação de outono) destina-se a minimizar impactos e riscos potenciais. A caça recreativa não é permitida, e a First Nations que possui os direitos de subsistência para utilização de vida selvagem fecharam voluntariamente a área de utilização



Fotografando ursos pardos na Área Protegida de Ni'iinlii Njik, Canadá.
© Frank Mueller Visuals

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Desenvolver planos de gestão do turismo em colaboração com todas os stakeholders relevantes, incluindo os povos indígenas e tradicionais afetados e as comunidades locais e o setor privado do turismo.

Fonte: <http://www.yukonparks.ca/>

humanos. Elas constroem as habilidades específicas e os pontos fortes de cada parceiro para maximizar os benefícios.

Parcerias para capacitação podem ajudar a garantir que os turistas tenham uma experiência de alta qualidade e que os recursos naturais na área protegida sejam conservados (Quadro 5.5). Wegner et al. (2010) enfatizam que as parcerias colaborativas têm o potencial de melhorar a capacidade das agências de áreas protegidas em lidar com os problemas, entendendo as questões por meio de uma abordagem holística e abrangente.

Um programa nacional de turismo na área protegida tem poucas chances de sucesso se as pessoas do local não tiverem capacidade para sua implementação. Sólidas parcerias para o fortalecimento de capacidades podem proporcionar benefícios para todas as partes: os departamentos governamentais obtêm apoio externo para impulsionar seus objetivos, o setor privado pode ajudar a capacitar as comunidades e o pessoal da área protegida, e as ONGs podem apoiar essas parcerias sólidas e comprometidas. A capacitação para o turismo por meio de parcerias não é isenta de desafios, no entanto (Quadro 5.6, próxima página).

5.5 Melhores práticas

- Garantir que todo o planejamento do local para o turismo em áreas protegidas siga um processo básico de quatro etapas: (i) uma avaliação ambiental e social de base de referência (ii) um modelo conceitual, que por sua vez é utilizado para embasar ambos os aspectos (iii) um planejamento local (iv) um sistema de monitoramento e avaliação que orienta os ajustes necessários para a gestão do local.
- Desenvolver planos de gestão do turismo em colaboração com todas os stakeholders relevantes, incluindo os povos indígenas afetados e as comunidades locais e o setor privado do turismo.
- Avaliar a capacidade das comunidades locais de prestar serviços de turismo e garantir que a modelagem de negócios adequada tenha sido concluída antes dos investimentos.
- Certificar-se de que todo o trabalho relacionado à parceria seja oficialmente contabilizado e reconhecido, incluindo o tempo gasto recrutando parceiros e mantendo a relação com eles.

Quadro 5.5

Capacitação da Resource Africa através de parcerias



O kit de ferramentas para pessoas e parques (à esquerda). O kit de ferramentas sendo aplicado pelos membros da comunidade (à direita).
© Dani Ndebele

Um excelente exemplo de capacitação por meio de parcerias é fornecido pela Resource Africa, uma ONG sediada na África do Sul, financiada pela GIZ (Agência de Cooperação Alemã). A Resource Africa desenvolveu um conjunto de diretrizes de Melhores Práticas para a Gestão de Recursos Naturais baseada na Comunidade” (CBNRM, por seu acrônimo em inglês), com uma proporção significativa de recursos naturais constituindo a base para o turismo de natureza.

Após o Congresso Mundial de Parques da UICN em 2003, o Departamento de Assuntos Ambientais da África do Sul (DEA, por seu acrônimo em inglês) se comprometeu a incentivar e apoiar a melhoria da participação da comunidade na gestão de recursos naturais da área protegida. A capacitação para apoiar as metas de conservação e desenvolvimento comunitário, incluindo o turismo sustentável, foi necessária para criar um ambiente propício ao sucesso do Programa de Pessoas e Parques da DEA.

O DEA e a Resource Africa obtiveram financiamento do National Lotteries Distribution Trust Board. Essa parceria permitiu à Resource Africa adotar uma abordagem em três frentes para capacitação: (i) o desenvolvimento de um novo Kit de ferramentas para Pessoas e Parques ; (ii) um Programa de Divulgação Teatral usando artes para o ensino das diretrizes CBNRM; e (iii) uma avaliação intensiva de habilidades identificando lacunas de aprendizado que impedem as empresas locais de participarem da economia da área protegida. Um projeto de três anos trabalhou com 30 áreas protegidas em todo o país e envolveu mais de 1.400 pessoas. Este é um bom exemplo de uma parceria entre um programa governamental que determina as prioridades da gestão de recursos do país, iniciada por um doador que compartilha a mesma visão, e implementado por uma ONG especializada em prover a educação e o treinamento em nível local. Essas abordagens únicas de ensino já foram institucionalizadas, e a Southern African Wildlife College realiza cursos CBNRM credenciados para os alunos.

Fonte: <http://www.resourceafrica.org/directory/background.html>

Quadro 5.6

Parcerias para a gestão do turismo: um estudo de caso do Serviço Florestal dos EUA



A Friends of Marble Creek Campground é uma organização voluntária que se formou para manter uma área de camping na Mark Twain National Forest (EUA), que foi desativada em 2006. © Erin Seekamp

O Serviço Florestal dos EUA (USFS, por seu acrônimo em inglês) administra a maior parte das terras públicas dos EUA (155 florestas nacionais e 20 pastagens). Parte da terra do USFS são administradas como áreas protegidas, que geram uma variedade de benefícios, incluindo conservação da biodiversidade, recreação ao ar livre e paisagens, e são populares para o turismo. Nos últimos anos, o orçamento e as restrições de pessoal, juntamente com o desejo de expandir o engajamento público no manejo florestal, resultaram em maior dependência dos parceiros, expandindo de atividades de apoio para tarefas mais críticas. O USFS contratou coordenadores de parcerias e coordenadores de voluntários em todos os níveis, e a agência desenvolveu um Escritório Nacional de Parcerias em 2003 para disseminar diretrizes de parceria, ferramentas e técnicas, além de informações sobre políticas para o pessoal da agência.

Apesar deste compromisso institucional para melhorar a cultura de parceria da agência, um estudo recente destacou que o nível de apoio administrativo para a realização de parcerias variou entre florestas nacionais e distritos florestais. A iniciativa individual dos funcionários muitas vezes impulsiona a consolidação do trabalho de parceria. O estudo descobriu que as motivações para trabalhar com parcerias incluem: comprometimento, construir a confiança da agência, considerar um dever de uma agência pública de gestão de terras, sentimentos de realização pessoal e muito mais. Estes resultados sugerem que a contratação estratégica de indivíduos com tais motivações e iniciativa própria será vantajosa.

Diferentes atitudes e motivações entre comunidades locais levaram a equipe do USFS a utilizar diferentes abordagens de parceria. Alguns distritos florestais próximos a locais com uma alta proporção de voluntários (que incluem áreas urbanas e áreas com diferentes serviços e altas taxas de turismo e propriedade de segunda moradia) formaram uma organização "guarda-chuva" que treina e envolve voluntários interessados em projetos. Outros distritos florestais, muitas vezes em áreas rurais com baixas taxas de turismo e de propriedade de segundas residências, optaram estrategicamente pela parceria principalmente com grupos mais organizados para agilizar o esforço da agência e o impacto da parceria.

Uma mensagem fundamental para os gestores de turismo nas instituições governamentais e no setor privado que estão considerando alavancar recursos limitados por meio do desenvolvimento de parcerias é garantir que o trabalho relacionado à parceria - incluindo não apenas o treinamento e o tempo dispendido trabalhando com parceiros, mas também o recrutamento e a manutenção dessa relação - seja ativamente contabilizado, em termos de deveres profissionais e recompensado por incentivos e reconhecimento. Isso ajudará a justificar esse tipo de trabalho, pois é dispendioso em termos de tempo e esforço dos funcionários.

Fontes: Seekamp e Cervený 2010; Seekamp, et al., 2011; McCreary, et al., 2012; Seekamp, et al., 2013

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Certifique-se de que todo o trabalho relacionado à parceria seja oficialmente contabilizado e reconhecido, incluindo o tempo gasto recrutando parceiros e mantendo relacionamentos com eles.

Gestão das receitas e custos do turismo para alcançar os benefícios de conservação

6



6.1 O déficit de financiamento para a conservação da biodiversidade

O objetivo primordial de qualquer área protegida é a conservação da biodiversidade. O turismo, quando for apropriado, pode ajudar áreas protegidas em atividades de financiamento para alcançar este objetivo. Este capítulo descreve a crescente necessidade de áreas protegidas irem além das fontes de financiamento tradicionais para alcançar suas metas de conservação, e como a receita do turismo pode ser gerada a partir de áreas protegidas. Destaca o leque de opções disponíveis e como elas são aplicadas, além de apresentar experiências relevantes de especialistas da área. Enfatiza que o turismo é uma opção entre uma gama de possíveis mecanismos de financiamento disponíveis para as instituições responsáveis pelas áreas protegidas. Várias considerações na geração e gestão de receitas provenientes da prestação de serviços de turismo são discutidas. Em seguida, são analisadas opções para gerar receita diretamente do turismo no nível do local, juntamente com iniciativas de redução de custos que geram maiores ganhos de eficiência para áreas protegidas, ajudando a reduzir suas necessidades de financiamento. O capítulo termina com uma discussão sobre os benefícios econômicos mais amplos do turismo.

Os baixos níveis de financiamento para a conservação da biodiversidade e gestão de áreas protegidas são uma preocupação universal (UNEP - WCMC e IUCN, 2016). Cada vez mais, as instituições responsáveis pelas áreas protegidas não têm fundos suficientes para apoiar atividades de manejo e a maioria dos governos não financia totalmente as áreas protegidas (Buckley, 2003b; Eagles, et al., 2012; Mitchell et al., 2013; Weaver e Lawton, 2017). Muitas áreas protegidas

ainda dependem fortemente das alocações orçamentárias do governo (Bovarnick, et al., 2010), e mesmo em países desenvolvidos, os orçamentos das áreas protegidas estão sob pressão à medida que os governos reduzem o financiamento para equilibrar as contas nacionais (Parks Forum, 2012). Como resultado, há uma pressão crescente para que os sistemas de áreas protegidas fortaleçam os fluxos existentes de receita privada, bem como desenvolvam e diversifiquem novas fontes de renda (Watson et al., 2014). A Figura 6.1 ilustra o escopo do déficit de financiamento para conservação. Enquanto o governo e as fontes de doação tradicionais dominam o atual cenário de financiamento para a conservação, pelo menos o dobro desse montante, combinado com um aumento de vinte a trinta vezes na quantidade de investimentos em conservação do setor privado, é necessário para atingir as metas de conservação.

A necessidade de abordar essa lacuna ajudou a estimular o campo do financiamento para a conservação a desenvolver uma lista cada vez maior de opções para a geração de receita, não apenas a derivada do turismo. A Tabela 6.1 apresenta uma breve tipologia dos tipos de mecanismos disponíveis para o financiamento de áreas protegidas.

O turismo é apenas uma das opções baseadas no mercado para gerar receita, e não fornece automaticamente benefícios tangíveis para a conservação (Quadro 6.1). A diversificação das fontes de receita é importante para assegurar que os orçamentos das áreas protegidas sejam amortecidos em virtude de fatores externos, como uma crise financeira ou outros eventos que inibem o pagamento por parte dos visitantes.

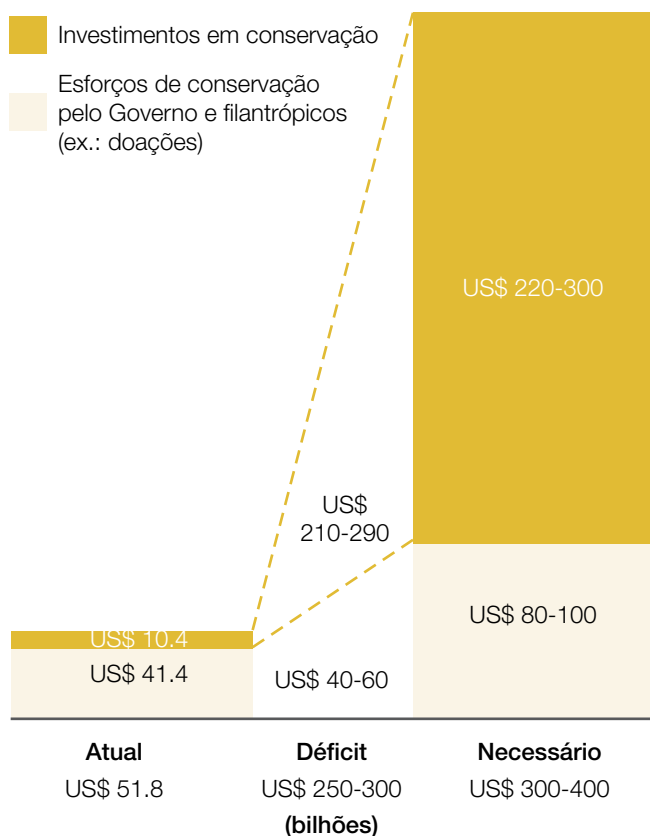
6.2 Gerando receita do turismo a partir de cobrança de taxas

Os mecanismos de financiamento baseados no mercado, como taxas de uso, podem prover os meios para tornar a gestão de áreas protegidas mais eficiente, equitativa e ambientalmente sustentável. Eles podem ajudar a contribuir para o financiamento de áreas protegidas (Tabela 6.2, p. 76). Muitos países (por exemplo, Canadá, África do Sul) diversificaram seu financiamento de áreas protegidas ao começar a cobrar taxas dos visitantes, operadores turísticos e investidores pelo uso de serviços e instalações (van Sickle e Eagles, 1998; Spenceley, 2004). Em geral, essa mudança foi causada por alterações nas prioridades do governo para o uso de fundos públicos (Spenceley, et al., 2017a). As taxas dos usuários fornecem um mecanismo para que as autoridades de áreas protegidas captem alguns benefícios financeiros do turismo, que geralmente se aplicam principalmente ao setor privado, e que podem ser usados para gerenciar locais com um alto uso ou restaurar áreas danificadas (Kibira, 2014), como também para a administração geral. No entanto, a maioria das áreas protegidas precisa de um leque de fontes de financiamento e as taxas de turismo devem ser utilizadas para complementar e não substituir os orçamentos essenciais do governo.

As receitas geradas pelo turismo podem ser combinadas com dinheiro de outras fontes para financiar atividades, incluindo:

- Manutenção e desenvolvimento de infraestrutura (por exemplo, estradas, trilhas, instalações sanitárias, sinalização, etc.);
- Repartição dos benefícios com a comunidade (por exemplo, infraestrutura social, saúde, educação e água);

Figura 6.1. Preenchendo a lacuna financeira de conservação



Fonte: Adaptado de Huwylar, et al., 2014

Tabela 6.1. Mecanismos de financiamento para áreas protegidas

1. Fluxos externos	2. Mecanismos baseados no mercado	3. Mecanismos de economia de custos
<ul style="list-style-type: none"> • Orçamentos governamentais • Subvenções bilaterais / multilaterais de doadores • Fundos fiduciários ambientais • Empresa de biodiversidade ou fundos de apoio ao financiamento empresarial • Impostos e subsídios destinados ao meio ambiente • Multas ambientais • Transferências fiscais entre setores • Deduções fiscais para doações • Doações individuais • Doações corporativas 	2a. Receitas de turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Cogestão com setor, privado, organizações ou comunidades • Parcerias entre as esferas pública e privada • Colaboração de instituições atividades específicas • Voluntários e estagiários
	<ul style="list-style-type: none"> • Taxas de inscrição • Taxas de concessão • Taxas de atividade • Taxas de turismo • Taxa de Leito (hospedagem) • Taxas de atracação e desembarque 	
	2b. Extração de recursos	
	<ul style="list-style-type: none"> • Silvicultura e produtos de madeira • Bioprospecção • Pesca • Biossegurança • Taxas de caça • Agricultura 	
	2c. Serviços ecossistêmicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Carbono • Qualidade da água • Regulação do fluxo de água 		
	2d. Compensações da biodiversidade	
	<ul style="list-style-type: none"> • Maricultura • Petróleo/gás • Infraestrutura 	

Fonte: Rylance e Barois, 2016

Quadro 6.1

Vinculando gastos com turismo a resultados de conservação

Um desafio recorrente enfrentado pelas áreas protegidas, especialmente aquelas administradas por órgãos governamentais, é que as receitas geradas pelo turismo nem sempre vão diretamente para as atividades de manejo de áreas protegidas. Em alguns casos, as autoridades governamentais dependentes do orçamento geram receita que é devolvida a um orçamento consolidado do governo. Em outros casos, apenas uma proporção da receita gerada é devolvida às áreas protegidas, ou é retida nos processos de contabilidade e orçamento do governo, afetando a eficácia da gestão. Antes de se envolver no desenvolvimento do turismo em uma área protegida, certifique-se de que os arranjos de governança que envolvem precificação, coleta, divulgação e retenção de receita sejam claros. Turistas e operadores de turismo privados estão mais dispostos a pagar se ficar claro como suas contribuições afetarão diretamente a conservação da biodiversidade. Além disso, as comunidades são mais propensas a apoiar o turismo se forem capazes de observar a conexão tangível entre a visitação e os melhores impactos econômicos e sociais.



Cartazes do Patrimônio Mundial de Vale de Mai (Seychelles), divulgando como as taxas de ingresso também ajudam a apoiar a conservação do Patrimônio Mundial de Aldabra. © Andrew Rylance

Tabela 6.2. Tipos e valores de diferentes taxas de usos de turismo para SANParks (África do Sul)

Fonte de receita	Valor em moeda local (ZAR) (ano encerrado em março de 2012) (milhares)	Equivalente a US\$ (000s)	% da receita total do turismo
Atividades de comércio da SANParks	147.600	19.021	16,4%
Lojas e restaurante	27.190	3.504	3,0%
Posto de Gasolina	120.411	15.517	13,4%
Turismo	452.930	58.369	50,5%
Hospedagem	381.771	49.199	42,5%
Autorização para caças	30.277	3.902	3,4%
Trilhas guiadas	24.550	3.164	2,7%
Outras atividades relacionadas ao turismo	16.332	2.105	1,8%
Concessões de turismo	66.636	8.587	7,4%
Aluguel de instalações em restaurantes e varejo	25.758	3.319	2,9%
Taxas de concessão de hospedagem	40.878	5.268	4,6%
Taxa de conservação e taxas de ingresso	214.044	27.584	23,9%
Receita 'Wild Card' (taxa de entrada anual)	25.356	3.268	2,8%
Taxa de conservação	184.696	23.802	20,6%
taxas de ingresso	3.992	514	0,4%
Outros	16.198	2.087	1,8%
Aluguel recebido	10.915	1.407	1,2%
Serviços prestados (ex.: serviços técnicos)	5.283	681	0,6%
TOTAL	897.408	115.649	

Fonte: Adaptado de SANParks, 2012

Quadro 6.2

Usando um evento de recreação para promover uma área protegida transfronteiriça: Desert Knights (Namíbia)

O Desert Knights é um evento de sete dias que combina mountain bike noturno e um dia de canoagem no Parque Transfronteiriço |Ai| Ais- Richtersveld da Namíbia. O evento foi projetado para promover atividades de turismo transfronteiriço em áreas de conservação transfronteiriças. O Ministério do Meio Ambiente e Turismo da Namíbia iniciou um processo de abertura de concessões em 2011 em nome do Comitê Gestor Conjunto (JMB, por seu acrônimo em inglês). No entanto, como o evento não tinha um histórico no mercado e os custos operacionais eram desconhecidos, os operadores privados não estavam dispostos a aceitar taxas mínimas fixas. Desde então, a Namibia Wildlife Resorts, a paraestatal da Namíbia responsável pela gestão do turismo em áreas protegidas, foi encarregada pelo JMB a operar o evento em seu nome. O evento foi testado durante dois anos, 2011 e 2012, onde a logística e a demanda do mercado foram testadas, e jornalistas e operadores foram convidados a participar e traçar o perfil do evento. Para a edição de 2014, 100 turistas se inscreveram no período de 2 semanas de abertura de reservas, e a partir de 2015, dois eventos serão realizados a cada ano. Esses eventos foram motivados pelo desejo de promover áreas de conservação transfronteiriças para turistas e operadores turísticos, ao invés de gerar receita.



Fonte: Spenceley, 2014b

- Gestão da conservação em geral, ou em áreas onde o turismo ocorre e a manutenção do habitat é prioritária; e
- Marketing e promoção de destino.

Em uma área de conservação transfronteiriça no sul da África, corridas anuais de aventura (por exemplo, Desert Knights, Tour de Tuli, Tour de Pafuri) foram usadas principalmente para aumentar as possibilidades desses destinos, em vez de gerar receita (consulte o quadro 6.2). Mais informações sobre o turismo transfronteiriço podem ser encontradas nas

Diretrizes de Melhores Práticas da UICN sobre Conservação Transfronteiriça (Vasilijevic, et al., 2015).

Um exemplo de como as taxas de turismo podem ser utilizadas efetivamente para a gestão da conservação na Mongólia é fornecido no Quadro 6.3. Mais adiante neste capítulo, outro exemplo da Namíbia será apresentado, no qual um mecanismo eficiente de repartição de benefícios é estabelecido para apoiar as iniciativas de desenvolvimento da comunidade através de financiamento gerado a partir de uma instalação de hospedagem turística.

Quadro 6.3

Usando o turismo para ajudar a financiar a gestão de áreas protegidas: Parque Nacional de Hustai (Mongólia)



Os cavalos de Przewalski no Parque Nacional Hustai (Esquerda). Um acampamento turístico com instalações de apoio movidas a energia solar (direita). © Dashpurev Tserendeleg

Localizado a 95 km da capital Ulaanbaatar, o Parque Nacional de Hustai (PNH) é uma das 99 áreas protegidas da Mongólia e uma Reserva da Biosfera da UNESCO. O PNH foi designado como Área Especialmente Protegida pelo governo da Mongólia em 1993, após uma tentativa de reintroduzir o cavalo de Przewalski (*Equus przewalskii*), também conhecido como takhi, na área. O cavalo de Przewalski é o único cavalo selvagem vivo e foi considerado extinto na natureza na década de 1960. PNH agora abriga uma população de mais de 340 cavalos livres, a maior em uma área no mundo.

Em 2003, o Hustai National Park Trust (HNPT), uma ONG de conservação, firmou um acordo com o governo da Mongólia para assumir responsabilidades de gestão do PNH, tornando-se o único Parque Nacional na Mongólia gerenciado por uma ONG. O PNH nunca foi financiado com fundos do governo estadual; mais de 80% da receita total do parque é gerada a partir do turismo. As fontes de receitas turísticas incluem ingressos e hospedagem, passeios a cavalo e souvenirs. Os outros 20% da receita são gerados a partir de atividades de pesquisa, incluindo o voluntariado e os estágios de estudantes, bem como doações e juros de empréstimo em condições favoráveis. Empréstimos bonificados são distribuídos aos indivíduos que vivem na zona de amortecimento do PNH para incentivar os fazendeiros locais a iniciarem empreendimentos que gerem renda além da pecuária tradicional, como operações de turismo baseadas na comunidade, horticultura e fabricação de feltro.

Este modelo também resultou em um lucro líquido para o parque, que indiretamente ajudou a apoiar o sucesso das atividades centrais de conservação do HNPT. Por exemplo, o monitoramento da vida silvestre indica um número crescente de espécies-chave no parque, demonstrando sucesso em programas de combate à caça ilegal e de reintrodução de cavalos de Przewalski. Um número crescente de espécies de animais selvagens também pode contribuir para a experiência turística em geral. Tecnologias alternativas integradas à infraestrutura turística e ao centro de administração e pesquisa do PNH (por exemplo, painéis solares para instalações de chuveiros térmicos) também contribuem para a economia de custos.

A construção inicial das instalações do parque e do turismo exigiu investimentos significativos, que foram obtidos junto ao governo da Holanda, de uma ONG holandesa e da Fundação para a Preservação e Proteção do Cavalo de Przewalski. No entanto, o modelo de financiamento atual, estável e bem-sucedido, permitiu que a administração do parque considerasse melhorias na infraestrutura turística usando materiais ecologicamente corretos, mantendo a capacidade e a qualidade do turismo e aumentando a acessibilidade. Acima de tudo, este caso demonstra como uma ONG conseguiu administrar uma área protegida para gerar renda a partir do turismo e outras atividades e alcançou suas metas orçamentárias.

Fontes: Tserendeleg, 2013; Parque Nacional de Hustai, 2017



Portões de entrada e instalações do serviço de atendimento ao visitante em Zhangjiajie Forest National Park, Patrimônio Mundial de Wulingyuan, China. © Yu-Fai Leung



Placas com as taxas de ingresso no Parque Nacional de Yosemite, EUA. © Yu-Fai Leung

Taxas de ingresso

As taxas de ingresso são cobradas dos visitantes para acessar a área protegida. Podem ser cobradas uma taxa fixa ou escalonadas de acordo com a residência (por exemplo, estrangeiros pagam mais), renda ou algum outro fator. Podem incluir uma taxa de conservação (uma sobretaxa que apoia diretamente a conservação na área protegida) ou passes de acesso para incentivar o retorno do visitante. Os mecanismos pelos quais a taxa é aplicada variam dependendo do país e da dinâmica sociopolítica vigente.

Uma comparação de diferentes níveis de taxas de uso em âmbito internacionais pode ser encontrada na Tabela 6.3. As taxas de ingresso variam de preço e como são cobradas (por exemplo, uma taxa fixa para todos, taxas diferentes, dependendo do local de domicílio do visitante, ou uma taxa relacionada ao meio de locomoção). Os preços podem ser definidos de acordo com a demanda (por exemplo, estabelecida a partir de uma pesquisa de disposição a pagar) ou em um nível para ajudar a atingir as metas de gestão, como limitar a visitação em períodos sensíveis de reprodução ou incentivar a visita de mais moradores locais. Áreas protegidas individuais podem ser capazes de estabelecer sua própria entrada ou outras taxas de uso, ou pode haver taxas que são estabelecidas por regulamentos governamentais nacionais (por exemplo, em Moçambique). Em alguns países, os ingressos são cobrados com um bilhete de temporada que permite a entrada múltipla com desconto para uma área protegida ou para todas as áreas protegidas em todo o país (por exemplo, Wild Card dos Parques Nacionais da África do Sul). Como regra geral, quanto mais complicada a estratégia de preços, mais complicada e demorada será a dinâmica de pagamentos e o sistema de relatórios.

- A decisão de cobrar taxas de ingresso altas, baixas ou mesmo não cobrar depende dos objetivos de

Tabela 6.3. Comparação de taxas de ingresso em áreas protegidas

País	Área protegida	Taxa de entrada (adulto)
Equador	Parque Nacional Galápagos	<ul style="list-style-type: none"> • A taxa depende da idade e nacionalidade; • Internacional: a maioria paga US\$ 100 • Nacionais: US\$ 6
Indonésia	Parque Nacional de Komodo	<ul style="list-style-type: none"> • Internacional: IDR 150.000 por dia (segunda a sábado) (US\$ 11) • Internacional: IDR 225.000 por dia (dom, feriados) (US\$ 16) • Nacionais: IDR5.000 por dia (US\$ 0,4)
África do Sul	Parque Nacional Kruger	<ul style="list-style-type: none"> • Internacional: ZAR328 por dia (US\$ 23) • Regional (SADC): ZAR164 por dia (US\$ 11,5) • Cidadãos / residentes: ZAR82 por dia (US\$ 5,8)
Reino Unido	Parque Nacional Lake District	<ul style="list-style-type: none"> • Grátis
EUA	Parque Nacional Everglades	<ul style="list-style-type: none"> • Veículo particular: US\$ 25 (por 7 dias) • Motocicleta: US\$ 20 (por 7 dias) • Pedestre / ciclista: US\$ 8 (por 7 dias)
Zimbábue	Sítio do Patrimônio Mundial Victoria Falls	<ul style="list-style-type: none"> • Internacional: US\$ 30 • Regional (SADC): US\$ 20 • Residente local: US\$ 7

Fontes:

- Equador: <https://www.galapagosislands.com/travel/transportation/entry-fees.html>. Acesso em 9 de novembro de 2017.
- Indonésia: <http://uberscubakomodo.com/komodo-national-park-fee/>. Acesso em 5 de novembro de 2017.
- África do Sul: <https://www.sanparks.org/parks/kruger/tourism/tariffs.php>. Acessado em 5 de novembro de 2017.
- EUA: <https://www.nps.gov/ever/planyourvisit/fees.htm>. Acessado em 5 de novembro de 2017.
- Zimbábue: <https://victoriafalls24.com/blog/2017/01/23/2015-zimbabwe-national-parks-fees/>. Acessado em 5 de novembro de 2017.

conservação que os gestores de áreas protegidas desejam atingir (Quadro 6.4). A decisão pode ser baseada em: **Recuperação de custos:** Cobrança de taxas para recuperar o custo de implementação da atividade, como o custo da manutenção de uma trilha

- **Geração de 'lucro':** O acúmulo de receita pode ser usado para financiar atividades adicionais de conservação ou uma reserva orçamentária que pode ser utilizada em períodos de crise financeira (por exemplo, desaceleração do turismo) ou quando impactos ecológicos inesperados ocorrem (por exemplo, branqueamento de corais).
- **Financiamento de atividades tradicionais de conservação:** Se as alocações orçamentárias atuais não cobrem as atividades diárias de conservação no local ou como um meio de subsidiar outras áreas protegidas.
- Geração de oportunidades de negócios locais: redução de taxas ou encargos para estimular maior visitação, o que pode trazer mais benefícios para as comunidades locais.
- **Promover o aprendizado:** Utilizar o turismo para promover a conscientização sobre a importância da proteção da natureza.
- **Gestão da visitação:** Taxas mais altas para reduzir o congestionamento e / ou danos ecológicos, o que envolveria taxas suficientemente altas para influenciar o comportamento do visitante (Lindberg, 2001).

Para equilibrar essas diferentes motivações, é importante determinar como os preços das taxas de ingresso contribuem para alcançar as metas de gestão de conservação da área protegida e onde isso não é apropriado. Por exemplo, uma área protegida pode querer limitar o número de turistas

envolvidos em uma determinada atividade devido ao seu impacto relativo. Isso justificaria um preço alto para limitar a demanda. Por outro lado, uma prioridade pode ser encorajar as crianças locais a passar um tempo com suas famílias na natureza, o que justificaria uma taxa mais baixa.

Taxas de atividades turísticas

As taxas diretamente relacionadas com atividades recreativas específicas incluem taxas de serviços (passeios guiados, passeios de caça), autorizações (caminhadas ou es. Estes serviços podem ser cobrados ao invés, da taxa de entrada ou



Visitantes decidindo sobre a viagem com base nas informações mais recentes fornecidas em um centro de visitantes no Yosemite National Park, Califórnia, EUA. © Yu-Fai Leung

Quadro 6.4

Variações nas taxas de ingresso na República Unida da Tanzânia

As três agências de áreas protegidas da República Unida da Tanzânia - a Divisão de Vida Selvagem / Autoridade de Manejo de Vida Silvestre da Tanzânia, os Parques Nacionais da Tanzânia e a Autoridade de Conservação da Cratera de Ngorongoro - têm tabelas de preços muito diferentes. Embora a qualidade das atrações naturais e culturais e o padrão das instalações dos visitantes variem (o que se reflete nos diferentes preços cobrados), o fato de as três agências competirem pelo preço tornou o sistema de taxas uma questão de debate. Os críticos acreditam que deveria existir uma colaboração na definição dos preços para garantir um aumento geral na receita do turismo e para melhor conservar as áreas protegidas no país como um todo

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Realize uma avaliação financeira sistemática da área protegida (ou sistema de áreas protegidas mais amplo) antes de estabelecer as taxas de entrada. Analise as condições atuais, receitas e custos, e use as informações para ponderar diferentes opções para determinar a taxa, como por local de residência, idade ou população do local, ou uma combinação delas.

Categoria	Divisão da Vida Selvagem /TAWA			Taxas TANAPA						NCCA
	Reservas de Caça		WMA	Parques Nacionais						
	S, I, G, M	Outras reservas	All	Ser	Kil	Ar, Ta, Man	Kat	Gomb	Mah	
Adulto não morador	50	30	10	50	70	45	30	100	80	60
Criança não moradora	30	15	5	30	20	15	10	20	20	20
Adulto morador	2.5	1	1	30	35	22.5	15	50	40	7
Criança moradora	1.5	0.5	0	10	10	7.5	5	10	10	

As taxas estão em US \$. Siglas: WMA = Áreas de Manejo da Vida Selvagem, NC = Cratera de Ngorongoro; S = Selous; I = Ilkogoro; G = Grumeti; M = Maswa; Ser = Serengeti; Kil = Kilimanjaro; Ar = Arusha; Ta = Tarangire; Homem = Lago Manyara; Kat = Katavi, Mikumi, Ruaha, Rubondo, Saadani, Kitulo, Mkomazi e Udzungwa; Gomb = Gombe; Mah = Mahale.

Fonte: Spenceley, et al., 2017b

Quadro 6.5

Taxas para observação de Gorilas no Parque Nacional dos Vulcões (Ruanda)

A receita do turismo em Ruanda com as visitas aos gorilas das montanhas no Parque Nacional dos Vulcões é a maior fonte de divisas do país, levantando US \$ 200 milhões anualmente. Além disso, a atividade gerou oportunidades de emprego para as comunidades do entorno do Parque Nacional dos Vulcões. O Quadro 2.1 (Capítulo 2) descreveu brevemente a infinidade de benefícios do turismo relacionado aos gorilas das montanhas. Este quadro se concentra nas permissões e taxas de atividade para o visitante.

Os visitantes estão dispostos a pagar US \$ 1.500 para passar períodos curtos na presença de gorilas, devido à experiência única. Restam apenas cerca de 700 gorilas da montanha em estado selvagem, e apenas 20.000 autorizações de visitantes estão disponíveis por ano. Nesses casos, a receita do turismo e a política geral de preços podem:

- Fornecer fundos importantes para apoiar os esforços de conservação das autoridades da área protegida;
- Regular o volume de visitantes, mantendo a experiência do visitante e evitando perturbações na vida selvagem; e
- Incentivar a população local a valorizar, em vez de explorar, os recursos naturais (por exemplo: caçadores furtivos que se tornaram guias de turismo na região de Vulcões de Virunga, Ruanda).

Fontes: Spenceley, et al., 2010; Nielsen e Spenceley, 2011; Maekawa, et al. 2013; Spenceley, 2014a

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Investigue a disposição a pagar taxas junto aos turistas e operadores turísticos. Utilizar taxas de referência para comparação entre áreas protegidas locais e regionais com atrações semelhantes e que estão competindo pelos mesmos visitantes.

além dela. Em alguns casos, pode ser mais rentável e aceitável para os turistas pagar uma taxa única pelo acesso a um conjunto de atividades, ao invés de diferentes solicitações de pagamentos.

A quantidade de recurso derivada desse tipo de taxa pode ser destinada a melhorar a experiência do visitante, bem como apoiar os objetivos de conservação da área protegida (Quadro 6.5).

Uma avaliação recente constatou que uma das abordagens mais amplamente utilizadas para identificar a definição de taxas de aceitação foi a aplicação de métodos de avaliação contingente com pesquisas de disposição a pagar (DAP), embora as taxas reais sejam influenciadas por outros fatores. Estes estudos buscam identificar se os viajantes estão (i) dispostos a pagar para visitar áreas protegidas, e (ii) estão dispostos a pagar mais do que a taxa estabelecida. Por exemplo, este tipo de estudo identificou que (adaptado de Spenceley, et al., 2017a):

- Na Área de Conservação de Annapurna (Nepal), os visitantes relataram estar dispostos a pagar uma taxa de entrada de US\$ 69, em vez da taxa real de US\$ 27 (Baral, et al., 2008).
- No Parque Nacional de Komodo (Indonésia), os turistas estavam dispostos a pagar mais de dez vezes a taxa de entrada atual (Walpole, et al., 2001).
- No Parque Transfronteiriço de Kgalagadi (Botsuana e África do Sul), um estudo concluiu que as taxas de conservação poderiam ser aumentadas em até 115% (Dikgang e Muchapondwa, 2017).
- No Parque Nacional Marinho de Bonaire (Antilhas Holandesas), a média da disposição a pagar para acesso anual variava de US\$ 61 a US\$ 134, mas a taxa real era de apenas US\$ 10. Previa-se que dobrar a taxa de acesso de US\$10 não iria praticamente causar nenhum impacto nas taxas de visitação (Thur, 2010).

Os turistas são mais propensos a aumentar sua disposição de pagar se estiverem cientes de como suas taxas de uso impactam a conservação. É importante reconhecer a iniciativa de gestores de áreas protegidas que usam pontos de entrada da área ou locais específicos para comunicar como que a taxa de entrada está sendo usada; o local do Parque Nacional de Galápagos (Equador) apresenta um exemplo muito claro e detalhado (<https://www.galapagosislands.com/travel/transportation/entry-fees.html>).

Em resumo, a decisão de introduzir taxas e encargos depende de vários fatores:

- O atual déficit de financiamento que a área protegida enfrenta, para aumentar a proteção da biodiversidade na área.
- Os objetivos de gestão primordiais do local, para determinar a adequação de cada taxa para atingir seus objetivos.
- A demanda do mercado para aceitar as taxas propostas, dependendo da popularidade e localização do local.
- O ambiente político e social, para determinar o mecanismo e nível mais aceitáveis.
- O atual estágio de desenvolvimento do local, bem como a capacidade de desenvolver, implementar e monitorar o impacto das iniciativas.

6.3 Geração de receita de turismo por meio de concessões

Parcerias e concessões

Parcerias entre as esferas pública e privada são acordos formais entre a instituição responsável pela área protegida e o setor privado em que o parceiro privado é capaz de entregar

Table 6.4. Como concessões são categorizadas e processadas na Nova Zelândia

Concessão	Definição	Processo	Exemplos
Permissão	Outorgado por 10 anos, com base na atividade	Geralmente não notificado, de 5 a 45 dias úteis para simples aplicações (até 65 dias úteis para casos complexos)	Guia (inclui caminhada, caminhada, escalada, caça, pesca, ciclismo, caiaque e canoagem)
Licença	Outorgado por 10 anos não notificados, ou 30 anos notificados *	Tanto a abordagem de não notificado como a abordagem notificado (abaixo) se aplica	Alugar um prédio de propriedade pública e contratar equipamentos de recreação
Concessão (Lease)	Outorgado por 30 anos; envolve um interesse ou uso exclusivo da terra	Notificado: 85 dias úteis se nenhum pedido for recebido (até 140 dias úteis se os pedidos forem recebidos, mas sem audiência, ou 160 dias úteis se os pedidos forem recebidos e houver audiência)	Estruturas fixas, tais como hotéis edifícios, aeroportos, cafés, bungee-jumping, instalações de telecomunicações.
Servidão	Até 30 anos de serviços ou acesso	Pode ser notificado ou não notificado	Estradas, água e esgoto, linhas de telecomunicações

* Na Nova Zelândia, 'notificado' significa que a intenção do Departamento de Conservação de conceder uma concessão deve ser anunciada em jornais locais ou nacionais, e o público tem o direito de fazer apresentações e pode solicitar o direito de opinar sobre as submissões em uma audiência.



O ponto de partida de uma trilha subaquática de mergulho com informações turísticas publicadas no Trunk Bay, St John, Ilhas Virgens, Ilhas Virgens. © Yu-Fai Leung



Piers no Flamingo Visitor Center no Everglades National Park, EUA, onde começam muitos passeios de barco guiados e auto guiados. © Yu-Fai Leung

um determinado produto ou serviço turístico com maior qualidade e eficiência, permitindo que os gestores de áreas protegidas se concentrem em suas funções principais. O “setor privado” pode ser uma empresa comercial, uma ONG ou uma organização comunitária. As concessões são um tipo de parceria e funcionam como um instrumento importante de envolver o setor privado na conservação de áreas protegidas (Thompson, et al., 2014).

Esses acordos legais estipulam os principais termos e condições, como duração, tipo de operação, condições ambientais e taxas sob as quais a empresa deve operar (Spenceley, et al., 2017b). As taxas de concessão são um tipo de taxa de uso porque as concessionárias estão pagando pelo direito exclusivo de usar a área protegida para realizar negócios. Uma concessão pode envolver o fornecimento de serviços como hospedagem, alimentação e bebidas, atividades recreativas, programas educacionais e interpretativos e produtos de conveniência (Eagles, et al., 2009).

As concessionárias podem oferecer várias ferramentas para ajudar as agências de parques a gerenciar o turismo de forma apropriada e atingir suas metas de conservação. As taxas de concessão e a receita de aluguel podem contribuir para o financiamento de áreas protegidas, e as concessões bem administradas geram resultados positivos, proporcionando uma experiência de alta qualidade ao visitante. Em alguns

países, as atividades de concessão podem prover um elo vital entre as comunidades locais, o desenvolvimento rural e a conservação. Em outros s, as operações de concessão fornecem receita que ajuda a justificar o investimento na conservação de áreas protegidas (USNPS, 2017a).

Pode ser útil para os órgãos gestores da área protegida delegar concessões ao setor privado quando as empresas que possuem operações de turismo como seu principal negócio, estão em posição de assumir os riscos e responsabilidades e, em comparação com o órgão gestor da área protegida, têm:

- Mais capacidade para se adaptar facilmente às necessidades e condições de mudanças no mercado;
- Maior flexibilidade nos contratos de trabalho;
- Mais liberdade para inovar e responder rapidamente;
- Mais acesso a capital e outros fundos para infraestrutura;
- Mais liberdade na definição de níveis de preços; e
- Menos restrições burocráticas (Eagles et al., 2009; Buckley, 2010a).

Três documentos chave sobre concessão de turismo para áreas protegidas foram desenvolvidas e são recursos extremamente úteis para qualquer área protegida c: “Concessão de Turismo em Áreas Naturais Protegidas”, do Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (Thompson, et al., 2014); a “Introdução à Concessão de Turismo do Grupo do Banco Mundial: 14 Características de Programas de Sucesso” (Spenceley, et al., 2016); e as “Diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica para Parcerias e Concessões de turismo em Áreas Protegidas (Spenceley et al., 2017b).

Há uma variedade de taxas e tipos de pagamento que podem ser direcionados à uma concessionária, incluindo taxas de uso, títulos de desempenho, taxas de manutenção e multas por violações. Entre essas, as taxas de uso (outorga) da concessionária são a principal ferramenta geradora de receita. Elas são comumente utilizadas e podem ser projetadas como uma taxa fixa. Esta é a maneira mais fácil de cobrar uma concessionária porque a alternativa, uma taxa variável baseada em ganhos, significa rastrear e calcular lucros, renda e número de turistas, o que pode ser difícil. O risco para uma concessionária com o uso de uma taxa fixa é que ela deve ser paga, tendo lucro ou não. Por outro lado, a concessionária pode estar aumentando seus negócios constantemente, enquanto a taxa anual permanece a mesma - bom para as empresas, mas não para o órgão gestor

Não é incomum que as concessionárias tenham um lucro significativo, enquanto os órgãos gestores de áreas protegidas recebem muito pouco pelas taxas cobradas. As concessionárias também podem pagar uma parte de suas receitas líquidas, além de uma taxa fixa reduzida para diminuir parte do risco envolvido para ambas as partes (Wyman, et al., 2011). O Quadro 6.6 apresenta um exemplo de como os contratos de concessão são administrados nos Parques Nacionais da África do Sul.

Além das principais questões comerciais associadas às concessões de parques, os impactos na economia local podem ser consideráveis em relação à participação nos lucros, ao envolvimento comercial local e ao emprego:

- Divisão de lucros com a comunidade: os planos de gestão e os contratos de concessão podem especificar quaisquer opções de divisão de lucros entre comunidades locais e concessionários privados (Spenceley, 2014a).
- Envolvimento empresarial local: os processos de contratação de concessão podem conferir o status de “licitante preferencial” às empresas locais. Além disso, as concessionárias podem ser incentivadas a apoiar empresas

Quadro 6.6

Contratos de concessão de turismo em parques nacionais sul-africanos

Na África do Sul, as concessões permitem que operadores privados construam e operem instalações turísticas dentro dos parques nacionais por meio de um contrato. A concessionária paga a utilização de uma área definida, além de quaisquer construções existentes por um período especificado (geralmente 20 anos). Nos casos em que as instalações de hospedagem já existem, a concessionária assume o local, ou faz uma reforma. Mas também constrói novas instalações para atender às suas finalidades. Para garantir esses direitos de utilização da área e o uso comercial de instalações, há um conjunto de obrigações por parte da concessionária em termos financeiros, de gestão ambiental, objetivos sociais, empoderamento e outros fatores. A violação destes requisitos implica em sanções em virtude de obrigações de desempenho e, em última análise, rescisão do contrato com os ativos revertidos para a SANParks (a paraestatal responsável pelos parques nacionais).

A taxa de concessão anual é maior considerando (i) um aluguel mínimo conforme determinado pelo acordo para o ano de concessão, ou (ii) uma taxa de concessão anual calculada com base no percentual de oferta de receita bruta para o ano de concessão. No final do contrato, a concessionária cede a área de concessão, todos os ativos físicos e todos os outros direitos ou interesses da SANParks sem nenhum custo.

Os benefícios do acordo incluem que o SANParks pode atrair capital, alavancar habilidades de negócios do setor privado, transferir riscos de negócios para o setor privado, criar empregos e melhorar a imagem do SANParks fazendo bom uso de seus recursos. Alguns dos desafios incluem a atuação de concessionárias inexperientes, mas que tiveram seus contratos mantidos conforme previsão inicial. Aumentar a ponderação relativa da capacidade técnica de desempenho ajuda a evitar a indicação de operadores inadequados.

Fontes: Varghese, 2008; SANParks, 2012



Funcionário do parque nacional atende turistas em um centro de visitante e em uma loja do Parque Nacional Virgn Islands, EU Virgn Islands. © Yu-Fai Leung

locais e fortalecer a oferta e as cadeias produtivas locais (Spenceley, 2014a).

- Emprego da comunidade local: os órgãos gestores das áreas protegidas podem exigir que as concessionárias empreguem membros das comunidades locais ou até contratem as comunidades locais como um todo para administrar a concessão (Wyman, et al., 2011).

As concessões são geralmente supervisionadas por um pequeno grupo de funcionários especializados em gestão de áreas protegidas que compreendem as operações de turismo comercial e que trabalham com o pessoal de operações e tomadores de decisões da área para administrar e conceder oportunidades de concessão. A gestão e a disponibilização de oportunidades de concessão podem exigir uma quantidade significativa de tempo da equipe. A Tabela

6.5 demonstra a escala e o escopo de trabalho associado à concessão, em relação à renda que geram.

6.4 Gerando receita de turismo a partir de doações

Doações individuais e empresariais

Turistas em áreas protegidas são potencialmente um grande grupo de doadores para conservação. Uma das maneiras pelas quais os gestores podem facilitar isso é permitir que os turistas doem recursos para uma causa específica (ou seja, um projeto de conservação) ou para proteger uma espécie específica; em ambos os casos, os doadores normalmente recebem feedback regular sobre a mudança que sua contribuição gerou.

Tabela 6.5. Exemplos de escala de concessão e escopo em cinco países

Características	País / Agência				
	Serviço Nacional de Parques dos EUA	Parques Canadá	Departamento de Conservação da Nova Zelândia	Namíbia	Autoridade de Parques Marinhos da Grande Barreira de Corais (Austrália)
Número de concessões	600 contratos e mais 6.000 autorizações de uso comercial	2.752 concessões, autorizações, licenças comerciais	3700, das quais 43% são relacionadas a negócios	45	940 (aprox.) permissões de turismo
Receitas de concessões	US \$ 60 milhões	CAD \$ 8,2 milhões (US \$ 6,7 milhões)	NZ \$ 14,3 milhões (US \$ 10,5 milhões) (de turismo e outras concessões)	N419 milhões	AU\$ 8 million (US\$ 6.4 million) (aproximate) through an environmental management charge
Número de funcionários administrando as concessões (equivalente em tempo integral)	200 (40 no escritório central)	30	25	3	22
Período para a viabilização de pequenas concessões	2 anos (excluindo alterações no plano)	3-6 meses	65 dias (2 meses)	3-12 meses	8-10 semanas; quatro meses para executar um procedimento de manifestação de interesse (PMI)
Período para a viabilização de grandes concessões	2 anos (excluindo alterações no plano)	Esforço de 60 dias (não contínuo)	160 dias úteis (5 meses)	12-24 meses	A aprovação de grandes projetos, pode levar consideravelmente mais tempo
Estrutura (centralizada ou descentralizada)	Centralizado com mais de US \$ 3 milhões	Leilão	Centros de processamento regionalizados	Centralizado	Pedido por hora de chegada; oportunidades limitadas através de (PMI)
Mecanismo de alocação	Leilão	Centralizado para questões de grande escala, descentralizado para concessões menores e para gerenciamento de relacionamento e monitoramento	Recibo de candidatos a partir do setor privado	Prêmio direto às comunidades, licitação, leilão e diretamente com os candidatos	Processamento centralizado e gerenciamento de contratos; conformidade por meio de pessoal de campo

Fontes: Adaptado de Thompson, 2009; Thompson, 2014

Em 2003, o governo das Maldivas estabeleceu o Projeto Atol Ecosystem Conservation (AEC) (com apoio do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e do Global Environment Facility) para declarar o Atol de Baa de 1.200 km² como a primeira Reserva de Biosfera da UNESCO. O projeto AEC estabeleceu um fundo para a gestão da reserva da biosfera. A maioria dos resorts turísticos no Atol de Baa prometeu uma contribuição anual para ajudar a apoiar projetos que promovam a conservação ambiental e oportunidades de subsistência sustentáveis por meio de práticas de contratação. Além disso, uma parte da receita gerada por atividades dependentes do ecossistema, como turismo de mergulho, permissões de acesso de visitantes e vendas de lembranças, é canalizada para os esforços de conservação dentro do atol (Ferretti, 2012; MEE-RoM, 2012; VCTS, 2017). Embora este seja um bom exemplo de um programa de doação bem planejado, se o dinheiro de doação for mal administrado, os resultados podem gerar projetos fracassados, corrupção, falta de transparência, promessas não cumpridas e conflitos na comunidade local (Goodwin, et al., 2009; Honey, 2011).

Em alguns países, as empresas podem prover doações que também são dedutíveis nos impostos, e as áreas protegidas podem ser as beneficiárias dessas doações (por exemplo, Goodwin, et al., 2009). Nas Seychelles, a Autoridade de Parques Nacionais das Ilhas Seychelles tem parcerias com várias empresas de turismo que contribuem para a conservação, incluindo financiamento de pesquisadores, coleta e fornecimento de dados de monitoramento biológico e compra de equipamentos (por exemplo, bóias de amarração, sanitários, sinalização) (Spenceley, 2016). As empresas podem doar 0,25% de seus rendimentos tributáveis como pagamento de responsabilidade social corporativa diretamente a uma organização de conservação registrada.

Além disso, os turistas podem canalizar doações para áreas protegidas por meio de empresas de turismo. Por exemplo, no Brasil, a empresa hoteleira Marriott International assinou um contrato em 2008 com o Estado do Amazonas para conservar 1,4 milhão de acres de floresta tropical na Reserva do Juma. A iniciativa ajuda a apoiar o emprego, a educação e a assistência médica para 2.000 moradores na reserva, que por sua vez ajudam a proteger a floresta da agricultura ilegal e da extração de madeira. Os clientes da Marriott são incentivados a doar para o programa através de um site e em hotéis (Goodwin, et al., 2009).

Outro exemplo é o Wilderness Wildlife Trust (WWT), uma organização sem fins lucrativos financiada pela Wilderness Safaris, uma operadora de ecoturismo no sul da África. Uma parte da taxa de safári de cada hóspede é alocada à WWT, e 100% desses fundos vão para projetos aprovados pelo trust. Em 2009, foram criadas unidades de pesquisa em Botsuana, em torno de três campos para prover apoio logístico, alimentos e manutenção de veículos. Entre 2013 e 2014, cerca de US\$ 411.000 foram gastos em pesquisa e monitoramento da conservação da biodiversidade em Botsuana (Wilderness Holdings, 2014), e os resultados de pesquisas foram compartilhados com o departamento de vida selvagem do governo para informar a tomada de decisões sobre conservação no Delta do Okavango (Spenceley e Snyman, 2017).

6.5 Iniciativas de economia e eficiência

Esta seção destaca as opções em que o turismo pode suportar a redução de custos ou a melhoria das ações de gestão.

Contratação de gestão de turismo

Nem toda área protegida pode - ou deve - operar seu próprio programa de turismo. De fato, em alguns casos, pode ser mais eficiente para o órgão gestor da área protegida utilizar concessões, licenças ou permissões de turismo, em vez de fazer a contratação interna das operações (Spenceley, et al., 2017b). Em alguns casos, outras circunstâncias além das restrições legais podem direcionar as operações de turismo a outra entidade. Nessas situações, é comum que as operações sejam terceirizadas.

A terceirização para uma empresa com fins lucrativos, um grupo comunitário ou para uma organização não governamental tem benefícios e desvantagens, assim como fornecimento interno no âmbito do órgão gestor (Spenceley et al., 2017b). Por meio do fornecimento interno, a equipe da área protegida oferece e também financia o serviço. Para que isso aconteça, o órgão gestor precisa funcionar como uma empresa. As instalações e a equipe da área protegida prestam serviços aos visitantes, funcionando como um serviço público (Spenceley, et al., 2017b). Para terceirização, a área protegida contrata um terceiro para entregar um serviço. Isso pode ser preferível quando os órgãos gestores de áreas protegidas não têm o conhecimento necessário para realizar um serviço, ou quando não possuem o financiamento ou as habilidades legais necessárias para fazer a capacitação internamente, a transferência de direitos sobre as terras para outras organizações pode aliviar as agências públicas de limitações de recursos de orçamento, capacidade ou expertise (Eagles, 2002).

As autoridades da área protegida podem usar o diagrama de fluxo na Figura 6.2 para ajudar na tomada de decisões sobre a contratação interna ou a terceirização das operações de turismo.

A complexidade da terceirização requer pessoal qualificado e treinado, considerando capacidade e habilidades suficientes para gerenciar e coordenar vários processos relacionados à concessão (Spenceley, et al., 2017b). Especialistas externos também podem ser consultados para apoiar estudos preparatórios específicos, como especialistas em legislação ou corretores de investimentos. Eles também precisam estabelecer acordos contratuais claros com as entidades contratadas. Um exemplo bem-sucedido de acordo contratual no Peru é ilustrado no Quadro 6.7. Os elementos do contrato que devem ser integrados incluem (Spenceley, et al., 2017b):

- Natureza e escopo dos direitos de concessão (por exemplo, área geográfica, obras, serviços, nível de exclusividade)
- Condições precedentes para entrada em vigor
- Duração do contrato
- Natureza dos interesses de propriedade das partes nos ativos da concessão (por exemplo, direito de usar uma área ou infraestrutura)
- Manutenção de ativos da concessão (manutenção de estradas)
- Taxas a pagar (incluindo o processo de ajustes e revisões)
- Garantias de desempenho (por exemplo, níveis de serviço, ocupações)
- Monitoramento, avaliação, com indicadores-chave de desempenho e padrões de verificação de conformidade do modelo de contrato
- Apólices de seguro
- Limitações de responsabilidade e indenização do órgão gestor

Figura 6.2. Terceirização ou contratação interna: três perguntas-chave para orientar a tomada de decisão

Pergunta 1: O órgão gestor da área protegida possui recurso e pessoal para desenvolver infraestrutura de turismo?	Sim →	Fornecimento interno: A autoridade de PA desenvolve a própria infraestrutura turística
Não →	Terceirização: O órgão gestor procura um parceiro para desenvolvimento	Concessão: O órgão gestor procura um parceiro para investir, desenvolver e operar o local
Pergunta 2: A área protegidas possui infraestrutura, mandato / habilidades / pessoal para gerenciar e manter?	Sim →	Fornecimento interno: O órgão gestor procura um parceiro para investir, desenvolver e operar o local
Não →	Terceirização: O órgão gestor procura um parceiro de gestão	Arrendamento: Contrato com operador externo para uso de instalações / área do parceiro por um período específico
Pergunta 3: A área protegida quer oferecer serviços públicos e possui mandato / habilidades / pessoal para fazê-lo?	Sim →	Fornecimento interno: O órgão gestor oferece viagens e tours por conta própria
Não →	Terceirização: O órgão gestor procura um parceiro de gestão para oferecer viagens e tours	Licença: Contrato com operador externo para uso de instalações / áreas por um período específico Permissão: Acesso fornecido por pouco tempo para acessar a área

- Força Maior (isto é, dano ou destruição devido a forças fora do controle das partes)
- Impactos ambientais durante a construção e operação e instalação
- Atribuir direitos de concessão a terceiros
- Restrições / condições de transferência da concessão
- Restrições / condições em transações com as partes envolvidas
- Contribuições socioeconômicas (por exemplo, equidade local, emprego, aquisições e projetos sociais)
- Mudança na legislação
- Processos de violação e cancelamento
- Disposições para solução de controvérsias
- Circunstâncias que terceiros ou a autoridade de área protegida para assumir a operação, e
- Tributação e outras questões fiscais

Tanto o lado positivo quanto o negativo da contratação devem ser cuidadosamente considerados antes de decidir fazê-lo. Há também a propensão dos governos em apoiar prerrogativas econômicas em detrimento da conservação, e um concessionário ou outro empresário podem desconsiderar os gestores de áreas protegidas e pressionar funcionários de nível mais alto a aprovar a expansão de instalações, obter maior acesso às áreas de uma determinada área protegida ou permitir novas infraestruturas, como estradas. Tais pressões podem ter grandes impactos, distorcendo o orçamento da área protegida e as prioridades de conservação.

Compartilhando serviços com operadores de turismo

Operadores de turismo em áreas protegidas têm interesse em melhorar a eficiência financeira da gestão da área. Eles também incorrem em vários tipos de custos semelhantes aos da equipe de gestão da área protegida.

Portanto, existem oportunidades para compartilhar recursos ou custos para reduzir o preço unitário para cada organização. Exemplos já aplicados em áreas protegidas incluem:

- Uso conjunto de instalações de manutenção de veículos e embarcações, reduzindo os custos fixos de operar uma garagem e empregar mecânicos;
- Alinhar o cronograma de contratação a períodos em que os gestores das áreas protegidas e as operações privadas exigem o mesmo serviço, reduzindo o custo para cada um;
- Realização de treinamentos conjuntos de funcionários sobre temas como turismo e fiscalização;
- Combinação de ordens de compra para obter descontos de economias de escala, o que é especialmente eficiente para áreas protegidas isoladas; e,
- Compartilhar o transporte do pessoal para reduzir os custos de combustível e os impactos ambientais.
- Colaboração baseada em atividades

Pode haver uma série de atividades em que os operadores de turismo estejam dispostos a colaborar com as equipes de áreas protegidas para oferecer um melhor resultado de conservação. Estas podem ser atividades que reforcem o desempenho de gestão das áreas protegidas, melhorando assim a qualidade do produto turístico na área protegida e o potencial sucesso do operador turístico. Exemplos dessa forma de colaboração podem incluir:

- Operadores turísticos que relatam atividades ilegais dentro das áreas protegidas, atuando como uma rede mais ampla de fiscalização;
- Promoção conjunta de atividades especiais de turismo que ocorrem na área protegida, como eventos esportivos; e,
- Desenvolver uma abordagem coletiva para o envolvimento e conscientização da comunidade em torno da contribuição das áreas protegidas para os meios de subsistência locais, ou envolvendo crianças em conservação.

Voluntariado

O “voluntariado” é uma tendência crescente em que os turistas optam por visitar um local específico com o objetivo de contribuir de forma significativa para o destino. Como resultado, várias organizações privadas com fins lucrativos e sem fins lucrativos surgiram oferecendo esse tipo de experiência. As áreas protegidas podem se beneficiar com isso, oferecendo oportunidades para que os voluntários se envolvam em atividades de conservação, seja por pagamento de uma taxa ou gratuitamente, como uma maneira de apoiar a equipe (para mais, veja o Capítulo 2).

6.6 Benefícios econômicos mais amplos e sua ligação com resultados de conservação

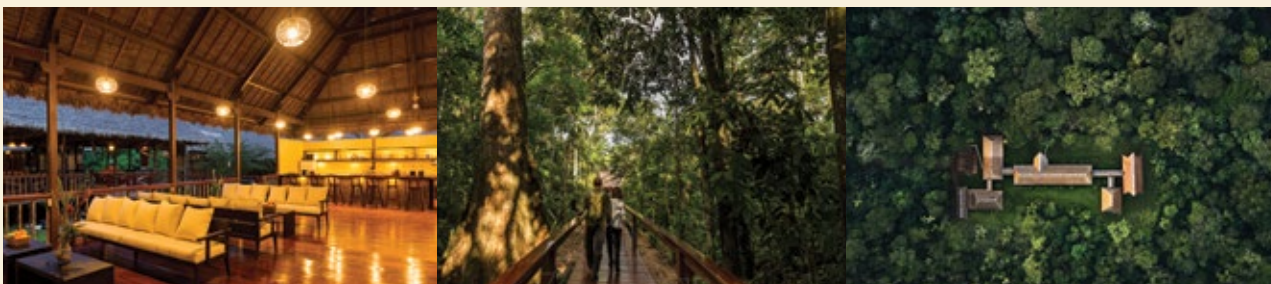
Finalmente, embora não seja especificamente uma opção geradora de receita ou de redução de custos, os benefícios econômicos mais amplos criados pelo turismo são uma consideração importante porque, em última análise, esses benefícios - se reconhecidos como provenientes de áreas protegidas - podem se traduzir em maior apoio público à conservação. Em áreas com alternativas econômicas limitadas, o

Quadro 6.7

Contratação bem-sucedida de turismo: Centro de Pesquisas Tambopata e Reserva Nacional de Tambopata (Peru)

A parceria entre o operador turístico Rainforest Expeditions, o Tambopata Research Center (TRC) e o Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) do Peru é um exemplo de uma aliança público-privada de sucesso que promove conservação e turismo. Um contrato de concessão de ecoturismo foi assinado entre a Rainforest Expeditions e o SERNANP em 2006 para acesso e uso de uma pequena área da Reserva Nacional de Tambopata, no sudeste do Peru, na selva amazônica. Este contrato é renovável a cada 20 anos.

Em 1989, Eduardo Nycander e Kurt Holle fundaram a TRC para sediar o ecoturismo e realizar pesquisas de conservação de araras (o Projeto Tambopata Macaw). Em 1992, eles fundaram a empresa de ecoturismo com fins lucrativos Rainforest Expeditions; A TRC foi seu primeiro lodge. Atualmente, a empresa possui mais dois lodges, um deles operado com uma comunidade local.



Centro de Pesquisas Tambopata. © Rainforest Expeditions

O TRC é uma hospedaria com dezoito quartos. Foi construído para acomodar turistas e pesquisadores e proteger a área usada por várias espécies de araras, que é o maior local conhecido do gênero. A hospedaria está localizada em uma área onde se pode ver titis de cabeça escura (*Callicebus moloch*), esquilos (várias espécies), macacos-prego (*Cebus apella*), bugios vermelhos (*Alouatta seniculus*) e macacos-aranha (*Ateles paniscus*), capivaras (*Hydrochoerus capybara*), jacarés (várias espécies), cutias (*Dasyprocta punctata*) e queixadas (*Tayassu pecari*). A infraestrutura e as operações de pequena escala, assim como a presença permanente de pesquisadores e guias naturalistas, fazem do TRC um excelente lugar para apreciar a vida selvagem da Amazônia.

O acordo entre a Rainforest Expeditions e o Estado inclui o seguinte:

- Desenvolvimento de pesquisas científicas e outras publicações: desde a sua criação, a Rainforest Expeditions tem apoiado pesquisas científicas, principalmente relacionadas à espécie Psittacidae (papagaios), apoiando doações para voluntários do Projeto Tambopata Macaw.
- Geração de empregos diretos e indiretos e treinamento: a Rainforest Expeditions prioriza o recrutamento de pessoal de comunidades indígenas na região vizinha de Madre de Dios. A Rainforest Expeditions implementa cursos anuais de treinamento em serviço de limpeza, serviço de restaurante, preparação de alimentos, orientação e organização de skipper, que permitem a melhoria contínua e a especialização nessas áreas.
- Boas práticas ambientais: A Rainforest Expeditions respeita as normas e regulamentos da Reserva Nacional e compromete-se a apoiar sua gestão de conservação.
- Promoção da Reserva Nacional: Ao promover o ecoturismo através da mídia, a Rainforest Expeditions divulga o valor da diversidade biológica e cultural na Região de Madre de Dios e, particularmente, na Reserva Nacional de Tambopata.

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Defina o apoio para práticas sustentáveis e para os objetivos de conservação da área protegida como parte dos contratos com operadores de turismo.

turismo bem gerenciado pode reduzir os problemas decorrentes dos altos níveis de desemprego. Assegurar que a maior proporção possível de receita do turismo permaneça na economia local, e o maior número de oportunidades econômicas relacionadas ao turismo estejam disponíveis preferencialmente para as comunidades locais, são duas maneiras de maximizar os benefícios econômicos mais amplos.

Especificamente na África Austral, gerar benefícios econômicos para as comunidades locais é um pré-requisito para a sustentabilidade das áreas protegidas na África (Hoon, 2004; Musumali, et al., 2007). Vários estudos mostraram que, quando as comunidades se beneficiam do turismo e / ou áreas protegidas, as pessoas têm atitudes mais positivas em relação à estas (Infield, 1988; Gillingham e Lee, 1999; Alexander, 2000; Mehta e Heinen, 2001; Sekhar, 2003) e ao desenvolvimento do turismo (Bauer, 2003; Lepp, 2007; Chandralal, 2010; Snyman, 2014) (Quadro 6.8).

O grau em que as instituições ou áreas protegidas podem e devem depender do turismo como fonte de financiamento da conservação é uma questão importante de debate I. A resposta varia muito por causa da acessibilidade, fatores de mercado e considerações de políticas (Quadro 6.9, próxima página). Por exemplo, para órgãos gestores em países em desenvolvimento, onde a maioria dos visitantes é proveniente de países mais ricos e onde mecanismos práticos

diretos estão disponíveis para cobrar taxas de ingresso ou de atividades, pode ser tanto equitativo quanto eficiente para arcar com alguns custos de gestão de conservação através da cobrança dessas taxas. Nessas situações, no entanto, pode ser irreal esperar que as taxas cubram uma grande parte dos custos. Há um grande número de opções de financiamento não turístico disponíveis, tanto no local como no nível nacional, cuja seleção dependerá do tipo de área protegida e de suas atividades permitidas (ver também o Capítulo 1).

Na África do Sul, o governo exigiu que a agência do parque nacional (SANParks) conseguisse uma proporção crescente de seu orçamento a partir de fontes de turismo, em vez de gastar com o estado (Tabela 6.6). Isto é bom ou ruim? Confiar demais na receita das taxas coloca qualquer área protegida em risco no caso de desaceleração no turismo internacional receptivo. A este respeito, a diversificação de renda é crítica. Além disso, se o orçamento limitados dos órgãos gestores que dependem das taxas de turismo forem utilizadas para financiar a infraestrutura de alto custo para visitantes em algumas áreas protegidas muito visitadas que geram a maior parte da receita, isso poderá reduzir a quantidade de dinheiro dedicada ao gerenciamento de conservação em outras áreas protegidas. As disparidades na quantidade de receita do turismo gerada por algumas áreas protegidas dentro de um país podem ser consideráveis. Como observado anteriormente, em muitos países, a receita das áreas protegidas vai

Quadro 6.8

Compartilhamento comunitário de benefícios econômicos: Damaraland Camp e Terra Conservancy (Namíbia)



Imagens do acampamento de Damaraland, Namíbia. © Wilderness Safaris e Dana Allen

Compartilhar os benefícios econômicos do turismo com as comunidades locais pode ser um grande incentivo para obter seu apoio. A Wilderness Safaris, uma operadora de ecoturismo do setor privado, tem várias parcerias comunitárias de compartilhamento de benefícios em suas operações na África Austral. Um exemplo é uma parceria de joint venture (JVP) entre a Terra Conservancy e o acampamento Damaraland da Wilderness Safaris na Namíbia.

Mais de US\$ 320.000 foram pagos pela Damaraland Camp para a conservação durante o período de 2005-2011. Somente em 2013, mais de US\$ 70.000 foram pagos na forma de taxas de aluguel, serviços de lavanderia e manutenção de estradas. Damaraland Camp emprega 30 pessoas, das quais 77% vêm da conservação. A própria conservação emprega aproximadamente populações locais em administração e gestão, e a equipe temporária de concessionárias na temporada de caça. Os funcionários gastam seus salários na comunidade, resultando em uma importante injeção adicional de dinheiro na economia local.

Fonte: Rylance e Spenceley, 2014

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Desenvolva acordos com as concessionárias para gerar empregos locais, gaste localmente, sempre que possível, e contrate serviços de empresas locais.

Tabela 6.6. Fontes de receita para os Parques Nacionais da África do Sul, 2016

Tipo de receita	ZAR (000s)	US\$ Equivalente (000s)	% da receita
Receita de operações de câmbio			
Turismo, comércio, concessão e outros	1,497,892	95,044	51.6%
Vendas - fauna e flora	48,791	3,096	1.7%
Outras receitas operacionais	37,134	2,356	1.3%
Juros e royalties recebidos	37,189	2,360	1.3%
Receita total de transações de câmbio	1,621,006	102,856	55.8%
Receita de transações não cambiais			
<i>Transferência de receita</i>			
Subvenções governamentais e outros financiamentos	1,265,772	80,315	43.6%
Doações	16,936	1,075	0.6%
Receita total de transações não cambiais	1,282,708	81,390	44.2%
Rendimento total	2,903,714	184,246	100.0%
Câmbio: US\$: ZAR, em 1 de junho de 2016: 15,76			

Fonte: South African National Parks, 2016

para o tesouro central, em vez de permanecer na área protegida para ser utilizada em operações e melhoria das instalações. No entanto, se o financiamento do governo para a gestão da conservação for inadequado, a receita do turismo poderá ser um complemento útil para os orçamentos centrais regulares.

6.7 Melhores práticas

- Realize uma avaliação financeira sistemática da área protegida (ou sistema de áreas protegidas mais amplo) antes de estabelecer as taxas de ingresso. Analise as condições atuais, as entradas e os custos e use as informações para avaliar as diferentes opções para determinar a taxa, como por local de residência, idade ou popularidade do local ou uma combinação delas.
- Investigue a disposição de pagar taxas entre turistas e operadores turísticos para cada taxa de usuário. Utilizar taxas de referência em relação às áreas protegidas locais e regionais com atrações similares que competem pelos mesmos visitantes.
- Defina o apoio a práticas sustentáveis e aos objetivos de conservação da área protegida, como parte dos contratos com operadoras de turismo.
- Desenvolva acordos com as concessionárias para gerar empregos locais, gaste localmente, sempre que possível, e contrate serviços de empresas locais.

Quadro 6,9

Financiamento da gestão do turismo no Parque Nacional de Corbett (Índia)

O Parque Nacional Corbett (CNP) foi fundado em 1936 e é o parque nacional mais antigo do sul da Ásia. Quando o principal programa de conservação de espécies da Índia, Projeto Tigre, foi lançado em 1973, o CNP se tornou uma das primeiras reservas de tigres da Índia. Situado no sopé dos Himalaias, o CNP é conhecido por sua notável beleza paisagística, alta densidade de tigres (*Panthera tigris tigris*) e incrível diversidade avifaunística.



Tigre observado no Parque Nacional Corbett. © Rajiv Bhartari

Dentro do CNP, situado às margens do rio Ramganga, há um renomado chalé florestal de 33 quartos em Dhikala e vários lodges menores em outros locais, como Gairal e Sarpduli. Na ausência de financiamento dedicado para a gestão do turismo, era difícil manter esses lodges.

Em 2001, a administração do parque instituiu uma taxa de limpeza de US\$ 2 por quarto, o que gerou US\$ 20.000 em um ano. No entanto, essa soma ainda era pequena demais para permitir a gestão adequada dos lodges. Em 2005, as taxas de limpeza foram dobradas e estendidas para dormitórios e leitos adicionais, gerando aproximadamente US\$ 75.000 por ano. O uso desses fundos foi regulamentado e destinado a atividades específicas relacionadas ao turismo, como materiais de consumo, mobília, iluminação, combustível, salários e emergências. Em 2009, o CNP recebeu o “Prêmio Melhor Parque Turístico Nacional Amigável da Índia” do Ministério do Turismo da Índia.

De acordo com a Lei da Vida Selvagem (Proteção) indiana de 1972, e as Diretrizes de Ecoturismo emitidas pela Autoridade Nacional de Conservação de Tigres, a CNP estabeleceu a Corbett Tiger Foundation como uma instituição para ajudar na conservação de tigres.

O governo autorizou o uso de receitas de turismo geradas pelo CNP para a recém-criada Fundação Corbett Tiger, que deve receber cerca de US\$ 500.000 por ano. Esses fundos estão sendo usados para o financiamento de proteção, gestão de habitat, gestão do turismo, bem-estar da equipe e atividades de desenvolvimento comunitário. Fundações similares de tigres foram criadas em outras 44 reservas de tigres na Índia.

Fonte: NTCA, 2012; Parque Nacional de Corbett, 2017

O futuro do turismo em áreas protegidas

7



7.1 O turismo pode ajudar a atingir objetivos fundamentais de conservação

Por que o turismo é uma questão tão crítica para os formuladores de políticas e os administradores de áreas protegidas? Em alguns casos, pode gerar impactos negativos que comprometem os valores de conservação das áreas protegidas. No entanto, se o turismo for administrado de forma sustentável, ele fornece um poderoso incentivo para apoiar a conservação da natureza e prover apoio político e financeiro às áreas protegidas.

As experiências dos visitantes são fundamentais para o propósito da maioria das áreas protegidas, e os altos padrões de sustentabilidade podem oferecer excelência em turismo sem comprometer a integridade ecológica, ao mesmo tempo em que geram receitas cruciais. Como foi observado no início, para o turismo em áreas protegidas ser sustentável, ele deverá, em primeiro lugar, contribuir para a conservação da natureza a longo prazo, não apenas de forma breve ou esporádica. O turismo sustentável oferece oportunidades para promover a conservação da natureza e valores culturais associados em áreas protegidas - valores que fazem parte da própria definição do termo.

O objetivo destas Diretrizes é aumentar a compreensão do turismo em áreas protegidas de maneira teórica e prática, com o objetivo de garantir que ele contribua, mas não prejudique, os objetivos primários de conservação das áreas protegidas. Isso nem sempre é uma tarefa fácil - esse é o desafio da sustentabilidade. Este capítulo conclusivo considera brevemente o lugar do turismo sustentável no mundo de hoje, especula sobre algumas tendências futuras para as quais os gestores de áreas protegidas devem se preparar e oferece sugestões sobre como os gestores podem interpretar ou implementar as recomendações contidas neste volume.

7.2 Turismo sustentável atinge a maioria

Do ponto de vista político, a importância do turismo sustentável em áreas protegidas é cada vez mais enfatizada no cenário global (Spenceley, 2017). Por exemplo, em 2014, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução que reconhecia a contribuição do turismo sustentável para a erradicação da pobreza, o desenvolvimento da comunidade e a proteção da biodiversidade (Resolução A / RES / 69/233). No mesmo ano, a Convenção sobre Diversidade Biológica convidou as partes a “capacitem as agências nacionais e subnacionais de parques e áreas protegidas... se engajar em parcerias com a indústria do turismo para contribuir financeiramente e tecnicamente para o estabelecimento, operação e manutenção de áreas protegidas por meio de ferramentas apropriadas, como concessões, parcerias público-privadas..” (CBD, 2014). Também vimos que o turismo sustentável é relevante para vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Além disso, uma das seis ênfases do Quadro de Programas de 10 Anos da Organização Mundial do Turismo é o turismo sustentável, e sua missão é catalisar mudanças nas operações de turismo que promovam a sustentabilidade. Por fim, 2017 foi declarado o Ano Internacional das Nações Unidas para o Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, que enfatizou o papel do turismo em: (i) crescimento econômico sustentável; (ii) inclusão social, emprego e redução da pobreza; (iii) eficiência de recursos, proteção ambiental e mudança climática; (iv) valores culturais, diversidade e patrimônio; e (v) compreensão mútua, paz e segurança (UNWTO, 2018). Todos esses temas estão relacionados à sustentabilidade do turismo e visitação em áreas protegidas e o papel que o turismo pode desempenhar como veículo para promover a conservação da biodiversidade em áreas protegidas (Spenceley, 2017).



Turistas esperando o nascer do sol no Parque Nacional do Monte Nemrut, Turquia. © Mei Yee Yan

7.3 Tendências futuras

Olhando para o futuro, há algumas questões críticas que as agências de conservação da natureza e os gestores de áreas protegidas devem considerar ao identificar, avaliar e gerenciar o turismo em suas áreas protegidas.

Crescimento populacional e aumento do consumo

Com uma crescente população humana global, haverá um aumento na demanda por turismo em áreas protegidas. Embora a visitação às áreas protegidas tenha oscilado em algumas partes do mundo (por exemplo, Canadá e Japão), aumentou de forma constante em muitos outros países (Pergams e Zaradic, 2006; Shultis e More, 2011). Haverá crescentes necessidades de oportunidades de atividades recreativas e físicas perto das cidades onde a maioria das pessoas vive, incluindo o estabelecimento de novas áreas urbanas protegidas (Trzyna, 2014). Por exemplo, o novo Parque Urbano Nacional de Rouge, em Toronto, Canadá, atende especificamente à conservação e recreação da biodiversidade em um contexto metropolitano (Parks Canada, 2013).

Os gestores de áreas protegidas serão pressionados a considerar como será o turismo em um mundo com possivelmente 9 a 10 bilhões de pessoas até 2050, com crescentes demandas de consumo de recursos. Os gestores também serão desafiados por uma questão ética básica: eles devem promover viagens para áreas protegidas remotas em um mundo onde o consumo de energia e materiais está ameaçando exceder - ou talvez em alguns aspectos já excede - limites planetários?

Urbanização

Em um mundo cada vez mais urbanizado, muita preocupação tem sido expressa sobre a possibilidade de os moradores da cidade, e os jovens em geral, se afastarem da natureza (Trzyna, 2014). Muito tem sido escrito sobre esse problema - o "transtorno do déficit da natureza" - e, embora seja um caso muito sério, não se sabe ao certo quão difundido ou profundo ele é (Dickinson, 2013). Em qualquer caso, a urbanização apresenta uma oportunidade de criar o que tem sido chamado de cidades "naturais", onde as áreas protegidas e o espaço verde são infundidos em toda a paisagem urbana. Por exemplo, a cidade-estado de Cingapura - um dos lugares mais densamente povoados do mundo - vem buscando esforços para fundir o desenvolvimento urbano e a natureza desde a década de 1960. Seu lema - "Cingapura: Cidade em um Jardim" - é refletido em uma impressionante rede de trilhas e caminhos que permitem que as pessoas andem, andem de bicicleta e corram entre vários espaços sem deixar áreas com vegetação. Cingapura também integra a natureza em seus espaços verticais. Uma série de prédios altos instalaram telhados verdes e jardins internos para diminuir o acúmulo de calor urbano. Tudo isso faz parte do planejamento consciente de infundir o máximo de natureza possível no ambiente urbano (<http://biophiliccities.org/>). O crescimento das cidades também dá às autoridades de áreas protegidas uma abertura para forjar parcerias potenciais com empresas de tecnologia para criar produtos que incentivem os residentes urbanos a se envolverem com áreas protegidas e seus valores naturais / culturais, tanto física quanto virtualmente.



Infraestrutura turística em um ambiente desafiador dentro do Songshan UNESCO Global Geopark © Yu-Fai Leung

Outras questões demográficas e legais

A estrutura demográfica do mundo está mudando rapidamente, com implicações reais para o turismo sustentável. O rápido crescimento de uma classe média substancial (bem como de uma classe alta) em países populosos como a China e a Índia estão resultando em dezenas de milhões de potenciais turistas internacionais adicionais. Em 2017, por exemplo, a indústria de turismo da Ásia cresceu com a força do aumento da renda dos cidadãos chineses, resultando em um salto nas viagens de lazer. Uma previsão de 2025 para as contribuições diretas do turismo para a economia da região projeta um aumento de quase 6% (Corben, 2017). Em alguns países, o maior reconhecimento dos direitos das mulheres e a ampliação das oportunidades econômicas para mulheres e meninas também estão contribuindo para as fileiras de potenciais viajantes.

Como a renda é distribuída em todo o mundo é, obviamente, um fenômeno complexo, e as generalizações devem ser vistas com cautela. No entanto, um estudo recente projeta que até 2035 uma medida global padrão de desigualdade de renda continuará a declinar, em grande parte por causa do rápido crescimento econômico nas economias emergentes (como Brasil, Rússia, Índia e China), e que haverá "Grandes aumentos no pool potencial de consumidores em todo o mundo, com os maiores ganhos líquidos nas economias emergentes e em desenvolvimento" (Hellebrandt e Mauro 2015: 1). Se isso for verdade, isso terá enormes implicações na quantidade de renda disponível mundialmente que as pessoas podem potencialmente gastar em turismo.



O ecossistema antártico ameaçado pela mudança climática testemunhada pelos turistas que o visitam. © Daniela Cajiao

Quadro 7.1

Turismo e mudanças climáticas nas áreas naturais protegidas do Peru: avaliação de possíveis impactos e diretrizes para adaptação

Conhecido por sua rica história natural e cultural, o Peru atraiu mais de 2,8 milhões de turistas em 2012, gerando mais de US\$ 3,2 bilhões e 1 milhão de empregos. Dentro de suas três regiões geográficas, o Peru contém 80% dos tipos de clima do mundo e 84 das 114 zonas de vida. As projeções do modelo climático criadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas preveem mudanças na temperatura e precipitação médias, bem como no aumento da variabilidade atmosférica, nas próximas décadas. Para o Peru, os potenciais impactos econômicos negativos das mudanças climáticas podem ser da ordem de US\$ 10 bilhões.

Com recursos do governo alemão, o IPACC (Fundo de Investimento Público e Adaptação às Mudanças Climáticas) forneceu recursos para os tomadores de decisões políticas para avaliar os potenciais custos e benefícios dos impactos das mudanças climáticas em setores prioritários e para orientar os critérios de investimento público para adaptação às mudanças climáticas e redução de riscos no Peru. Um dos setores prioritários foi a indústria do turismo associada às 77 áreas protegidas do país. Os riscos identificados nas áreas protegidas incluem impactos na flora e fauna (que são a principal razão para o turismo), aumentos nos vetores de doenças tropicais que afetam a saúde humana, deglaciação em corredores turísticos de alta montanha, variações do nível do mar, danos à infraestrutura de turismo, centros de apoio e escassez de oferta de alimentos.

Em resposta, o IPACC criou diretrizes para projetos de investimento público em áreas protegidas costeiras e marinhas para reduzir a sensibilidade ou aumentar a capacidade de adaptação de recursos e instalações às mudanças climáticas e trazer benefícios sociais positivos. Por exemplo, novas instalações turísticas potencialmente sujeitas a fortes chuvas devem ser construídas em locais afastados de possíveis deslizamentos, reduzindo assim a perspectiva de reparos dispendiosos e ameaças à segurança dos visitantes. Além de proteger a infraestrutura e o planejamento para o desenvolvimento resiliente, as diretrizes também fornecem estratégias de gestão da visitação e recursos. Ao identificar possíveis custos ambientais, sociais e econômicos das mudanças climáticas nas áreas protegidas do Peru, os critérios relevantes para o clima podem ser incorporados ao planejamento e implementação de projetos de investimento público. Essa consideração reduz os danos relacionados às mudanças climáticas, promove a conservação da biodiversidade e protege as economias locais dependentes do turismo de áreas protegidas.

MELHORES PRÁTICAS EM DESTAQUE

Use as melhores projeções climáticas disponíveis e a ciência para fazer recomendações amigáveis aos tomadores de decisão para abordar tendências de grande escala, como as mudanças climáticas.

Fontes: BMUB, 2015; IPACC, 2017

Por outro lado, os Povos Indígenas e tradicionais e as comunidades locais estão afirmando cada vez mais seus direitos e, em alguns lugares, estão obtendo reconhecimento legal da posse da terra; isso também afetará as áreas protegidas e o turismo que ocorre nelas. Exemplos ilustrados nestas Diretrizes incluem a Área Protegida Ni'ihali'Njii (Agência de Pesca) no Território de Yukon, Canadá (Quadro 5.4) e a Área de Conservação Comunitária Thembang Bapu na Índia (Quadro 5.3).

Mudança Climática

Pairando sobre todas essas tendências estão os efeitos da mudança climática global. Muito é incerto, mas uma coisa não é: as mudanças climáticas projetadas afetarão a demanda e as atrações turísticas (Buckley e Foushee, 2012). Prevê-se que a visitação às áreas protegidas mudará à medida que as atrações turísticas mudem em tempo, natureza e qualidade (por exemplo, estações mais curtas para atividades baseadas na neve e ecossistemas alterados para observação da vida selvagem). Como os eventos climáticos extremos induzidos por alterações climáticas aumentam em frequência e intensidade (por exemplo, incêndios catastróficos, inundações, furacões), os danos aos recursos naturais e culturais das áreas protegidas e sua infraestrutura turística provavelmente acontecerão com mais frequência. Um exemplo recente é a devastação severa por furacões ocorrida em 2017 em áreas protegidas e na indústria do turismo em partes do Caribe.

A indústria do turismo em si contribui significativamente para as emissões anuais de gases de efeito estufa, principalmente por meio de transporte, e deve ser um ator fundamental em qualquer estratégia de mitigação das mudanças climáticas (Hall, et al., 2013). As avaliações devem considerar a ampla gama de impactos tanto das viagens internacionais quanto das viagens domésticas de curta distância. Quaisquer estratégias de mitigação que envolvam reduções nas possibilidades de viagem afetarão o turismo em áreas protegidas (Quadro 7.1).

Outros aspectos imponderáveis

Algumas implicações da mudança global são verdadeiramente novas e estão além da nossa capacidade de prever. O terrorismo, por definição, se enquadra nessa categoria.

Os terroristas geralmente visam especificamente turistas e locais turísticos populares (conhecidos como “alvos fáceis”) por razões estratégicas e muitas vezes as vítimas de ataques terroristas incluem turistas. Embora ninguém possa prever infalivelmente quando e onde os terroristas irão atacar, os gestores de áreas protegidas podem incluir estratégias para se defender e responder ao terrorismo em seus planos de segurança (Fagel e Hesterman, 2017). Uma questão mais ampla é como e quanto o terrorismo altera o turismo e viagens em geral. Há evidências conflitantes sobre essas questões, mas está claro que os principais ataques terroristas têm efeitos duradouros sobre as opções de viagens de lazer que as pessoas fazem.

Outra novidade é o surgimento recente e inesperado da “Bucket Lists” ou turismo de “última chance”: viagens com o propósito específico de ver lugares, incluindo áreas protegidas, antes que elas sejam destruídas ou irremediavelmente alteradas pela mudança climática, ou de ver espécies selvagens antes de serem extintas (Muller, et al. 2013). Outra é o futuro incerto do transporte do qual o turismo depende: como as pessoas viajarão para e dentro de áreas protegidas em um mundo pós-combustível fóssil?

O futuro trará novas tecnologias que simplesmente não podemos prever no presente. Essas tecnologias podem permitir que os turistas de áreas protegidas obtenham informações de maneiras inovadoras para planejar suas viagens, como o tempo para coincidir com os eventos naturais desejados (por exemplo, migrações de animais selvagens ou aninhamento de pássaros), conectar-se digitalmente com amigos e familiares e melhorar a segurança.

As preferências de recreação em áreas protegidas irão, sem dúvida, mudar com o tempo, e serão afetadas por uma ampla gama de fatores, incluindo o envelhecimento da população, a imigração, a oportunidade de viajar, meios de acesso físico, riqueza e acesso à informação e tecnologia.

7.4 Conclusões

O turismo em áreas protegidas gera impactos que exigem identificação, avaliação e gestão para atingir os objetivos de



Visitantes fazendo selfie com cavalos selvagens ao fundo na praia na Costeira Nacional da Vigia do Cabo, Carolina do Norte, EUA. © Yu-Fai Leung

conservação. Ao incentivar visitantes em áreas protegidas, no entanto, podemos gerar maior defesa e apoio para a conservação. Em muitos casos, o turismo é crítico para o estabelecimento e gestão de áreas protegidas. A discussão e as melhores práticas selecionadas neste volume (Tabela 7.1) fornecem informações conceituais para entender o turismo na área protegida e os conselhos práticos e as melhores práticas para os gestores. Mais uma vez, esta não é uma lista completa, mas uma amostra das melhores práticas tiradas de estudos de caso apresentados ao longo destas Diretrizes. Esta lista contribui para o portfólio global de melhores práticas de turismo para conservação e sustentabilidade da biodiversidade (por exemplo, Federação EUROPARC, 2012; CBD, 2007; CBD, 2015).

Como essas recomendações devem ser interpretadas e implementadas? Apenas na forma em que se aplicam ao contexto nacional e local e às condições atuais. Os formuladores de políticas e gestores devem realizar avaliações abrangentes antes de tomar decisões para garantir que todos os fatores influentes sejam considerados. Estas recomendações têm ampla aplicabilidade, pois são baseadas em experiências de todo o mundo, mas cada área protegida tem seus aspectos únicos. Os gestores devem avaliar suas situações individuais, antecipar as mudanças nas condições e implementar as recomendações adequadamente.

Por fim, os gestores devem monitorar as condições, documentar as alterações e fazer ajustes quando necessário. Eles devem estabelecer metas realistas de curto, médio e longo prazo para avaliar o progresso na conservação dos valores naturais, incluindo a diversidade biológica, bem como promover experiências de alta qualidade para os visitantes. Incentivos podem encorajar a sociedade maior a tomar decisões que apoiem esses objetivos.

Ao longo destas Diretrizes, retornamos repetidas vezes ao desafio da sustentabilidade: o uso de melhores práticas para minimizar os impactos negativos do turismo e maximizar os positivos. O turismo sustentável em áreas protegidas é tanto um processo quanto uma meta, algo pelo qual os gestores devem trabalhar de uma vez por todas. É um compromisso de longo prazo.

Nada disso acontecerá sem uma comunicação eficaz e parcerias entre todos os detentores de direitos e stakeholders da área protegida. Isso é essencial para gerar a discussão, o debate e, eventualmente, amplo apoio e ação para atingir as metas de conservação da área protegida. Esperamos que estas Diretrizes auxiliem como um catalisador nesse sentido.

Tabela 7.1. Resumo dos exemplos de melhores práticas nestas Diretrizes

Fonte	Melhores práticas
Planejamento e Questões de Políticas	
Quadro 2.7. Apoiando o turismo sustentável em áreas protegidas com políticas públicas: um estudo de caso em Botsuana	Incentivar políticas nacionais de turismo que atendam o 'tripé da sustentabilidade' exigindo que as atividades em áreas turísticas protegidas contribuam explicitamente para a conservação da natureza, gerar benefícios econômicos tanto para as autoridades da área protegida quanto para as comunidades locais minimizar impactos sociais negativos.
Quadro 3.3. Projetando em prol da proteção e de experiências inspiradoras ao visitante: Wadi El-Hitan - Vale do Baleias Site de Patrimônio Mundial (Egito)	Escolher projeto e materiais de construção locais com base em fontes que minimizem os danos e apresentem características como durabilidade, reciclabilidade, disponibilidade e sustentabilidade. Incorporar um design que esteja de acordo com a paisagem cultural e física local, bem como com as condições climáticas; e usar plantas de espécies nativas no paisagismo e controle natural de insetos.
Quadro 3.4. Uma breve história da capacidade de suporte	Aplicar o manejo baseado em parâmetros orientadas pelos valores das áreas protegidas, objetivos de manejo e seus indicadores e normas associados, para ajudar a informar o desafio do gerenciamento de visitas equilibradas e conservação em áreas protegidas.
Quadro 3.5. Planejamento e zoneamento no Parque Nacional do Grande Canyon (EUA)	Empregar uma combinação de uso de ferramentas e técnicas de gestão da visitação que reforçam e complementam umas às outras.
Quadro 4.5. Monitoramento de visitantes usando várias técnicas: Willmore Wilderness Park (Canadá)	Coordenar e integrar o monitoramento dos impactos ambientais e sociais, com tecnologias apropriadas e financiamento suficiente.
Quadro 4.6. Monitorando os normas da experiência do visitante no Parque de Pruhonice (República Tcheca)	Entender quais valores estão sendo protegidos e o contexto operacional antes de selecionar uma ferramenta ou prática de gerenciamento de visitantes.
Quadro 4.15. Critérios do Conselho Global de Turismo Sustentável	Seguir as diretrizes internacionalmente adotadas sobre turismo e biodiversidade, que fornecem uma estrutura para políticas, planejamento, gestão e monitoramento do turismo e seus impactos.
Quadro 5.1. A Gestão de Comunidade do Programa de Conservação de Área Protegida (COMPACT)	Certificar-se de que todos os locais de planejamento para o turismo em áreas protegidas seguem um processo básico de quatro passos: (i) uma avaliação ambiental e social basal, que informa (ii) um modelo conceitual, que por sua vez é usado para conceber tanto (iii) um plano para o sítio e (iv) um sistema de monitoramento e avaliação que orienta os ajustes necessários à gestão local.

Tabela 7.1 continuação

Fonte	Melhores práticas
Quadro 5.4. Cooperativa de planejamento e gestão da Área Protegida Ni'inlii Njik (Ramal de Pesca) (Yukon, Canadá)	Desenvolver o turismo de gestão de planos em colaboração com todos os stakeholders relevantes, incluindo Povos Indígenas e tradicionais e comunidades locais afetados e o setor privado de turismo.
Quadro 7.1. Turismo e mudanças climáticas nas áreas naturais protegidas do Peru: avaliação de possíveis impactos e diretrizes para adaptação	Usar a melhor ciência de projeções e adaptações climáticas disponível, de modo a fazer recomendações positivas aos tomadores de decisão para abordar tendências de grande escala, tais como mudanças climáticas.
Community and communication issues	
Quadro 2.4. Conectando biodiversidade e meios de subsistência: uma parceria sustentável entre área protegida e comunidade	Dar suporte a entrega de serviços de turismo de base comunitária relacionados ao mercado. Considerar parcerias entre empresas comunitárias e o setor privado para melhorar as chances de sucesso comercial.
Quadro 2.9. A parceria com assistência à saúde: Parques Victoria, Medibank Austrália, e a National Heart Foundation (Austrália)	Repensar atividades recreativas em áreas protegidas como uma maneira de atender as necessidades da comunidade e abordar metas da sociedade, tais como aquelas relacionadas à saúde e bem-estar humano.
Quadro 4.1. Voluntários do parque como cidadãos cientistas e monitores	Aproveitar a habilidade e entusiasmo dos voluntários através da ciência cidadã e outros programas para realizar a gestão necessária de atividades, mas garantindo o fornecimento adequado de supervisão e controle de qualidade.
Quadro 4.10. Comunicando sobre Patrimônio Mundial com visitantes: Parque Nacional Gunung Mulu (Malásia)	Dar aos turistas um amplo contexto de gerenciamento dos problemas na área protegida conectando-os a questões semelhantes a nível global, e, quando apropriado, iniciativas internacionais de conservação.
Quadro 4.11. Centros de interpretação no Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas no Peru	Ser estratégico sobre quais valores das áreas protegidas são destacadas na educação ambiental e na interpretação de programas alinhando-os com as metas e objetivos totais da área protegida e/ou do sistema do qual fazem parte.
Quadro 4.12. História participativa : engajamento dos visitantes através do conhecimento e interpretação baseada no desenvolvimento de habilidades (Canadá)	Mudar do ambiente de educação e interpretação de programas que simplesmente retransmitam informações, para programas que emocionalmente envolvam os visitantes e a juventude, conectando-os com valores da área protegida.
Quadro 5.2. Capacidade de construção de comunidades em zonas de proteção	Avaliar a capacidade das comunidades locais de fornecer serviços de turismo e garantir que uma modelagem de negócios adequada tenha sido concluída antes dos investimentos.
Quadro 5.6. Parcerias para a gestão de turismo: um caso de estudo do Serviço Florestal dos EUA	Certificar que todo trabalho relacionado com a parceria seja oficialmente considerado e reconhecido, incluindo o tempo gasto recrutando parceiros e mantendo relações com eles.
Questões financeiras	
Quadro 2.5. Desenvolvendo habilidades de negócios por meio de parcerias	Prover treinamento em formação de negócios e no desenvolvimento de habilidades em gestão na base comunitária em serviços de turismo, e incluir membros comunitários, representantes de ONGs e gestores da área protegida no treinamento.
Quadro 4.13. O uso de dados de pesquisa de mercado e experiência de marketing pelo Parks Canada	Alcançar um forte entendimento de diferentes componentes por meio de pesquisas e análises antes de se envolver em estratégias de marketing.
Quadro 6.4. Variações nos valores dentro da República Unida da Tanzânia	Realizar uma avaliação financeira sistemática da área protegida (ou do sistema de áreas protegidas) antes de definir valores de ingresso. Analisar atuais condições, receitas e custos, e usar a informação para pesar diferentes opções para determinar o valor, tais como por status de residência, idade, ou a popularidade dos locais, ou uma combinação dos mesmos.
Quadro 6.5. Taxas para observar os Gorilas no Parque Nacional dos Vulcões (Ruanda)	Testar a disposição a pagar dos turistas e operadoras de turismo para cada usuário. Equilibradas taxas entre as áreas protegidas locais e regionais com semelhantes atrações que estão competindo com os mesmos visitantes.
Quadro 6.7. Contratação bem sucedida de turismo: Centro de Pesquisas Tambopata e Reserva Nacional Tambopata (Peru)	Estipular apoio para práticas sustentáveis, e para os objetivos de conservação da área protegida, como parte de contratos com operadores de turismo.
Quadro 6.8. Repartição dos benefícios econômicos com a Comunidade: Damaraland Camp e Terra Conservancy (Namíbia)	Formar acordos com as concessionárias para empregar um certo número de funcionários locais, gastar localmente onde possível e contratar serviços de empresas locais.

Glossário

Aplicação da lei, “branda” e “dura”

Em áreas protegidas, a aplicação da lei “branda” envolve medidas de gestão não punitivas que incentivam os visitantes a seguir regras, como sinalização, instruções verbais, etc. A aplicação da lei “dura” envolve medidas punitivas para graves violações, como citações, multas e prisões.

Área protegida (AP)

Um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, através de meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo com serviços ecossistêmicos associados e valores culturais. No contexto brasileiro abrange Unidades de Conservação (UC), Terras Indígenas (TI) e territórios de populações tradicionais, como Quilombos.

Avaliação Ambiental Estratégica

Uma avaliação formal dos efeitos ambientais de uma política, plano ou programa e suas alternativas.

Avaliação de impacto social

Uma análise formal das consequências sociais que provavelmente ocorrerão como resultado de uma política, ação ou desenvolvimento específico no contexto da legislação pertinente.

Biodiversidade

A variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes, incluindo, inter alia, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; isso inclui diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Branding

O uso de uma imagem, tema, design ou outro elemento de identificação (ou uma combinação deles) para simbolizar uma área protegida com o objetivo de promover o turismo.

Capacidade de suporte do visitante

O número máximo de pessoas que podem visitar um destino ao mesmo tempo sem causar destruição do ambiente físico, econômico e sociocultural e / ou uma diminuição inaceitável na qualidade da satisfação dos visitantes.

Capacidade de suporte, turismo

O número máximo de pessoas que podem visitar um destino turístico [aqui, uma área protegida] ao mesmo tempo, sem causar destruição do ambiente físico, econômico, sociocultural e uma diminuição inaceitável na qualidade da satisfação dos visitantes.

Capacitação

O processo pelo qual as pessoas adquirem os meios (a capacidade) de atingir um conjunto de metas ou realizar um projeto com sucesso.

Co-marketing

Uma forma de marketing na qual uma agência de área protegida trabalha com parceiros para promover oportunidades de turismo que beneficiarão todas as partes.

Competências estratégicas

As habilidades necessárias para realizar o pensamento de longo alcance sobre o papel de uma área protegida e como ela se encaixa nas necessidades e expectativas locais, regionais, nacionais e até internacionais.

Competências operacionais

As habilidades necessárias para administrar profissionalmente o dia-a-dia do turismo e visitação das áreas protegidas.

Competências, planejamento

As habilidades necessárias para integrar turismo, visitação e outras metas de manejo de áreas protegidas, além de abordar como a área protegida pode incentivar o desenvolvimento econômico em uma área local.

Comunidade

Um grupo social de qualquer tamanho cujos membros residam em uma localidade específica, compartilham o governo e podem ter um patrimônio cultural e histórico comum. Pode também referir-se a um grupo de indivíduos que interagem em seu entorno imediato, exibe coesão e continuidade no tempo e exibe características como interação social, intimidade, compromissos morais, relações multifacetadas e reciprocidade.

Comunidade local; comunidade anfitriã

A comunidade ou comunidades de residentes que vivem perto (e às vezes dentro) de uma área protegida. A comunidade de hosts é sinônima.

Concentração de uso; Dispersão de uso

A primeira é uma estratégia na qual os gestores tentam limitar os impactos negativos de um determinado uso, restringindo-o a uma parte relativamente pequena da área protegida. O último é o oposto: uma tentativa de diminuir os impactos negativos espalhando o uso por uma área mais ampla, seja por meio de encorajamento ou regulação.

Concessão; concessionárias

Um acordo contratual concedido pela autoridade administrativa de área protegida que dá a uma entidade (geralmente uma empresa com fins lucrativos) o direito exclusivo de oferecer serviços especificados em uma área protegida. A entidade é referida como concessionária.

Contagem de visitantes

O número de visitantes individuais que entram ou saem de uma área protegida, independentemente da duração da estadia.

Contexto da área protegida

As condições mais amplas de governança, políticas, sociais / culturais e ambientais em que a gestão do turismo na área protegida ocorre.

Demanda turística

O número total de pessoas que realmente viajam ou desejam viajar para uma determinada área protegida.

Demarketing

Uma estratégia na qual os gestores de áreas protegidas intencionalmente desencorajam a demanda turística por um determinado local ou serviço para reduzir os impactos ambientais ou melhorar as experiências dos visitantes.

Desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades.

Detentores de Direitos

Pessoas ou organizações socialmente dotadas de direitos legais ou consuetudinários em relação à terra, água e recursos naturais.

Dias de visita

O número total de dias que os visitantes permanecem na área protegida.

Ecoturismo

Viagens responsáveis a áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação.

Endurecimento

Uma estratégia na qual os gestores intervêm para aumentar a resiliência dos recursos da área protegida para direcionar os impactos dos visitantes. O endurecimento pode ser físico, como criar uma superfície dura para absorver os impactos físicos diretos das atividades dos visitantes (por exemplo, a pavimentação de um caminho popular), ou metafórico, caso em que os gestores “endurecem a experiência” dos visitantes, informando-os condições de recursos danosas sendo causadas pelo uso, para que elas sejam motivadas a reduzir seus impactos.

Escala de Atitude de Impacto no Turismo

Uma medida dos impactos sociais do turismo de áreas protegidas que testa os efeitos de muitas variáveis - como local de residência, a extensão em que a comunidade depende da receita do turismo etc. - sobre as atitudes dos moradores em relação ao turismo.

Espectro de Oportunidade de Recreação (ROS)

Um marco referencial de gestão para entender a variedade de relacionamentos e interações entre visitantes, ambientes e experiências desejadas. Foi adaptado para o contexto brasileiro no Rol de Oportunidades para Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC)

Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANBs)

Os principais instrumentos para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica em nível nacional, as EPANBs estabelecem o compromisso de cada Parte Contratante com a conservação e uso sustentável da diversidade biológica e a inclusão desse compromisso em todos os setores da economia nacional e na estrutura de elaboração de políticas.

Estrutura tríplice de gestão do turismo na área protegida

Uma estrutura que englobe o Espectro de Oportunidade de Recreação, capacidade de suporte, Limites de Mudança Aceitável, indicadores e normas de qualidade para (i) formular objetivos e normas de gestão de área protegida da qualidade do turismo, (ii) monitorar esses indicadores e (iii) tomar medidas de gestão para corrigir quaisquer deficiências.

Ética de conservação

Um estado de espírito no qual uma pessoa apoia a salvaguarda da natureza e os valores culturais associados porque está convencida de que é correto fazê-lo. Um dos objetivos do turismo sustentável em áreas protegidas é incentivar uma ética de conservação.

Exercício verde

Exercer na presença da natureza ou se envolver em recreação baseada na natureza.

Financiamento Sustentável

Financiamento para áreas protegidas que sejam de longo prazo e confiáveis.

Gastos do visitante

O gasto total de consumo feito por um visitante, ou em nome de um visitante, por bens e serviços durante sua viagem e estadia em uma área protegida.

Gestor da área protegida

Profissional responsável pela administração da área protegida. O termo inclui administradores, gestores e planejadores que podem trabalhar para e com agências governamentais, organizações não-governamentais, grupos comunitários locais, proprietários privados ou outras entidades.

Governança

Tomada de decisão sobre princípios, leis, políticas, regras e gestão diária do turismo e do uso público em apoio aos objetivos da área protegida.

Herança cultural

Uma expressão dos modos de viver desenvolvidos por uma comunidade e transmitidos de geração em geração, incluindo costumes, práticas, lugares, objetos, expressões artísticas e valores. É frequentemente expresso como "intangível" (por exemplo, costumes, linguagem) ou "tangível" (por exemplo, artefatos físicos) (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). A herança refere-se especificamente à condição de ser herdada das gerações passadas, mantida no presente e concedida às gerações futuras.

Herança natural

A soma total dos elementos da biodiversidade, ecossistemas e geologia e outros componentes abióticos da Terra que não são o resultado da ação humana. A herança refere-se especificamente à condição de ser herdada das gerações passadas, mantida no presente e concedida às gerações futuras.

Horas de visita

O tempo total, em horas, que os visitantes permanecem na área protegida.

Indicadores e normas de qualidade

Aspectos mensuráveis do ambiente natural e social que podem ser definidos em termos de menor ou maior qualidade, permitindo assim o monitoramento de mudanças nesse padrão de qualidade. Indicadores de qualidade refletem a essência dos objetivos de gestão; eles podem ser considerados como parâmetros quantificáveis de objetivos de gestão. Normas de qualidade definem a condição mínima aceitável das variáveis indicadoras.

Infraestrutura

Qualquer parte do ambiente construído que é usado para facilitar o turismo em uma área protegida, tais estradas, centros de visitantes, quiosques de informação, etc.

Instrução, crítica

Em contextos educacionais de áreas protegidas, a capacidade de dar sentido a algo em termos de seus alicerces ideológicos.

Instrução, cultural

A capacidade de entender algo dentro de seu contexto cultural.

Instrução, funcional

A capacidade de entender o significado literal de termos técnicos.

Interpretação

Um processo de comunicação que forja conexões emocionais e intelectuais entre o público e os significados inerentes ao recurso.

Lazer

Atividades de visitantes de áreas protegidas realizadas tanto para prazer, desafio físico e mental, enriquecimento e aprendizado, ou uma combinação de todos.

Legislação

Leis e acordos legais que fornecem conjuntos de regras e responsabilidades aplicáveis que definem quais ações e atividades podem ou não ser permitidas em circunstâncias e locais específicos dentro da área protegida.

Limites de mudança aceitável

Uma estrutura de gestão que estabelece limites mensuráveis para mudanças induzidas pelo homem nos ambientes naturais e sociais de áreas protegidas, e os usa para criar estratégias de gestão apropriadas para manter ou restaurar condições aceitáveis.

Manual de comercialização

Um guia passo-a-passo para gestores de áreas protegidas sobre como contratar operadores de turismo com fins lucrativos.

Marketing

Uma forma especializada de comunicação, o marketing lida com a criação e entrega de mensagens que têm valor para clientes, clientes e a sociedade em geral.

Marketing social

Uma forma de marketing turístico de área protegida que prioriza os resultados que beneficiarão a sociedade e o indivíduo.

Marketing, experiência

Uma forma de marketing de turismo de área protegida em que os visitantes estão envolvidos na criação e entrega de uma experiência de área protegida.

Marketing, relacionamento

Uma forma de marketing turístico na área protegida que ocorre através de relacionamentos de longo prazo, mutuamente benéficos, entre agências de áreas protegidas e grupos de stakeholders. Inclui a promoção de relações internas positivas e de apoio dentro de uma organização de área protegida.

Monitoramento

Um esforço coordenado para rastrear as condições atuais e avaliar a eficácia das ações de manejo em uma área protegida.

Melhores práticas

Estratégias, técnicas e métodos comprovados em campo que são as maneiras mais eficazes de gerenciar o turismo em áreas protegidas. As melhores práticas podem mudar com o tempo, à medida que novos conhecimentos resultam em melhorias. As melhores práticas são manifestações de know-how técnico, assim como atitudes, esforços e compromissos de gestores, entidades do setor de turismo, comunidades e turistas que estão usando o turismo com sucesso como um meio para atingir as metas de conservação de áreas protegidas.

Número de pernoites

A contagem de pessoas que passam a noite em uma área protegida.

Patrimônio Mundial

Um sistema internacional de áreas protegidas, criado sob a Convenção do Patrimônio Mundial, que pretende incluir os exemplos mais destacados do patrimônio natural e cultural do mundo.

Pesquisas de Disposição a Pagar

Um tipo de estudo de pesquisa no qual os entrevistados são solicitados a especificar quanto estão dispostos a pagar para ver se algum tipo de ação é realizado (ou não), ou se alguma condição é mantida, em uma área protegida.

Photopoint

Um local de onde são tiradas fotografias repetidas para monitorar as mudanças nos impactos dos visitantes.

Políticas públicas

Princípios de ação adotados ou propostos pelas organizações, incluindo todos os níveis de governo, empresas, ONGs, organizações da sociedade civil ou indivíduos.

Povos indígenas e tradicionais

Aqueles que, em virtude de terem uma continuidade histórica com as sociedades pré-invasivas e pré-coloniais que se desenvolveram em seus territórios, se consideram distintas de outros setores das sociedades que hoje predominam nesses territórios.

Preços Diferenciados

Um sistema que envolve a definição de preços com base na demanda, como cobrar mais por um acampamento à beira do lago ou uma taxa de entrada mais alta durante a alta temporada.

Princípio da precaução

Um princípio de tomada de decisão que afirma: “onde o conhecimento é limitado e há falta de certeza em relação à ameaça de um sério dano ambiental, essa incerteza não deve ser usada como uma desculpa para não agir para evitar esse mal” (Lausche, 2011).

Provedor de turismo

Qualquer indivíduo ou organização que esteja ativamente engajada em facilitar o uso público em uma área protegida.

Publicação no Diário (Gazetted)

A condição de ser publicado em um diário oficial do governo, isto é, de estar sob a jurisdição de um governo civil. Uma área protegida que é administrada é regida pela lei civil estatutária (em oposição a, por exemplo, ser governada sob regras tradicionais observadas por uma comunidade).

Reservas da Biosfera

Áreas protegidas que formam uma rede internacional de ecossistemas pela UNESCO, e que promovem a biodiversidade, conservação e seu uso sustentável, juntamente com abordagens interdisciplinares para a compreensão e gestão de mudanças e interações entre sistemas sociais e ecológicos.

Restrição

O uso de um sistema formal (por exemplo, uma loteria ou um esquema de preços) para restringir um uso específico do visitante.

Sítios Ramsar

Um sistema internacional de áreas úmidas protegidas reconhecido como globalmente importante sob a Convenção de Ramsar. (Ramsar é o nome de uma cidade no Irã onde a convenção foi adotada.)

Stakeholders

Pessoas ou organizações que possuem interesses e preocupações diretos ou indiretos com relação à terra, água e recursos naturais, mas que não necessariamente gozam de um direito legal ou socialmente reconhecido a eles.

Sustentabilidade

Para áreas protegidas, a condição de persistir por um longo tempo com os valores naturais e culturais centrais intactos, embora não necessariamente inteiramente inalterados.

Taxas de concessão

As taxas de uso que as concessionárias pagam pelo direito exclusivo de usar a área protegida para realizar negócios. Elas podem assumir a forma de uma taxa direta, títulos de desempenho, taxas de manutenção e multas por violações.

Taxas de ingresso

Cobranças aos visitantes simplesmente para entrar na área protegida.

Taxas de uso

Cobranças aos visitantes por participar de uma atividade (como fazer uma caminhada guiada) ou participar de um uso específico das instalações ou recursos da área protegida (como ficar em um acampamento).

Tipos de governança

As classes sob as quais as autoridades da área protegida se enquadram. Os quatro principais tipos de governança para áreas protegidas são (i) governados pelo governo, (ii) governança compartilhada, (iii) governados privadamente (incluindo geridos por ONGs) e (iv) áreas e territórios governados por Povos Indígenas e tradicionais e comunidades locais. Em cada tipo, é possível que a responsabilidade pelo turismo seja delegada a outra autoridade governante ou contratada por operadores privados.

Transporte sustentável

Iniciativas que tentam minimizar o consumo de energia, as emissões de carbono e a pegada de infraestrutura do transporte dentro das áreas protegidas, mantendo ao mesmo tempo uma experiência positiva ao visitante.

Tripé da sustentabilidade

Uma medida do sucesso de um determinado esforço não apenas em termos de seu retorno econômico, mas também em termos do valor ambiental e social que ele cria. Em termos do tripé da sustentabilidade, o turismo sustentável em áreas protegidas em áreas protegidas é aquele que (i) contribui para a conservação da natureza (valor ambiental); (ii) gera benefícios econômicos para as autoridades de áreas protegidas para ajudar a suportar os custos de manejo e também oportunidades sustentáveis de subsistência nas comunidades locais (valor econômico); e (iii) contribui para o enriquecimento da sociedade e da cultura (valor social).

Turismo

As atividades de pessoas viajando e permanecendo em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios e outros fins.

Turismo “Bucket List “ ou de “última chance”

Viagem com o propósito específico de ver lugares, incluindo áreas protegidas, antes que eles sejam destruídos ou irremediavelmente alterados pela mudança climática, ou para ver as espécies da vida selvagem antes de serem extintas.

Turismo em áreas naturais

Formas de turismo que usam recursos naturais de forma selvagem ou não desenvolvida. O turismo em áreas naturais é uma viagem com o propósito de desfrutar de áreas naturais não desenvolvidas ou animais selvagens.

Turismo sustentável

Turismo que leva em conta os impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs.

Turista

Um visitante (doméstico, de entrada ou saída) cuja viagem a uma área protegida inclui pelo menos um pernoite.

Uso público

Qualquer atividade de visitantes em uma área protegida.

Valores universais excepcionais

Os valores específicos reconhecidos pela Convenção do Patrimônio Mundial como sendo os motivos para se considerar um local Patrimônio da Humanidade, e que são considerados importantes para toda a humanidade.

Valores, área protegida

Características físicas ou condições experienciais que foram consideradas importantes para a identidade de uma área protegida.

Visitante

Em áreas protegidas (APs), um visitante é uma pessoa que visita o território da AP para fins mandatados para a área. Um visitante não é pago para estar na AP e não vive permanentemente no PA. As finalidades exigidas para a área são tipicamente recreativas, educacionais ou culturais.

Voluntariado

Programas organizados através dos quais os visitantes chegam a uma área protegida para trabalhar gratuitamente em uma atividade que apóia seus objetivos de conservação.

Zona; zoneamento

Uma parte de uma área protegida que é gerenciada para um objetivo específico. Por exemplo, uma área protegida pode ter uma zona na qual a instalação de estruturas para visitação é proibida, ao mesmo tempo em que também tem uma zona onde é permitida. O zoneamento usado dessa maneira cria uma série de oportunidades de turismo e recreação. Em um nível mais geral, às vezes as áreas protegidas têm uma zona central com um alto nível de restrições à atividade humana, a fim de promover a proteção da natureza, cercada por uma zona de amortecimento onde as restrições são mais maleáveis.

Autores contribuintes

Sobrenome	Nome	País/ Território de residência	Capítulos (*Coordenador do Capítulo)	Quadros
<i>Barborak</i>	James	EUA	6	
<i>Bhartari</i>	Rajiv	Índia		5.3, 6.9
<i>Borges</i>	Maria Ana	Suíça		2.5
<i>Bricker</i>	Kelly	EUA		4.15
<i>Bride</i>	Ian	Reino Unido	4	
<i>Buckley</i>	Ralf	Austrália	4, 6, 7	2.11, 4.14
<i>Bushell</i>	Robyn	Austrália		2.9
<i>Carbone</i>	Giulia	Suíça		2.5, 3.2
<i>Cervený</i>	Lee	EUA		5.6
<i>Chao</i>	Chih-Liang	Taiwan, Província da China		2.4
<i>Chávez</i>	Jorge	Peru		4.11, 6.7
<i>Chen</i>	Mei-Hui	Taiwan, Província da China		2.4
<i>Damjanovic</i>	Ivana	Sérvia		2.8
<i>de Urioste-Stone</i>	Sandra	EUA	5	
<i>Eagles</i>	Paul F. J.	Canadá	1, 2, 6	
<i>Epler Wood</i>	Megan	EUA		5.2
<i>Halpenny</i>	Elizabeth	Canadá	3*, 4*	4.13
<i>Hawkins</i>	Donald	EUA		2.3
<i>Holle</i>	Kurt	Peru		6.7
<i>Hubner</i>	Anna	Alemanha		4.7
<i>Hvenegaard</i>	Glen	Canadá	2*, 7*	4.14
<i>King</i>	Delphine M.	Quênia		2.2
<i>King</i>	Lisa M.	Malásia		4.10
<i>Larson</i>	Lincoln	EUA		2.10
<i>Leung</i>	Yu-Fai	EUA	1*, 2, 3*, 4*, 7	4.4, 4.14
<i>Lu</i>	Dau-Jye	Taiwan, Província da China		2.4
<i>Manning</i>	Robert	EUA	3, 4	3.4, 3.5
<i>Massyn</i>	Peter J.	África do Sul	6	
<i>McCool</i>	Stephen	EUA	1, 2, 5	
<i>Medhi</i>	Kamal	Índia		5.3
<i>Miller</i>	Anna	EUA		4.2, 4.4
<i>Milstein</i>	Mark	EUA		5.2

Sobrenome	Nome	País/ Território de residência	Capítulos (*Coordenador do Capítulo)	Quadros
<i>Monteiro</i>	Luis	Czech Republic		4.6
<i>Moreira</i>	Jasmine C.	Brazil		2.6
<i>Mucha</i>	Debbie	Canada		4.5
<i>Ndebele</i>	Dani	South Africa		5.5, 6.8
<i>Newsome</i>	David	Australia		2.6
<i>Ng</i>	Young	Hong Kong SAR, China		2.6
<i>Notarianni</i>	Marcello	Italy	6	
<i>Paleczny</i>	Dan	Canada		3.3, 5.4
<i>Paleczny</i>	Jake	Canada		4.12
<i>Paxton</i>	Midori	Thailand	6	
<i>Rafiq</i>	Mohammad	UK		2.2
<i>Ran</i>	Jianghua	China		4.9
<i>Riedmiller</i>	Sibylle	United Republic of Tanzania		2.2
<i>Rylance</i>	Andrew	UK	6	6.1
<i>Salenieks</i>	Therese	Canada	3*, 4*	4.1
<i>Seekamp</i>	Erin	USA		5.6
<i>Snyman</i>	Susan	South Africa	5, 6	5.5, 6.8
<i>Spenceley</i>	Anna	South Africa	1, 2*, 3, 5*, 6*, 7	1.1, 2.1, 3.1, 3.4, 4.14, 4.15, 6.2, 6.4, 6.5, 6.6
<i>Thompson</i>	Andy	New Zealand	6	
<i>Tserendeleg</i>	Dashpurev	Mongolia		6.3
<i>Val</i>	Erik	Canada		5.4
<i>Vishnevskaya</i>	Alexandra	Kazakhstan		4.8
<i>Walden-Schreiner</i>	Chelsey	USA	4, 6	2.7, 4.3, 4.4, 4.15, 5.1, 6.3, 7.1
<i>Woodward</i>	Dilya	Kazakhstan		4.8
<i>Wu</i>	Chengzhao	China		4.9
<i>Zhang</i>	Xiaoping	China		4.9

Bibliografia

- Ackoff, R.L. (1996). 'On Learning and the Systems that Facilitate It'. *Center for Quality of Management Journal* 5(2):27-35.
- AFCD (Agriculture, Fisheries and Conservation Department, Hong Kong SAR Government) (2017). 'Hong Kong UNESCO Global Geopark'. http://www.geopark.gov.hk/en_index.htm. Accessed 15 February 2017.
- Alexander, S. (2000). 'Resident Attitudes toward Conservation and Black Howler Monkeys in Belize: the Community Baboon Sanctuary'. *Environmental Conservation* 27(4):341-350. <https://doi.org/10.1017/S0376892900000394>.
- Appleton, M.R. (comp.) (2016). *A Global Register of Competences for Protected Area Practitioners*. Gland, Switzerland: IUCN. Protected Area Technical Report Series No. 2. <https://portals.iucn.org/library/node/46292>. Accessed 28 March 2018.
- Araripe Geopark (2005). Application Dossier for Nomination. Ceará, Brazil: Governo do Estado do Ceará. Crato.
- Armstrong, E.K. and Kern, C.L. (2011). 'Demarketing Manages Visitor Demand in the Blue Mountains National Park'. *Journal of Ecotourism* 10(1):21-37. <https://doi.org/10.1080/14724040903427393>
- Ashley, C. and Barnes J. (1996). Wildlife Use for Economic Gain: The Potential for Wildlife to Contribute to Development in Namibia. DEA Research Discussion Paper No. 12. Windhoek, Namibia: Ministry of Environment and Tourism.
- Augar, N. and Fluker, M. (2015). 'Towards Understanding User Perceptions of a Tourist-based Environmental Monitoring System: An Exploratory Case Study'. *Asia Pacific Journal of Tourism Research* 20:1081-1093. <https://doi.org/10.1080/10941665.2014.962554>
- Aylward, B. (2004). 'The Actual and Potential Contribution of Nature Tourism in Zululand: Considerations for Development, Equity and Conservation', In: B. Aylward and E. Lutz (eds.), *Nature Tourism, Conservation, and Development in Kwazulu-Natal, South Africa*, pp. 3-40. Washington, DC: World Bank.
- Bagri, A., McNeely, J. and Vorhies, F (1998). 'Biodiversity and Impact Assessment'. Paper presented at IUCN Workshop on Biodiversity and Impact Assessment, Christchurch, New Zealand, 21-22 April.
- Baral, N., Stern, M.J. and Bhattarai, R. (2008). 'Contingent Valuation of Ecotourism in Annapurna Conservation Area, Nepal: Implications for Sustainable Park Finance and Local Development'. *Ecological Economics* 66(2-3):218-227. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.02.004>
- Bauer, H. (2003). 'Local Perceptions of Waza National Park, Northern Cameroon'. *Environmental Conservation* 30(2):175-181. <https://doi.org/10.1017/S037689290300016X>
- Beaumont, N. (2001). 'Ecotourism and the Conservation Ethic: Recruiting the Uninitiated or Preaching to the Converted?' *Journal of Sustainable Tourism* 9(4):317-341.
- Biggs, D., Turpie, J., Fabricius, C. and Spenceley, A. (2011). 'The Value of Avitourism for Conservation and Job Creation—An Analysis from South Africa'. *Conservation and Society* 9(1):80-90. <https://doi.org/10.4103/0972-4923.79198>
- Bintoora, A.K. (2014). Personal communication. Uganda Wildlife Authority.
- BIP (Biodiversity Indicators Partnership) (2017). 'Biodiversity Indicators Partnership'. <https://www.bipindicators.net>. Accessed 15 February 2017.
- Blaikie, P. (2006). 'Is Small Really Beautiful? Community-based Natural Resource Management in Malawi and Botswana'. *World Development* 34:1942-1957. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.11.023>
- Blom, A. (2000). 'The Monetary Impact of Tourism on Protected Area Management and the Local Economy in Dzanga-Sangha (Central African Republic)'. *Journal of Sustainable Tourism* 8:175-189. <https://doi.org/10.1080/09669580008667357>
- BMUB (German Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety) (2015). 'Public Investment and Climate Change Adaptation (IPACC)'. <http://www.gjz.de/en/worldwide/13314.html>. Accessed 15 February 2017.
- Borrie, W.T. and Roggenbuck, J.W. (1998). 'Describing the Wilderness Experience at Juniper Prairie Wilderness Using Experience Sampling Methods'. In: D.L. Kulhavy and M.H. Legg (eds.), *Wilderness and Natural Areas in Eastern North America*, pp. 165-172. Nacogdoches, TX: Stephen F Austin State University.
- Borrie, W.T., McCool, S.F. and Stankey, G.H. (1998). 'Protected Area Planning Principles and Strategies'. In: K. Lindberg, M.E. Wood and D. Engeldrum (eds.), *Ecotourism: A Guide for Planners and Managers (Vol. 2)*, pp. 133-154. North Bennington, VT: The Ecotourism Society.

- Borrie, W.T., Christensen, N.A., Watson, A.E., Miller, T.A. and McCollum, D. (2002). 'Public Purpose Recreation Marketing: A Focus on the Relationships between the Public and Public Lands'. *Journal of Park and Recreation Administration* 20:49-68.
- Borrini-Feyerabend, G., Dudley, N., Jaeger, T., Lassen, B. Broome, N.P., Phillips A. and Sandwith, T. (2013). *Governance of Protected Areas: From Understanding to Action*. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 20. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/29138>. Accessed 28 March 2018.
- Bottema, M.J.M. and Bush, S.R. (2012). 'The Durability of Private Sector-Led Marine Conservation: A Case Study of Two Entrepreneurial Marine Protected Areas in Indonesia'. *Ocean and Coastal Management* 61:38-48. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2012.01.004>
- Boudreaux, K. and Nelson, F. (2011). 'Community Conservation in Namibia: Empowering the Poor with Property Rights'. *Economic Affairs* 31(2):17-24. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0270.2011.02096.x>
- Bovarnick, A., Fernandez Baca, J., Galindo, J. and Negret, H. (2010). *Financial Sustainability of Protected Areas in Latin America and the Caribbean: Investment Policy Guidance*. New York: United Nations Development Programme and The Nature Conservancy.
- Brooks, C. (2013). Personal communication. Botswana, Integrated Natural Resource Management Coordinator, Southern Africa Regional Environment Program.
- Brown, G., Koth, B., Kreag, G. and Weber, D. (2006). *Managing Australia's Protected Areas: Review of Visitor Management Models, Frameworks and Processes*. Gold Coast, Queensland: Sustainable Tourism Cooperative Research Centre.
- Brown, J. and Hay-Edie, T. (2013). *COMPACT: Engaging Local Communities in the Stewardship of World Heritage*. New York: UNDP.
- Buckley, L.B. and Foushee, M.S. (2012). 'Footprints of Climate Change in U.S. National Park Visitation'. *International Journal of Biometeorology* 56:1173-1177. <https://doi.org/10.1007/s00484-011-0508-4>
- Buckley, R.C. (2003a). 'Ecological Indicators of Tourist Impacts in Parks'. *Journal of Ecotourism* 2(1):54-66. <https://doi.org/10.1080/14724040308668133>
- Buckley, R.C. (2003b). 'Pay to Play in Parks: An Australian Policy Perspective on Visitor Fees in Public Protected Areas'. *Journal of Sustainable Tourism* 11(1):56-73. <https://doi.org/10.1080/09669580308667193>
- Buckley, R.C. (ed.) (2004). *Environmental Impacts of Ecotourism*. Wallingford, UK: CABI.
- Buckley, R.C. (2009). *Ecotourism: Principles and Practices*. Wallingford, UK: CABI.
- Buckley, R.C. (2010a). *Conservation Tourism*. Wallingford, UK: CABI.
- Buckley, R.C. (2010b). 'Safaris Can Help Conservation'. *Nature* 467:1047. <https://doi.org/10.1038/4671047d>
- Buckley, R.C. (2011). 'Tourism and Environment'. *Annual Review of Environment and Resources* 36:397-416. <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-041210-132637>
- Buckley, R.C. (2012a). 'Tourism, Conservation and the Aichi Targets'. *Parks* 18(2):12-19. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2012.PARKS-18-2.RB.en>
- Buckley, R.C. (2012b). 'Sustainable Tourism: Research and Reality'. *Annals of Tourism Research* 39(2): 528-546. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2012.02.003>
- Buckley, R.C. (2014). 'Protecting Lemurs: Ecotourism'. *Science* 344:358.
- Burdge, R.J. and Vanclay, F (1995). 'Social Impact Assessment'. In: F Vanclay and D.A. Bronstein (eds.), *Environment and Social Impact Assessment*, pp. 31-66. New York: John Wiley.
- Bush, G., Hanley, N. and Colombo, S. (2008) 'Measuring the Demand for Nature-based Tourism in Africa: A Choice Experiment Using the "Cut-off" Approach'. Discussion Paper 2008-6, Stirling Economics, University of Stirling, Stirling, UK.
- Bushell, R. and Bricker, K. (2017). 'Tourism in Protected Areas: Developing Meaningful Standards'. *Tourism and Hospitality Research* 17(1):106-120. <https://doi.org/10.1177/1467358416636173>
- Bushell, R. and McCool, S.F. (2007). 'Tourism as a Tool for Conservation and Support of Protected Areas: Setting the Agenda' In: R. Bushell and P.F.J. Eagles (eds.) *Tourism and Protected Areas: Benefits beyond Boundaries*, pp. 12-26. Wallingford, UK: CABI. <https://doi.org/10.1079/9780851990224.0012>
- Cable, S. and Watson, A.E. (1998). *Recreation Use Allocation: Alternative Approaches for the Bob Marshall Wilderness Complex*. Research Note RMRS-RN-1. Ogden, Utah: USDA Forest Service, Rocky Mountain Research Station.

- Cabral, N.R.A.J. and Mota, T.L.N.G. (2010). 'Geoconservação em Áreas Protegidas: o Caso do GeoPark Araripe-CE'. *Natureza & Conservação* 8(2):184-186. <https://doi.org/10.4322/natcon.00802013>
- CaGBC (Canada Green Building Council) (2017). 'LEED'. <http://www.cagbc.org/>. Accessed 15 February 2017.
- Cassie, L.T. and Halpenny, E.A. (2003). 'Volunteering for Nature: Motivations for Participating in a Biodiversity Conservation Volunteer Program'. *World Leisure Journal* 45(2):38-50. <https://doi.org/10.1080/04419057.2003.9674315>
- CBD (Secretariat of the Convention on Biological Diversity) (2004). *Guidelines on Biodiversity and Tourism Development*. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity. <http://www.cbd.int/tourism/guidelines.shtml>. Accessed 15 February 2017.
- CBD (2007). *Managing Tourism and Biodiversity: User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development*. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity. <https://www.cbd.int/doc/programmes/tourism/tourism-manual-en.pdf>. Accessed 15 February 2017.
- CBD (2014). 'Decision XII/11: Biodiversity and Tourism Development'. Decision adopted by the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity, Pyeongchang, Republic of Korea, 6-17 October. <https://www.cbd.int/decision/cop/default.shtml?id=13374>. Accessed 15 February 2017.
- CBD (2015). *Tourism Supporting Biodiversity: A Manual on Applying the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development*. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity. <https://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-manual-2015-en.pdf>. Accessed 15 February 2017.
- Chandralal, K. (2010). 'Impacts of Tourism and Community Attitudes towards Tourism: A Case Study in Sri Lanka'. *South Asian Journal of Tourism and Heritage* 3(2):41-49.
- Chase, S.K. and Levine, A. (2016). 'A Framework for Evaluating and Designing Citizen Science Programs for Natural Resources Monitoring'. *Conservation Biology* 30(3):456-466. <https://doi.org/10.1111/cobi.12697>
- Children in the Wilderness (2017). 'Children in the Wilderness'. <http://www.childreninthewilderness.com>. Accessed 15 February 2017.
- CMS (Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals) (2018). 'Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals'. <https://www.cms.int/en/legalinstrument/cms>. Accessed 26 October 2018.
- Coad, L., Campbell, A., Miles, L. and Humphries, K. (2008). 'The Costs and Benefits of Protected Areas for Local Livelihoods: A Review of the Current Literature'. Cambridge, UK: UNEP World Conservation Monitoring Centre. <https://www.biodiversitylibrary.org/bibliography/57966#/summary>. Accessed 28 March 2018.
- Cole, D.N. (1989). *Wilderness Campsite Monitoring Methods: A Sourcebook*. General Technical Report INT-259. Ogden, Utah: USDA Forest Service, Intermountain Research Station. <https://doi.org/10.2737/INT-GTR-259>
- Cole, D.N. (2004). 'Wilderness Experiences: What Should We be Managing for?' *International Journal of Wilderness* 10(3):25-27.
- Collins, D. (2007). 'Bridge Stirs the Waters in Machu Picchu'. BBC News. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6292327.stm>. Accessed 15 February 2017.
- Competencies Working Group. (2002). *Competencies: Report of the Competencies Working Group*. Albany: New York State Department of Civil Service.
- Conrad, C.T. and Daoust, T. (2008). 'Community-based Monitoring Frameworks: Increasing the Effectiveness of Environmental Stewardship'. *Environmental Management* 41(3):358-66. <https://doi.org/10.1007/s00267-007-9042-x>
- Conservation Measures Partnership (2013). 'Open Standards for the Practice of Conservation, Version 3.0/April 2013'. <http://cmp-openstandards.org/download-os/>. Accessed 28 March 2018.
- Corben, R. (2018). 'Upbeat Outlook for ASEAN Tourism Growth'. <https://www.voanews.com/a/upbeat-outlook-for-asean-tourism-growth/3677824.html>. Accessed 8 April 2018.
- Corbett National Park (2017). 'Corbett National Park'. <http://www.corbettnationalpark.in>. Accessed 15 February 2017.
- Curtin, S. (2010). 'Managing the Wildlife Tourism Experience: The Importance of Tour Leaders'. *International Journal of Tourism Research* 12:219-236. <https://doi.org/10.1002/jtr.747>
- Dabrowski, P. (1994). 'Tourism for Conservation, Conservation for Tourism'. *Unasylva* 45(1):42-44.
- Daniels, M.L. and Marion, J.L. (2006). 'Visitor Evaluations of Management Actions at a Highly Impacted Appalachian Trail Camping Area'. *Environmental Management* 38(6):1006-1019. <https://doi.org/10.1007/s00267-004-0368-3>

- Deery, M., Jago, L. and Fredline, L. (2012). 'Rethinking Social Impacts of Tourism Research: A New Research Agenda'. *Tourism Management* 33:64-73. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2011.01.026>
- de Vasconcellos Pegas, F., Coghlan, A., Stronza, A. and Rocha, V. (2013). 'For Love or for Money? Investigating the Impact of an Ecotourism Programme on Local Residents' Assigned Values Towards Sea Turtles'. *Journal of Ecotourism* 12(2):90-106. <https://doi.org/10.1080/14724049.2013.831099>
- DFID (UK Department for International Development) (1998). *Changing the Nature of Tourism*. London: DFID.
- Diaz, D. (2001). *The Viability and Sustainability of International Tourism in Developing Countries*. Report to the Symposium on Tourism Services, 22-23 February 2001. Geneva: World Trade Organization.
- Dickinson, E. (2013). 'The Misdiagnosis: Rethinking "Nature-deficit Disorder"'. *Environmental Communication* 7(3):315-335.
- Dickinson, J. and Bonney, R. (2012). *Citizen Science: Public Participation in Environmental Research*. Ithaca, NY: Comstock. <https://doi.org/10.1080/17524032.2013.802704>
- Dikgang, J. and Muchapondwa, E. (2017). 'The Determination of Park Fees in Support of Benefit Sharing in Southern Africa'. *Tourism Economics* 23(6):1165-1183. <https://doi.org/10.1177/1354816616655254>
- Drumm, A. (2007). 'Tourism-based Revenue Generation for Conservation'. In: R. Bushell and P.F.J. Eagles (eds.), *Tourism and Protected Areas: Benefits beyond Boundaries*, pp. 191-209. Wallingford UK: CABI.
- Dudley, N. (ed.) (2008). *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAPS-016.pdf>. Accessed 1 April 2018.
- Dudley, N., Shadie, P. and Stolton, S. (2013). *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories Including IUCN WCPA Best Practice Guidance on Recognising Protected Areas and Assigning Management Categories and Governance Types*. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 21. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/30018>. Accessed 1 April 2018.
- Dzhanyspayev, A.D. (2006). 'Almaty Reserve'. In: A.A. Ivashenko (ed.), *Nature Reserves and National Parks of Kazakhstan*, pp.62-81. Almaty, Kazakhstan: Almatykitap.
- Eagles, P.F.J. (2002). 'Trends in Park Tourism: Economics, Finance and Management'. *Journal of Sustainable Tourism* 10(2):132-153. <https://doi.org/10.1080/09669580208667158>
- Eagles, P.F.J. (2014) 'Fiscal Implications of Moving to Tourism Finance for Parks: Ontario Provincial Parks'. *Managing Leisure* 19(1):1-17. <https://doi.org/10.1080/13606719.2013.849503>
- Eagles, P.F.J. and McCool, S.F. (2002). *Tourism in National Parks and Protected Areas: Planning and Management*. Wallingford, UK: CABI. <https://doi.org/10.1079/9780851995892.0000>
- Eagles, P.F.J., Bowman, M.E. and Tao, C.-H.T. (2001). *Guidelines for Tourism in Parks and Protected Areas of East Asia*. Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/7934>. Accessed 28 March 2018.
- Eagles, P.F.J., McCool, S.F. and Haynes, C. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management*. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 8. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/8024>. Accessed 28 March 2018. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2002.PAG.8.en>
- Eagles, P.F.J., Baycetch, C.M., Chen, X., Dong, L., Halpenny, E., Kwan, P.B., Lenuzzi, J.J., Wang, X., Xiao, H. and Zhang, Y. (2009). *Guidelines for Planning and Management of Concessions, Licenses and Permits for Tourism in Protected Areas*. Waterloo, Ontario: Tourism Planning and Management Program, University of Waterloo.
- Eagles, P., Romagosa, F., Buteau-Duitschaeffer, W., Havitz, M., Glover, T. and McCutcheon, B. (2012). 'Good Governance in Protected Areas: An Evaluation of Stakeholders' Perceptions in British Columbia and Ontario Provincial Parks'. *Journal of Sustainable Tourism* 21(1):60-79. <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.671331>
- Ellis, G.D. and Rossman, J.R. (2008). 'Creating Value for Participants through Experience Staging: Parks, Recreation, and Tourism in the Experience Industry'. *Journal of Park and Recreation Administration* 26(4):1-20.
- Esparon, M.C. (2013). 'The Role of Certification in Advancing the Sustainable Tourism Agenda: A Case Study of the ECO Certification Scheme in the Wet Tropics World Heritage Area (WTWHA)'. PhD dissertation. Townsville, Queensland: James Cook University.
- Esteves, A.M., Franks, D. and Vanclay, F. (2012). 'Social Impact Assessment: The State of the Art'. *Impact Assessment and Project Appraisal* 30:34-42. <https://doi.org/10.1080/14615517.2012.660356>
- EUROPARC Federation (2010). *Joining Forces: How the European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas is Successfully Implementing the Convention on Biological Diversity Guidelines for Biodiversity and Tourism Development*. <http://www.europarc.org/wp-content/uploads/2015/05/2010-Joining-Forces-ECST.pdf>. Accessed 28 March 2018.

- EUROPARC Federation (2012). *Practical, Profitable, Protected: A Starter Guide to Developing Sustainable Tourism in Protected Areas*. Grafenau, Germany: EUROPARC Federation. <https://portals.iucn.org/library/node/28972>. Accessed 28 March 2018.
- EUROPARC Federation (2018) *Become a Sustainable Destination - Charter Part I*. <http://www.europarc.org/sustainable-tourism/become-a-sustainable-destination-charter-part-i/>. Accessed 28 February 2018.
- Fagel, M.J. and Hesterman, J. (2017). *Soft Targets and Crisis Management: What Emergency Planners and Security Professionals Need to Know*. Boca Raton, Florida: CRC Press.
- Fawcett, K. (2009). Personal communication. Director, Karisoke Research Centre, 16 September.
- Ferretti, E.L. (2012). 'Atoll Ecosystem-based Conservation of Globally Significant Biological Diversity in the Maldives' Baa Atoll: GEF Project'. Terminal Evaluation Report. <http://erc.undp.org/evaluationadmin/manageevaluation/viewevaluationdetail.html?evalid=5571>. Accessed 15 February 2017.
- Feynan Ecolodge (2017). 'Feynan Ecolodge'. <http://ecohotels.me/Feynan>. Accessed 5 November 2017.
- Filipovic, D., Gosar, A., Koderman, M. and Burdic, S. (2017). 'Tourism in protected areas of nature in Serbia and Slovenia'. Belgrade: University of Belgrade, Faculty of Geography. https://www.researchgate.net/publication/321127222_Tourism_in_Protected_Areas_of_Nature_in_Serbia_and_Slovenia. Accessed 13 September 2018.
- Follett, R. and Strezov, V. (2015). 'An Analysis of Citizen Science Based Research: Usage and Publication Patterns'. *PLoS ONE* 10(11):e0143687. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0143687>
- Font, X., Epler Wood, M., Black, R. and Crabtree, A. (2007). 'Sustainable Tourism Certification Marketing and Its Contribution to SME Market Access'. In: R. Black and A. Crabtree (eds.), *Quality Assurance and Certification in Ecotourism*, pp. 147-163. Wallingford, UK: CAB International. <https://doi.org/10.1079/9781845932374.0147>
- Galaski, K. (2015). Personal communication. Program and Operations Manager, Americas, and Technical Director, MIF/IDB Project, Planeterra Foundation.
- GGN (Global Geoparks Network) (2018). 'Global Network of National Geoparks'. <http://www.globalgeopark.org/>. Accessed 26 October 2018.
- Gillingham, S. and Lee, P. (1999). 'The Impact of Wildlife-related Benefits on the Conservation Attitudes of Local People around the Selous Game Reserve, Tanzania'. *Environmental Conservation* 26(3):218-228. <https://doi.org/10.1017/S0376892999000302>
- Gitzen, R.A., Millsbaugh, J.J., Cooper, A.B. and Licht, D.S. (2012). *Design and Analysis of Long-term Ecological Monitoring Studies*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139022422>
- GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) (2014). 'Tourism as a Part of Integrated Development Planning and Nature Conservation' [brochure]. Eschborn, Germany: GIZ.
- GIZ (2015a). 'Integrated Nature Conservation and Sustainable Management of Natural Resources in Phong Nha-Ke Bang National Park'. <http://www.giz.de/en/worldwide/18650.html>. Accessed 15 February 2017.
- GIZ (2015b). 'Phong Nha-Ke Bang National Park Region: Nature Conservation and Sustainable Management of Natural Resources'. <http://www.pnkb-quangbinh.org.vn/>. Accessed 15 February 2017.
- Goodwin, H. McCombes, L. and Eckardt, C. (2009). 'Advances in Travel Philanthropy: Raising Money through the Travel and Tourism Industry for Charitable Purposes'. WTM Responsible Tourism Day Report No. 2.
- Graefe, A., Vaske, J. and Kuss, F. (1984). 'Social Carrying Capacity: An Integration and Synthesis of Twenty Years of Research'. *Leisure Sciences* 8:275-295. <https://doi.org/10.1080/01490408609513076>
- Greer, D. and Cipolletta, C. (2006). 'Western Gorilla Tourism: Lessons Learnt from Dzanga-Sangha'. *Gorilla Journal* 33:16-19.
- Groves, C. and Game, E.T. (2016). *Conservation Planning: Informed Decisions for a Healthier Planet*. Greenwood Village, CO: Roberts & Co.
- GSTC (Global Sustainable Tourism Council) (2017a). 'Global Sustainable Tourism Council'. <http://www.gstcouncil.org>. Accessed 15 February 2017.
- GSTC (2017b). "GSTC Industry Criteria Formally Released". <https://www.gstcouncil.org/en/about/news/1315-gstc-industry-criteria-formally-released.html>. Accessed 15 February 2017.
- Gutzwiller, K.J. (1995). 'Recreational Disturbance and Wildlife Communities'. In: R.L. Knight and K.J. Gutzwiller (eds.), *Wildlife and Recreationists: Coexistence through Management and Research*, pp. 169-182. Washington, DC: Island Press.

- Haaland, H. and Aas, O. (2010). 'Ecotourism Certification-Does it Make a Difference? A Comparison of Systems from Australia, Costa Rica and Sweden'. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism* 10(3):375-385. <https://doi.org/10.1080/15022250.2010.486262>
- Hachileka, E. (2003). 'Sustainability of Wildlife Utilization in the Chobe District, Botswana'. *South African Geographical Journal* 85(1):50-57. <https://doi.org/10.1080/03736245.2003.9713784>
- Hall, C.M. and McArthur, S. (1998). *Integrated Heritage Management: Principles and Practices*. London, UK: The Stationery Office.
- Hall, C.M., Scott, D. and Gossling, S. (2013). 'The Primacy of Climate Change for Sustainable International Tourism'. *Sustainable Development* 21:112-121. <https://doi.org/10.1002/sd.1562>
- Halpenny, E. (2007). 'Financing Parks through Marketing: A Case Study of Ontario Parks'. In: R. Bushell and P.F.J. Eagles (eds.), *Tourism and Protected Areas: Benefits beyond Boundaries*, pp. 277-300. Wallingford, UK: CABI. <https://doi.org/10.1079/9780851990224.0277>
- Halpenny, E.A. and Caissie, L.T. (2003). 'Volunteering on Nature Conservation Projects: Volunteer Experience, Attitudes and Values'. *Tourism Recreation Research* 28(3):25-33. <https://doi.org/10.1080/02508281.2003.11081414>
- Ham, S. (2011). 'The Ask—Or Is It the Offer?' In: M. Honey (ed.), *Travelers' Philanthropy Handbook*, pp. 141-149. Washington, DC: Center for Responsible Travel (CREST).
- Harris, R. (2002). 'The Tale of the Little Penguins and the Tourists—Making Tourism Sustainable in Phillip Island Nature Park'. In: T. Harris, T. Griffin and P. Williams (eds.), *Sustainable Tourism: A Global Perspective*, pp. 238-251. Amsterdam: Elsevier Butterworth-Heinemann. <https://doi.org/10.1016/B978-0-7506-8946-5.50019-8>
- Hayes, M.C., Peterson, M.N., Heinen-Kay, J. and Brian Langerhans, R. (2015). 'Tourism-related Drivers of Support for Protection of Fisheries Resources on Andros Island, The Bahamas'. *Ocean and Coastal Management* 106:118-123. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2015.01.007>
- Hellebrandt, T. and Mauro, P. (2015). 'The Future of Worldwide Income Distribution'. *PIIE Working Paper* 15-7. <https://piee.com/publications/working-papers/future-worldwide-income-distribution>. Accessed 8 April 2018.
- Hill, G.H., Cable, T.T. and Scott, D. (2010). 'Wildlife-based Recreation as Economic Windfall: A Rhetorical Analysis of Public Discourse on Birding'. *Applied Environmental Education and Communication* 9:224-232. <https://doi.org/10.1080/1533015X.2010.530888>
- Hockings, M., Stolton, S., Leverington, F., Dudley, N. and Courrau, J. (2006). *Evaluating Effectiveness: A Framework for Assessing the Management of Protected Areas* (2nd ed.). *Best Practice Protected Areas Guidelines Series No. 14*. Gland, Switzerland: IUCN. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2006.PAG.14.en>
- Honey, M. (ed.) (2011). *Travelers' Philanthropy Handbook*. Washington, DC: Center for Responsible Travel.
- Hoon, P. (2004). 'Impersonal Markets and Personal Communities? Wildlife, Conservation and Development in Botswana'. *Journal of International Wildlife Law & Policy* 7(3):143-160. <https://doi.org/10.1080/13880290490883223>
- Hornback, K.E. and Eagles, P.F.J. (1999). *Guidelines for Public Use Measurement and Reporting at Parks and Protected Areas*. Cambridge, UK: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/7545>. Accessed 28 March 2018.
- HPHP (Healthy Parks Healthy People) (2017). 'Healthy Parks Healthy People Central'. <http://www.hphpcentral.com>. Accessed 15 February 2017.
- Huang, Y.W. (2011). 'Ecotourism Development and Promotion in Taiwan: Perspective on the Role and Actions of the State'. *Journal of National Park* 21(1):1-22.
- Hübner, A. Phong, L.T. and Châu, T.S.H. (2014). 'Good Governance and Tourism Development in Protected Areas: The Case of Phong Nha-Ke Bang National Park, Central Vietnam'. *Koedoe* 56(2). <https://doi.org/10.4102/koedoe.v56i2.1146>
- Hustai National Park (2017). 'Hustai National Park'. <http://www.hustai.mn>. Accessed 15 February 2017.
- Huwylar, F., Kappeli, J., Serafimova, K., Swanson, E. and Tobin, J. (2014). *Conservation Finance: Moving beyond Donor Funding towards an Investor-driven Approach*. Gland, Switzerland: WWF, Credit Suisse, and McKinsey & Company.
- Hvenegaard, G.T. (2011). 'Potential Conservation Benefits of Wildlife Festivals'. *Event Management* 15(4):373-386.
- Hvenegaard, G.T., Halpenny, E.A. and McCool, S. (2012). 'Protected Area Tourism and the Aichi Targets'. *Parks* 18(2): 6-11.
- INC (Instituto Nacional de Cultura) (2005). *Plan maestro del santuario histórico de Machupicchu*. Cusco, Peru: Instituto Nacional de Cultura, Instituto Nacional de Recursos Naturales y Dirección Regional de Cusco.

- Infield, M. (1988). 'Attitudes of a Rural Community towards Conservation and a Local Conservation Area in Natal, South Africa'. *Biological Conservation* 45(1):21-46. [https://doi.org/10.1016/0006-3207\(88\)90050-X](https://doi.org/10.1016/0006-3207(88)90050-X)
- IPACC (2017). 'The IPACC Project'. <http://www.ipacc.pe/qsomos.html>. Accessed 15 February 2017.
- iSimangaliso Wetland Park (2017). 'iSimangaliso - Caring for the Coast'. <https://isimangaliso.com/newsflash/isimangaliso-caring-for-the-coast/>. Accessed 8 April 2018.
- ISO (International Organization for Standardisation) (2015). 'ISO 18065:2015'. http://www.iso.org/iso/catalogue_detail.htm?cs-number=61250. Accessed 15 February 2017.
- IUCN (International Union for Conservation of Nature) (2010). 'Communicating for Success: Ensuring MPAs are Valued'. http://www.cectalksnature.org/_literature_125750/MPA_Communications_Planning_Handbook. Accessed 15 February 2017.
- IUCN (2012a). IUCN Conservation Outlook Assessments—Guidelines for their Application to Natural World Heritage Sites. Gland, Switzerland: IUCN. http://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_iucn_conservation_outlook_assessments_08_12.pdf. Accessed 15 February 2017.
- IUCN (2012b). Siting and Design of Hotels and Resorts: Principles and Case Studies for Biodiversity Conservation. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/2012-013.pdf>. Accessed 15 February 2017.
- IUCN (2014). 'Brief—IUCN Conservation Outlook Assessments'. https://cmsdata.iucn.org/downloads/brief_iucn_conservation_outlook_assessments_0812.pdf. Accessed 15 February 2017.
- IUCN (2017a). 'IUCN Global Protected Areas Programme'. <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/about/iucn-global-protected-areas-programme>. Accessed 15 February 2017.
- IUCN (2017b). 'IUCN—World Heritage Outlook'. <http://www.worldheritageoutlook.iucn.org/>. Accessed 15 February 2017.
- IUCN (2017c). 'Key Biodiversity Areas'. <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/wcpa/what-we-do/biodiversity-and-protected-areas/key-biodiversity-areas>. Accessed 15 February 2017.
- IUCN (2017d). 'IUCN Green List'. http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_quality/gpap_greenlist/. Accessed 15 February 2017.
- IUCN (2017e). World Heritage Outlook: Jiuzhaigou Valley Scenic and Historic Interest Area. http://www.worldheritageoutlook.iucn.org/search-sites/-/wdpaid/en/67732?p_auth=rVuYfC0y. Accessed 8 November 2017.
- IUCN Botswana (2002). Botswana National Ecotourism Strategy. Final Report. http://www.ub.bw/ip/documents/2002_Botswana%20National%20Ecotourism%20Strategy.pdf. Accessed 15 February 2017.
- IUCN-WCPA (2007). 'Guidelines for Applying the Precautionary Principle to Biodiversity Conservation and Natural Resource Management'. As approved by the 67th meeting of the IUCN Council, 14-16 May 2007. http://cmsdata.iucn.org/downloads/In250507_ppguidelines.pdf. Accessed 15 February 2017.
- IVUMC (Interagency Visitor Use Management Council) (2016). Visitor Use Management Framework: A Guide to Providing Sustainable Outdoor Recreation (Edition One). Denver, CO: IVUMC. <https://visitorusemanagement.nps.gov/VUM/Framework>. Accessed 15 February 2017.
- IVUMC (2017). 'Interagency Visitor Use Management Council'. <http://visitorusemanagement.nps.gov/>. Accessed 15 February 2017.
- Jager, E. and Halpenny, E.A. (2012). 'Supporting the CBD Aichi Biodiversity Conservation Targets through Park Tourism: A Case Study of Parks Canada's Visitor Experience Programme'. *Parks* 18(2):78-91. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2012.PARKS-18-2.EJ.en>
- Jager, E., Sheedy, C., Gertsch, F., Phillips, T. and Danchuk, G. (2006). 'Managing for Visitor Experiences in Canada's National Heritage Places'. *Parks* 16(2):18-24.
- Kajala, L. (2013). 'Visitor Monitoring in Finnish National Parks and ASTA Visitor Information System'. Paper presented at the Visitor Monitoring in National Parks Workshop, Gardemoen Airport, Norway.
- Kajala, L., Almik, A., Dahl, R., Diksaité, L., Erkkonen, J., Fredman, P., Jensen, F., Sondergaard, F., Karoles, K., Sievanen, T., Skov-Petersen, H., Vistad, O.I. and Wallsten, P. (2007). Visitor Monitoring in Nature Areas: A Manual based on Experiences from the Nordic and Baltic Countries. Stockholm, Sweden: Swedish Environmental Protection Agency/TemaNord. <https://www.naturvardsverket.se/Documents/publikationer/620-1258-4.pdf>. Accessed 18 November 2017.
- Kibira, G. (2014). 'The Economic Implications of Conservation in Serengeti National Park on Adjacent Local Communities in Tanzania'. PhD progress report, School of Economics, University of Cape Town.

- King, L. (2013). 'Communicating the World Heritage Brand: Building Appreciation and Commitment to the World Heritage Concept'. In: P. Figgis, A. Leverington, R. Mackay and P. Valentine (eds.), *Keeping the Outstanding Exceptional: The Future of World Heritage in Australia*. Sydney: Australian Committee for IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/10426>. Accessed 26 October 2018.
- King, L., McCool, S., Fredman, P. and Halpenny, E. (2012). 'Protected Area Branding Strategies to Increase Stewardship among Park Constituencies'. *Parks* 18(2):54-63. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2012.PARKS-18-2.LMK.en>
- Knight, R.L. and Cole, D.N. (1995). *Wildlife Responses to Recreationists*. In: R.L. Knight and K.J. Gutzwiller (eds.), *Wildlife and Recreationists: Coexistence through Management and Research*, pp. 51-70. Washington, DC: Island Press.
- Koss, R., Miller, K., Wescoth, G., Bellgove, A., Boxshall, A., McBurnie, J., Bunce, A., Gilmour, P. and Lerodiakonou, D. (2009). 'An Evaluation of Sea Search as a Citizen Science Programme in Marine Protected Areas'. *Pacific Conservation Biology* 15:116-127.
- Kothari, A. (2008). 'Protected Areas and People: The Future of the Past'. *Parks* 17(2):23-34.
- Krippendorf, J. (1987). *The Holiday Makers: Understanding the Impact of Leisure and Travel*. Oxford: Heinemann.
- Krug, K., Abderhalden, W. and Haller, A. (2003). 'User Needs for Location-based Services in Protected Areas: Case Study Swiss National Park'. *Information Technology and Tourism* 5: 235-242. <https://doi.org/10.3727/109830503108751162>
- LaFranchi, H. (2001). 'Machu Picchu's Slide'. *Christian Science Monitor* 93(112):7.
- Lankford, S.V. and Howard, D.R. (1994). 'Developing a Tourism Impact Attitude Scale'. *Annals of Tourism Research* 21:121-139.
- Larson, L.R. and Poudyal, N.C. (2012). 'Developing Sustainable Tourism through Adaptive Resource Management: A Case Study of Machu Picchu, Peru'. *Journal of Sustainable Tourism* 20(7):917-938.
- Lausche, B. (2011). *Guidelines for Protected Areas Legislation*. IUCN Environmental Policy and Law Paper No. 81. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/9869>. Accessed 15 February 2017.
- Leménager T., King, D., Elliott, J., Gibbons, H. and King, A. (2014). 'Greater than the Sum of Their Parts: Exploring the Environmental Complementarity of State, Private and Community Protected Areas'. *Global Ecology and Conservation* 2:238-247. <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2014.09.009>
- Lemieux, C.J., Eagles, P.F.J., Slocombe, D.S., Doherty, S.T., Elliott, S.J. and Mock, S.E. (2012). 'Human Health and Well-being Motivations and Benefits Associated with Protected Area Experiences: An Opportunity for Transforming Policy and Management in Canada'. *Parks* 18(1):71-85.
- Lepp, A. (2002). 'Uganda's Bwindi Impenetrable National Park: Meeting the Challenges of Conservation and Community Development through Sustainable Tourism'. In: R. Harris, T. Griffin and P. Williams (eds.), *Sustainable Tourism: A Global Perspective*, pp. 211-220. Amsterdam: Elsevier Butterworth-Heinemann. <https://doi.org/10.1016/B978-0-7506-8946-5.50017-4>
- Lepp, A. (2007). 'Residents' Attitudes toward Tourism in Bigodi Village, Uganda'. *Tourism Management* 28:876-885. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2006.03.004>
- Leung, Y.-F. (2012). 'Recreation Ecology Research in East Asia's Protected Areas: Redefining Impacts?' *Journal for Nature Conservation* 20(6):349-356. <https://doi.org/10.1016/j.jnc.2012.07.005>
- Leung, Y.-F., Marion, J.L. and Farrell, T.A. (2008). 'Recreation Ecology in Sustainable Tourism and Ecotourism: A Strengthening Role'. In: S.F. McCool and R.N. Moisey (eds.), *Tourism, Recreation and Sustainability: Linking Culture and the Environment* (2nd ed.), pp. 19-37. Wallingford, UK: CABI. <https://doi.org/10.1079/9781845934705.0019>
- Liddle, M.J. (1997). *Recreation Ecology*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic.
- Lindberg, K. (1998). 'Economic Aspects of Ecotourism'. In: K. Lindberg and M.E. Wood (eds.), *Ecotourism: A Guide for Planners and Managers* (Vol. 2), pp. 87-117. North Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.
- Lindberg, K. (2001). *Protected Area User Fees: Summary*. Report prepared for the project 'Generating Revenue through Ecotourism for Marine Protected Areas in Belize'. Summit Foundation and The International Ecotourism Society.
- Liu, S.G. (2013). 'Government and Local People are Not Enemies but Friends, Brilliant Outcomes of Ecotourism in Pintung'. http://travel.udn.com/mag/travel/storypage.jsp?f_ART_ID=87332#ixzz2Q23cIK2w. Accessed 20 March 2013.
- Lucas, R.C. (1964). 'Wilderness Perception and Use: The Example of the Boundary Waters Canoe Area'. *Natural Resources Journal* 3:394-411.
- Lucas, R.C. (1982). 'Recreation Regulations—When are They Needed?' *Journal of Forestry* 80(3):148-151.

- Lucas, R.C. (1983). 'The Role of Regulations in Recreation Management'. *Western Wildlands* 9(2):6–10.
- Lucey, W.P. and Barraclough, C.L. (2001). *A User Guide to Photopoint Monitoring Techniques for Riparian Areas—Field Test Edition*. Kimberley, BC: Aqua-Tex Scientific Consulting Ltd.
- Macfie, E.J. and Williamson, E.A. (2010). *Best Practice Guidelines for Great Ape Tourism*. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/9636>. Accessed 28 March 2018.
- Maekawa, M., Lanjouw, A., Rutagarama, E. and Sharp, D. (2013). 'Mountain Gorilla Tourism Generating Wealth and Peace in Post-conflict Rwanda'. *Natural Resources Forum* 37(2):127-137. <https://doi.org/10.1111/1477-8947.12020>
- Magole, L.I. and Magole, L. (2011). 'Revisiting Botswana's High-value, Low-volume Tourism'. *Tourism Analysis* 16(2):203-210.
- Maller, C., Townsend, M., St Leger, L., Hendersen-Wilson, C., Pryor, A., Prosser, L. and Moore, M. (2009). 'Healthy Parks, Healthy People: The Health Benefits of Contact with Nature in a Park Context'. *The George Wright Forum* 26(2):51-83.
- Manidis Roberts Consultants (1996). 'Developing a Tourism Optimisation Management Model (TOMM): A Model to Monitor and Manage Tourism on Kangaroo Island' (Draft Consultation Report). Adelaide: South Australian Tourism Commission.
- Manning, R. (2004). 'Recreation Planning Frameworks'. In: M.J. Manfredo, J.J. Vaske, B.L. Bruyere, D.R. Field and P.J. Brown (eds.), *Society and Natural Resources: A Summary of Knowledge*, pp. 83-96. Jefferson, Missouri: Modern Litho.
- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons without Tragedy*. Washington, DC: Island Press.
- Manning, R. (2011). *Studies in Outdoor Recreation* (3rd ed.). Corvallis: Oregon State University Press.
- Manning, R., Lawson, S., Newman, P., Hallo, J. and Monz, C. (2014). *Sustainable Transportation in the National Parks*. Lebanon, New Hampshire: University Press of New England.
- Manning, R., Anderson, L. and Pettengill, P. (2017). *Managing Outdoor Recreation: Case Studies in the National Parks* (2nd ed.). Cambridge, Massachusetts: CABI. <https://doi.org/10.1079/9781786391025.0000>
- Marion, J.L. and Reid, S. (2007). 'Minimizing Visitor Impacts to Protected Areas: The Efficacy of Low Impact Education Programmes'. *Journal of Sustainable Tourism* 15(1):5-27. <https://doi.org/10.2167/jost593.0>
- Marion, J.L. and Wimpey, J. (2011). *Informal Trail Monitoring Protocols: Denali National Park and Preserve*. Blacksburg, Virginia: US Geological Survey, Patuxent Wildlife Research Center, Virginia Tech Field Unit. https://profile.usgs.gov/myscience/upload_folder/ci2012Feb2415041636429DENA%20Trails%20Final%20Rpt.pdf. Accessed 15 February 2017.
- Mathieson, A. and Wall, G. (1982). *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. London: Longman.
- Mbaiwa, J.E. (2005). 'The Problems and Prospects of Sustainable Tourism Development in the Okavango Delta, Botswana'. *Journal of Sustainable Tourism* 13(3):203-227. <https://doi.org/10.1080/01434630508668554>
- Mbaiwa, J.E. and Stronza, A.L. (2011). 'Changes in Resident Attitudes towards Tourism Development and Conservation in the Okavango Delta, Botswana'. *Journal of Environmental Management* 92(8):1950-1959. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2011.03.009>
- McCool, S.F. (1996). 'Limits of Acceptable Change: A Framework for Managing National Protected Areas: Experiences from the United States'. Paper presented at the Workshop on Impact Management in Marine Parks, Kuala Lumpur, Malaysia, 13-14 August.
- McCool, S.F. (2006). 'Managing for Visitor Experiences in Protected Areas: Promising Opportunities and Fundamental Challenges'. *Parks* 16(2):3-9.
- McCool, S.F. and Cole, D.N. (comps.) (1997). *Proceedings—Limits of Acceptable Change and Related Planning Processes: Progress and Future Directions*. Ogden, Utah: USDA Forest Service, Intermountain Research Station. http://www.fs.fed.us/rm/pubs_int/int_gtr371.pdf. Accessed 15 February 2017.
- McCool, S.F. and Moisey, R.N. (2008). 'Introduction: Pathways and Pitfalls in the Search for Sustainable Tourism'. In: S.F. Moisey and R.N. Moisey (eds.), *Tourism, Recreation and Sustainability* (2nd ed.), pp. 1-16. Wallingford, UK: CABI. <https://doi.org/10.1079/9781845934705.0001> <https://doi.org/10.4324/9780203496039.ch1>
- McCool, S.F., Clark, R.N. and Stankey, G.H. (2007). *An Assessment of Frameworks Useful for Public Land Recreation Planning*. General Technical Report PNW-GTR-705. Portland, Oregon: USDA Forest Service, Pacific Northwest Research Station. http://www.fs.fed.us/pnw/pubs/pnw_gtr705.pdf. Accessed 15 February 2017. <https://doi.org/10.2737/PNW-GTR-705>
- McCool, S., Hsu, Y.C. Rocha, S.B., S\$|oórsdóttir, A.D., Gardner, L. and Freimund, W. (2012). 'Building the Capability to Manage Tourism as Support for the Aichi Target'. *Parks* 18(2):92-106. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2012.PARKS-18-2.SM.en>

- McCreary, A., Seekamp, E., Cervený, L.K. and Carver, A. (2012). 'Natural Resource Agencies and Their Motivations to Partner: The Public Lands Partnership Model'. *Leisure Sciences* 34(5):470-489. <https://doi.org/10.1080/01490400.2012.714707>
- McKeever, P. (2010). 'Communicating Geoheritage: An Essential Tool to Build a Strong Geopark Brand'. In: Abstracts of the 4th International UNESCO Conference on Geoparks, 9-15 April, 2010, Langkawi, Malaysia.
- McNeely, J.A., Thorsell, J.W. and Ceballos-Lascurain, H. (1992). *Guidelines: Development of National Parks and Protected Areas for Tourism*. UNEP-IE/PAC Technical Report Series No. 13. Madrid: UNWTO and UNEP.
- McNeillage, A. (1996). 'Ecotourism and Mountain Gorillas in the Virunga Volcanoes'. In: V.J. Taylor and N. Dunstone (eds.), *The Exploitation of Mammal Populations*, pp. 334-344. London: Chapman & Hall. https://doi.org/10.1007/978-94-009-1525-1_19
- MEE-RoM (Ministry of Environment and Energy, Republic of Maldives) (2012). 'President Launches the Baa Atoll UNESCO Biosphere Reserve, Office and Baa Atoll Conservation Fund'. <http://www.environment.gov.mv/v1/news/president-launches-the-baa-atoll-unesco-biosphere-reserve-office-and-baa-atoll-conservation-fund/>. Accessed 15 February 2017.
- Mehta, J. and Heinen, J. (2001). 'Does Community-based Conservation Shape Favourable Attitudes among Locals? An Empirical Study from Nepal'. *Environmental Management* 28(2):165-177. <https://doi.org/10.1007/s002670010215>
- Melenhorst, E., Tapaninen, M. and Ferdinandova, V. (2013). *Sustainable Tourism Management in the Transboundary Areas of the Dinaric Arc Region: Manual for Planning, Development and Monitoring of Tourism in the Protected Areas of the Dinaric Arc*. Gland, Switzerland: IUCN.
- Miljkovic, O. and Zivkovic, L. (2012). 'Possibilities for the development of ecotourism in protected areas of Western Serbia'. *Journal of the Geographical Institute Jovan Cvijic SASA* 62(3):65-80. <http://doi:10.2298/ijgi1203065m>
- Miller, A.B., Leung, Y.-F. and Lu, D.-J. (2012). 'Community-based Monitoring of Tourism Resources as a Tool for Supporting the Convention on Biological Diversity Targets: A Preliminary Global Assessment'. *Parks* 18(2):120-134. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2012.PARKS-18-2.AM.en>
- Miller, G. and Twining-Ward, L. (2005). *Monitoring for a Sustainable Tourism Transition: The Challenge of Developing and Using Indicators*. Wallingford, UK: CABI.
- Mishra, C., Madhusudan, M.D. and Datta, A. (2006). 'Mammals of the High Altitudes of Western Arunachal Pradesh, Eastern Himalaya: An Assessment of Threats and Conservation Needs'. *Oryx* 40(1):29-35.
- Mitchell, B.A., Stolton, S., Bezaury-Creel, J., Bingham, H.C., Cumming, T.L., Dudley, N., Fitzsimons, J.A., Malleret-King, D., Redford, K.H. and Solano, P. (2018). *Guidelines for Privately Protected Areas*. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 29. Gland, Switzerland: IUCN.
- Mitchell, J. and Ashley, C. (2010). *Tourism and Poverty Reduction: Pathways to Prosperity*. London: Earthscan.
- Mitchell, R., Wooliscroft, B. and Higham, J. (2013). 'Applying Sustainability in National Park Management: Balancing Public and Private Interests Using a Sustainable Market Orientation Model'. *Journal of Sustainable Tourism* 21(5):695-715. <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.737799>
- Monz, C., Roggenbuck, J., Cole, D., Brame, R. and Yoder, A. (2000). 'Wilderness Party Size Regulations: Implications for Management and a Decision Making Framework'. In: D.N. Cole, S.F. McCool, W.T. Borrie and J. O'Loughlin (comps.), *Wilderness Science in a Time of Change Conference—Volume 4*, pp. 265-273. Ogden, Utah: USDA Forest Service, Rocky Mountain Research Station. <https://www.fs.usda.gov/treearch/pubs/22036>. Accessed 28 March 2018.
- Moore, A.W. (1991). 'Planning for Ecotourism in Protected Areas'. In: J.A. Kusler (ed.), *Ecotourism and Research Conservation*, pp. 563-574. Merida, Mexico, and Miami Beach, Florida: International Symposia on Ecotourism and Resource Conservation.
- Moreira, J. (2011). *Geoturismo e Interpretacao Ambiental*. Ponta Grossa, Brazil: Editora UEPG.
- Muller, D.K., Lundmark, L. and Lemelin, R.H. (2013). *New Issues in Polar Tourism*. New York: Springer.
- Musumali, M., Larsen, T. and Kaltenborn, B. (2007). 'An Impasse in Community Based Natural Resource Management Implementation: The Case of Zambia and Botswana'. *Oryx* 41(3):306-313.
- NAI (National Association for Interpretation) (2018). 'About Interpretation'. <http://www.interpnet.com/>. Accessed 8 April 2018.
- Needham, M.D. and Rollins, R. (2009). 'Social Science, Conservation, and Protected Areas Theory'. In: P. Dearden and R. Rollins (eds.), *Parks and Protected Areas in Canada: Planning and Management (3rd ed.)*, pp. 135-167. Don Mills, ON: Oxford University Press.

- Newsome, D., Moore, S.A. and Dowling, R.K. (2013). *Natural Area Tourism: Ecology, Impacts and Management* (2nd ed.). Bristol, UK: Channel View.
- Ng, Y.C.Y. (2011). 'Geoparks and Geotourism: A Management Approach to Conserve Valuable Geological Heritage in China and the Hong Kong Special Administrative Region'. PhD thesis. Sydney: University of Sydney.
- Nielsen, H. and Spenceley, A. (2011). 'The Success of Tourism in Rwanda: Gorillas and More'. In: P. Chunhjan-Pole and M. Angwafo (eds.), *Yes Africa Can: Success Stories from a Dynamic Continent*, pp. 231-249. Washington, DC: World Bank.
- Nilsen, P. and Tayler, G. (1997). 'A Comparative Analysis of Protected Area Planning and Management Frameworks'. In: S.F. McCool and D.N. Cole (comps.), *Proceedings—Limits of Acceptable Change and Related Planning Processes: Progress and Future Directions*, pp. 49-57. Ogden, Utah: USDA Forest Service, Rocky Mountain Research Station. <https://www.fs.usda.gov/treearch/pubs/23910>. Accessed 28 March 2018.
- NTCA (National Tiger Conservation Authority) (2012). 'NTCA Comprehensive Guidelines for Tiger Conservation and Tourism'. http://www.moef.nic.in/assets/Comprehensive_Guidelines_NTCA.pdf. Accessed 15 February 2017.
- O'Sullivan, E.L. and Spangler, K.J. (1998). *Experience Marketing: Strategies for the New Millennium*. State College, PA: Venture Publishing.
- Pam Wight and Associates (2001). *Best Practices in Natural Heritage Collaborations: Parks and Outdoor Tourism Operators*. Ottawa: Canadian Tourism Commission.
- Park, L.O., Manning, R.E., Marion, J.L., Lawson, S.R. and Jacobi, C. (2008). 'Managing Visitor Impacts in Parks: A Multi-Method Study of the Effectiveness of Alternative Management Practices'. *Journal of Park and Recreation Administration* 26(1):97-121.
- Parks Canada (2013). 'Parks Canada Guiding Principles and Operational Policies' <http://www.pc.gc.ca/eng/docs/pc/poli/princip/index.aspx>. Accessed 15 February 2017.
- Parks Forum (2012). *Exploring Revenue Models for Parks Agencies. Report of the Proceedings of the Parks Forum Innovative Revenue Models Workshop*. Melbourne: Parks Forum.
- Parks Victoria (2017). 'Sea Search'. <http://parkweb.vic.gov.au/get-involved/volunteer/sea-search>. Accessed 15 February 2017.
- Pedersen, A. (2002). *Managing Tourism at World Heritage Sites: A Practical Manual for World Heritage Site Managers*. World Heritage Manuals Series No. 1. Paris: UNESCO World Heritage Centre. <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-113-2.pdf>. Accessed 28 March 2018.
- Pegas, F.D.V. and Stronza, A. (2008). 'Ecotourism Equations: Do Economic Benefits Equal Conservation?' In: A. Stronza and W.H. Durham (eds.), *Ecotourism and Conservation in the Americas*, pp. 163-176. Wallingford, UK: CABI. <https://doi.org/10.1079/9781845934002.0163>
- Pergams, O.R. and Zaradic, P.A. (2006). 'Is Love of Nature in the U.S. Becoming Love of Electronic Media? 16-Year Downtrend in National Park Visits Explained by Watching Movies, Playing Video Games, Internet Use and Oil Prices'. *Journal of Environmental Management* 80:387-393. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2006.02.001>
- Pine, J. and Gillmore, J.H. (1999). *The Experience Economy: Work is Theatre & Every Business a Stage*. Cambridge, MA: Harvard Business School Press.
- Planeterra Foundation (2015). 'Multilateral Investment Fund Projects'. <http://www.planeterra.org/multilateral-investment-fund-projects-pages-75.php>. Accessed 7 October 2015.
- Plumptre, A.J., Kayitare, A., Ranier, H., Gray, M., Munanura, I., Barakabuye, N., Asuma, S., Sivha, M. and Namara, A. (2004). 'The Socio-Economic Status of People Living Near Protected Areas in the Central Albertine Rift'. *Albertine Rift Technical Reports* 4. New York: Wildlife Conservation Society.
- Powell, R.B. and Ham, S.H. (2008). 'Can Ecotourism Interpretation Really Lead to Pro-Conservation Knowledge, Attitudes and Behaviour? Evidence from the Galapagos Islands'. *Journal of Sustainable Tourism* 16(4):467-489. <https://doi.org/10.2167/jost797.0> <https://doi.org/10.1080/09669580802154223>
- Powell, R., Kellert, S. and Ham, S. (2009). 'Interactional Theory and the Sustainable Nature-based Tourism Experience'. *Society and Natural Resources* 22(8):761-776. <https://doi.org/10.1080/08941920802017560>
- Pretty, J. (2005). *The Earthscan Reader in Sustainable Agriculture*. London: Earthscan.
- Price, K. and Daust, D. (2009). 'Making Monitoring Manageable: A framework to Guide Learning'. *Canadian Journal of Forest Research* 39(10):1881-1892. <https://doi.org/10.1139/X09-101>
- Průhonice Park (2017). 'Průhonice Park and Castle'. <http://www.parkpruhonice.cz/>. Accessed 15 February 2017.

- Ramsar Convention (Ramsar Convention on Wetlands) and UNWTO (World Tourism Organization) (2012). *Destination Wetlands: Supporting Sustainable Tourism*. Gland, Switzerland and Madrid, Spain: Secretariat of the Ramsar Convention and UNWTO. <http://sdt.unwto.org/publication/destination-wetlands-supporting-sustainable-tourism>. Accessed 15 February 2017.
- Reck, G.K., Cajiao, D., Coloma, A., Cardenas, S. and Celi, J.T. (2015). *Visitor Management in Protected Areas: Developing an Adaptive Methodology to Ensure the Conservation of both Natural and Social Capital*. Quito: ECOLAP-USFQ.
- Reid, S.E. and Marion, J.L. (2004). 'Effectiveness of a Confinement Strategy for Reducing Campsite Impacts in Shenandoah National Park'. *Environmental Conservation* 31(4):274-282. <https://doi.org/10.1017/S0376892904001602>
- Rodrigues, A. (2012). 'Concessions Contract Management and Monitoring in Niassa Reserve, Mozambique'. In: A. Spenceley, R. Casimirio and J. Barborak (eds.), *Concessioning Tourism Opportunities in Conservation Areas and Maximizing Rural Development: Lessons and the Way Forward for Mozambique and Other Southern African Countries*. Maputo, Mozambique, 19-22 March 2012. Minutes of meeting, Report to the USAID SPEED program.
- Roman, G., Dearden, P. and Rollins, R. (2007). 'Application of Zoning and "Limits of Acceptable Change" to Manage Snorkelling Tourism'. *Environmental Management* 39(6):819-830. <https://doi.org/10.1007/s00267-006-0145-6>
- Romagosa, F., Eagles, P.F.J. and Lemieux, C.J. (2015). 'From the Inside Out to the Outside In: Exploring the Role of Parks and Protected Areas as Providers of Human Health and Well-being'. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism* 10:70-77. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2015.06.009>
- RSCN (Royal Society for the Conservation of Nature) (2017). 'The Royal Society for the Conservation of Nature'. <http://www.rscn.org.jo/>. Accessed 15 February 2017.
- Rylance, A. and Barois, H. (2016). *National Level Sustainable Financing Plan for Protected Areas in Seychelles*. Victoria: Government of Seychelles, UN Development Programme, and Global Environment Facility Programme Coordination Unit.
- Rylance, A. and Spenceley, A. (2014). 'Creating Luxury Ecotourism with the Local Community, Case Study'. Endeava: GIZ.
- SANParks (South African National Parks) (2012). 'Annual Report.' <http://www.sanparks.org/assets/docs/general/annual-report-2012.pdf>. Accessed 15 February 2017.
- SANParks (n.d.). 'Concessions Operations Manual'. Revision 1.
- Sassa, K., Fukuoka, H., Wang, F. and Wang, G. (eds.) (2005). *Landslides: Risk Analysis and Sustainable Disaster Management*. Berlin: Springer. <https://doi.org/10.1007/3-540-28680-2>
- Seekamp, E. and Cerveny, L.K. (2010). 'Examining U.S. Forest Service Recreation Partnerships: Institutional and Relational Interactions'. *Journal of Park and Recreation Administration* 28(4):1-15.
- Seekamp, E., Cerveny, L.K. and McCreary, A. (2011). 'Institutional, Individual and Socio-cultural Dimensions of Partnerships: A Cultural Domain Analysis of USDA Forest Service Recreation Partners'. *Environmental Management* 48(3):615-630. <https://doi.org/10.1007/s00267-011-9695-3>
- Seekamp, E., Barrow, L.A. and Cerveny, L.K. (2013). 'The Growing Phenomenon of Partnerships: A Survey of Personnel Perceptions'. *Journal of Forestry* 111(6):412-419.
- Sekhar, N. (2003). 'Local People's Attitudes towards Conservation and Wildlife Tourism around Sariska Tiger Reserve, India'. *Journal of Environmental Management* 69:339-347. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2003.09.002>
- Sewell, W.R.D., Dearden, P. and Dumbrell, J. (1989). 'Wilderness Decision Making and the Role of Environmental Interest Groups: A Comparison of the Franklin Dam, Tasmania and South Moresby, British Columbia'. *Natural Resources Journal* 29(1):147-169.
- Sheail, J. (2010). *Nature's Spectacle: The World's First National Parks and Protected Areas*. London: Earthscan.
- Shelby, B. and Heberlein, T.A. (1986). *Carrying Capacity in Recreation Settings*. Corvallis: Oregon State University Press.
- Shih, J.F. (2011). 'The Government Sector Development of Knowledge Structure of Community-based Ecotourism; Take Shirding Community in Kending National Park as an Example'. Master's thesis. Kaohsiung, Taiwan, Province of China: National Kaohsiung Normal University.
- SHSD (School of Health and Social Development) (2008). *Healthy Parks, Healthy People: The Health Benefits of Contact with Nature in a Park Context*. Melbourne: Deakin University. http://dro.deakin.edu.au/view/DU:30010146?print_friendly=true. Accessed 15 February 2017.
- Shultis, J. and More, T. (2011). 'American and Canadian National Park Agency Responses to Declining Visitation'. *Journal of Leisure Research* 43:110-132. <https://doi.org/10.1080/00222216.2011.11950228>
- Sindiyo, D.M. and Pertet, F.N. (1984). 'Tourism and Its Impact on Wildlife Conservation in Kenya'. *UNEP Industry and Environment* 7(1):14-19.

- Snyman, S. (2013). 'High-end Ecotourism and Rural Communities in Southern Africa: A Socio-Economic Analysis'. PhD dissertation. Cape Town: University of Cape Town, School of Economics.
- Snyman, S. (2014). 'Partnerships between Private Sector Ecotourism Operators and Local Communities in the Okavango Delta, Botswana: A Case Study of the Okavango Community Trust and Wilderness Safaris Partnership'. *Journal of Ecotourism* 13(2-3):110-127. <https://doi.org/10.1080/14724049.2014.980744>
- South African National Parks (2016). 'SANParks Annual Report, 2015/16'. Pretoria:South African National Parks.
- Sparkes, C. and Woods, C. (2009). *Linking People to Landscape: The Benefit of Sustainable Travel in Countryside Recreation and Tourism*. N.p.: East of England Development Agency.
- Spenceley, A. (2004). 'Responsible Nature-based Tourism Planning in South Africa and the Commercialisation of Kruger National Park.' In: D. Diamantis (ed.), *Ecotourism: Management and Assessment*. London: Thomson Learning.
- Spenceley, A. (ed.) (2008). *Responsible Tourism: Critical Issues for Conservation and Development*. London: Earthscan.
- Spenceley, A. (2014a). 'Benefit Sharing from Natural Heritage: Examples and Challenges from Africa'. Presentation at the Inkasa Symposium, Cape Town, South Africa, April.
- Spenceley, A. (2014b). 'Tourism Concession Guidelines for Transfrontier Conservation Areas in SADC'. Report to GIZ, 28 November.
- Spenceley, A. (2016). 'Evaluation of Tourism Development within Protected Areas Managed by the Seychelles National Park Authority'. Final report to UNDP.
- Spenceley, A. (2017). 'Tourism and Protected Areas: Comparing the 2003 and 2014 IUCN World Parks Congress'. *Tourism and Hospitality Research* 17(1):8-23. <https://doi.org/10.1177/1467358415612515>
- Spenceley, A. and Bien, A. (2013). 'Ecotourism Standards: International Accreditation and Local Certification and Indicators'. In: R. Ballantyne and J. Packer (eds.), *International Handbook on Ecotourism*, p. 404. Cheltenham, UK: Edward Elgar. <https://doi.org/10.4337/9780857939975.00038>
- Spenceley, A. and Casimiro, R. (2012) 'Tourism Concessions in Protected Areas in Mozambique: Manual for Operators and Concessionaires'. Report to the USAID SPEED Program.
- Spenceley, A. and Snyman, S. (2017). 'Can a Wildlife Tourism Company Influence Conservation and the Development of Tourism in a Specific Destination?' *Tourism and Hospitality Research* 17(1):52-67. <https://doi.org/10.1177/1467358416634158>
- Spenceley, A., Habyalimana, S., Tusabe, R. and Mariza, D. (2010). 'Benefits to the Poor from Gorilla Tourism in Rwanda'. *Development Southern Africa* 27(5):647-662. <https://doi.org/10.1080/0376835X.2010.522828>
- Spenceley, A., Kohl, J., McArthur, S., Myles, P. Notarianni, M., Paleczny, D., Pickering, C., Turner, K., Bhutia, P. and Worboys, G. L. (2015). 'Visitor management'. In: G. Worboys, M. Lockwood, A. Kothari, S. Feary and I. Pulsford (eds.), *Protected Area Governance and Management*, pp. 715-750. Canberra: Australian National University Press. <https://doi.org/10.22459/PAGM.04.2015> https://doi.org/10.26530/OAPEN_569111
- Spenceley, A., Nevill, H., Coelho, C.F. and Souto, M. (2016). *An Introduction to Tourism Concessioning: 14 Characteristics of Successful Programs*. World Bank Group.
- Spenceley, A., Rylance, A. and Laiser, S. (2017a). 'Protected area entrance fees in Tanzania: The search for competitiveness and value for money'. *Koedoe* 59(1) a 1442. <https://doi.org/10.4102/koedoe.v59i1.1442>.
- Spenceley, A., Snyman, S. and Eagles, P. (2017b). *Guidelines for Tourism Partnerships and Concessions for Protected Areas: Generating Sustainable Revenues for Conservation and Development*. Report to the Secretariat of the Convention on Biological Diversity and IUCN. <https://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-partnerships-protected-areas-print.pdf>.
- Stankey, G.H. and Baden, J. (1977). *Rationing Wilderness Use: Methods, Problems, and Guidelines*. Research Paper INT-192. Ogden, Utah: USDA Forest Service, Intermountain Forest and Range Experiment Station. <https://doi.org/10.5962/bhl.title.69016>
- Stankey, G.H., Cole, D.N., Lucas, R.C., Petersen, M.E. and Frissell, S.S. (1985). *The Limit of Acceptable Change (LAC) System for Wilderness Planning*. General Technical Report INT-176. Ogden, Utah: USDA Forest Service, Intermountain Research Station. <https://doi.org/10.5962/bhl.title.109310>
- Steven, R., Castley, J.G. and Buckley, R. (2013). 'Tourism Revenue as a Conservation Tool for Threatened Birds in Protected Areas'. *PLOS One* 8(5): e62598: 1-7.
- Stolton, S., Redford, K.H. and Dudley, N. (2014). *The Futures of Privately Protected Areas*. Gland, Switzerland: IUCN.
- Stuart-Hill, G. (2011). 'Event Book - A Tool for Everyone'. *Conservation and the Environment in Namibia* 2011:14-15.

- Stuart-Hill, G., Diggle, R., Munali, B., Tagg, J. and Ward, D. (2005). 'The Event Book System: A Community-based Natural Resource Monitoring System from Namibia'. *Biodiversity and Conservation* 14(11):2611-2631. <https://doi.org/10.1007/s10531-005-8391-0>
- Sun, D. and Walsh, D. (1998). 'Review of Studies on Environmental Impacts of Recreation and Tourism in Australia'. *Journal of Environmental Management* 53:323-338. <https://doi.org/10.1006/jema.1998.0200>
- Swearingen, T.C. and Johnson, D.R. (1995). 'Visitors' Responses to Uniformed Park Employees'. *Journal of Park and Recreation Administration* 13(1):73-85.
- Sweeting, J.E.N., Bruner, A.G. and Rosenfield, A.B. (1999). *The Green Host Effect—An Integrated Approach to Sustainable Tourism and Resort Development*. CI Policy Papers. Washington, DC: Conservation International.
- Telfer, D.J. and Sharpley, R. (2008). *Tourism and Development in the Developing World*. New York: Routledge.
- Thakadu, O.T. (2005). 'Success Factors in Community based Natural Resources Management in Northern Botswana: Lessons from Practice'. *Natural Resources Forum* 29(3):199-212. <https://doi.org/10.1111/j.1477-8947.2005.00130.x>
- Therivel, R. and Thompson, S. (1996). 'Strategic Environmental Assessment and Nature Conservation'. Report to English Nature.
- Therivel, R., Wilson, E., Thompson, S., Heaney, D. and Pritchard, D. (1992). *Strategic Environmental Assessment*. London: Earthscan.
- Thompson, A. (2009). *Scan of Concessions Systems and Best Practice: The United States, Canada, Australia, Namibia and New Zealand's Fisheries Management System*. Wellington, New Zealand: Department of Conservation.
- Thompson, A., Massyn, P.J., Pendry, J. and Pastoreli, J. (2014). *Tourism Concessions in Protected Natural Areas: Guidelines for Managers*. New York: UN Development Programme.
- Thresher, P. (1981). 'The Economics of a Lion'. *Unasylva* 33(134):34-35.
- Thur, S.M. (2010). 'User Fees as Sustainable Financing Mechanisms for Marine PAs: An Application to the Bonaire National Marine Park'. *Marine Policy* 34(1):63-69. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2009.04.008>
- TIES (The International Ecotourism Society) (2013). 'Botswana Committed to Sustainability: Fifteen Camps and Lodges Now Ecotourism Certified'. <https://www.ecotourism.org/news/botswana-sustainability-camps-and-lodges-ecotourism-certified>. Accessed 15 February 2017.
- TNC (The Nature Conservancy) (2013). *Practitioner's Quick Guide for Marine Conservation Agreements*. Narragansett, Rhode Island: The Nature Conservancy, Global Marine Team.
- Trzyna, T. (2014). *Urban Protected Areas: Profiles and Best Practice Guidelines*. Best Practice Protected Area Guideline Series No. 22. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/44644>. Accessed 28 March 2018.
- Tserendeleg, D. (2013). 'Tourism Development of Hustai National Park of Mongolia'. Paper presented at the First Asia Parks Congress, Sendai, Japan, 13-17 November.
- UNDP/GEF Small Grants Program (United Nations Development Programme/Global Environment Facility) (2012). 'Community action. Global impact'. https://sgp.undp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=103&Itemid=165#UvjT2vZkL0P. Accessed 15 February 2017.
- UNEP (United Nations Environment Programme) and CMS (Secretariat of the Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals) (2006). 'Wildlife Watching and Tourism: A Study on the Benefits and Risks of a Fast Growing Tourism Activity and Its Impacts on Species'. Bonn, Germany: UNEP/CMS Secretariat. http://www.cms.int/sites/default/files/document/ScC14_Inf_08_Wildlife_Watching_E_0.pdf. Accessed 15 February 2017.
- UNEP-WCMC (UNEP-World Conservation Monitoring Centre) and IUCN (2016). *Protected Planet Report 2016*. Cambridge UK, and Gland, Switzerland: UNEP-WCMC and IUCN. <https://www.protectedplanet.net/c/protected-planet-report-2016>. Accessed 15 February 2017.
- UNEP-WCMC (2017). 'UNEP-World Conservation Monitoring Centre'. <https://www.unep-wcmc.org/>. Accessed 15 February 2017.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) (2017a). 'Gunung Mulu National Park'. <http://whc.unesco.org/en/list/1013>. Accessed 15 February 2017.
- UNESCO (2017b). 'Malaysia'. <http://whc.unesco.org/en/statesparties/my>. Accessed 6 October 2015.
- UN Foundation (2017). 'What We Do: Global Sustainable Tourism Council'. <http://www.unfoundation.org/what-we-do/campaigns-and-initiatives/global-sustainable-tourism-council>. Accessed 15 February 2017.

- University of York (2012). 'Stepping Stones to the North: "Citizen Science" Reveals that Protected Areas Allow Wildlife to Spread in Response to Climate Change'. <http://www.york.ac.uk/news-and-events/news/2012/research/stepping-stones/>. Accessed 15 February 2017.
- UNWTO (UN World Tourism Organization) (2004). *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO (2010). *Tourism and Biodiversity—Achieving Common Goals towards Sustainability*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO (2017). *UNWTO Tourism Highlights: 2017 Edition*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO (2018). *UNWTO Tourism Highlights: 2018 Edition*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO and UNEP (2005). *Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy-Makers*. Madrid and Paris: UNWTO and UNEP.
- UNWTO and UNESCO (2017). *Muscat Declaration on Tourism and Culture: Fostering Sustainable Development*. http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/muscat_declaration_0.pdf. Accessed 22 January 2018.
- USNPS (United States National Park Service) (1997). *VERP: The Visitor Experience and Resource Protection (VERP) Framework—A Handbook for Planners and Managers*. Denver, Colorado: USNPS Denver Service Center. https://www.fs.fed.us/cdt/carrying_capacity/verphandbook_1997.pdf. Accessed 15 February 2017.
- USNPS (2017a). 'NPS Commercial Services'. <http://www.concessions.nps.gov/>. Accessed 15 February 2017.
- USNPS (2017b). 'NPS Transportation Program — Best Practices'. http://www.nps.gov/transportation/best_practices.html. Accessed 15 February 2017.
- Uwingeli, P. (2009). Personal communication, chief park warden, Volcanoes National Park, 3 November.
- van Sickel, K. and Eagles, P. (1998). 'Budgets, Pricing Policies and User Fees in Canadian parks' *Tourism Management* 19(3):225-235. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(98\)00017-X](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(98)00017-X)
- Varghese, G. (2008). 'Public-private Partnerships in South African National Parks'. In: Spenceley, A. (ed.), *Responsible Tourism: Critical issues for Conservation and Development*, pp. 69-83. London: Earthscan.
- Vasilijevic, M., Zunckel, K., McKinney, M., Erg, B., Schoon, M. and Rosen Michel, T. (2015). *Transboundary Conservation: A Systematic and Integrated Approach*. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 23. Gland, Switzerland: IUCN. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2015.PAG.23.en>
- VCTS (Vista Company and Travel Services Pvt. Ltd.) (2017) 'Baa Atoll, Maldives: UNESCO World Biosphere Reserve'. http://vistamaldives.com/baa_atoll.aspx. Accessed 15 February 2017.
- Virunga National Park (2018). 'About Virunga'. <http://visitvirunga.org/about-virunga/>. Accessed 8 April 2018.
- Wagar, J.A. (1964). *The Carrying Capacity of Wild Lands for Recreation*. Forest Science Monograph 7. Washington, DC: Society of American Foresters.
- Waithaka, J., Wong, M., Ranger, J. and Halpenny, E.A. (2012). 'Conserving Biodiversity through Parks Canada's Volunteer Program'. *Parks* 18(2):64-77. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2012.PARKS-18-2.JW.en>
- Walker, G.J. and Chapman, R. (2003). 'Thinking Like a Park: The Effects of Sense of Place, Perspective-taking, and Empathy on Pro-environmental Intentions'. *Journal of Park and Recreation Administration* 21(4):71-86.
- Walmsley, S.F. and White, A.T. (2003). 'Influence of Social, Management and Enforcement Factors on the Long-term Ecological Effects of Marine Sanctuaries'. *Environmental Conservation* 30:388-407. <https://doi.org/10.1017/S0376892903000407>
- Walpole, M., Goodwin, H.J. and Ward, K.G.R. (2001). 'Pricing Policy for Tourism in PAs: Lessons from Komodo National Park, Indonesia'. *Conservation Biology* 15(1):218-227. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2001.99231.x>
- Watson, J., Dudley, N., Segan, D. and Hockings, M. (2014). 'The Performance and Potential of Protected Areas'. *Nature* 515:67-73. <https://doi.org/10.1038/nature13947>
- Wearing, S., Archer, D. and Beeton, S. (2007). *The Sustainable Marketing of Tourism in Protected Areas: Moving Forward*. Queensland, Australia: Sustainable Tourism CRC.
- Weaver, D.B. (2013). 'Protected Area Visitor Willingness to Participate in Site Enhancement Activities'. *Journal of Travel Research* 52(3):377-391. <https://doi.org/10.1177/0047287512467704>
- Weaver, D. and Lawton, L. (2017). 'A New Visitation Paradigm for Protected Areas'. *Tourism Management* 60:140-146. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.11.018>

- Weber, W. (1987). *Ruhengeri and its Resources: An Environmental Profile of the Ruhengeri Prefecture, Rwanda*. Kigali, Rwanda: Ruhengeri Resource Analysis and Management Project.
- Wegner, A., Lee, D. and Weiler, B. (2010). 'Important "Ingredients" for Successful Tourism/Protected Area Partnerships: Partners' Policy Recommendations'. *Service Industries Journal* 30:1643-1650. <https://doi.org/10.1080/02642060903580672>
- Whittaker, D. and Shelby, B. (2008). *Allocating River Use: A Review of Approaches and Existing Systems for River Professionals*. Missoula, Montana: River Management Society. <http://www.river-management.org/river-allocation>. Accessed 15 February 2017.
- Whittaker, D., Shelby, B., Manning, R., Cole, D. and Haas, G. (2011). 'Capacity Reconsidered: Finding Consensus and Clarifying Differences'. *Journal of Park and Recreation Administration* 29(1):1-20.
- Wigboldus, S., Nell, A., Brouwer, H. and van der Lee, J. (2010). *Making Sense of Capacity Development*. Wageningen, Netherlands: Wageningen UR Centre for Development Innovation.
- Wilderness Holdings (2013). 'Integrated Annual Report for the Year Ended 28 February 2013'. <http://www.wilderness-group.com/system/assets/142/original/Wilderness%20IR%202013%20-%20Web.pdf?1375184197>. Accessed 15 February 2017.
- Wilderness Holdings (2014). 'Integrated Annual Report for the Year Ended 28 February 2014'. http://www.wilderness-group.com/investor_centre/presentations/annual_reports. Accessed 8 April 2018.
- Wisansing, J. (2008). 'Towards Community Driven Tourism Planning: A Critical Review of Theoretical Demands and Practical Issues'. *AU-GSB e-Journal* 1(1):47-59.
- Worboys, G., Lockwood, M., Kothari, A., Feary, S. and Pulsford, I. (eds.) (2015). *Protected Area Governance and Management*. Canberra: Australian National University Press. <https://doi.org/10.22459/PAGM.04.2015>; https://doi.org/10.26530/OAPEN_569111
- Wyman, M., Barborak, J.R., Inamdar, N. and Stein, T. (2011). 'Best Practices for Tourism Concessions in Protected Areas: A Review of the Field'. *Forests* 2:913-928. <https://doi.org/10.3390/f2040913>
- Wynveen, C., Bixler, R. and Hammitt, W.E. (2007). 'Law Enforcement Perception and Changes in the United States Park Service: Urban Proximity and Level of Enforcement Practices'. *Annals of Leisure Research* 10:532-549. <https://doi.org/10.1080/11745398.2007.9686780>
- Yosemite National Park (2015). 'Visitor Use and Impact Monitoring'. <http://www.nps.gov/yose/naturescience/visitor-use-monitoring.htm>. Accessed 15 February 2017.
- Zeppel, H. and Muloin, S. (2008). 'Conservation Benefits of Interpretation on Marine Wildlife Tours'. *Human Dimensions of Wildlife* 13:280-294. <https://doi.org/10.1080/10871200802187105> Volume editors



Dr. Yu-Fai Leung é Professor e Diretor de Programas de Pós-Graduação no Departamento de Parques, Recreação e Gestão de Turismo da Faculdade de Recursos Naturais da North Carolina State University, EUA. Ele também é professor adjunto do Departamento de Geografia e Gestão de Recursos da Universidade Chinesa de Hong Kong, Hong Kong, China. Sua pesquisa aborda o planejamento e gestão sustentável de recreação, turismo e outros usos de visitantes em áreas protegidas, com foco especial em ecologia de recreação e uso público / monitoramento de impactos. Ele também aplica tecnologia e monitoramento geoespacial como ferramentas de engajamento público e capacitação. Ele é ativo em programas de pesquisa, educação e treinamento nas Américas, Ásia, Austrália e Europa. Ele é membro da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN e de seus Grupos de Especialistas em Estratégias de Turismo e Áreas Protegidas e de Conservação Urbana. Consultar go.ncsu.edu/leung.



Dra. Anna Spenceley é uma consultora de turismo que se dedica ao turismo sustentável e trabalha principalmente em áreas de alta biodiversidade nos países em desenvolvimento. Anna é presidente do Grupo de Especialistas em Turismo e Áreas Protegidas da Comissão Mundial sobre Áreas Protegidas (WCPA) da IUCN, membro do Conselho Global de Turismo Sustentável, membro honorário da Universidade de Brighton e pesquisadora sênior da Universidade de Johannesburg. Ela faz parte das equipes editoriais do Journal of Sustainable Tourism e da revista Koedoe. Ela editou os livros "Responsible Tourism: Critical issues for Conservation and Development" e é co-editora de "Evolution and Innovation in Wildlife Conservation" e "Tourism and Poverty Reduction". Consultar www.anna.spenceley.co.uk, annaspenceley.wordpress.com and www.slideshare.net/AnnaSpenceley.



Dr. Glen Hvenegaard é professor de Ciências Ambientais e Geografia na Universidade de Alberta, no Canadá. Sua pesquisa enfoca a dinâmica de conservação do ecoturismo (por exemplo, festivais de vida selvagem, observação de baleias, turismo protegido), biogeografia (por exemplo, pássaros em ambientes agrícolas, espaços verdes, aves costeiras, indicadores ecológicos) e educação ambiental (por exemplo, trabalho de campo, interpretação de parques, cursos de estudos independentes, cursos de expedição). Ele é membro da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN e de seu Grupo de Especialistas em Turismo e Áreas Protegidas, além de membro da LEAD International (Liderança pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento). Glen foi criado na área sul rural de Alberta e está desenvolvendo um senso de lugar com sua família no Lago Moraine do Búfalo ao sul de Camrose.



Dr. Ralf Buckley é Presidente Internacional de Pesquisa em Ecoturismo na Griffith University, Austrália (www.griffith.edu.au/centre/icer). Ele é um ecologista e cientista ambiental, com foco no papel do ecoturismo na conservação. Possui 750 publicações, incluindo 12 livros e 200 artigos arbitrados; Índice H 57, > 11.500 citações. Ralf atua como presidente atual ou anterior, ou como membro de órgãos consultivos nacionais e internacionais, consultas parlamentares, comitês de auditoria e de premiação, sobre biodiversidade, turismo, Patrimônio Mundial e conservação. Ele é um ex-membro destacado da Fulbright e um cientista internacional sênior e Professor Visitante Distinto da Academia Chinesa de Ciências. Ralf é membro da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN e ex-membro do ExCo do Grupo Especialista em Turismo e Áreas Protegidas.



UNIÃO INTERNACIONAL
PARA A CONSERVAÇÃO
DA NATUREZA

SEDE MUNDIAL
Rue Mauverney 28
1196 Gland, Suíça
Tel: +41 22 999 0000
Fax: +41 22 999 0002
www.iucn.org

